UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**ANÁLISE INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO
PRETO / USP**

FLÁVIA OLIVEIRA DO PRADO

Orientador: João Luiz Passador

RIBEIRÃO PRETO
2007

Reitora da Universidade de São Paulo
Profa. Dra. Suely Vilela

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior

Chefe do Departamento de Administração
Prof. Dr. Marcio Mattos Borges de Oliveira

FLÁVIA OLIVEIRA DO PRADO

**ANÁLISE INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO
PRETO / USP**

Dissertação apresentada ao Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em
Administração de Organizações do
Departamento de Administração da
Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Passador.

RIBEIRÃO PRETO
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Prado, Flávia Oliveira do

Análise institucional: um estudo dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto, 2007.

235 p. : il. ; 30cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Administração de organizações.

Orientador: Passador, João Luís.

1. Teoria institucional. 2. Pós-graduação. 3. FMRP/USP. 4. CAPES.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Flávia Oliveira do Prado

Análise Institucional: Um Estudo dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ USP

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Administração de Organizações

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, Heli e Maria; aos meus avôs,
José Maria e Durvalina (in memoriam) e
ao meu noivo Marco*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de muito incentivo, apoio e dedicação pessoal. Para tanto, não poderia deixar de agradecer as pessoas que me auxiliaram em todo esse processo que não foi fácil, porém foi muito recompensador, pois todas as vezes que temos desafios em nossas vidas, após superá-los, nos tornamos pessoas mais fortes e confiantes, já que mais uma conquista foi alcançada.

Deste modo, não poderia deixar de agradecer primeiramente a Deus que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida me abençoando e me guiando.

Aos meus pais, Heli e Maria, que também sempre estiveram extremamente presentes na minha vida, demonstrando carinho, apoio, incentivo e amor incondicional.

A todos os meus familiares, em especial aos meus irmãos, Fabrício e Fabiana; sobrinhos, Ana Beatriz e Pedro, pelo carinho, apoio e paciência. Peço desculpas pela ausência nos momentos que não pude estar presente.

Ao meu noivo, Marco, por toda compreensão, apoio, incentivo e amor.

À USP e a FEA-RP pela minha formação e pela estrutura concedida.

A todos os mestres da FEA-RP que participaram da minha formação acadêmica. Não mencionarei nomes, pois poderia esquecer algum e estaria cometendo uma injustiça. Com certeza, todos que conviveram comigo e sempre me incentivaram ao longo da minha caminhada, ao lerem este agradecimento saberão o quão feliz estou por ter cumprido mais esta etapa e por toda a ajuda dispensada. Em especial, não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. João Luiz Passador, pelos conselhos, orientação, amizade e incentivo. Com certeza, tive a oportunidade de conhecer outras vertentes da teoria das organizações por meio desta dissertação.

Aos amigos Paulo, Leonardo, Thaís e Sávio, pelas discussões, incentivo, apoio nos momentos difíceis e as experiências compartilhadas.

Aos amigos da Agência USP de Inovação pelo apoio e incentivo.

À Dra. Claudia pelo zelo de todos esses anos comigo. Por meio dos seus conselhos, com certeza esta caminhada ficou mais leve e simples.

Não poderia deixar de mencionar o apoio recebido pelo Prof. Dr. Júlio Sérgio Marchini, Presidente da Comissão de Pós-Graduação da FMRP e pela Silvia Helena Costa, Chefe Administrativa da Seção da Pós-Graduação da FMRP, disponibilizando as informações solicitadas sempre que possível para que este estudo fosse realizado da melhor maneira. E a todos os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da FMRP que concederam as entrevistas e disponibilizaram as informações, dispondo do seu tempo a fim de possibilitar que este fosse realizado.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

“Ciência é um processo social e o
conhecimento é um produto coletivo”
SCOTT (2001, P. XV)

RESUMO

PRADO, F. O. do. **Análise institucional:** um estudo dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ USP. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

O desenvolvimento econômico, social e tecnológico de um país está intimamente ligado ao seu sistema de formação de recursos humanos qualificados, em particular, às políticas de pesquisa e desenvolvimento e aos sistemas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Nestes a pesquisa constitui a base sustentável do desenvolvimento, especialmente na esfera de construção das contemporâneas sociedades do conhecimento. Assim, este estudo buscou analisar os programas de pós-graduação da Faculdade de Medicina da USP/RP – FMRP que, segundo os critérios adotados na avaliação do último triênio 2001-2003 (CAPES, 2005), alcançou, pelo conjunto de dezesseis programas – nota média próxima a seis – com reduzida dispersão relativa. O estudo de tal desempenho sugere ser este fruto de um consórcio de variáveis que compõem o cenário de excelência conquistado. Além da qualidade dos quadros, dos recursos materiais e financeiros adequados, da interlocução intensa e extensiva no âmbito da comunidade científica específica, um aspecto importante, e por vezes relegado, repousa sobre o fenômeno institucional e organizacional que sustenta as estruturas e os fluxos do sistema. O êxito dos programas de pós-graduação não está, todavia, relacionado somente com as variáveis quantitativas (número de docentes, produção bibliográfica, número de orientados por docente etc.), mas também pela maneira como são organizados e geridos. Neste sentido foi realizada, uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, no qual se pretendeu estudar como os padrões institucionais (normativo, regulativo e cultural-cognitivo) dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto influenciam nos conceitos obtidos na avaliação trienal CAPES. Especificamente, à luz da Teoria Institucional, foram analisados os regimentos e normas da USP, da Pós-Graduação da USP e da FMRP/USP, bem como as normas internas dos programas. Além disso, foram realizadas entrevistas em profundidade com quinze coordenadores de programas de Pós-Graduação da FMRP/USP. Verificou-se, no esforço sistemático de análise, que há significativa relação entre os conceitos obtidos nas avaliações trienais e as escolhas institucionais dos programas avaliados.

Palavras-Chave: Teoria Institucional, Sistema de Avaliação CAPES, Pós-Graduação.

ABSTRACT

PRADO, F. O. do. **Análise institucional:** um estudo dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/ USP. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

The economical, social and technological development of a country depends directly on its qualified human resources formation system, more specifically, research and development policies and *Stricto Sensu* postgraduate system. The research constitutes the basis of the sustainable development on those subjects, especially in the construction of the contemporary knowledge societies. Thus, this study aimed to analyze the postgraduate programs of the Medicine School at USP/RP that, according to the criteria adopted in the last triennial 2001-2003 (CAPES, 2005), reached by a set of sixteen programs – average grade next to six marks–, with reduced relative dispersion. The study of such performance suggests this is due to the set of variables that compose the excellence scenario achieved. Ahead of the employees' quality, the adequate financial and material resources, the intensive and extensive inter relation with the specific scientific community; an important aspect sometimes dismissed lies on the organization and institutional phenomena that supports the system structure and flows. The postgraduate programs success isn't, however, related to the quantitative variables (professors number, bibliographical production, number of guided pupil per teacher etc), but also by the way they are organized and managed. For this purpose, it was developed a qualitative research, of exploratory descriptive character, in which it was intended to study how the institutional standards (normative, regulative and cultural-cognitive) of the *Stricto Sensu* postgraduate programs of the Medicine School at USP/RP influence on the concepts obtained in the triennial evaluation CAPES. Specifically, based on institutional theory, it was analyzed the regiments and norms of USP, USP Postgraduate and Medicine School at USP/RP, as well as the internal management rules of its programs. Also, it was realized deep interviews with fifteen managers of Postgraduate programs. It was verified, in the systematic effort of analysis that a significant relation between the concepts exists, obtained in the triennial evaluations and the institutional choices of the evaluated programs.

Keywords: Institutional Theory, CAPES Evaluation System, Postgraduate.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Narrativas Analíticas em Análise Organizacional.....	20
Quadro 2 - Três Pilares Institucionais	38
Quadro 3 – Perspectiva do ambiente institucional versus ambiente técnico	41
Quadro 4 – Programas da FMRP e as respectivas notas nas avaliações trienais da CAPES...	60
Quadro 5 – Forma de coleta das variáveis escolhidas para análise	68
Quadro 6 – Plano de Análise	74
Quadro 7 – Número de Créditos do Programa de Farmacologia	84
Quadro 8 - Número de Créditos do Programa de Clínica Cirúrgica	97
Quadro 9 - Número de Créditos do Programa de Bioquímica	103
Quadro 10 - Número de Créditos do Programa de Fisiologia	109
Quadro 11 - Número de Créditos do Programa de Imunologia Básica e Aplicada	115
Quadro 12 - Número de Créditos do Programa de Genética	123
Quadro 13 - Número de Créditos do Programa de Biologia Celular e Molecular	128
Quadro 14 - Número de Créditos do Programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação	134
Quadro 15 - Número de Créditos do Programa de Ginecologia e Obstetrícia	140
Quadro 16 - Número de Créditos do Programa de Saúde da Criança e do Adolescente	147
Quadro 17 - Número de Créditos do Programa de Neurologia	154
Quadro 18: Número de Créditos do Programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço	161
Quadro 19: Número de Créditos do Programa de Saúde Mental	167
Quadro 20: Número de Créditos do Programa de Patologia	175
Quadro 21: Dados da Amostra	177

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	13
1.1 Objetivos da Pesquisa.....	16
1.1.1 Objetivo geral	16
1.1.2 Objetivos específicos.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 Teoria das Organizações.....	19
2.2 Teoria Institucional.....	24
2.2.1 Isomorfismo.....	34
2.2.2 Padrões institucionais	37
2.2.3 Teoria institucional e o ambiente.....	39
3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO CAPES.....	47
3.1 Quadro Global da Pós-Graduação no Brasil.....	47
3.1.1 Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação e indicadores de C&T.....	52
4 METODOLOGIA.....	56
4.1 Tipologia e Técnicas de Pesquisa.....	56
4.2 Plano Amostral	59
4.3 Coleta de Dados.....	61
4.3.1 Coleta de Dados Primários	61
4.3.2 Coleta de Dados Secundários	64
4.4 Modelo Conceitual de Pesquisa.....	68
4.5 Definição de Termos e Variáveis	69
4.6 Plano de Análise	71
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	76
5.1 Programa de Farmacologia.....	80
5.1.1 Descrição das Normas Internas do Programa.....	84
5.2 Programa Saúde na Comunidade.....	86
5.2.1 Descrição das Normas Internas	91
5.3 Programa de Clínica Cirúrgica	92
5.3.1 Descrição das Normas Internas	96
5.4 Programa de Bioquímica	98
5.4.1 Descrição das Normas Internas	102
5.5 Programa de Fisiologia.....	104
5.5.1 Descrição das Normas Internas	109
5.6 Programa de Imunologia Básica e Aplicada.....	111
5.6.1 Descrição das Normas Internas	115
5.7 Programa de Genética.....	117
5.7.1 Descrição das Normas Internas	122
5.8 Programa de Biologia Celular e Molecular	124
5.8.1 Descrição das Normas Internas	128
5.9 Programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação.....	130
5.9.1 Descrição das Normas Internas	133
5.10 Programa de Ginecologia e Obstetrícia	135
5.10.1 Descrição das Normas Internas	140
5.11 Programa de Saúde da Criança e do Adolescente	142
5.11.1 Descrição das Normas Internas	147
5.12 Programa de Neurologia.....	150

5.12.1 Descrição das Normas Internas	154
5.13 Programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia da Cabeça e do Pescoço	156
5.13.1 Descrição das Normas Internas	160
5.14 Programa de Saúde Mental.....	162
5.14.1 Descrição das Normas Internas	167
5.15 Programa de Patologia.....	169
5.15.1 Descrição das Normas Internas	174
6 DISCUSSÃO DOS DADOS	177
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
7.1 Desenvolvimentos Futuros	191
REFERÊNCIAS	192
APÊNDICE A – CARTA CONVITE	198
APÊNDICE B - PROTOCOLO INICIAL DE PESQUISA.....	199
APÊNDICE C – DADOS QUANTITATIVOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FMRP/USP.....	202
APÊNDICE D: TABELA PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO	206
ANEXO A – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: MEDICINA III.....	207
ANEXO B – AVALIAÇÃO CAPES: LOCALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	210

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento econômico, social e tecnológico de um país está intimamente ligado ao seu sistema de formação de recursos humanos qualificados, em particular, às políticas de pesquisa e desenvolvimento e aos sistemas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Nestes, a pesquisa constitui a base sustentável do desenvolvimento, especialmente na esfera de construção das contemporâneas sociedades do conhecimento.

No Brasil, a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – é o órgão responsável pela formulação da Política Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e também atua como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura, junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia. Tem como atividades fundamentais elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas à Pós-Graduação. A CAPES tem forte participação na formação de mestres e de doutores, no país e no exterior, os quais deverão exercer suas atividades profissionais na academia, na administração pública e no setor privado. (CAPES, 2005a)

Assim, este estudo buscou analisar como os padrões institucionais (legais, normativos e cultural-cognitivos) dos programas de pós-graduação da Faculdade de Medicina da USP/RP – FMRP influenciam nos conceitos obtidos na avaliação CAPES. No total, são 16 programas sob a mesma coordenação institucional. Segundo os critérios adotados na avaliação do último triênio 2001-2003 (CAPES, 2005a), o conjunto de programas da FMRP alcançou nota média próxima a seis, com reduzida dispersão relativa.

Estes índices mostram que o conjunto dos programas possui um nível de excelência e desempenho equivalente aos dos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, com alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino, cujo corpo docente desempenha papel de liderança e

representatividade na respectiva comunidade, em consonância aos critérios de qualidade adotados pelo sistema de avaliação nacional (CAPES, 2005a).

O desempenho do programa é fruto, como se pode notar, de um consórcio de variáveis que compõem o cenário de excelência conquistado. Além da qualidade dos quadros, dos recursos materiais e financeiros adequados, da interlocução intensa e extensiva no âmbito da comunidade científica específica, um aspecto importante, e por vezes relegado, repousa sobre o fenômeno institucional e organizacional que sustenta as estruturas e os fluxos do sistema. Não é possível compreender-se o êxito da FMRP tratando sua organização e suas características de gestão como “caixa preta”, ou seja, o resultado alcançado pelos programas de pós-graduação não está relacionado somente com as variáveis quantitativas (número de docentes, produção bibliográfica, número de orientados por docente etc.), mas também pela maneira como são organizados e geridos.

A Coordenação dos Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, ciente destas particularidades, tomou a iniciativa de demandar uma avaliação sobre as características institucionais do seu sistema de pesquisa e formação de quadros de pesquisadores, reconhecendo que apresentam também neste campo o mérito e a excelência. Dentro do seu conjunto de competências, o programa merece também esforços de pesquisa, sistematização e avaliação organizacional, para que, a partir do entendimento de suas particularidades, seja possível tornar-se modelo de referência organizacional para outros programas de pós-graduação no Brasil, ou, ao menos, um ponto de partida modelar para aperfeiçoamento de estrutura e práticas de gestão em programas semelhantes, resguardadas, naturalmente, as particularidades regionais, de áreas de conhecimento, recursos vários, enfim.

Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, no qual se pretendeu analisar as características institucionais dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Neste sentido, tomou-se,

por hipótese, que o êxito do conjunto de programas pertencentes à pós-graduação da FMRP se deve, em grande medida, à adequação do seu modelo organizacional, bem como da excelência dos seus procedimentos de decisão na definição e implantação dos seus objetivos institucionais. Cabe ressaltar que técnicas quantitativas foram utilizadas complementarmente a fim de identificar alguns indicadores formulados a partir das avaliações CAPES.

Devido ao prazo estipulado para realização do estudo e para que fosse possível realizar uma análise institucional dos 16 programas, algumas variáveis institucionais foram selecionadas e estão relacionadas aos padrões institucionais (legal, normativo e cultural-cognitivo). Deste modo, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: “Como esses padrões institucionais influenciam nos conceitos obtidos pelos programas da FMRP?”

Especificamente, à luz da Teoria das Organizações, com destaque para o uso dos instrumentos de análise da Teoria Institucional, foram analisados os regimentos e normas da Pós-Graduação da USP e da FMRP, bem como as normas internas dos programas da FMRP, por meio da pesquisa em documentos formais, assim como entrevistas em profundidade. Estas entrevistas foram realizadas com os coordenadores dos programas de Pós-Graduação da FMRP em exercício no período em que o estudo foi realizado.

Assim, o presente trabalho pretendeu demonstrar como os padrões institucionais (tanto o regulativo, normativo quanto o cultural-cognitivo) influenciam na maneira de refletir e atuar dos coordenadores dos programas de pós-graduação da FMRP. Além disso, buscou-se contribuir com a disseminação da teoria institucional em organizações no país, demonstrando o seu poder explicativo e empírico.

1.1 Objetivos da Pesquisa

1.1.1 Objetivo geral

Este projeto buscou analisar como os padrões institucionais (legais, normativos e cultural-cognitivos) influenciam nos conceitos obtidos pelos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto na avaliação trienal CAPES. Na busca de esclarecer o referido objetivo central, definiram-se os objetivos específicos a seguir.

1.1.2 Objetivos específicos

- Realizar uma apresentação sobre os índices de eficiência dos programas segundo os critérios CAPES, especialmente o número de docentes e a sua dedicação no programa, número de linhas e projetos de pesquisa, número de titulados, número de orientados por docente, média de meses para titulação de mestrado e doutorado, número de discentes-autores e exogenia da banca e produção científica;
- Estudar os componentes institucionais (estatutos, regimentos e normas internas dos programas) buscando identificar o padrão regulativo no modelo de análise;

- Estudar as características similares e divergentes na gestão dos programas de Pós-Graduação da FMRP, buscando identificar padrões normativos e culturais cognitivos dentro do modelo de análise;
- Identificar os programas que possuem relações interinstitucionais, buscando identificar padrões normativos e culturais cognitivos dentro do modelo de análise;
- Verificar se os programas possuem estratégias internas para alcançar melhores resultados na avaliação trienal realizada pela CAPES, buscando identificar padrões normativos e culturais cognitivos dentro do modelo de análise;
- Apresentar a contribuição das variáveis institucionais nas avaliações trienais CAPES.

Com o propósito de atingir os objetivos definidos, bem como responder à pergunta de pesquisa, este trabalho será organizado em sete capítulos. A sequência está ilustrada pela figura abaixo.

Figura 1. Estrutura do Trabalho

O presente estudo está dividido em sete capítulos. O primeiro contém a parte introdutória, o problema de pesquisa, os objetivos da dissertação e sua justificativa. O segundo corresponde ao quadro teórico sobre teoria institucional. O terceiro apresenta o sistema de avaliação CAPES. O quarto capítulo refere-se à proposta metodológica. O quinto apresenta os resultados do trabalho de campo, o sexto apresenta uma discussão dos dados e o sétimo as considerações finais e limitações do estudo, bem como desenvolvimentos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo busca apresentar um quadro teórico geral, porém consistente, com os objetivos da investigação. O panorama inicial sobre Teoria das Organizações pretende situar o leitor dentro do conjunto temático para uma posterior e melhor compreensão dos pressupostos teóricos específicos da Teoria Institucional.

2.1 Teoria das Organizações

De acordo com o histórico do desenvolvimento da teoria das organizações, observa-se que à medida que são alteradas as condições sociais, econômicas e políticas, se alteram, proporcionalmente, as formas de análise e concepção das organizações do trabalho e da produção. Além das formas clássicas de se organizar, outras concepções mais flexíveis surgiram na atualidade. Essa modificação ocorreu a partir da percepção de que organizações estritamente racionais não eram mais adequadas à nova realidade.

Reed (1999, p. 64) ressalta que “os estudos organizacionais sempre foram construídos por linhas comuns de debate e diálogo que estabelecem os limites intelectuais e oportunidades para o julgamento de novas contribuições”.

O quadro 1 mostra os modelos interpretativos que formam o campo intelectual de conflitos históricos em que foi desenvolvida a análise organizacional. Cada modelo foi construído em torno de uma problemática central e de um contexto histórico-social. Esses estudos fornecem os recursos simbólicos e técnicos por meio dos quais a natureza da organização pode ser discutida.

Bronzo e Garcia (2000) corroboram com o argumento de Reed (1999), já que segundo os autores, quando as teorias são definidas, elas expressam valores dominantes em contextos históricos específicos e se desdobram em perspectivas metodológicas de observação empírica, e retorna sob recurso da análise e da reflexão, ao seu estado formal-teórico.

Ainda, de acordo com Bronzo e Garcia (2000, p. 70):

O desenvolvimento das teorias organizacionais revela uma complexidade própria: ao longo do tempo e a partir de orientações epistemológicas, as teorizações formuladas no campo da Administração refletiram uma forma particular de observação dos fatos sociais na esfera da produção e do trabalho, carregada de valores e referências dominantes, com a subordinação da ciência aos movimentos mais amplos do capital e dos interesses dominantes. Isto não representa propriamente uma surpresa, sobretudo se nos conscientizarmos de quais foram os benefícios práticos dos estudos organizacionais, neste século, para o desenvolvimento do controle gerencial e das estratégias para a manutenção das relações de poder nos circuitos internos de exploração da força de trabalho.

Modelo de Metanarrativa Interpretativa	Problemática Principal	Perspectivas Ilustrativas/ Exemplos	Transições Contextuais
Racionalidade	Ordem	Teoria das Organizações Clássica, Administração Científica, Teoria da Decisão, Taylor, Fayol e Simon	De Estado Guarda-Noturno a Estado Industrial
Integração	Consenso	Relações Humanas, neo-RH, funcionalismo, teoria da contingência/sistêmica, cultura corporativa, Durkheim, Barnard, Mayo, Parson	De capitalismo empresarial a capitalismo do bem-estar
Mercado	Liberdade	Teoria da Firma, economia institucional, custos de transação, teoria da atuação, dependência de recursos, ecologia populacional, Teoria Organizacional Liberal	De capitalismo Gerencial a Capitalismo neoliberal
Poder	Dominação	Weberianos neo-radicais, marxismo crítico-estrutural, processo de trabalho, teoria institucional, Weber, Marx	De coletivismo liberal a corporativismo associado

Modelo de Metanarrativa Interpretativa	Problemática Principal	Perspectivas Ilustrativas/ Exemplos	Transições Contextuais
Conhecimento	Controle	Etnométrodo, símbolo/cultura organizacional, pós-estruturalista, pós-fordista/moderno, Foucault, Garfinkel, teoria do ator, rede.	De industrialismo/modernidade a pós industrialismo/pós-modernidade
Justiça	Participação	Ética de negócios, democracia industrial, teoria participativa, teoria crítica, Habermas	De democracia Repressiva a democracia participativa

Quadro 1 - Narrativas Analíticas em Análise Organizacional (REED, 1999)

Segundo Reed (1999), a organização construída racionalmente será regida por leis científicas da administração, excluindo os valores e emoções humanas, em que todos os atores organizacionais atuam de maneira estritamente técnica e racional. Assim, a teoria “clássica” possui como premissa básica o controle operacional, que pode ser determinado racionalmente e formalizado antes de qualquer operação, além de estar embutido na estrutura formal da organização.

Assim, construía-se a teoria gerencial na premissa de que se poderia dominar, por critérios de racionalidade, a vida e o destino de uma organização. Para tanto, bastaria coletar grande quantidade de informações que, processadas e analisadas segundo critérios racionais, produziram as melhores decisões.

O modelo racional esteve presente nos primórdios do desenvolvimento da teoria organizacional, mas sempre foi contestado por linhas alternativas. As críticas realizadas estão relacionadas à inabilidade de lidar com o dinamismo e à instabilidade das organizações modernas (MOTTA, 2002; MOTTA; VASCONCELOS, 2005; REED, 1999; STONER; FRIEEMAN, 1999).

Assim, o modelo racional deu espaço para o pensamento organicista que se preocupava com a maneira como as organizações modernas combinam autoridade com o

sentimento de comunidade entre os seus membros. Ao final dos anos 40 e começo dos 50, este foi o modelo teórico predominante dentro da análise organizacional. A escola de relações humanas incorporou uma preocupação com aspectos pouco discutidos na teoria clássica como o absenteísmo, a monotonia do trabalho e as relações pessoais.

Simultaneamente foram desenvolvidos os fundamentos da “teoria geral dos sistemas”, que predominou durante os anos 50 e 60 na comunidade de estudos organizacionais.

Motta (2002, p.56) relata que:

Os primórdios da teoria organizacional foram marcados por estruturas de referências fundamentadas na racionalidade de comando e controles centrais em funções de fatores de especialização do trabalho e distribuição de autoridade. Nas últimas décadas, as teorias de equilíbrio dinâmico, ou seja, as perspectivas da continuidade da organização através de mudanças ajustadas às variações do ambiente, têm pontificado na teoria organizacional. São essas as teorias que mais se baseiam em analogias com organismos para explicar o comportamento organizacional.

Modelos alternativos de interpretação começaram a emergir questionando as premissas do pensamento organicista, baseados em tradições intelectuais e históricas diferentes (REED, 1999).

Segundo Reed (1999, p.73), as teorias econômicas de análise organizacional surgiram em resposta às limitações explanatórias e inerentes às teorias clássica e neoclássica da firma. Essas teorias se baseiam em uma série de premissas que:

“compatibilizam formas administrativas internas com condições externas de mercado por meio de uma lógica evolucionária, que subordina a ação individual e coletiva aos imperativos de eficiência e sobrevivência, que vão além da ação humana”.

O autor ressalta que todas essas teorias organizacionais baseadas no mercado – teoria de custo de transação, ecologia populacional, teoria liberal das organizações – são negligentes quanto à questão das estruturas e lutas de poder dentro das organizações.

De acordo com Bronzo e Garcia (2000, p.70), “as diferentes escolas de pensamento não se inclinaram devidamente ao questionamento e à proposição de alternativas pragmáticas para o problema das relações de poder e de dominação nos contextos organizacionais”.

O modelo de poder em análise organizacional está baseado nos trabalhos de Weber, que leva à priorização das formas institucionais e os mecanismos por meio dos quais o poder é alcançado, convertido em rotinas e contestado. Esses conceitos de poder weberianos e institucionais deram uma compreensão mais sofisticada para a natureza das relações de poder e, conseqüentemente, na estruturação das formas organizacionais.

Já o modelo baseado em conhecimento tem como interesse estratégico os processos de produção de conhecimento por meio dos quais a organização é reproduzida, gerando redes relacionais e ambíguas. E a narrativa baseada na justiça e democracia organizacional busca reconectar ordens de poder de autoridade e controles institucionalizados que possuem racionalidade social e dinâmica histórica específica.

Segundo Bronzo e Garcia (2000), existe uma continuidade na história do pensamento administrativo, materializada nos padrões e formas de racionalidade que se impuseram nos últimos 100 anos. Os autores ressaltam que não há mudanças substantivas no processo, mas sim tentativas de se imprimir novos conteúdos sociais a um aparato de racionalidade já dominante. Assim, de acordo com o ponto de vista dos autores, nunca se mostrou tão necessário aproximar teorizações no campo da Administração com as ciências correlatas – Economia, Política e Sociologia –, já que se corre o risco de tornar-se uma ciência vazia, desprendida da realidade social e presa a antigas formas de análise.

Os autores ressaltam a importância de estarmos abertos à “novas conversações teóricas” a fim de superar os prejuízos do imobilismo, como eles denominam, e assim buscar respostas para antigos e novos problemas que sustentam a investigação no campo das organizações.

2.2 Teoria Institucional

Segundo Vasconcelos e Machado-da-Silva (2005, p.2):

A teoria institucional vem desenvolvendo um corpo teórico diverso e complexo, abordando temas como valores, poder, cooptação, inovação, isomorfismo, racionalização, modernização, uniformização, formalismo, conformidade, resistência, contestação, adaptação ambiental, intersubjetividade, linguagem, formação de coalizões políticas e mecanismos de estabelecimento da ordem e da mudança social.

Os autores afirmam que a teoria institucional é uma alternativa teórica, com alto poder explicativo para a análise de:

“sistemas educacionais, estruturas legais e para-legais, tribunais, burocracias públicas, profissões, prêmios e concursos, entidades de certificação e garantia de qualidade, organizações culturais e organizações integrantes da sociedade civil em geral”. (VASCONCELOS; MACHADO-DA-SILVA, 2005, p.2)

De acordo com Crubellate (2004), autores como Parsons¹, Selznick, Giddens, Berger e Luckmann (1999), apresentam importantes análises em torno de fenômenos sociais que estão ligados com a teoria institucional. Crubellate (2004) ressalta que esses autores compõem a base para perspectiva institucional nas organizações.

Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p.1) ressaltam que a partir da década de 50 iniciaram no campo das organizações as contribuições da perspectiva institucional. Segundo os autores, Selznick é considerado precursor da abordagem institucional ao interpretar as organizações

¹ As obras consultadas pelo autor foram:

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Berkeley: University of California Press, 1984.

PARSONS, Talcott. Suggestions for a sociological approach to the theory of organizations. I.

Administrative Science Quarterly, v. 1, n. 1, pp. 63-85, 1956a.

_____. Suggestions for a sociological approach to the theory of organizations. II. **Administrative Science Quarterly**, v. 1, p. 2, pp. 225-239, 1956b.

SELZNICK, Philip. Foundations of the theory of organizations. **American Sociological Review**, v. 13, p. 25-35, 1948.

_____. **Leadership in administration**. White Plain, New York: Row, Peterson and Company, 1957.

_____. **TVA and the grass roots**. New York, Harper & Row., 1966.

como uma “expressão estrutural da ação racional que, ao longo do tempo, são sujeitas às pressões do ambiente social e transformam-se em sistemas orgânicos”, ou seja, os valores substituem os fatores técnicos na determinação das tarefas organizativas.

Crubellate, Grave e Mendes (2004) também ressaltam a importância de Selznick nas origens dos aspectos da abordagem institucional em organizações. O autor trouxe considerações importantes não só na perspectiva normativa e culturalista, que representou o afastamento da visão do agente racional, como também na cognitivista, em que constitui a ênfase central do movimento neo-institucionalismo.

Segundo Selznick (1996, p. 2), “a teoria institucional investiga a emergência de formas, processos, estratégias, pontos de vista distintos e competências à medida que estes emergem de padrões de interação e adaptação organizacional”. De acordo com o autor, estes padrões devem ser compreendidos como respostas ao ambiente interno e externo.

Segundo Carvalho, Vieira e Lopes (1999) e Théret (2003), o enfoque institucional está ancorado em conceitos como institucionalização, normas, mitos e legitimidade, e se desenvolveu em três orientações distintas: econômica, política e sociológica. Os fundamentos teóricos do presente trabalho estão baseados na orientação sociológica. Berger e Luckmann (1999) tiveram uma contribuição especial nesta vertente. Segundo os autores a construção da realidade é um processo social. Portanto, este processo está intimamente ligado com a estrutura social, que é a soma das tipificações, ou seja, os padrões de interação entre os indivíduos.

Berger e Luckmann (1999) e Duarte Júnior (1986) relatam que a construção social da realidade depende de uma estrutura estabelecida e conhecida, e é esta estrutura que permite que os indivíduos se movimentem dentro da realidade cotidiana. A partir desses conceitos deriva a questão da institucionalização.

De acordo com os autores, a institucionalização é decorrência de ações padronizadas, com base em tipificações, que podem vir a ser executadas por diversos indivíduos da mesma maneira. Assim, os papéis exigidos pelas organizações podem ser preenchidos por qualquer um, já que estão estabelecidos e não podem variar de acordo com as vontades individuais.

Selznick (1996) adiciona que por trás do conceito de realidade está a criação de arranjos e comprometimento sociais. A maioria das coisas que são realizadas no dia-a-dia é reversível. Entretanto, quando estas tocam assuntos importantes, valores relevantes ou estão dentro de redes de interdependência, as opções tornam-se mais limitadas. Assim, o autor conclui que a institucionalização limita a conduta de duas maneiras: trazendo-a para ordem normativa ou fazendo-a refém de sua própria estória.

Segundo Berger e Luckmann (1999) e Duarte Júnior (1986), dialética que rege o mundo humano é estranha, já que o homem cria sua realidade por meio das instituições, e estas dão uma estrutura social que o condiciona segundo os papéis estabelecidos. Portanto, segundo os autores, as instituições possuem um papel de controle social, pois são vistas como algo estabelecido e, assim, os indivíduos procuram não alterá-la.

Entretanto, Duarte Júnior (1986) adiciona que, como as instituições são criadas e mantidas pelos homens, elas também são passíveis e de mudanças e alterações quando são realizados esforços neste sentido, pois caso isso não acontecesse, não haveria a história.

Segundo Tolbert e Zucker (1999), o estudo das organizações tem uma história recente dentro da Sociologia, chamada de Sociologia Organizacional. A teoria Institucional surgiu para suprir uma insatisfação com as explicações de cunho mais racional da estrutura, já que neste período a influência dos processos sociais tão como imitação ou conformidade normativa, que limitam o processo decisório, era ignorada.

Crubellate, Grave e Mendes (2004) ressaltam que as organizações eram compreendidas como instrumentos técnicos para fins específicos e, com as correntes

interpretacionistas da teoria social como em Berger e Luckmann (1999), a noção de organização também se modificou. Estas passaram a ser vistas como um fenômeno socialmente construído, produto não só de ações planejadas, mas também de interações culturais e políticas e de processos cognitivos.

A teoria institucional teve o seu “relançamento” na metade dos anos 70, onde os aspectos cognitivos foram resgatados e foi trazido o conceito de que os seres humanos não processam todos os dados como em um cálculo racional, utilizando os conceitos formados e as experiências anteriores para tomar as suas decisões e atuarem (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; CARVALHO; GOULART; VIEIRA, 2004; CRUBELLATE; GRAVE; MENDES, 2004). A partir deste momento, encontra-se na bibliografia a distinção entre o velho e novo institucionalismo (DIMAGGIO; POWELL, 1999a; GREENWOOD; HININGS, 1996; SELZNICK, 1996).

Segundo DiMaggio e Powell (1999a, p. 42), o novo institucionalismo na teoria das organizações pode ser caracterizado pela: “rejeição aos modelos ator-racional, um interesse em instituições como variáveis independentes, uma nova orientação em direção a explicações cognitivas e culturais e um interesse nas propriedades das unidades de análise supra-individuais que não podem ser reduzidas a conjuntos ou conseqüências diretas de atributos ou motivos individuais”.

Entretanto, cabe ressaltar, de acordo com Selznick (1996), que esses enfoques não são inéditos dentro da Sociologia das Organizações. Alguns deles, como por exemplo, mitos e ritos, estão presentes em um de seus estudos, publicado em 1957. Para o autor, os neo-institucionalistas adquiriram um melhor entendimento de como as opiniões são formadas no contexto organizacional e incluíram nos estudos organizacionais a idéia de racionalidade limitada como princípio de tomada de decisão e interação.

Prates (2000) corrobora com o argumento de Selznick (1996) e ressalta que a abordagem hoje, denominada novo institucionalismo, surge como uma crítica aos dois elementos básicos da sociologia das organizações: a noção de estrutura organizacional e que as organizações são relativamente autônomas do ambiente. Segundo o autor, essa abordagem é teoricamente e metodologicamente inconsistente e não apresenta um grupo coeso de idéias.

O autor apresenta duas grandes versões dentro da abordagem neo-institucional. A primeira é de caráter macro-sociológico e de cunho estruturalista, em que o ator estratégico é o ambiente organizacional. Os textos de DiMaggio e Powell (1999a, 1999b, 2005) são típicos dessa abordagem, já que trazem questões como o isomorfismo e mecanismos de homogeneização. Meyer e Scott (1999) também estão no mesmo veio teórico, onde trabalham com o conceito de ambiente técnico e institucional. Esses autores trabalham com a idéia de que o ambiente é fator determinante na ação organizacional.

Já a segunda versão é de caráter micro-sociológico, em que os atores são limitados pelas dimensões cognitivas e culturais que caracterizam o contexto institucional. Prates (2000) descreve que o velho institucionalismo foi elaborado principalmente por Selznick ao incorporar a contribuição da sociologia ao estudo das organizações.

Segundo Selznick (1967 apud PRATES 2000, p.102):

A interação informal no interior das organizações constitui uma fonte potencial de institucionalização do sistema organizacional, na medida em que possibilita a emergência de focos próprios de identidade mediados por lideranças sensíveis aos valores básicos da comunidade social maior. Nessa perspectiva, a organização formal, no decorrer de sua história, poderia vir a adquirir um caráter e uma identidade própria, transcendendo, assim, os limites estreitos da lógica instrumental que a conduzia na sua infância. A esse processo, P. Selznick denomina de institucionalização organizacional.

Assim, Prates (2000, p. 103) enfatiza a importância da abordagem selznickeana, já que trouxe um avanço significativo frente às abordagens tradicionais, que viam as organizações como atores racionais neutros de “implementação de objetivos unívocos e claros”.

Segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), DiMaggio e Powell (1999, 1999a, 2005) associam o velho institucionalismo à mudança e o novo institucionalismo à permanência. Entretanto, os autores ressaltam que esta dicotomia não pode ser aceita já que a persistência de padrões sociais não está ausente dos pressupostos do velho institucionalismo e tampouco o ator social é desconsiderado no novo institucionalismo.

Crubellate, Grave e Mendes (2004) ressaltam que o neo-institucionalismo apresenta duas vertentes: uma cognitivista, que reconhece as instituições como determinantes da ação e a segunda, denominada como intermediária pelos autores, que manteve o entendimento mais próximo de Selznick no tocante ao papel social das estruturas e processos institucionalizados.

Para Carvalho, Vieira e Lopes (1999), a mudança de foco que dirigiu atenção ao sistema cognitivo foi a base para o desenvolvimento do neo-institucionalismo e, segundo os autores, essa abordagem possui maior poder explicativo da realidade organizacional.

Vale ressaltar que tanto o “velho” quanto o novo institucionalismo reagiram contra os modelos racionalistas e destacaram as relações entre a organização e seu ambiente, também valorizando o papel da cultura na formação das organizações (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999).

Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) adicionam que, no contexto brasileiro, a teoria neo-institucional continua a ser entendida por alguns autores como uma perspectiva que privilegia a estabilidade, a persistência e a suposição de instituições tão somente como limitadores da ação organizacional. Os autores denominam essa visão como estrita e estreita.

Ademais, Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005, p.17) salientam que a principal contribuição da teoria neo-institucional é a influência do ambiente, ao afirmar que a legitimidade e o isomorfismo são fatores vitais para organização. Porém, os autores ressaltam que “tais diferenças, ao invés de uma marca, resultam tão somente da adoção de outros

princípios ontológicos e epistemológicos pela teoria neo-institucional, conforme observa Scott (2001), o que é característico da progressão científica”.

Cabe ressaltar o posicionamento dos autores sobre a teoria neo-institucional. Segundo eles, a teoria neo-institucional se situa em uma posição intermediária no *continuum* entre as orientações determinista e voluntarista da ação organizacional.

Tal posicionamento expressa a compreensão de que ela é formulada de acordo com a reciprocidade entre exigências internas e externas, a partir de escolhas guiadas pela interpretação intersubjetiva dos atores sociais sobre a racionalidade predominante no próprio contexto social (MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005, p. 17).

Além disso, os autores ressaltam um aspecto interessante que se observa em vários artigos que tratam sobre o ‘novo institucionalismo’. Vários pesquisadores enfatizam determinados aspectos conceituais em detrimento de outros, formulando classificações de acordo com as suas convicções. Entretanto, os autores adicionam que a atitude correta seria reconhecer a impossibilidade de ajuste nos tipos convencionais, e isso parece aplicar-se aos princípios da teoria neo-institucional.

Os argumentos apresentados acima por DiMaggio e Powell (1999a), segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) são elementos que se referem a uma versão específica da teoria neo-institucional em organizações. Entretanto, não esgotam todas as possibilidades.

Crubellate, Grave e Mendes (2004, p. 46) ressaltam que o movimento chamado novo ou neo-institucionalismo fez voltar o foco para como “a realidade é socialmente definida e construída, na medida em que os agentes sociais interagem e definem para si, por processos pouco conscientes ou intencionais, o significado do mundo circundante”. Portanto, os autores concluem que as instituições são definidoras da nossa visão de mundo e importantes influenciadoras do comportamento social.

Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) destacam que em vários estudos, como por exemplo, o de Tolbert e Zucker (1996), os autores não contemplam uma discussão

da mudança, da capacidade de agência, poder e interesses. Assim, Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005) acreditam que para ocorrer um avanço nos pressupostos da teoria institucional, a mudança deve ser vista como parte do processo de institucionalização e há de se reformular a articulação entre os componentes da teoria.

Prates (2000, p. 91) destaca que as instituições são um dos objetos centrais da sociologia, embora não haja uma clareza conceitual do “objeto instituição”. Entretanto, a idéia central considera dois aspectos importantes: as instituições reduzem a incerteza no contexto da interação social e apontam para o caráter legítimo do sistema de valores e normas que as constituem.

De acordo com Silva (2003), entende-se o termo “instituições” por um conjunto de hábitos, rotinas, regras e leis que regulam as relações entre as pessoas e moldam a interação entre elas. Já Scott (2001, p. 33) afirma que “as instituições consistem de estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas, que são estabilidade e significado ao comportamento social”

Segundo Duarte Júnior (1986, p.39) “a instituição significa o estabelecimento de padrões de comportamento na execução de determinadas tarefas, padrões estes que vão sendo transmitidos a sucessivas gerações”. O autor ressalta que as instituições são sempre acompanhadas de um esquema explicativo e normativo que determina regras para o seu funcionamento, e a isto se chama de legitimação. Portanto, a noção de legitimidade é um elemento importante da teoria institucional e oferece para os teóricos da área respostas sobre a homogeneidade nos modelos e práticas organizacionais de organizações estabelecidas.

Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p.6) corroboram com o argumento de Duarte Júnior (1986). Os autores ressaltam que a perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos, e destaca a presença de elementos culturais, como: valores, símbolos, mitos, sistemas de regras e

programas profissionais. Assim, os autores concluem que “a consequência deste novo marco na interpretação organizacional revela-se quando a concorrência por recursos e clientes entre as organizações deixa lugar, na perspectiva institucional, à concorrência, para alcançar a legitimidade institucional e a aceitação do ambiente”

Scott (2001) diz que os elementos institucionais que compõem uma organização são: as diversas formas culturais (normas, leis e tipificações), estruturas sociais (poder, autoridade e isomorfismo estrutural) e atividades rotineiras da organização (procedimentos padronizados, conformidade na execução das atividades de acordo com as pressões normativa, coercitiva ou cognitiva).

Assim, Machado-da-Silva e Gonçalves (1999, p.220) afirmam que o que é intitulado como Teoria Institucional:

Constitui o resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar em suas proposições a idéia de instituições e padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais encontram-se imersos indivíduos, grupos e organizações.

Segundo Rossetto e Rossetto (2005, p.3), a teoria institucional é uma:

Abordagem simbólico-interpretativa da realidade organizacional, apresentado uma posição epistemológica predominantemente subjetivista, na qual é salientada a construção social da realidade organizacional.

Pascucci (2005, p.16) enfatiza que:

A teoria institucional em organizações vem se detendo sobre a explicação das origens sociais das ações de atores tomados, em princípio, como indivíduos que agem isoladamente. Ao invés de negar o princípio da racionalidade, tal perspectiva teórica vem buscando contribuir para o enriquecimento daquele pressuposto, indicando a sua constituição e imersão social e, deste modo, permitindo novos entendimentos sobre os processos mediante os quais as decisões são tomadas, em sociedade e nas organizações.

Segundo Tolbert e Zucker (1999), as análises baseadas na perspectiva institucional aumentaram após a publicação do clássico artigo de Meyer e Rowan (1977). DiMaggio e Powell (1999a) salientam que o artigo de Meyer e Rowan (1977) pode ser considerado como

o nascimento do novo institucionalismo nos estudos organizacionais e que muitos dos fundamentos do pensamento neo-institucional foram estabelecidos por estes autores.

Tolbert e Zucker (1999) destacam que ainda não foi desenvolvido um conjunto de conceitos-chave, metodologia de pesquisa e métodos específicos no âmbito da teoria institucional. Os autores (p.200) ressaltam que o texto de Meyer e Rowan (1977) trouxe a idéia de que “as estruturas podem ser revestidas de significados socialmente compartilhados e então, além das funções objetivas, podem servir para informaram público tanto interno quanto externo da organização”.

Essa idéia gerou três grandes implicações. A primeira refere-se ao questionamento de características organizacionais internas, tais como tamanho e tecnologia, já que a adoção de uma estrutura formal pode ocorrer independentemente da existência de problemas específicos para aumentar a legitimidade e perspectivas de sobrevivência independentemente da eficácia imediata das práticas e processos adquiridos.

A segunda está relacionada ao fato de que o desempenho da organização pode não estar relacionado com a eficiência e controle das atividades de produção, mas sim por se tornarem isomórficas ao ambiente. E, a última, refere-se ao comportamento dos membros da organização e das estruturas formais que podem ser negligenciadas.

Além do mencionado acima, Meyer e Rowan (1977) destacam que há vários exemplos de fontes potenciais de mitos racionalizados, como: a opinião pública, os sistemas educativos, as leis, as profissões, as ideologias, as tecnologias, as estruturas reguladoras, os órgãos de certificação, os requisitos e as aprovações governamentais.

Portanto, a Teoria Institucional visa explicar os fenômenos organizacionais por meio do entendimento de como e do por que das estruturas e processos organizacionais tornarem-se legitimados, bem como suas conseqüências nos resultados alcançados. Assim, a perspectiva

institucional descreve como as organizações sobrevivem e são bem sucedidas por meio da congruência entre uma organização, o ambiente e a interpretação dos atores sociais.

Cabe ressaltar que este trabalho considera a abordagem recursiva da teoria institucional como pressuposto, que leva em consideração a interpretação, sendo que as referências de ação para qualquer ator social não provém de maneira linear e determinística, mas sim do significado atribuído ao contexto que o mesmo está inserido. Esta diferença está sendo ressaltada, já que se encontra na literatura sobre teoria institucional diferentes abordagens, conforme pôde ser observado no trabalho Rossetto e Rossetto (2005, p. 3) , em que “a perspectiva institucional é uma estrutura determinística que coloca grande ênfase sobre as normas do ambiente e o peso da história da empresa para explicar as ações organizacionais”.

2.2.1 Isomorfismo

O isomorfismo é o termo utilizado para explicar como as características organizacionais são modificadas para se compatibilizar com o ambiente. Assim, as empresas passam a desenvolver processos semelhantes aos observados em outras organizações, a fim de favorecer o seu funcionamento por meio de regras socialmente aceitas.

DiMaggio e Powell (2005, p. 75) argumentam que “as mudanças organizacionais ocorrem como resultado de processos que tornam as organizações mais similares sem necessariamente as tornar mais eficientes”. Os autores identificaram três mecanismos por meio dos quais ocorrem mudanças isomórficas institucionais: isomorfismo coercitivo, mimético e o normativo. O primeiro se refere às forças coercitivas do ambiente:

regulamentações governamentais e às expectativas culturais capazes de impor uniformidades às organizações. O isomorfismo mimético está relacionado à incerteza, já que esta encoraja a imitação, fazendo com que as organizações se espelhem em outras organizações. E o isomorfismo normativo origina-se da profissionalização, ou seja, das atividades exercidas por uma determinada profissão.

O isomorfismo coercitivo é resultado tanto de pressões formais quanto informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem e pelas expectativas culturais da sociedade. DiMaggio e Powell (2005) ressaltam que em algumas situações, a mudança organizacional é uma resposta direta às ordens governamentais e que a existência de um ambiente comum afeta diversos aspectos do comportamento e da estrutura das organizações.

Entretanto, nem todo o isomorfismo institucional provém da autoridade coercitiva. De acordo com DiMaggio e Powell (2005), a incerteza é uma fonte que encoraja a imitação. Isto acontece quando as metas são ambíguas, quando a tecnologia não é totalmente compreendida ou quando o ambiente cria uma incerteza simbólica e, assim, as organizações a fim de suprir essa incerteza podem a vir tomar outras organizações como modelo.

A organização imitada serve como uma fonte conveniente de práticas que a organização pode copiar. DiMaggio e Powell (2005) relatam que os modelos podem ser difundidos involuntariamente por meio da rotatividade de funcionários ou explicitamente por empresas de consultoria e associações de comércio e indústria. Outro ponto ressaltado são as inovações que também podem ser introduzidas pelo fato de possuir outra organização como modelo. Como exemplo, a proliferação dos círculos de qualidade e qualidade de vida no trabalho nas empresas brasileiras foram uma tentativa de tomar o modelo de sucesso das empresas japonesas.

DiMaggio e Powell (2005, p. 79) ressaltam ainda que esse processo possui um “aspecto ritualístico”, ou seja, essas inovações são incorporadas para aumentar sua legitimidade e demonstrar que elas estão tentando melhorar suas práticas e condições de trabalho. Assim, uma ampla força de trabalho experiente e uma base de clientes pode impulsionar as empresas a realizarem o isomorfismo mimético. Geralmente, novas organizações tomam como modelo organizações que são percebidas como mais legítimas ou bem-sucedidas.

A terceira fonte de mudanças organizacionais é o isomorfismo normativo. A profissionalização possui dois aspectos importantes de isomorfismo: apoio da educação formal produzida por especialistas universitários e a constituição de redes profissionais que permeiam as organizações e por meio das quais são difundidos novos modelos.

DiMaggio e Powell (2005, p. 80) trazem uma importante reflexão sobre isomorfismo normativo. Os autores ressaltam:

Na medida em que gerentes e funcionários-chave são escolhidos nas mesmas universidades e selecionados a partir de um grupo comum de atributos, eles tenderão a enxergar os problemas da mesma maneira, a considerar como normativamente sancionados e legitimados os mesmos procedimentos, estruturas e políticas, e tomarão decisões de maneira similar.

Além do ressaltado acima, DiMaggio e Powell (2005) e Misoczky (2005) adicionam que em campos organizacionais que incluem uma força de trabalho fortemente profissionalizada será orientada principalmente pelo *status* e o prestígio, enquanto os recursos organizacionais são elementos-chave para atrair os profissionais. Esse processo gera a homogeneização, já que as organizações procuram assegurar os mesmos benefícios que os concorrentes.

Cochia e Machado-da-Silva (2004) corroboram com DiMaggio e Powell (2005) ao ressaltar que as pressões isomórficas, de natureza coercitiva, mimética e normativa, estão relacionadas ao fenômeno da estabilidade e da mudança organizacional. Todavia, os autores

destacam que as interpretações que os dirigentes organizacionais fazem de tais pressões ambientais afetam as estratégias de ação em termos de abrangência, oportunidade e ritmo. Além disso, eles adicionam que a atuação dos mecanismos isomórficos não elimina o sistema de interpretação de cada organização.

Os autores concluem que “é mediante a interpretação das demandas competitivas e socioculturais do seu contexto ambiental de referência que a organização se estrutura e define suas estratégias de ação, visando a atender os seus interesses” (COCHIA; MACHADO-DASILVA, 2004, p.14).

Segundo Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005, p.29):

[...] isomorfismo ou homogeneização não expressam necessariamente não mudança e não-ação, no sentido da capacidade de agência e escolha. Aquiescer a um padrão social pressupõe interpretação, e como tal, implica escolha e ação. Portanto, homogeneização não deriva de reprodução irrefletida, mas de regularidade proveniente da aceitação de determinada ação, que justamente em função de ser interpretada como legítima, é reproduzida pelos agentes na prática social e se consolida como padrão institucionalizado, por ser consentida como escolha desejável e viável. A reprodução gera regularidade, não cópia, porquanto mesmo que aquiescência seja a intenção, conseqüências não intencionais podem acarretar mudanças em decorrência da diversidade de fontes de interpretação e de lógicas de ação que proporcionam significado ao contexto institucional. Não se tem passividade, mas o seu oposto. Não se tem apenas permanência e conformidade, mas variação e mudança.

2.2.2 Padrões institucionais

Scott (2001) identifica três elementos que predominam entre os institucionalistas: o regulativo, o normativo e o cognitivo. Cada um destes três elementos é identificado por um ou por outro teórico como um ingrediente vital das instituições.

	Regulativo	Normativo	Cultural-Cognitivo
Base da submissão	Utilidade	Obrigação Social	Aceita�o de Pressupostos
Base de ordem	Regras reguladoras	Expectativas forçadas	Esquema constitutivo
Mecanismos	Coercitivo	Normativo	Mimético
Lógica	Instrumental	Adequa�o	Ortodoxa
Indicadores	Regras, Leis e Sanções	Certifica�o e Aceita�o	Crenças comuns Lógicas compartilhadas de A�o
Base de Legitima�o	Legalmente sancionado	Moralmente Governado	Compreensível Reconhecível Culturalmente Sustentado

Quadro 2: Trs Pilares Institucionais (SCOTT, 2001, p. 52)

Conforme o quadro ilustrativo acima, o pilar normativo enfatiza os valores que introduzem uma dimenso avaliativa e obrigatria na vida social. Segundo Scott (2001), os sistemas normativos incluem os valores e normas. Estes definem as metas e objetivos, bem como designa caminhos apropriados para atingir tais objetivos em conformidade com os critrios morais. Alm disso, o autor adiciona que alguns valores e normas so aplicados a todos os membros da organizao, e outros somente alguns atores ou posies. Os papis dentro das organizaes podem ser vistos como expectativas normativas de como os atores devem se comportar. Portanto, os sistemas normativos conferem direitos, bem como responsabilidades; privilgios, permisses e obrigaes.

J o pilar regulativo/legal enfatiza a capacidade de estabelecer regras, manipular sanes ou recompensas. Segundo o autor, um sistema de regras estvel, informal ou formal, suportado pela inspeo e poder sancionado, uma viso prevalecente das instituies.

A dimenso cultural-cognitiva, considerada a caracterstica principal dos neo-institucionalistas dentro da sociologia, ressalta que a escolha dos atores limitada pelos modelos de como o conhecimento socialmente construdo, identificado e compartilhado nas instituies.

Scott (2001, p. 58) relaciona estes trs elementos com o conceito de legitimidade. O autor salienta que as “organizaes requerem mais do que recursos materiais e informao

técnica se elas pretendem sobreviver e prosperar em seus ambientes sociais. Elas também precisam de aceitabilidade e credibilidade social”.

De acordo com Scott (2001, p.59):

[...] de uma perspectiva institucional, legitimidade não é uma *commodity* a ser possuída ou trocada, mas, uma condição refletindo a consonância percebida com relação a regras e leis relevantes, suporte normativo ou alinhamento com estruturas cultural-cognitivas.

Assim, de acordo com o aspecto legal, as organizações são legítimas se operam conforme as solicitações legais. Já em relação ao aspecto normativo, as organizações são legítimas se internalizam controles morais e, em relação ao aspecto cultural-cognitivo, se adotam uma estrutura comum de referência ou definição comum da situação.

2.2.3 Teoria institucional e o ambiente

Como destacado nos tópicos acima, observa-se que a ênfase no ambiente, a legitimidade e o isomorfismo são fatores vitais na interpretação sobre a realidade organizacional, sendo considerados como conceitos fundamentais na teoria institucional.

Scott (2001) adiciona a inclusão de fatores simbólicos na formação dos ambientes organizacionais. Até então, o ambiente era formado por elementos objetivos como recursos materiais, tecnologia, capital e se acreditava que a estrutura organizacional se configurava a partir destes. Elementos do âmbito cultural e cognitivo foram incorporados e a ênfase foi desviada das características técnicas para as institucionais dos ambientes. Carvalho, Vieira e Lopes (1999) adicionam que o ambiente influencia as estruturas organizacionais e determinam algumas características organizacionais.

Assim, a visão institucional propõe que as organizações sejam vistas como duas dimensões essenciais: técnica e institucional. A dimensão técnica é aquela regida pelas normas de racionalidade e eficiência. A institucional é controlada pelas expectativas do ambiente externo. Esta visão mais contemporânea é herdeira privilegiada dos conceitos pertencentes à abordagem sócio-técnica da administração, particularmente dos estudos do centro de Pesquisa Social da Universidade de Michigan dirigidos por Rensis Likert até os modelos que tratam da organização como sistema complexo segundo Katz e Kahn (MOTTA; VASCONCELOS, 2005).

Scott (1999) salienta que talvez a contribuição mais importante dos institucionalistas seja a análise da organização por meio de dois ambientes distintos, como mencionado acima, o técnico e o institucional. O ambiente técnico envolve a tecnologia, processos, troca de produtos e serviços em um mercado, no qual as organizações buscam eficiência nas suas atividades. Já o ambiente institucional envolve regras, valores e normas socialmente aceitos, legitimados por meio de estruturas e processos.

Segundo Pacheco (2001), há duas formas na perspectiva institucional para analisar como as estruturas são mantidas e estruturadas. As estruturas organizacionais são criadas para lidar com as pressões ambientais que variam de ambiente para ambiente. E a segunda afirma que o ambiente vai além do fluxo de recursos e energia: o ambiente também é formado de sistemas culturais que definem e legitimam a estrutura organizacional, garantindo a sua manutenção e criação.

No quadro abaixo, Oliver (1997) aponta as principais diferenças entre as perspectivas institucional e técnica.

Dimensões relevantes	Ambiente institucional	Ambiente técnico
Contexto ambiental	Político e legal	Mercado
Fator chave de demanda	Legitimidade	Recursos
Tipo de pressão	Coercitiva, mimética e normativa	Competitiva
Constituintes - chave	Agências do Estado e associações profissionais	Fontes de fatores de produção escassas
Mecanismos de controle externo	Regras, regulamentações, inspeções	Dependências críticas de troca
Fatores do sucesso organizacional	Conformidade às regras e normas institucionais	Aquisição e controle de recursos críticos
Ameaça Dominante à Autonomia	Intervenção Governamental	Parceiros de Troca de Recursos

Quadro 3: Perspectiva do ambiente institucional versus ambiente técnico (OLIVER, 1997, p.102)

Scott (1999, p. 219) diz que “os ambientes técnicos são aqueles dentro dos quais se troca um produto ou serviço em um mercado onde as organizações são recompensadas pelo controle eficiente e efetivo do processo de trabalho”. Já os ambientes institucionais “se caracterizam pela elaboração de regras e exigências a que as organizações individuais devem se ajustar se desejam receber apoio e legitimidade do ambiente”.

O autor ressalta que nos ambientes institucionais, as organizações são bem-sucedidas por estabelecer estruturas e processos corretos, e não pela quantidade e qualidade de seus produtos.

Meyer e Scott (1999) ressaltam que a presença de um conjunto de elementos de um determinado tipo de ambiente não exclui a presença do outro tipo de ambiente. Assim para o autor, é mais conveniente ver as diferenças como dimensões nas quais variam os ambientes, e não como estados dicotômicos. Por exemplo, Scott (1999) menciona que as empresas de serviços públicos e os bancos são sujeitos às pressões técnicas e institucionais fortes. Já, por exemplo, as academias estão sujeitas às pressões técnicas e institucionais fracas. Organizações de produção enfrentam pressões técnicas fortes e institucionais fracas. Por outro lado, organizações como escolas e igrejas atuam em ambientes institucionais fortes, mas tecnicamente fracas.

Segundo Scott (1999), essa tipologia proporciona a geração de hipóteses sobre o provável impacto estrutural destas combinações variáveis das pressões ambientais. Portanto, não há uma dicotomia entre os dois tipos de ambiente, mas sim vários tipos de combinações em que as organizações se inserem. Assim, com base na tipologia de Scott (1999), não se deve classificar as organizações levando em conta só um tipo de ambiente.

De acordo com Scott (1999) e DiMaggio e Powell (1999a), a maneira como as organizações se relacionam com seu ambiente está ligada com o conceito de legitimidade. Scott (1999) enfatiza que para a criação de um ambiente institucional e competitivo, as organizações realizam opções estratégicas ao relacionar-se com os seus ambientes institucionais. Por exemplo, o autor menciona que essas ‘eleições estratégicas’ podem ir desde um extremo mais modesto, como decidir quais tipos de cobertura de seguro oferecer aos empregados, até o extremo oposto que seria escolher o tipo de ambiente institucional com o qual irá se relacionar.

Assim, Scott (1999) ressalta que de acordo com a decisão dos gestores, a organização se localizará em ambientes institucionais diferentes, que variam pelas pressões reguladoras, fundos disponíveis, entre outros. A legitimidade estará determinada por meio do grau de consenso na organização a respeito dos meios selecionados para atingir os fins desejados.

Meyer e Scott (1999), DiMaggio e Powell (1999a) e Aldrich (1994), além de considerarem que os fatores culturais ou simbólicos são elementos cruciais que caracterizam o ambiente das organizações, ressaltam a importância das relações inter-organizacionais. Os autores enfatizam que as organizações estão inseridas em um conjunto de relações de troca com outros atores sociais e se localizam em um sistema de relações que as suas próprias atividades criam e podem configurar ou restringir as possibilidades de ação. Os autores enfatizam a importância das relações distantes, assim como das próximas, as relações verticais (poder-autoridade) e horizontais (competitivas - cooperativas).

Meyer e Scott (1999) também trazem a definição de “setor organizacional” e DiMaggio e Powell (1999b, 2005) de “campo organizacional”. As duas definições consistem na identificação de um grupo de organizações que produzem produtos ou serviços similares, considerando também os outros atores sociais, como os grupos reguladores, as associações profissionais ou comerciais, as fontes de financiamento e outras fontes de influência normativa ou cognitiva. Os autores acrescentam outras forças que consideram pertinentes, como as relações não locais e locais, os vínculos verticais e horizontais, as influências culturais e políticas e os intercâmbios técnicos.

Scott (1999) categorizou a discussão sobre o vínculo entre os ambientes institucionais e as estruturas organizacionais em sete argumentos diferentes: 1) a “imposição” da estrutura organizacional, 2) a “autorização” da estrutura organizacional, 3) o “estímulo” da estrutura organizacional, 4) a “aquisição” da estrutura organizacional, 5) a “fixação” da estrutura organizacional, 6) a “incorporação” da estrutura ambiental e 7) “evitar” a estrutura organizacional.

Sobre o primeiro ponto, nos estudos realizados pelo autor, foi observado que em alguns setores ou campos organizacionais os agentes ambientais são suficientemente poderosos para impor formas estruturais nas unidades organizacionais subordinadas. DiMaggio e Powell (1999b, 2005) denominam este tipo de influência como isomorfismo coercitivo. Entretanto, Scott (1999) refina este conceito em dois tipos de imposição: aquele que ocorre por meio da autoridade em contraste por aquela que ocorre por meio do poder coercitivo. O autor ainda ressalta sobre as relações de autoridade, ou seja, a habilidade das organizações, especialmente as públicas, de aplicar a coerção legítima.

O segundo argumento refere-se à autorização que está relacionada com as normas de autoridade. Segundo Scott (1999, p. 229) autorização é definida como “o processo mediante o qual uma unidade de ordem superior define e coloca em vigor as normas que apóiam o

exercício de autoridade por parte de um agente determinado”. De acordo com o autor, há várias fontes de autorização, como por exemplo, o fato das escolas privadas poderem buscar certificação das agências de educação pública, como também de associações profissionais. As organizações devem escolher com quem se relacionar, pois há custos e benefícios associados a estas escolhas. A organização pode ter que modificar a sua estrutura e/ou atividades em várias formas com o objetivo de manter o apoio dos agentes externos e, no mínimo, apresentar informações aos representantes destas instituições.

O terceiro ponto está relacionado ao estímulo do ambiente para que a empresa defina a sua estrutura. O autor traz como exemplo as agências de fomento que especificam as condições para que determinada empresa receba o financiamento, como: as condições para receber os fundos em forma de subsídios, contratos, benefícios fiscais, reembolso por trabalhos realizados etc. Neste caso, o agente só pode controlar o que a organização utiliza de fundos da agência. O autor adiciona que é pouco provável que as estruturas organizacionais criadas por estímulos tenham efeitos poderosos ou duradouros nos desenhos organizacionais que pretendem influir. Assim, eles concluem que é mais provável que essa coerção se reflita na preparação das explicações do que no desempenho dos trabalhadores que estarão focados na busca dos propósitos organizacionais definidos.

O quarto argumento refere-se à eleição dos modelos estruturais por parte dos atores organizacionais, ou seja, está ligado ao isomorfismo normativo ou mimético. Este argumento, ao contrário dos expostos anteriormente, em que os desenhos organizacionais provêm de fora da organização, os gestores adotam determinados desenhos organizacionais como base em padrões que consideram mais modernos ou apropriados.

O quinto está relacionado à fixação da estrutura organizacional, ou seja, processo por meio do qual, no momento da fundação, as novas formas organizacionais adquirem características que tenderão a se conservar no futuro.

O sexto refere-se ao processo em que a estrutura se desenvolve com o tempo, por meio de um processo histórico de adaptação não planejada. E, o sétimo e último argumento, Scott e Meyer (1999) desenvolveram outro ponto de vista da relação entre o ambiente institucional e a estrutura organizacional. Eles propuseram que, em algumas organizações, o sentido de ordem e coerência estão mais fundamentados em crenças institucionalmente compartilhadas do que em desenhos organizacionais. Nestes casos, os autores ressaltam que as estruturas organizacionais apóiam e complementam os sistemas culturais que exercem uma influência direta nos participantes.

Como se pode observar acima, a teoria institucional concebe o desenho organizacional não como um processo racional, mas sim como um processo derivado de pressões tanto externas como internas que são interpretadas pelos atores sociais e, com o tempo, legitimadas e socializadas.

Segundo Cochia e Machado-da-Silva (2004, p. 14), os esquemas interpretativos dos dirigentes das organizações podem ser compreendidos como o “conjunto de valores e crenças compartilhados pelos membros da organização que operam como quadros de referência pra a ação organizacional”.

Os autores relatam ainda que a relação entre os valores e crenças é interativa no processo de análise ambiental e decisório das organizações. Portanto, é possível compreender porque em situações semelhantes às pessoas ou os grupos optam por alternativas distintas de ação.

Assim, com base nos argumentos teóricos apresentados acima, os programas de pós-graduação da FMRP são sensíveis ao seu ambiente institucional, já que sofrem pressões tanto externas (normas CAPES), quanto internas (regimentos e normas da USP), bem como do peso histórico e a importância que a FMRP possui dentro do *Campus* de Ribeirão Preto. Além disso, as decisões estratégicas realizadas pelo presidente da comissão de pós-graduação da

FMRP são fundamentadas na busca da legitimidade, ou seja, procura-se ser congruente com o seu ambiente institucional.

Ademais, foi analisado como os coordenadores dos programas lidam com o ambiente técnico e institucional, pois em programas com caráter prático, o treinamento e a eficácia podem ser mais importantes que a produtividade científica. Assim, questiona-se como eles trabalham com esse *trade-off*, ou seja, quais aspectos são os fundamentais e quais os deixados para o segundo plano de acordo com as características e demandas próprias de cada área. Adiciona-se também o fato da credibilidade dos programas estar fortemente ligada ao conceito obtido, e este por sua vez alimenta maior credibilidade, que proporciona maior possibilidade de avaliações favoráveis futuras, atraindo, por exemplo, melhores alunos que favorecem em uma dinâmica virtuosa um sistema crescente de bom desempenho.

Portanto, a partir dos conceitos complexos e diferenciados das teorias contemporâneas sobre as organizações sociais formalizadas, do universo organizacional e suas inter-relações com o ambiente, os padrões legais, normativos e cultural-cognitivos foram escolhidos para compreender se estes influenciam na avaliação dos programas de pós-graduação da FMRP, segundo os critérios CAPES.

3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO CAPES

3.1 Quadro Global da Pós-Graduação no Brasil

Segundo o *site* da CAPES (2005a), as atividades realizadas pela instituição podem ser agrupadas em cinco linhas:

a) avaliação da pós-graduação nacional; b) elaboração de estudos e subsídios que auxiliam o Ministério da Educação na definição dos planos e políticas de desenvolvimento da pós-graduação nacional; c) formação de recursos de alto nível no país e exterior, mediante programas de investimento em bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos; d) promoção da cooperação científica nacional e internacional; e) viabilização do acesso à produção científica mundial.

Os resultados da avaliação do sistema CAPES são amplamente reconhecidos pelo meio acadêmico e têm como objetivo a formulação de políticas para a área de pós-graduação e o dimensionamento das ações de fomento, como bolsas de estudo, auxílios, apoios. A CAPES possui também como objetivo estabelecer os critérios para o reconhecimento pelo Ministério da Educação dos cursos de mestrado e doutorado novos e em funcionamento no Brasil.

O sistema de avaliação sofreu alterações em 1998, adotando o padrão internacional como referência de desempenho para cada área – notas de 1 a 7 (sendo o 6 e o 7 reservados para doutorados de padrão internacional)² –, em substituição à escala anterior de cinco

² **Notas 6 e 7** - exclusivas para programas que ofereçam doutorado com nível de excelência, desempenho equivalente ao dos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa, alto nível de inserção internacional, grande capacidade de nucleação de novos grupos de pesquisa e ensino e cujo corpo docente desempenhe papel de liderança e representatividade na respectiva comunidade;

Nota 5 - alto nível de desempenho, sendo esse o maior conceito admitido para programas que ofereçam apenas mestrado;

Nota 4 - bom desempenho;

Nota 3 - desempenho regular - atende o padrão mínimo de qualidade exigido;

conceitos (letras de A e E), a fim de permitir uma maior diferenciação entre os programas e o estabelecimento da nota 3 como padrão mínimo de desempenho para validação nacional dos diplomas emitidos pelos programas de pós-graduação. (CAPES, 2005a)

De acordo com a CAPES (2005a), a avaliação da Pós-Graduação tem contribuição essencial para:

- a) Impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressem os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- b) Contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão externa sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
- c) Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
- d) Estabelecer o padrão de qualidade exigido desse nível de ensino e identificar os programas que atendem a tal padrão;
- e) Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação;
- f) Contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
- g) Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

Segundo a CAPES (2005a), a avaliação do sistema de pós-graduação (mestrado e doutorado) abrange os seguintes processos:

- **Avaliação dos programas de pós-graduação** - processo onde se realiza a Avaliação Trienal. São avaliados todos os programas que integram o Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APNC), no triênio anterior ao ano da realização da avaliação.
- **Avaliação das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado** - processo regido pelos mesmos critérios e parâmetros básicos utilizados na avaliação trienal, cuja

Notas 1 e 2 - desempenho fraco, abaixo do padrão mínimo de qualidade requerido. Os programas com esse nível de desempenho não obtêm a renovação do reconhecimento de seus cursos de mestrado e doutorado.

finalidade é verificar se tais cursos atendem o padrão de qualidade requerido para que venham a obter a autorização ou reconhecimento do MEC. Os cursos aprovados passam a integrar o APCN e a ter suas atividades sistematicamente acompanhadas e avaliadas pela CAPES.

A CAPES conta com a participação de representantes de área que a auxilia no planejamento e execução das suas atividades, além da coordenação da participação de consultores acadêmicos junto à instituição. Segundo a CAPES (2005), os representantes de área são escolhidos entre os integrantes das listas tríplexes indicados pelo Conselho Superior, definidos com base nos nomes propostos pelos programas de pós-graduação e associações científicas.

Segundo Pereira (2005), o conceito obtido por um programa provém da avaliação da comissão de avaliação de cada área de conhecimento, presidida pelo representante de área mencionada acima. A avaliação trienal é realizada com base nos dados obtidos no referido triênio, que compõem a avaliação por meio do sistema Coleta CAPES, bem como por visitas nas instituições de ensino.

Segundo Spagnolo e Souza (2004), as informações sobre as avaliações trienais permitem uma análise quantitativa e qualitativa do corpo docente, corpo discente, produção intelectual, atividades de pesquisa e de formação. Os autores relatam que a avaliação é caracterizada por ser essencialmente acadêmica e valoriza de sobremaneira a pesquisa e as publicações científicas. Menor atenção é dada ao ensino, à extensão, à cooperação com setores empresariais e governamentais e ao impacto que as atividades desenvolvidas nos programas possam ter na sociedade em geral.

De acordo com Spagnolo e Calhau (2002 apud PEREIRA, 2005)³ as avaliações trienais contêm um número excessivo de indicadores quantitativos, sendo alguns considerados de pouca utilidade. Além disso, os autores ressaltam a falta de informações qualitativas,

redundância de informações quantitativas e o fato do processo de avaliação não deixar claro quais características dos programas de pós-graduação são mais relevantes na obtenção do conceito final.

Assim, Pereira (2005) analisou qual a influência das variáveis quantitativas medidas pela CAPES nos conceitos obtidos pelos programas de pós-graduação em Administração no triênio 2001-2003. A autora chegou à conclusão, por meio de uma análise discriminante, que somente as variáveis publicação (pontuação QUALIS), publicação por NRD6 (pontuação QUALIS por NRD6) e exogenia das bancas (média ponderada da proporção de examinadores externos nas bancas de mestrado, peso 3 e doutorado, peso 5) diferenciam significativamente os grupos, com um poder de previsão satisfatório.

Entretanto, a autora ressalta que para o modelo matemático prever resultados para próxima avaliação trienal (2004-2006) só será possível se a CAPES mantiver os critérios intactos. Vale ressaltar que os critérios estão evoluindo constantemente. Por exemplo, nesta próxima avaliação, observa-se que a avaliação se tornou mais qualitativa.

Ademais, a autora ressalta alguns aspectos importantes:

Aos que acreditam que a avaliação da CAPES é demasiadamente quantitativa devido ao número de dados quantitativos coletados, este resultado mostra que poucas variáveis diferenciam os grupos, ou seja, dificilmente o excesso de dados está sendo usado, o que dá à avaliação um caráter um pouco mais qualitativo. Aos que acreditam que a avaliação quantitativa deveria ser empregada, este resultado mostra que esta situação está distante. Isto mostra a necessidade de uma maior discussão sobre a avaliação da pós-graduação, o que vem sendo estimulado pela própria CAPES, bem como pelos coordenadores. (PEREIRA, 2005, p. 96)

De acordo com os resultados obtidos por Pereira (2005) e no site CAPES (2005), nota-se que vários dados são medidos em relação ao número de docentes. Segundo CAPES (2006), os docentes são caracterizados com base no período de atuação, natureza do vínculo, carga horária semanal e o percentual da dedicação desta carga à pós-graduação.

³ SPAGNOLO, F.; CALHAU, M.G. Observadores internacionais avaliam a avaliação da CAPES. **InfoCapes**.

O Núcleo de Referência ao Docente (NRD) é dividido em seis níveis. Observa-se por meio dos formulários de avaliação que vários itens são dimensionados com base no tamanho do NRD6. Cabe ressaltar que, segundo a CAPES (2004a), o tamanho mínimo recomendado do NRD6 de um programa é de oito docentes.

- NRD1: Docentes com período mínimo de nove meses de vínculo com a IES, no ano-base.
- NRD2: Docentes do NRD1 com regime de trabalho mínimo de 30 horas semanais, no ano-base.
- NRD3: Docentes do NRD2 com dedicação ao Programa superior a 30% da carga horária contratada, por mais de nove meses no ano-base.
- NRD4: Docentes SP/CLT com período mínimo de nove meses de vínculo com a IES, no ano-base.
- NRD5: Docentes do NRD4 com regime de trabalho mínimo de 30 horas semanais, no ano-base.
- NRD6: Docentes do NRD5 com dedicação ao Programa superior a 30% da carga horária contratada, por mais de nove meses no ano-base.

Entretanto, de acordo com a Portaria Capes 068/2004, a avaliação da Pós-Graduação realizada pela CAPES, passará a contemplar três categorias de docentes:

- Docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do programa. Cada área avaliação ou grande área definirá o percentual máximo e mínimo de docentes permanentes que deverá ter regime de dedicação integral à instituição;
- Docentes visitantes: docentes com vínculo funcional com outras instituições que sejam liberados das suas atividades, permitindo-se que atuem como orientadores e em atividades de extensão e,

- Docentes colaboradores: docentes que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

3.1.1 Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação e indicadores de C&T

De acordo com Velloso (2002), o modelo sequencial de pós-graduação brasileiro foi concebido tendo em vista o aperfeiçoamento de quadros para o ensino superior e a formação do pesquisador.

Velloso e Velho (2001) realizaram um estudo apoiado pela Capes e pelo CNPq com o intuito de conhecer melhor o panorama da formação de pós-graduação *stricto sensu* no país. O estudo foi conduzido na segunda metade dos anos noventa, valendo-se de amostras nacionais dos programas, estudantes e coordenadores de mestrado e doutorado. Os dados obtidos retratam a trajetória de formação dos mestrandos e doutorandos por área de conhecimento (Agrárias, Biológicas, Exatas e da Terra, Humanas, Saúde, Sociais Aplicadas, Engenharias, Lingüística, Letras e Artes) e por condição de bolsa na época do estudo (bolsistas, já haviam sido bolsistas e não bolsistas).

Os objetivos do estudo foram analisar a trajetória acadêmica dos discentes dos cursos de mestrado e doutorado no país, estudar aspectos de suas perspectivas profissionais e origens educacionais. Além disso, os autores procuraram verificar se há alguma relação entre as bolsas e a produtividade dos programas.

Segundo Velloso e Velho (2001), o típico mestrando ingressa no seu curso aos 30 anos de idade, geralmente cinco anos após a graduação. Se o aluno foi bolsista de iniciação científica na graduação, chegara mais rápido ao mestrado.

O mestrando médio das áreas de Saúde, Sociais Aplicadas, Letras e Humanas geralmente tem trabalho regular. E o mestrando típico geralmente não publicou artigos, resumos ou outros trabalhos antes do curso, exceto se foi aluno de iniciação científica na graduação. Aqueles que vão continuar os seus estudos de fato trabalham por algum tempo para depois se inscrever no doutorado, e as suas aspirações profissionais convergem para a academia.

O típico doutorando no país passou pelo mestrado, começando o curso aos 35 anos, já maduro para os padrões internacionais. Assim, os autores concluem que os doutorandos têm como efeito um menor período de vida ativa, durante o qual poderiam contribuir para a formação de quadros de alto nível e para o desenvolvimento da ciência e tecnologia do país. A sua aspiração profissional de longo prazo do típico doutorando é atuar na academia, desenvolvendo atividades de ensino e/ou de investigação em universidades ou institutos de pesquisa.

Sobre as bolsas concedidas no país, observa-se que o crescimento de matrículas na pós-graduação não acompanhou seu crescimento paralelo. No ano de 2000, 40% dos mestrandos eram bolsistas e 55% dos doutorandos. Portanto, esses números não seguem as tendências dos países centrais.

Os mestrandos que foram bolsistas na graduação possuem maiores chances de ter bolsa no mestrado também. A participação dos alunos de graduação em atividades de iniciação científica é uma das principais fontes de estímulo para que prossigam sua formação pós-graduada *stricto sensu*, em direção a uma carreira de pesquisa. Os principais critérios para concessão de bolsas por parte dos programas no país, segundo os coordenadores, são a

dedicação exclusiva e a classificação na seleção, seguido pelo desempenho no nível de formação anterior.

Outra característica que influencia diretamente na política de pós-graduação no país é que o período de transição entre a graduação e a pós-graduação varia segundo as condições dos bolsistas. Os alunos com bolsa tendem a tardar menos para chegar à pós. Além disso, os prazos de conclusão das disciplinas e das titulações são inferiores aos dos não bolsistas.

Portanto, os autores sugerem uma revisão na política de concessão de bolsa, já que os seus benefícios são notáveis. Além disso, o escopo da formação dos mestres deve ser diversificado, ou seja, preparar o estudante para atuar no campo profissional atendendo assim os setores de atividade que até então poderiam contar somente com mestres formados para a vida universitária.

Entretanto, segundo o relatório de Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia - 2002, MCT (2004), o número de bolsas concedidas para os alunos de mestrado teve um decréscimo, já que no ano de 1997 eram concedidas 21.113 bolsas no total (entre CAPES e CNPq) e, em 2002, 17.896. Este número é bem inferior ao de alunos matriculados, em 1997 eram 44.015 alunos matriculados e em 2002, 65.044.

Em relação às bolsas de doutorado, observa-se que o número de bolsas concedidas permaneceu praticamente o mesmo com uma pequena elevação, quando se compara 1997 (13.291 bolsas) e 2002 (14.209 bolsas concedidas). O número de bolsas de doutorado também é inferior, porém o intervalo é menor. Em 1997, haviam 22.935 alunos matriculados e em 2002, 37.400 alunos.

Steiner⁴ (apud MOTOYAMA, 2004, p. 113) diz que “a pós-graduação no Brasil é uma das faces mais bem sucedidas da política educacional de um lado e da política de ciência e tecnologia do outro”.

⁴ Depoimento Pessoal, 27/09/2004

Entretanto, ao mesmo tempo, tanto Steiner (apud MOTOYAMA, 2004) quanto Velloso (2002) relatam que apesar do Brasil estar formando um grande número de doutores, há dificuldades na absorção desses doutores no setor privado. Segundo Velloso (2003), na pesquisa realizada por ele que caracteriza a pós-graduação brasileira, cerca de 3/4 dos doutores trabalham na academia (instituições de ensino superior e institutos de pesquisa).

Segundo Motoyama (2004), a USP desenvolve pesquisa e pós-graduação de alta qualidade e de interesse social e econômico. O conhecimento será a moeda de troca no futuro e, portanto, é interessante refletir sobre a pós-graduação e o seu papel na sociedade.

4 METODOLOGIA

A seguir serão apresentados os aspectos metodológicos por meio dos quais o esforço de pesquisa busca alcançar seus objetivos. Segundo Gil (2002), a metodologia deve descrever os procedimentos a serem seguidos realização da pesquisa. Os aspectos que devem ser apresentados são: o tipo de pesquisa, a população e amostra, coleta e análise dos dados. Além destes tópicos, serão apresentados o modelo conceitual de pesquisa e a definição das variáveis.

4.1 Tipologia e Técnicas de Pesquisa

De acordo com a abordagem dada ao problema de pesquisa, o presente estudo está caracterizado como qualitativo. Segundo Richardson (1999, p.90):

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

A natureza básica deste estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, tendo em vista a abordagem dada ao problema de pesquisa e o seu objetivo que é analisar como os padrões institucionais (padrões regulativos/legais, normativos e cultural-cognitivos) influenciam nos conceitos obtidos pelos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto na avaliação trienal CAPES.

Para atingir o referido objetivo geral, segue a pergunta de pesquisa proposta a ser respondida por meio da parte empírica do presente trabalho:

COMO OS PADRÕES INSTITUCIONAIS INFLUENCIAM NOS CONCEITOS
OBTIDOS PELOS PROGRAMAS DA FMRP NAS AVALIAÇÕES TRIENASIS CAPES?

O estudo é considerado exploratório, já que de acordo com Gil (2002, p.41) a pesquisa exploratória tem como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Esta definição está em consonância com o problema de pesquisa, já que se objetiva conhecer melhor a instituição no que tange aos padrões normativos, cultural-cognitivos e legais a fim de verificar a influência dos mesmos na obtenção dos resultados nas avaliações trienais CAPES. Além disso, cabe ressaltar que este é um tema ainda pouco explorado empiricamente no campo da teoria das organizações no país.

Segundo Selltiz et al. (1965), os estudos exploratórios envolvem uma ou mais das seguintes abordagens: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

E o estudo é considerado descritivo, pois segundo Triviños (1987, p.128), a pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é considerada, por princípio, como descritiva.

As descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga [...] os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário, com fotografias etc., acompanhados de documentos pessoais, fragmentos de entrevistas etc.

Segundo Tolbert e Zucker (1999, p. 196), há pouco consenso sobre a definição de conceitos-chave, mensurações ou métodos no âmbito da teoria institucional. As autoras ressaltam:

[...] a teoria institucional ainda não desenvolveu um conjunto central de variáveis-padrão, não tem metodologia de pesquisa padronizada nem tampouco conjunto de métodos específicos. Os estudos têm-se baseado em uma variedade de técnicas que incluem estudos de caso, regressão múltipla, modelos longitudinais de vários tipos, entre outras.

De acordo com as autoras, a institucionalização é quase sempre tratada como um estudo qualitativo, já que as estruturas são institucionalizadas ou não o são.

Portanto, conforme o que foi exposto acima e devido à natureza do estudo, o procedimento técnico escolhido foi o estudo de caso. Como o conjunto de programas da FMRP é composto por 16 programas, o presente estudo será caracterizado como um estudo de casos múltiplos.

Segundo Yin (2005, p. 28), o estudo de caso é adequado para responder perguntas do tipo “como” e “por que” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual os pesquisadores têm pouco ou nenhum controle. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão bem definidos.

O autor destaca que estudos de casos múltiplos são considerados mais convincentes e o estudo de maneira global é considerado mais robusto. Entretanto, a condução de um estudo desta natureza requer um volume de tempo e recursos adicionais. Cabe ao pesquisador avaliar e decidir com base no escopo geral da pesquisa.

Outro ponto que deve ser considerado é que os estudos de casos múltiplos devem ser considerados como experimentos múltiplos, ou seja, deve-se seguir a lógica da “replicação”. Segundo Yin (2005, p. 69), “cada caso deve ser cuidadosamente selecionado de forma a: a) prever resultados semelhantes (uma replicação literal); ou b) produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis (uma replicação teórica)”.

Cabe ressaltar que Yin (2005, p. 68) diz que:

Algumas áreas, os estudos de casos múltiplos foram considerados uma “metodologia” diferente dos estudos de caso único. Por exemplo, a antropologia e a ciência política desenvolveram um conjunto de fundamentos lógicos para realizar estudos de caso único e um segundo para realizar o que está se chamando de estudos “comparativos”.

Triviños (1987) adiciona que um aspecto interessante do Estudo de Caso é a possibilidade de estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques específicos, dando origem aos Estudos Comparativos de Casos. Assim, o autor ainda ressalta que:

O enfoque comparativo enriquece a pesquisa qualitativa, especialmente se ele se realiza na perspectiva histórico-estrutural. Em geral, esta linha de investigação segue os passos de método comparativo, descrevendo, explicando e comparando por justaposição e comparação propriamente dita os fenômenos.

Assim, de acordo com as citações acima, o presente estudo pode ser considerado um Estudo Comparativo de Casos, já que está em concordância com o objetivo geral do estudo.

4.2 Plano Amostral

Conforme mencionado na seção acima, os dados primários serão instrumentalizados por meio de estudos de casos, utilizando-se roteiros de entrevistas semi-estruturadas. O conjunto de programas de pós-graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto é constituído de 16 deles (Biologia Celular e Molecular, Bioquímica, Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Farmacologia, Fisiologia, Genética, Ginecologia e Obstetrícia, Imunologia Básica e Aplicada, Neurologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Ortopedia e Traumatologia, Patologia, Pediatria, Saúde Mental e Saúde na Comunidade).

A análise institucional exige, em casos de esforço de pesquisa como este, a visão completa do ambiente de estudo delimitado. Para se compreender o fenômeno de relações e determinantes institucionais fez-se necessário, na visão desta pesquisadora, comparar o conjunto completo dos programas que formam o objeto, pois sem eles os resultados e conclusões do trabalho poderiam desviar ou empobrecer o exercício de análise. Optou-se,

desta forma, por realizar entrevistas nos dezesseis programas com o intuito de compará-los de classificá-los dentro das possibilidades de reflexão oferecidas pelo fundo teórico.

Foram realizadas quinze entrevistas em profundidade com os atuais coordenadores dos programas, já que um dos coordenadores não concedeu a entrevista. A avaliação qualitativa foi realizada por meio da análise documental e de conteúdo das entrevistas realizadas no estudo.

O quadro abaixo traz os respectivos programas de pós-graduação da FMRP, bem como os resultados das últimas avaliações trienais CAPES de 1998, 2001 e 2004 a fim de ilustrar, como mencionado na introdução, a média dos conceitos obtidos pela FMRP em tais avaliações.

Programas	Ano de Início		Avaliação Trienal		
	ME	DO	1998	2001	2004
Biologia Celular e Molecular ⁵	70	70	4	4	5
Bioquímica	71	71	5	5	5
Clínica Cirúrgica	71	71	5	4	4
Clínica Médica	70	70	5	5	6
Farmacologia	70	70	7	7	7
Fisiologia	70	70	6	7	7
Genética	71	71	4	6	6
Ginecologia e Obstetrícia ⁶	71	71	4	4	5
Imunologia Básica e Aplicada	90	90	5	7	7
Neurologia	71	71	5	6	7
Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço ⁷	71	71	4	3	4
Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação	74	74	5	3	4
Patologia	77	77	5	5	5
Saúde da Criança e do Adolescente ⁸	71	71	4	5	6
Saúde Mental	91	91	2	4	5
Saúde na Comunidade ⁹	71	-	3	3	3

Quadro 4 - Programas da FMRP e as respectivas notas nas avaliações trienais da CAPES

⁵ Nome inicial do programa: Morfologia-biologia celular.

⁶ Nome inicial do programa: Tocoginecologia.

⁷ Resultado da fusão de 2 programas, Oftalmologia e Otorrinolaringologia, e incorporação dos docentes da Cirurgia, Cabeça e Pescoço.

⁸ Nome inicial do programa: Pediatria.

⁹ Nome inicial do programa: Medicina Preventiva (USP, 2007b).

4.3 Coleta de Dados

O levantamento foi realizado junto aos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP/RP a fim de levantar as características institucionais de tais programas. Os dados coletados nesta pesquisa serão de dois tipos:

- Dados primários: aqueles coletados pelo pesquisador, como componente da investigação, por meio de entrevistas;
- Dados secundários: aqueles disponíveis ao pesquisador em livros, manuais, relatórios CAPES, teses, dissertações, regulamentos, normas e demais documentos organizacionais e a legislação referente ao tema.

4.3.1 Coleta de Dados Primários

Yin (2005, p.80) afirma que a preparação para a realização de uma boa coleta de dados por meio de um estudo de caso envolve: “habilidades prévias do pesquisador, treinamento e preparação para o estudo de caso específico, desenvolvimento de um protocolo de estudo de caso, triagem dos possíveis estudos de caso e condução de um estudo piloto”.

Na presente seção, tratar-se-á do protocolo de entrevista e do estudo piloto, já que parte do pressuposto que o pesquisador possui as habilidades necessárias para a realização da pesquisa.

Segundo Yin (2005), o protocolo para o estudo de caso é muito importante e é mais do que um instrumento de pesquisa. Ele contém as regras gerais que devem ser seguidas ao

utilizar o instrumento, sendo considerado essencial para um projeto de casos múltiplos, como é o caso do presente estudo. Além disso, o autor ressalta que a utilização do protocolo aumenta a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e destina-se a orientar o pesquisador para realizar a coleta de dados.

Yin (2005, p.93) relata que um protocolo de estudo de caso deve apresentar as seguintes seções: a) uma visão geral do projeto de estudo de caso, b) procedimentos de campo, c) questões do estudo de caso e d) guia para o relatório do estudo de caso.

A visão geral do projeto compreende os objetivos do estudo, bem como a questão do estudo e leituras sobre o tópico que está sendo investigado. Esta parte compreende a revisão bibliográfica, o objetivo geral e o problema de pesquisa.

Os procedimentos de campo englobam o acesso aos “locais” dos estudos de caso e fontes gerais de informações. Para os coordenadores dos programas foi enviada uma carta convite, contendo os objetivos do estudo, informações sobre a pesquisa e duração da entrevista. A carta convite encontra-se no Apêndice A. Quando possível, a carta convite foi entregue pessoalmente e, nessa ocasião, as entrevistas já eram agendadas. Nos casos em que a carta foi entregue às secretárias, a pesquisadora telefonava posteriormente a fim de agendar as respectivas entrevistas.

A proposta inicial das questões de estudo está no Protocolo Inicial de Pesquisa, Apêndice B, roteiro de entrevista semi-estruturado. Estas questões foram elaboradas com base no referencial teórico e nas fontes de evidências dos casos (site da FMRP; leis regimentos e normas da USP e da FMRP; site CAPES). O questionário final é o mesmo que o Protocolo Inicial de Pesquisa, já que os membros da banca de qualificação acharam-no adequado para o objetivo geral do estudo, não sendo realizada nenhuma inserção.

O guia para o relatório dos estudos de caso será composto pelas análises dos casos, que está descrita no plano de análise, na seção 4.6.

Cabe ressaltar que foi realizado um estudo de caso piloto com o Presidente da Comissão de Pós-graduação da FMRP, no dia 29/08/06, com o objetivo de realizar o alinhamento das questões que compõem o presente roteiro de entrevista. O presidente fez as suas considerações que foram incorporadas às questões apresentadas no protocolo inicial de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com os coordenadores dos programas em exercício, exceto os dos programas de Biologia Celular e Molecular e Bioquímica, pois estava ocorrendo troca da Comissão Gestora destes respectivos programas. As entrevistas foram realizadas aleatoriamente, nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, de acordo com a disponibilidade do coordenador e da pesquisadora, sendo formada a seguinte ordem: Programas de Farmacologia; Saúde na Comunidade; Clínica Cirúrgica; Bioquímica; Fisiologia; Imunologia Básica e Aplicada; Genética; Biologia Celular e Molecular; Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação; Ginecologia e Obstetrícia; Saúde da Criança e do Adolescente; Neurologia; Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Saúde Mental e Patologia. A apresentação dos resultados, no próximo capítulo, seguirá a ordem relatada acima.

Sobre os procedimentos durante a entrevista, pode-se relatar que no início da mesma era realizada uma explicação sobre o estudo e uma cópia do questionário era entregue ao entrevistado. Após esse procedimento, era solicitada a autorização para que a entrevista fosse gravada. Somente um dos coordenadores não cedeu à autorização. Em seguida, as questões eram efetuadas e a entrevistadora realizava anotações no seu diário de respostas com o objetivo de facilitar a transcrição das entrevistas. Em geral, as entrevistas foram realizadas nos laboratórios dos coordenadores.

Vale mencionar a dificuldade no “agendamento” das entrevistas, bem como na obtenção de informações que foram solicitadas durante a realização das mesmas: objetivo

geral e as linhas de pesquisa do programa. Até no momento da análise dos resultados do estudo, não foi possível obter o objetivo geral de um dos programas.

Alguns programas possuem maiores detalhes nos seus respectivos sites, bem como nas normas internas (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2006a). Assim, na apresentação dos resultados, alguns deles possuem um volume maior de informações devido ao acesso obtido. Além disso, cabe citar que a apresentação dos resultados segue a ordem do questionário, conforme Apêndice B. As questões que expressam opinião foram suprimidas da apresentação dos resultados e foram colocadas durante a análise e/ou considerações finais, de acordo com a pertinência, para garantir a confidencialidade sobre os apontamentos feitos.

4.3.2 Coleta de Dados Secundários

Nesta seção serão ressaltados os aspectos referentes à coleta de dados nos relatórios de avaliação CAPES. O objetivo desta coleta foi verificar se os índices obtidos por meio das avaliações CAPES diferenciam os programas entre si. Esses dados foram aqueles disponíveis no site da CAPES, em PDF, das últimas avaliações trienais 2001 (1998-2000) e 2004 (2001-2003). Como pode ser notado, cada triênio é composto por três avaliações. Assim foi consultado um total de 96 avaliações (6 avaliações por programa X 16 programas).

Na escolha dos índices coletados foram levantados alguns aspectos, conforme descrição a seguir. Os relatórios CAPES contemplam variáveis quantitativas e algumas qualitativas. De acordo com os critérios da avaliação trienal 1998-2000, elas são divididas em seis grandes grupos e possuem pesos diferentes:

- I - Proposta do Programa (avaliação qualitativa)

- II - Corpo Docente (20%)
- III - Atividade de Pesquisa (10%)
- IV - Atividade de Formação (15%)
- V - Corpo Discente (10%)
- VI - Teses e Dissertações (15%)
- VII - Produção Intelectual (30%)

Dentro de cada grupo há um conjunto de variáveis com pesos diferentes. Foram escolhidas aquelas que possuem maior peso. Os critérios da avaliação trienal 2004 não indicam os pesos com tanta clareza, já que esta se tornou mais qualitativa. Assim, optou-se por utilizar os critérios da avaliação trienal 2001 na escolha dessas variáveis, já que estes são definidos quantitativamente. Cabe ressaltar que há um padrão nos critérios de avaliação nas diversas áreas. Entretanto, foi verificada uma pequena variação na indicação do percentual nos critérios de avaliação das grandes áreas que os programas da FMRP pertencem.

As respectivas grandes áreas e quais os programas pertencentes a cada uma estão listados a seguir: Medicina I (Clínica Médica), Medicina II (Neurologia, Patologia, Saúde da Criança e do Adolescente e Saúde Mental), Medicina III (Clínica Cirúrgica, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Ortopedia), Saúde Coletiva (Saúde na Comunidade), Ciências Biológicas I (Genética), Ciências Biológicas II (Biologia Celular e Molecular, Bioquímica, Farmacologia e Fisiologia) e Ciências Biológicas III (Imunologia Básica e Aplicada).

Abaixo seguem os diferenciais nos percentuais das grandes áreas em relação aos números expostos acima:

- Ciências Biológicas I (CAPES, 2001a): corpo docente (10%), atividade de pesquisa (20%), atividades de formação (20%), corpo discente (10%), teses e dissertações (20%), propriedade intelectual (20%);

- Ciências Biológicas II (CAPES, 2001b): atividade de pesquisa (5%), teses e dissertações (20%);

- Ciências Biológicas III (CAPES, 2001c): atividade de pesquisa (5%), teses e dissertações (20%);

Como a maioria dos programas provém das áreas Medicina I, II e III (CAPES, 2001d; CAPES, 2001e; CAPES, 2001f)., optou-se pela escolha como padrão dos percentuais destas áreas. No anexo A, encontram-se os critérios de avaliação 1998-2000 da área de Medicina III.

Baseado em Pereira (2005), as variáveis que indicam desempenho serão consideradas os valores médios de cada triênio (1998-2000 e 2001 -2003), e as variáveis que indicam meios foram considerados os valores do último ano de cada triênio (2000 e 2003).

No quadro abaixo, encontram-se as variáveis escolhidas, bem como a localização das mesmas nos relatórios CAPES. A localização das variáveis é a mesma em todos os relatórios de avaliação CAPES. O anexo B é apresentado como exemplo a fim de ilustrar a localização das mesmas.

	Variável	Localização	Medida
1	Total de docentes	P-CD-04, linha 10, coluna 1	2000 e 2003
2	Atuação no programa (dedicação)	P-CD-04, linha 7, coluna 1 / P-CD-04, linha 10, coluna 1	2000 e 2003
3	% NRD6	P-CD-05, linha 6, coluna 1/ P-CD-04, linha 10, coluna 1	2000 e 2003
4	Número de Linhas de Pesquisa	P-AP-02, linha 1, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
5	Atividades de Pesquisa – Projetos de Pesquisa	P-AP-02, linha 4, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
6	Atividades de Pesquisa – Projetos com financiadores/ Projetos de Pesquisa	P-AP-02, linha 10, coluna 1/ P-AP-02, linha 4, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)

	Variável	Localização	Medida
7	Atividades de Formação – Orientados de Mestrado Acadêmico	P-AF-09, linha 1, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
8	Atividades de Formação – Orientados de Doutorado	P-AF-09, linha 2, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
9	Corpo Discente – N° Titulados (Mestrado)	P-FA-01, linha 4, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
10	Corpo Discente – N° Titulados (Doutorado)	P-FA-01, linha 4, coluna 3	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
11	Média de Meses para Titulação – Mestrado	P-TD-04, linha 1, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
12	Média de Meses para Titulação – Doutorado	P-TD-04, linha 1, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
13	Exogenia Banca – mestrado	P-TD-02, linha 15, coluna 2	2000 e 2003
14	Exogenia Banca – doutorado	P-TD-02, linha 15, coluna 4	2000 e 2003
15	Titulados mestres acadêmicos por docente	P-TD-05, linha 1, coluna 2	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
16	Titulados mestres doutores por docente	P-TD-05, linha 2, coluna 2	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
17	Produção Bibliográfica – A Internacional	P-PB-05a, linha 3 coluna 1	Soma do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
18	Produção Bibliográfica – B Internacional	P-PB-05a, linha 4 coluna 1	Soma do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
19	Produção Bibliográfica – C Internacional	P-PB-05a, linha 5 coluna 1	Soma do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
20	Produção Bibliográfica – A Nacional	P-PB-05a, linha 3 coluna 3	Soma do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
21	Produção Bibliográfica – B Nacional	P-PB-05a, linha 4 coluna 3	Soma do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
22	Produção Bibliográfica – C Nacional	P-PB-05a, linha 5 coluna 3	Soma do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
23	Publicação por docente NRD6	P-PB-07a, linha 3, coluna 4	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)
24	Número de Discente Autores	P-DA-02, linha 5, coluna 1	Média do triênio (1998/2000) e (2001/2003)

Quadro 5 - Forma de coleta das variáveis escolhidas para análise (Baseado em PEREIRA, 2005)

Esta análise foi realizada com o intuito de verificar se na composição dos quesitos CAPES seriam encontrados elementos que ajudariam na avaliação institucional, objetivo final deste trabalho. Assim, os dados estão disponíveis no Apêndice C. No entanto, não será apresentada uma discussão sobre os mesmos, já que não contribuiu com o foco do trabalho. Além disso, para comparar os resultados obtidos, deveria ser realizado outro trabalho, sendo que os documentos das respectivas áreas nas quais os programas se enquadram deveriam ser consultados a fim de verificar a média das mesmas e em que ponto os programas se encontram, ou seja, abaixo ou acima da média. Se a avaliação fosse realizada com base nos conceitos obtidos pelos programas, a média poderia apresentar um viés, já que, conforme exposto acima, as áreas apresentam percentuais com pesos diferentes, nas avaliações trienais de 2001 e 2004.

4.4 Modelo Conceitual de Pesquisa

Com base no levantamento teórico do trabalho, apresenta-se a seguir o modelo de pesquisa, representado pela figura 2. No presente estudo, os padrões normativo, cultural-cognitivo e regulativo foram estudados por meio do questionário referente à gestão dos respectivos coordenadores em exercício. É importante frisar a questão histórica de cada programa, desde a sua fundação até o presente momento. Durante todo este período, forças internas e externas foram atribuídas aos programas e, de acordo com a interpretação dos

integrantes dos programas, as ações foram sendo realizadas e, conseqüentemente, os programas foram sendo desenvolvidos.

Figura 2 - Modelo de Pesquisa

4.5 Definição de Termos e Variáveis

- *Sistema de Avaliação Trienal CAPES*: processo onde são avaliados todos os programas que integram o Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APNC) pela CAPES, obtendo notas de 1 a 7 a fim de classificar os programas de acordo com a sua qualidade. Os programas novos, se certificados pela CAPES, recebem nota inicial igual a três;

- *Funcionamento dos Programas*: como os programas operam, ou seja, qual é a frequência que os colegiados se reúnem, quais os principais assuntos discutidos e o grau de relacionamento com outros programas;
- *Relações Interinstitucionais*: relação com outras instituições de ensino e pesquisa/aplicação por meio de convênios;
- *Estratégias de Políticas de Pesquisa*: definições estratégicas em relação à avaliação CAPES (padrão mínimo de desempenho, número de orientados por docente, número de publicações etc.);
- *Padrão Normativo*: refere-se aos valores que introduzem uma dimensão avaliativa e obrigatória na vida social. Os sistemas normativos conferem direitos, bem como responsabilidades; privilégios, permissões e obrigações. (SCOTT, 2001)
- *Padrão Cultural Cognitivo*: ressalta que a escolha dos atores é limitada pelos modelos de como o conhecimento é socialmente construído, identificado e compartilhado nas instituições. (SCOTT, 2001)
- *Padrão Regulativo/Legal*: refere-se à capacidade de estabelecer regras, manipular sanções ou recompensas. Segundo Scott (2001), um sistema de regras estável, informal ou formal, suportado pela inspeção e poder sancionado, é uma visão prevalecente das instituições.
- *Teoria Institucional*: constitui o resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e da economia que buscam incorporar em suas proposições a idéia de instituições e padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais encontram-se imersos indivíduos, grupos e organizações. (MACHADO-DA-SILVA E GONÇALVES, 1999, p.220)
- *Diplomas Normativos*: são os instrumentos que contêm as regras que norteiam as atividades do Poder Público, das Empresas e dos Indivíduos. No presente caso, todos os regimentos, leis e normas relacionadas à Pós-Graduação da FMRP.

- *Exogenia das Bancas*: proporção de examinadores externos ao programa nas bancas de doutorado e mestrado;
- *Tempo médio de titulação*: tempo médio em meses para titulação de mestrado ou doutorado;
- *Número de Titulados*: Número total de titulados;
- *Discentes autores*: número total de alunos de mestrado e/ou doutorado que publicaram em co-autoria com docentes do programa;
- *Produção Científica*: número de publicações segundo a qualificação Qualis CAPES (internacional A, B e C, nacional A, B e C);
- *Dedicação dos docentes*: proporção de docentes que dedicam mais de 30% à pós-graduação;
- *Porcentagem de NRD6*: razão entre o número de docentes NRD6 dividido pelo número total de docentes;
- *Porcentagem de Projetos Financiados*: razão entre o número de projetos financiados dividido pelo número total de projetos de pesquisa por programa;
- *Número de linhas e projetos de pesquisa por programa*: Número total de linhas de pesquisa e projetos de pesquisa por programa;
- *Número de orientados por docente*: razão entre o número total de alunos e o número de docentes.

4.6 Plano de Análise

Para realização da pesquisa, esta foi dividida em etapas. Na primeira etapa foi realizado o levantamento bibliográfico a fim de verificar o estado da arte sobre os assuntos abordados. Na segunda etapa foi revisada a metodologia com base no estudo bibliográfico

realizado, bem como elaborado um roteiro de entrevista para a coleta de informações mais aprofundadas dos programas de pós-graduação da FMRP. Na terceira etapa foram coletados e tabulados os dados das avaliações trienais CAPES.

Em seguida, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas, constituindo-se na quarta etapa do projeto. Em uma quinta etapa os dados das entrevistas foram transcritos e analisados por meio da análise de conteúdo, de acordo com a descrição a seguir, sendo que os programas foram agrupados de acordo com as características comuns. Na sexta e última fase, as conclusões do estudo e desenvolvimentos futuros foram elaborados.

Segundo Bardin (1977, p. 31):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Entre as técnicas de análise de conteúdo foi escolhida a análise temática. Como temas principais, de acordo com o objetivo geral do estudo, foram escolhidos os pontos principais do questionário, tais como: objetivo do programa, linhas de pesquisa, Comissão do Programa, CPG da FMRP/USP, distribuição dos orientados, Sistema de Avaliação CAPES, ponto forte do programa, políticas estratégicas, fomento, cooperação e isomorfismo mimético. Esta análise buscou verificar quais são os valores e crenças dos programas (padrão normativo) e o padrão cultural-cognitivo.

Para o padrão regulativo, foram descritas e analisadas, por meio da análise documental, as normas internas do programa (número de créditos, critérios de seleção, tempo de titulação e exame de qualificação). Segundo Richardson (1999, p. 230), “o objetivo básico da análise documental é a determinação fiel dos fenômenos sociais”. Para sua realização são utilizados processos semelhantes à análise de conteúdo, como por exemplo, o estabelecimento de categorias, conforme mencionado acima (número de créditos, critérios de seleção, tempo

de titulação e exame de qualificação). No Apêndice D, encontra-se uma cópia da tabela utilizada para análise de conteúdo das entrevistas e das normas internas dos programas.

O detalhamento dos objetivos, as perguntas específicas e técnicas de análise se encontram no quadro 6.

Pergunta de Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Perguntas Específicas	Técnicas de Análise
Qual a influência dos padrões institucionais nos conceitos obtidos pelos programas da FMRP?"	Analisar como os padrões institucionais (legais, normativos e cultural-cognitivos) influenciam nos conceitos obtidos pelos programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto na avaliação CAPES.	- Realizar uma apresentação detalhada sobre os índices de eficiência dos programas segundo os critérios CAPES, especialmente o número de docentes e a sua dedicação no programa, número de linhas e projetos de pesquisa, número de titulados, número de orientados por docente, média de meses para titulação de mestrado e doutorado, número de discentes-autores e exogenia da banca e produção científica.	Foram coletados nas avaliações trienais de 2001 e 2004	Análise Documental
		Estudar os componentes institucionais (estatutos, regimentos e normas internas dos programas) buscando identificar o padrão regulativo no modelo de análise.	Foram coletados nas Leis, Regulamentos e Normas da Pós-Graduação da FMRP	Análise Documental
		Estudar as características similares e divergentes na gestão dos programas de Pós-Graduação da FMRP, buscando identificar padrões normativos e culturais cognitivos dentro do modelo de análise;	1.Quais são os objetivos deste programa? 2. Quais são as linhas de pesquisa? Estão delineadas claramente? 3.Como é formada a comissão do programa? 4.Qual é a periodicidade das reuniões? (Distribuição e quantidade de reuniões por ano) 5.Quais assuntos precisam da apreciação da CPG? 6.Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas, presencialmente, por indivíduos não pertencentes ao colegiado? Senão, por quê? (Se solicitada, pode ser concedida a palavra aos não membros do colegiado? Isto ocorre com que frequência?). 7.Há normas internas dentro do programa em relação a distribuição de orientados? 8.Quais dos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES o Sr. acredita que mais influencia na obtenção de bons resultados na avaliação trienal CAPES?	Análise de Conteúdo

Continuação

			<p>9. Concorde com os meios de mensuração do Sistema de Avaliação CAPES?</p> <p>10. É importante para a instituição que o programa obtenha bons conceitos nas avaliações trienais CAPES? Por quê?</p> <p>11. Quais pontos fortes o Senhor acredita ser o diferencial deste programa?</p> <p>12. É um dos principais objetivos deste programa obter o melhor conceito no sistema CAPES de Avaliação? O que tem sido feito para tanto?</p> <p>13. Quais são as políticas estratégicas em relação à busca de fomento no Brasil e Exterior para o programa X?</p>	
		Identificar os programas que possuem relações interinstitucionais, buscando identificar padrões normativos e culturais cognitivos dentro do modelo de análise;	<p>1. O programa realiza cooperação nacional e/ou internacional com outros programas da mesma instituição ou com outras instituições de ensino e pesquisa e/ou aplicação? Se sim, quais são os benefícios desta parceria?</p> <p>2. Os exemplos bem sucedidos de outros cursos / programas dentro do sistema de Pós da FMRP são observados e eventualmente adotados e adaptados? E fora da própria FMRP? Como e por que isto ocorre? Ou não?</p>	Análise de Conteúdo
		Verificar se os programas possuem estratégias internas para alcançar melhores resultados na avaliação trienal realizada pela CAPES, buscando identificar padrões normativos e culturais cognitivos dentro do modelo de análise	1. Há políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES, como por exemplo, credenciamento de disciplinas e professores e padrões mínimos de desempenho?	Análise de Conteúdo
		Apresentar a contribuição das variáveis institucionais nas avaliações trienais CAPES.	Comparação entre os dados levantados	Análise de Conteúdo

Quadro 6 - Plano de Análise

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os cursos de pós-graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP foram criados no início da década de 70. No período de novembro/70 a julho/1971, foram aprovados para funcionamento treze cursos, sendo seis em áreas básicas (Bioestatística, Bioquímica, Farmacologia, Fisiologia, Genética e Morfologia-Biologia Celular) e sete em áreas de aplicação (Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Medicina Preventiva, Neurologia, Pediatria, Tocoginecologia e Oftalmologia). Posteriormente, foram criadas mais cinco áreas (Ortopedia e Traumatologia, Patologia Humana e Experimental, Otorrinolaringologia, Imunologia Básica e Aplicada e Saúde Mental).

Em 2006, a pós-graduação da FMRP-USP possuía um total de dezesseis programas de pós-graduação "*Stricto Sensu*", em níveis de mestrado e doutorado. De acordo com as informações supracitadas sobre avaliações trienais CAPES e a análise realizada sobre os programas no site da FMRP (2006), a produção científica da FMRP-USP está entre as primeiras da USP na relação de trabalhos completos publicados por número de docentes, e é oriunda, na grande maioria, de trabalhos desenvolvidos pelos pós-graduandos com seus orientadores.

A Pós-Graduação "*Stricto Sensu*" na área médico-biológica da FMRP está consolidada há aproximadamente trinta e cinco anos e tem como objetivo fundamental formar professores e pesquisadores para atender as demandas de outras instituições de ensino e de pesquisas biomédicas. Este objetivo segue as diretrizes do Regimento da Pós-Graduação da USP, capítulo 1, em que estão presentes as disposições gerais e os objetivos da Pós-Graduação da USP, especificamente no Artigo 4º: "A Pós-Graduação *Stricto Sensu* compreende um conjunto de atividades programadas, avançadas e individualizadas,

acompanhadas por orientador, que incluem e privilegiam o ensino e a pesquisa, procurando sempre a integração do conhecimento” (USP, 2006b).

Portanto, os objetivos gerais da FMRP estão legitimados de acordo com o Estatuto da Universidade de São Paulo¹⁰, Regimento Geral da USP¹¹ e o Regimento da Pós-Graduação da USP¹², mostrando que estão de acordo com o seu ambiente institucional.

A Organização Geral da Pós-Graduação da USP está configurada como a figura a seguir:

Fonte: Baseado em USP (2007, p. 48)

Os órgãos administrativos da Pós-graduação são compostos pelo Conselho de Pós-Graduação (CoPGr), ligado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e pela Comissão de Pós-Graduação, vinculada a uma ou mais unidades. Cabe ao CoPGr¹³ promover atividades de Pós-Graduação e estabelecer as normas que julgar necessárias para esse efeito, bem como traçar as

¹⁰ Artigo 69, §1º

¹¹ Artigo 86, §1º e §2º

¹² Artigo 1, §1º e Artigo 4, §1º e §2º

diretrizes que nortearão a ação da Universidade na Pós-Graduação, obedecidas as normas gerais fixadas pelo Conselho Universitário e, ainda, zelar por meio de avaliações permanentes, pela qualidade do trabalho e pela adequação dos meios às finalidades de cada programa. Além das atividades relatadas acima, cabe ainda ao CoPGr autorizar o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação para o mestrado, doutorado e cursos de especialização, acompanhar e avaliar os programas da Pós-graduação, deliberar sobre as propostas de suas Câmaras e Comissões, estabelecer normas para o funcionamento das comissões de Pós-Graduação, analisar pedidos de reestruturação dos programas de Pós-graduação; proceder o reconhecimento de títulos e certificados de Pós-graduação obtidos no exterior, em instituições de ensino superior, entre outras (USP, 2006b).

Além disso, há ainda o papel das três Câmaras do Conselho de Pós-Graduação: Câmara de Avaliação, Curricular e de Normas e Recursos. Cabe à Câmara de Avaliação, entre outras atividades, acompanhar os programas de pós-graduação e os mestrados interinstitucionais, aprovar o credenciamento e recredenciamento de orientadores da USP e de fora da universidade.

À Câmara Curricular, além de outras atividades, cabe aprovar o credenciamento de docentes de fora da USP como responsáveis por disciplinas de Pós-Graduação, e fixar normas para o exame de qualificação.

À Câmara de Normas e Recursos compete a aprovação de regulamentos das Comissões de Pós-graduação e alterações de regulamentos já existentes; aprovação de solicitações de trancamento de matrícula e prorrogação de prazo, aprovação de solicitações de transferência de área de concentração; designar as comissões julgadoras de dissertações e teses, aprovação de convênios para oferecimento de mestrado interinstitucional e deliberar sobre recursos de qualquer natureza, relacionados à Pós-Graduação.

¹³ Regimento da Pós-Graduação da USP – Artigos 17, 18 e 19.

Conforme disposto no artigo 35 do Regimento da Pós-Graduação da USP, a coordenação dos programas de Pós-Graduação será realizada no âmbito da Unidade pela CPG, de acordo com as diretrizes e normas fixadas pelo CoPGr. Cabe a CPG¹⁴, entre outras atividades, traçar as diretrizes e zelar pela execução dos programas de pós-graduação; propor ao CoPGr a estrutura dos Programas de Pós-Graduação novos ou reformulados e dos cursos de especialização; propor à Câmara de Normas e Recursos do CoPGr regulamento dos programas de Pós-Graduação, observando os prazos estabelecidos e os créditos mínimos exigidos pelo Regimento da Pós-Graduação da USP; aprovar o credenciamento e reconhecimento das disciplinas de Pós-Graduação. Ainda, no caso de docentes de fora da USP, propor à Câmara Curricular do CoPGr o seu credenciamento como responsáveis; propor à Câmara de Avaliação do CoPGr os critérios de credenciamento e reconhecimento dos orientadores; estabelecer o número máximo de alunos por orientador, respeitado o limite de dez na USP; aprovar as solicitações de passagem de aluno para o doutorado sem a conclusão do mestrado, de acordo com critérios previamente estabelecidos; estabelecer critérios para realização de exame de qualificação em curso de doutorado e, se pertinente, de mestrado; aprovar as comissões examinadoras de exame de qualificação que tenham a participação de especialista de notório saber, estranho ao corpo docente da USP; homologar a indicação dos coordenadores de programas de Pós-Graduação etc.

Além dos regimentos mencionados acima, as coordenações dos programas devem observar o Regimento Interno da Comissão de Pós-Graduação da FMRP-USP. Segundo USP (2006b):

Artigo 1: As atividades de pós-graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP) assim como a composição e as competências de sua Comissão de Pós-Graduação (CPG) são regidas pelo Estatuto da Universidade de São Paulo (artigos 49, 69, 70, 71, 72 e 73), pelo Regimento Geral da Universidade de São Paulo (artigos 86 a 116), pelo Regimento de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, pelo Regimento da FMRP-USP (artigos 15, 16, 17, 26 e 34) e pelo Regulamento dos Programas de Pós-graduação da FMRP-USP.

¹⁴ Regimento da Pós-Graduação da USP – Artigo 41

Nas Normas da CPG da FMRP/USP de 2003 estão dispostos os critérios de seleção, créditos mínimos, língua estrangeira, disciplinas, exame de qualificação, passagem de mestrado para o Doutorado, Desempenho Acadêmico e Científico Insatisfatório, Critérios para Credenciamento e Recredenciamento de Orientadores, Procedimento para Depósito da Dissertação/Tese, Comissão Julgadora e Outras Normas (USP, 2006b).

Portanto, observa-se que a gestão dos programas da FMRP está sob as normas da CPG, que segue o Estatuto da Universidade de São Paulo, o Regimento Geral da USP e Regimento da Pós-Graduação da USP. Além destes, os programas também seguem algumas determinações das áreas de avaliação que pertencem no Sistema de Avaliação CAPES, bem como das agências de fomento, como CNPq e FAPESP. Assim, o isomorfismo coercitivo está fortemente presente no funcionamento dos programas.

Abaixo são apresentadas as descrições das entrevistas dos quinze programas da FMRP/USP e, conforme ressaltado na metodologia, as questões em que os coordenadores expressam a sua opinião sobre o Sistema de Avaliação CAPES foram suprimidas e estarão presentes na análise dos dados, sem a identificação do coordenador, a fim de manter a confidencialidade dos mesmos.

5.1 Programa de Farmacologia

O coordenador do programa de Farmacologia é formado em Medicina com doutorado e pós-doutorado na área de Farmacologia. Ele é credenciado no programa há aproximadamente quinze anos e é coordenador desde 2003 com término do seu mandato em 31/12/06.

Em 2006, o programa possuía aproximadamente sessenta alunos entre doutorado e mestrado, treze professores permanentes e dois colaboradores.

O programa foi criado em 1970 com o objetivo de promover o desenvolvimento do espírito científico dos alunos e sua familiarização com as informações atualizadas das várias áreas da Farmacologia, capacitando-os, desta forma, a exercerem de forma crítica atividades de docência e pesquisa. Segundo o coordenador do programa, o mesmo tem reconhecimento nacional e internacional tendo recebido o conceito máximo da CAPES (7) desde a avaliação de 1998. Desde a sua criação até 2005 o programa, já formou 211 mestres e 131 doutores.

As linhas de pesquisa¹⁵ do programa de Farmacologia são bem delineadas sendo agrupadas em quatro linhas:

- **Dor/inflamação:** Modelos animais de dor de origem vascular, Mecanismos moleculares da dor inflamatória, Analgésicos periféricos, Mecanismos envolvidos no recrutamento de neutrófilos e eosinófilos em modelos de doenças inflamatórias, Choque séptico, Biologia do Óxido Nítrico, Farmacologia da resposta febril, Farmacologia de sistemas centrais de controle da dor.

- **Pressão arterial/músculo liso:** Farmacologia do cálcio, Farmacologia do sistema Renina-Angiotensina em músculo liso não-vascular e vascular, Aterosclerose, Influência da gravidez sobre a regulação da reatividade vascular, Farmacologia Cardiovascular, Estudo dos mecanismos centrais de controle da pressão arterial, Mecanismos de contração e relaxamento do músculo liso vascular e não vascular.

- **Neuro/psicofarmacologia:** Estudo da neurotransmissão periférica, Modelos experimentais de ansiedade clínica, Estudo dos mecanismos neurais envolvidos nas respostas comportamentais de animais frente a eventos aversivos.

¹⁵ Guimarães, F. S. Capítulo PG_Farmacologia. Mensagem recebida por fsguimar@fmrp.usp.br em 14 de novembro de 2006.

- **Outras:** Métodos *in vitro* e *in vivo* para o estudo da osseointegração de implantes, Neurobiologia do desenvolvimento, Farmacocinética, Farmacogenética, Peptídeos vasoativos: metabolismo e geração.

A Comissão de Pós-Graduação do Programa e seu Coordenador são indicados pelo Conselho do Departamento de Farmacologia, sendo três docentes (coordenador, vice-coordenador e um membro docente) mais um discente indicado anualmente pelos seus pares. As reuniões acontecem a cada 20 dias, geralmente no dia anterior do último dia de entrega de material à CPG.

Os assuntos que precisam da apreciação da CPG são diversos. A Comissão local pode atuar nos seguintes pontos: indicação de bancas de defesas de teses e dissertações, credenciamento de orientadores, critério de distribuição de bolsas, seleção de pós-graduandos e destino das verbas CAPES destinadas à Pós-Graduação.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica no máximo dez orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o item de maior relevância são as publicações de qualidade com os discentes.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos no Sistema de Avaliação CAPES pelo prestígio, maior facilidade na obtenção de recursos, como por exemplo, bolsas e projetos concedidos pela FAPESP, que considera a nota do programa na concessão de recursos e verba do PROEX.

O ponto forte do programa é a produção científica e também o fato de que esta não é concentrada, sendo considerada homogênea, quando se compara com outros programas de farmacologia.

É um dos principais objetivos do referido programa manter o conceito sete (7), por meio da incorporação de novos docentes, pois segundo o coordenador há um envelhecimento

natural do departamento, sendo necessário manter a “massa crítica” do programa para obtenção de bons resultados.

Há muitos anos existem políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, como por exemplo, critérios de credenciamento e credenciamento de docentes, sendo estes mais exigentes do que os da CPG. Os padrões mínimos de desempenho são requisitos para o credenciamento. Para um docente se cadastrar como orientador de mestrado, o mesmo deve comprovar envolvimento em linha(s) definida(s) de pesquisa(s) por meio de no mínimo três (3) publicações em nível internacional nos últimos cinco anos. Para doutorado, de no mínimo cinco (5) artigos. Ademais, também deve ser comprovado o financiamento de projeto(s) de pesquisa por agências de fomento sob responsabilidade do orientador que está solicitando credenciamento ou renovação do mesmo. Em qualquer nível, o docente deverá coordenar pelo menos uma disciplina de pós-graduação, e esta deverá ser ministrada pelo menos a cada dois anos. Se o orientador não cumprir essa meta, ficará impedido de receber novos alunos de Pós-Graduação (USP, 2006a).

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados ao programa. Foi relatado que os orientadores têm tido certa facilidade – atualmente há três projetos temáticos. O programa tem autonomia para distribuição da verba PROEX, financiando bancas, auxílio para infraestrutura da pós e participação de alunos em congressos.

Não existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas. A reunião é restrita aos membros, pois são discutidos assuntos internos. Foi ressaltado que o programa incorporou o membro discente antes da exigência da CAPES, pois é muito importante a participação deles, já que trazem opiniões e dão retorno das ações que estão sendo tomadas.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional, mas sim os pesquisadores credenciados. Eles realizam cooperação tanto nacional quanto internacional.

Essas parcerias têm trazido vários benefícios, como: o incremento da produção científica; estas também podem ser consideradas uma fonte de novos pós-graduandos; além disso, aumenta o número de visitas de pesquisadores estrangeiros a fim de ministrar cursos e palestras, bem como o envio de egressos de pós-doutoramento e, eventualmente, possibilita doutorados sanduíche.

Os regimentos e normas são considerados específicos e são consultados pelo coordenador e pela secretária e, quando há dúvidas, a CPG local é consultada.

5.1.1 Descrição das Normas Internas do Programa

Nas normas internas do programa não consta a composição da comissão do programa de Farmacologia. A sua formação foi exposta acima, de acordo com a descrição do coordenador.

O exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios devem ser cumpridos dentro da área de Farmacologia da FMRP e os optativos dentro ou fora da área.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	15	15	30
Doutorado	-	20	20
Doutorado Direto	15	35	50

Quadro 7 - Número de Créditos do Programa de Farmacologia

Para o exame de seleção do mestrado têm-se duas fases: 1) exame de proficiência em língua inglesa (eliminatória) e 2) uma entrevista com uma banca de três docentes indicados

pela Comissão de Pós-Graduação do programa e baseado no resultado de uma prova escrita (nota mínima cinco) de conhecimentos básicos necessários para acompanhar o curso do programa.

Já para o exame de doutorado, as fases citadas acima também estão presentes, mas há o acréscimo da apresentação e discussão de um projeto de pesquisa frente a uma banca de três docentes. Para os candidatos de doutorado e doutorado direto, a nota mínima exigida será seis e, caso o candidato à seleção tenha realizado mestrado na área, este ficará isento da prova inscrita.

Para o doutorado direto, além de preencher os critérios descritos acima, o aluno deverá comprovar maturidade acadêmica suficiente para realizar o doutoramento. Ademais, para mudança do nível, deverá ser encaminhada a solicitação pelo Orientador em concordância com o aluno, à Coordenação do Programa com os argumentos explicitados.

O programa de Mestrado tem duração máxima de três anos, o de Doutorado de quatro anos e Doutorado Direto de cinco anos.

As bolsas provenientes do CNPq e da CAPES serão distribuídas pela coordenação do programa, devendo o aluno se dedicar integralmente ao curso, não acumular bolsas de diferentes agências de fomento, não ser funcionário da FMRP, seja na qualidade de docente, pesquisador ou técnico e não ser aluno de residência médica.

Para o exame de qualificação, tanto para o mestrado quanto para o doutorado, o exame deverá ser realizado no máximo seis meses antes da data final de expiração do prazo legal para entrega junto a Seção de Pós da FMRP. No mestrado, o aluno deverá apresentar uma aula teórica. Os alunos que forem reprovados terão oportunidade de repeti-lo apenas uma vez. Já no doutorado, o aluno será submetido a duas avaliações: aula teórica e apresentação de um projeto de pesquisa. A banca de qualificação será indicada pela coordenação do programa e o orientador não deverá fazer parte da banca.

As normas do programa também apresentam os critérios para a continuidade do aluno, como por exemplo, a apresentação de relatórios de pesquisa semestrais. Os alunos de mestrado após um semestre do seu ingresso deverão apresentar o projeto de pesquisa completo. Os de doutorado, anualmente, um relatório completo com o parecer do orientador sobre o mesmo e o desempenho geral do aluno.

5.2 Programa Saúde na Comunidade

O coordenador do programa de Saúde na Comunidade é formado em Estatística e doutorado em Tocoginecologia. Ele é credenciado no programa há aproximadamente três anos e é coordenador desde junho de 2006, com término do seu mandato previsto para 05/06/08.

Em 2006, o programa tinha aproximadamente sessenta alunos de mestrado e dezessete docentes credenciados, sendo nove permanentes e oito colaboradores. Vale ressaltar que o programa não oferece o curso de doutorado.

O programa foi criado em 1971 com o objetivo de formar docentes, pesquisadores e gestores de serviços, aptos a investigar o processo saúde-doença, a organização dos serviços de saúde e os modelos de assistência, por meio do domínio de métodos e técnicas utilizadas em pesquisas em saúde coletiva, tendo como público alvo médicos, odontólogos, enfermeiros, farmacêuticos, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, biólogos, biomédicos, bioestatísticos, fisioterapeutas e afins. Desde avaliação trienal da CAPES de 1998, o programa tem recebido conceito três (3).

As linhas de pesquisa do programa de Saúde na Comunidade são bem delineadas, sendo agrupadas em cinco delas:

- **Epidemiologia e o Processo Saúde-Doença:** estudos epidemiológicos de diferentes desenhos metodológicos, tendo em comum o estudo de distribuição dos agravos à saúde nas populações; o estudo de fatores e das condições determinantes da situação de saúde e doença, inclusive fatores de risco; a qualidade de vida e eficácia; aceitabilidade e adesão a tratamentos.

- **Ciclo de Vida e Saúde:** estudos que investigarão a condição de saúde e doença em grupos populacionais específicos considerados da perspectiva dos ciclos de vida como infância, adolescência, idade reprodutiva, menopausa e envelhecimento. Compreende temas relativos ao crescimento e desenvolvimento infantil, aspectos da promoção e prevenção da saúde dos adolescentes, estudos de gênero e sexualidade e diversos aspectos envolvidos na saúde reprodutiva, como prevenção das DST/Aids, gravidez, aborto, contracepção e temas relativos ao envelhecimento e sua problemática.

- **Estudos em Atenção Primária e Saúde da Família:** estudos sobre a concepção, atributos e o papel central da Atenção Primária e a Estratégia de Saúde da Família na organização e gestão do Sistema Único de Saúde. Abrange também investigações na área de avaliação em saúde (estrutura, processo e resultados) e contempla o auto-cuidado e a assistência na comunidade no foco da integralidade do cuidado: vem ressaltando em seus estudos a vertente dos serviços da rede básica de saúde para a formação profissional e como *locus* no desenvolvimento da produção do conhecimento.

- **Políticas, Planejamento e Gestão em Saúde:** estudos que analisam as políticas de saúde, assim como estudos de diagnóstico e avaliação de estratégias na área de planejamento, visando subsidiar as políticas no campo da saúde. Agrega estudos sobre condições de trabalho e saúde, formação profissional, vários aspectos da organização dos serviços de saúde, sistema

de informações para gestão da saúde, estudos de acesso, demanda, utilização de serviços e avaliação da assistência, estudos sobre legislação sanitária e pesquisas sobre participação do usuário e controle social.

- **Métodos Quantitativos em Saúde:** Concentra-se no desenvolvimento de métodos bioestatísticos e tecnologias, atuando em modelagem estatística e estudos de concordância e diagnóstico, métodos multivariados, análise de sobrevivência, inferência, estudos demográficos, técnicas de geoprocessamento e simulações computacionais dirigidos à saúde (USP, 2006a, p. 181)

A Comissão de Pós-Graduação do Programa é constituída por quatro orientadores do programa, sendo estes eleitos pelo conselho de departamento. O coordenador é indicado posteriormente por estes quatro membros. Não há participação de um membro discente e as reuniões da comissão ocorrem mensalmente.

Como o programa possui conceito três (3) na avaliação CAPES, o mesmo possui pouca autonomia, sendo que a maioria das decisões precisa da apreciação da CPG.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. Entretanto, o coordenador mencionou que há uma indicação para que o orientador não tenha mais de cinco orientados e o professor colaborador um número maior de orientados do que um professor permanente.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância são as publicações em colaboração com discentes.

É extremamente importante para a instituição que o programa obtenha melhores conceitos para obtenção de um volume maior de recursos, bem como para que o programa tenha o curso de doutorado.

O ponto forte do programa é a multidisciplinariedade.

“Estamos dentro da FMRP, mas os médicos do nosso programa de pós-graduação estão longe de ser como a maioria. Temos estatísticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, economistas, administradores, nutricionistas, todos eles reunidos

pelo mesmo tema: Saúde na comunidade. Portanto, diria que esse é o diferencial número um do nosso programa”.

É um dos principais objetivos obter melhores conceitos, já que todos os esforços realizados têm sido direcionado neste sentido. Para tanto, recentemente foi escrito um plano de metas e encaminhamento ao Pró-Reitor de Pós-Graduação que tratava de cerca de 15 pontos. Entre os principais estão: o estímulo à produção discente e docente, uma ligação entre a pós-graduação e a graduação, reuniões científicas (pessoas externas à banca são convidadas para realizar uma palestra, por exemplo).

Com relação à existência de políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, como por exemplo, critérios de credenciamento e credenciamento de docentes, o coordenador afirmou que a CPG está revendo as normas para credenciamento de orientadores e a coordenação do programa está aguardando para adotá-las. A exigência do programa é que o docente tenha um vínculo forte com o tema saúde na comunidade, ou seja, projetos de pesquisa e publicações na área, já que há uma variedade de docentes de formação heterogênea, assim procuram adotar uma homogeneidade por meio dos projetos de pesquisa. A coordenação voltará a discutir e a rever as normas das ações mencionadas acima. Atualmente, a avaliação do programa é mais qualitativa do que quantitativa.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados ao programa. Segundo o coordenador, o programa se rejuvenesceu recentemente, quase que foi extinto e, atualmente, o departamento tem um número razoável de orientadores. Por este fato, eles ainda não conseguiram consolidar os esforços de pesquisa para conseguir projetos financiados. Os docentes possuem projetos financiados, porém vieram das suas instituições de origem. Ainda estão no processo de criar grupos de pesquisa, para então, implementar essas políticas.

Não existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas, pois ela é restrita aos membros da comissão. O coordenador ressaltou que a comissão é bem democrática, porém nunca aconteceu o fato da reunião ser acompanhada por outros membros.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional, mas sim os docentes credenciados, que já trouxeram projetos das suas instituições de origem, mas estes projetos captam poucos alunos do programa. Entretanto, para o programa o resultado tem sido pequeno, isso enriquece os currículos dos docentes, mas não tem tido muita repercussão para o mesmo. Não há cultura de consórcio dentro do programa, apesar da natureza deste.

Os exemplos bem sucedidos de programas com conceitos melhores têm sido observados fora da FMRP. Segundo o coordenador, a temática do programa de Saúde na Comunidade é bem diferente dos demais programas da FMRP. A coordenação do programa procura verificar outros programas de saúde na comunidade, sendo que outros coordenadores têm sido convidados para realizar palestras, apresentar as idéias. Além disso, foi relatado que há um fórum na área, tendo uma troca muito grande de informações. “Todas as idéias são muito bem vindas. Procuramos programas que trabalham com a especificidade da área”.

De acordo com o coordenador, são muitas as normas que devem ser observadas, sendo que o regimento da FMRP trata de questões mais específicas. Os regimentos da USP são mais genéricos; os do programa são bem específicos. Entretanto, não são considerados exaustivos, pois, no seu ponto de vista, as regras são necessárias. “Se não existisse as regras, o coordenador correria o risco de tomar decisões arbitrárias”.

As regras são consultadas com muita frequência pelo coordenador e pelo programa e qualquer dúvida, os mesmos recorrem à Silvia (chefe administrativa da Seção de Pós-Graduação da FMRP) para “tradução dos manuais”.

5.2.1 Descrição das Normas Internas

Segundo as normas internas do programa, a comissão de Pós-Graduação do Departamento de Medicina Social é constituída por quatro docentes do departamento e um representante discente (eleito todo ano pelos seus pares), divergindo da formação exposta pelo coordenador, já que foi relatado que não havia a representação discente.

O pré-requisito do programa de saúde na comunidade é que os profissionais tenham no mínimo dois anos de experiência na área ou curso de especialista ou residência ou experiência docente na área de saúde pública.

O exame de qualificação é obrigatório para o curso de Mestrado e o aluno deverá cumprir trinta créditos (dezesseis créditos em disciplinas obrigatórias e quatorze em optativas). O programa de Mestrado tem duração máxima de dois anos, sendo o primeiro dedicado ao cumprimento dos créditos, aperfeiçoamento do projeto de pesquisa e realização do Exame de Qualificação, e o segundo é dedicado à elaboração e defesa da Dissertação.

Para o processo seletivo do mestrado, o aluno deve comprovar a proficiência em língua Inglesa na inscrição e após passará por uma análise do projeto de pesquisa, *Curriculum vitae* atualizado no formato *Lattes*, prova escrita e entrevista.

O exame de qualificação consiste na análise do projeto e sua viabilidade, sendo realizado após o término dos créditos das disciplinas. O aluno fará uma apresentação oral e a banca será composta por três docentes, sendo pelo menos um pertencente ao corpo de orientadores do Programa. O orientador não fará parte da banca, entretanto deverá estar presente na defesa.

O aluno terá direito a uma reprovação e, se não conseguir aprovação na segunda prova, será eliminado do programa.

5.3 Programa de Clínica Cirúrgica

O coordenador do programa de Cirurgia e Clínica Experimental é formado em Medicina com doutorado e pós-doutorado na sub-área de Cirurgia e Especialidade Cirúrgica Cardiovascular, Experimental e Cardiologia. Ele é credenciado no programa há aproximadamente quatro anos e é coordenador desde abril de 2006, com término do seu mandato previsto para maio de 2007. Em 2006, o programa tinha aproximadamente noventa e nove alunos entre doutorado e mestrado e vinte sete professores permanentes.

O programa foi criado em 1971 com o objetivo de formar mestres e doutores nos campos de Cirurgia e Morfologia - Medicina Experimental e está sediado no Departamento de Cirurgia e Anatomia. O mesmo é formado pela área de concentração Clínica Cirúrgica e possui duas opções: 1) Cirurgia – destinada aos médicos com residência na área cirúrgica reconhecida pelo MEC ou com título de especialista em área cirúrgica reconhecido pela AMB e 2) Morfologia e Medicina Experimental – destinada aos médicos de áreas não cirúrgicas e não médicos graduados em curso superior. Nas últimas avaliações trienais CAPES (2001 e 2004), o programa obteve conceito quatro (4).

As linhas de pesquisa do programa de Cirurgia e Clínica Experimental são delineadas de acordo com as linhas a seguir:

- Aplicações experimentais de biomembranas;
- Estudo da motilidade visceral e esfinteriana ;
- Disfunção endotelial;
- Avaliação funcional e fisioterápica em cirurgia cardíaca;
- Epidemiologia e atendimento do trauma;
- Biologia molecular de tumores sólidos;

- Estudo da epilepsia de difícil controle;
- Hidrocefalia experimental;
- Metabolismo e nutrição do paciente crítico;
- Efeito do raio laser em processos regenerativos e isquêmicos;
- Estudo da resposta de estruturas neurais a agressões;
- Anatomia aplicada em técnica cirúrgica;
- Epidemiologia e avaliação clínica de tumores sólidos;
- Avaliação clínica e cirúrgica da isquemia;
- Estudo experimental da isquemia e reperfusão.

Fonte: USP (2007g)

A Comissão de Pós-Graduação do Programa é formada pelo Coordenador e Vice-Coordenador que são indicados pelo Conselho de Departamento de Cirurgia e Anatomia, com mandato de dois anos, podendo cumprir somente dois mandatos consecutivos. As reuniões da Comissão ocorrem frequentemente, já que o Coordenador e o Vice-Coordenador convivem diariamente.

Segundo o coordenador praticamente todos os assuntos que precisam da apreciação da CPG. Os assuntos em que a Comissão local pode atuar são a indicação de bancas de defesas de teses e dissertações, critério de distribuição de bolsas, seleção de pós-graduandos e nas normas internas do programa.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados, entretanto a recomendação da coordenação para os orientadores é que esse número não passe de seis orientados, sendo levado em conta o nível dos pós-graduandos.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito de maior relevância são as publicações em revistas com alto fator de impacto.

É muito importante que o programa obtenha bons conceitos nas avaliações trienais CAPES pelo prestígio da instituição e auto-estima dos funcionários. O coordenador ressaltou que um conceito melhor implica em uma verba maior e aumento do número de bolsas, como também impacta na solicitação de recursos junto às agências de fomento. Além disso, foi ressaltado que a busca por um conceito melhor é um estímulo para que o corpo de orientadores do programa não fique acomodado e busque sempre melhores resultados.

Foram destacados vários pontos fortes pelo coordenador do programa, sendo eles: excelentes professores, formação acadêmica robusta, boa infra-estrutura dos programas e um aspecto ligado à internacionalização, que é o estímulo aos doutores e pós-doutorandos a realizarem estudos e participar de congressos no exterior.

É o principal objetivo do programa obter um conceito melhor nas Avaliações Trienais CAPES. Foi observado que a coordenação do programa está voltada para este objetivo, realizando o gerenciamento do programa com muito cuidado, incentivado às publicações e à ida dos professores ao exterior para realizar o seu pós-doutorado, investimento em infra-estrutura e busca de um volume maior de recursos.

Com base nas reformulações que o programa vem sofrendo para se adaptar às avaliações trienais CAPES, a coordenação aprovou uma norma junto ao Conselho de Departamento, em que para ser orientador do programa, o docente precisa ter um volume de publicação que a CAPES exige para obter o conceito cinco (5). Assim, observa-se que o programa está se aprimorando e desenhou políticas estratégicas em relação aos critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores para mantê-los produtivos, estando em consonância com o principal objetivo do programa. Segundo USP (2006a, p. 37), os critérios mencionados acima são:

- Os orientadores serão preferencialmente docentes do Departamento de Cirurgia e Anatomia, podendo também ser orientadores outros docentes da FMRP e médicos assistentes do DCA após aprovação da Comissão de Pós-Graduação do Programa Clínica Cirúrgica e pela Comissão de Pós-Graduação da FMRP.

- O credenciamento será feito para orientar alunos de Mestrado ou Mestrado e Doutorado.
- O critério mínimo para aceitação da proposta de credenciamento/recredenciamento de docentes do DCA para orientação são: ter título de doutor, ter produção em periódicos nos últimos 03 anos compatível com conceito 5 em vigência da CAPES na área de Medicina III e apresentar linha de pesquisa definida com infra-estrutura para desenvolver seus projetos.
- Não serão recredenciados os docentes que não participarem de atividades didáticas da Pós-Graduação do Programa nos últimos 2 anos ou que não estiverem orientando alunos, neste último caso os docentes continuarão oferecendo suas disciplinas regularmente e serão recredenciados quando do ingresso de um aluno.
- São critérios para o credenciamento de professores de outras áreas ou médicos assistentes do DCA: ter título de doutor, ter produção nos últimos 03 anos compatível com conceito 6 em vigência da CAPES na área de Medicina III e apresentar linha de pesquisa definida com infra-estrutura para desenvolver seus projetos.
- Os critérios para o credenciamento de orientadores serão revalidados após as avaliações trienais da Capes visando sua adequação às metas do Programa.
- Docente do DCA com currículo julgado insuficiente para ser credenciado como orientador poderá ministrar disciplina até obter qualificação de orientador.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A coordenação tem incentivado a busca de recursos no âmbito nacional junto a FAPESP, CAPES e CNPq. No exterior, o coordenador ressaltou que este ponto está muito relacionado à internacionalização e contatos que os docentes possuem no exterior, já que a busca é realizada de maneira individual e depende em grande parte do desempenho que os docentes possuem quando desenvolvem as suas atividades em conjunto ou quando estão lá.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas por todos os docentes credenciados no programa. Entretanto, o coordenador ressaltou que este fato não acontece, principalmente pela questão cultural.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional. Segundo o coordenador, o programa não possui características de consórcio. Foi adicionado que estão sendo pleiteadas parcerias entre unidades, e as parcerias internacionais são poucas. Entretanto, o coordenador vislumbra vários benefícios destas possíveis parcerias, como por exemplo, desenvolvimento de novas visões e associações de vários conhecimentos, envolvendo pessoas de diferentes instituições.

O coordenador do programa procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP, a fim de verificar quais são as melhores

práticas e ações que estão sendo realizadas e para os coordenadores dos programas nota sete, quais foram as políticas implantadas para conseguir este conceito no âmbito do programa.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regras que devem ser observadas, sendo consideradas extensas e exaustivas.

As regras são consultadas pelo coordenador e pela secretária. Entretanto, o coordenador relatou que tem aprendido a lidar com as normas de acordo com a necessidade, mas possui dificuldades neste assunto, bem como as secretárias.

5.3.1 Descrição das Normas Internas

Nas normas internas do programa consta como a comissão do programa de Pós-Graduação é formada. Além das considerações explicitadas acima, as normas acrescentam que além do Coordenador e Vice-Coordenador, indicados pelo Conselho do Departamento de Cirurgia e Anatomia (DCA), a comissão também conta com mais dois membros eleitos pelos orientadores credenciados no programa, sendo um obrigatoriamente do setor de Anatomia do DCA e um aluno eleito pelo corpo discente. Segundo USP (2006a, p. 38), as atribuições da Comissão são:

- Reunir-se periodicamente para apreciação do andamento das atividades do Programa, para tomar conhecimento de normas superiores e, quando for o caso adaptá-las ao Programa.
- Recomendar a distribuição de Bolsas de estudo administradas pelo Programa de acordo com critérios pré-estabelecidos. A comissão poderá convidar um orientador de outro programa da FMRP-USP para participar desta avaliação.
- Indicar a Comissão Examinadora responsável pela seleção dos candidatos ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado).
- Organizar a realização dos Exames Gerais de Qualificação.
- Analisar e propor convênios, acordos ou protocolos de colaboração com outras entidades de ensino e/ou pesquisa, encaminhando-os aos órgãos competentes.
- Estabelecer o número de vagas a serem oferecidas pela Área de Concentração nos seus cursos de Mestrado e Doutorado considerando o fluxo de defesas no período anterior.

- Decidir a respeito de situações omissas no presente conjunto de normas, em acordo com o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação da FMRP-USP e da USP, incluindo o período de mudanças das normas internas.

Sobre o exame de qualificação, observa-se que este é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto e os créditos optativos podem ser cumpridos dentro ou fora da área de Clínica Cirúrgica.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	5	25	30
Doutorado	Sem exigência para os alunos com Mestrado prévio na área	20	20
Doutorado Direto	5	45	50

Quadro 8 - Número de Créditos do Programa de Clínica Cirúrgica

Para o exame de seleção do mestrado e doutorado, o aluno deverá apresentar uma avaliação justificada de um orientador em que conste o perfil do candidato como aluno de pós-graduação. Para seleção ocorrerá uma análise do currículo *Lattes* do candidato e a arguição do projeto e pesquisa que deve ser aprovada pelo orientador, que será responsável pelo desenvolvimento do mesmo.

Para mudança de nível de Mestrado para Doutorado, deverá ser encaminhada uma solicitação do Orientador, constando a justificativa de evolução e maturidade científica do aluno. A avaliação será realizada pela Comissão de Pós-Graduação do programa, sendo considerados os seguintes aspectos: desenvolvimento do projeto de pesquisa do candidato, os resultados obtidos, a exequibilidade e a viabilidade do projeto proposto para mudança de nível quando possível. Se necessário, a comissão poderá solicitar parecer de assessores externos.

Nas normas internas do programa, não consta a duração máxima dos cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto.

As bolsas provenientes da CAPES serão distribuídas pela comissão do programa, conforme explicitado nas funções da coordenação apresentadas acima.

O exame de qualificação, tanto para o mestrado quanto para o doutorado será composto de uma aula pública e monografia sobre o estado da arte da dissertação ou tese do aluno. Além disso, o aluno deverá apresentar um formulário que conste a sua participação em pelo menos duas defesas para os alunos de Doutorado e quatro dissertações de Mestrado realizadas no programa de Cirurgia e Medicina Experimental. A comissão organizadora será formada pelo orientador mais dois membros titulares, escolhidos entre os docentes credenciados no programa ou de outros programas da FMRP.

Nas normas internas do programa não estão presentes os critérios para a continuidade do aluno, como por exemplo, a apresentação de relatório de pesquisa semestral.

5.4 Programa de Bioquímica

O coordenador do programa de Bioquímica é formado em Química com doutorado em Biologia Comparada e pós-doutorado em Bioquímica. Ele é credenciado no programa há aproximadamente dezenove anos e ficou na coordenação durante quatro anos, de 2002 a 2006.

Em 2006, o programa possuía aproximadamente cinquenta e quatro alunos entre doutorado e mestrado e dezoito professores credenciados.

Os programas de Mestrado e Doutorado foram iniciados no Departamento de Bioquímica em 1971 com o objetivo de formar mestres e doutores em Bioquímica que possam ensinar e realizar pesquisas na área. O programa manteve o conceito 5, desde a avaliação trienal de 1998 até 2004.

As linhas de pesquisa do programa de Bioquímica são diversas e não foram agrupadas, sendo que cada laboratório possui uma determinada linha de pesquisa de acordo com a especialidade do professor credenciado. Segundo a USP (2007f), as principais áreas de pesquisa são: metabolismo intermediário, imunologia molecular de doenças parasitárias, biologia molecular de parasitas, química de proteínas e venenos, ácidos nucleicos, imunoquímica, vacinas genéticas, imunopatologia, bioquímica do sistema nervoso e diferenciação celular.

As linhas de pesquisa presentes nos laboratórios são:

- Expressão gênica da adaptabilidade em fungos filamentosos;
- Vacinas de DNA: mecanismos de ação: Biodistribuição e tráfego intracelular do plasmídeo (pcDNA3-hsp65) utilizado na vacina contra a tuberculose. Monitoramento do tráfego intracelular da microesfera de PLGA carreando o plasmídeo pcDNA3hsp65 e caracterização das células do sistema imunológico envolvidas nesse processo. Estudos de novas drogas e terapia gênica contra a tuberculose;
- Mecanismos moleculares da fagocitose. Participação dos leucócitos polimorfo-nucleares no processo inflamatório: papel dos imunocomplexos e do sistema do complemento;
- Desenvolvimento de vacina contra infecções por micobacterias. Modulação da resposta imune em pacientes com hanseníase. Estudo de imunomoduladores de origem fúngica e bacteriana. Imunopatologia da paracoccidioidomicose e esporotricose. Análise do DNA celular total de fungos dimórficos;
- Biologia molecular do sistema renina-angiotensina e de receptores acoplados à proteína G. Transdução de sinal. Biologia molecular de proteínas ligadas ao câncer e análise de novos compostos com ação anti-tumoral;
- Imunoquímica de venenos. Relação entre a estrutura e a atividade de proteínas;

- Aspectos bioquímicos e clínicos da modulação da atividade de linfócitos e macrófagos através de RNA em câncer e AIDS;
- Sistema do Complemento. Imunologia da Esquistossomose. Imunologia da Leishmaniose. Escape de Parasitas à Resposta Imune;
- Controle hormonal, nutricional e neural do metabolismo de proteínas, carboidratos e lipídeos;
- Imunoparasitologia;
- Aminoácidos excitatórios no SNC. Modelos de isquemia e reperfusão no sistema nervoso. Mecanismos de lesão e morte neuronal. Neurotoxina glutamatérgicas paralizantes de insetos-moléculas-modelo de novos inseticidas;
- Regulação do metabolismo energético em tecidos submetidos à isquemia e reperfusão;
- Imunocomplexos, complemento e seus receptores na imunopatologia das doenças auto-imunes, alérgicas e infecto-parasitárias. Imunologia da reprodução;
- Toxinas animais de natureza peptídica: isolamento, estrutura e atividade biológica;
- Biologia molecular e celular da ubiquitina ligase FBX025: Papel na degradação de proteínas celulares (pela via proteolítica dependente de ubiquitina-proteassoma) e sua participação no crescimento e diferenciação celular;
- Metabolismo intermediário: controle hormonal, nutricional e neural;
- Análise da expressão gênica durante o desenvolvimento em *Schistosoma*;
- Regulação da resposta imune na tuberculose experimental. Desenvolvimento de vacinas e terapia contra a tuberculose experimental;
- Diferenciação celular em microrganismos eucariotos (modelo - *Blastocladiella emersonii*): (I) regulação das suas variáveis de tempo e de espaço; (II) regulação metabólica da decisão crescer ou diferenciar (USP, 2007f).

A Comissão do Programa era constituída por seis membros (coordenador, vice, um docente do programa, dois docentes de fora e um representante discente). O coordenador e o vice-coordenador foram indicados pelo conselho de departamento e os demais docentes foram eleitos em uma assembléia; o membro discente pelos seus pares. As reuniões aconteciam mensalmente, principalmente nos dois primeiros anos do seu mandato para estruturação do programa.

Segundo o coordenador, a CPG analisa todos os assuntos, desde a indicação de uma banca, a autorização de um curso, credenciamento dos docentes, etc.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica em no máximo dez orientados por orientador. Segundo o coordenador, há uma seleção natural já que há professores credenciados orientam um número menor de alunos devido às suas limitações.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância para obtenção de bons resultados é a produção científica do programa (Publicação x N° de alunos x N° de orientadores).

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos pelo prestígio e pela maior facilidade para se conseguir financiamento para os projetos. Além disso, o coordenador mencionou também que se o programa tem um conceito melhor, com certeza atrairá recursos humanos melhores.

Os pontos fortes do programa são: igualdade de tratamento entre os professores colaboradores e permanentes, auto-avaliação sistemática e a não-interferência nos grupos de pesquisa.

É um dos principais objetivos do programa obter melhores conceitos nas avaliações CAPES. Para tanto, o programa instituiu padrões mínimos de desempenho e alguns docentes se descredenciaram voluntariamente.

Assim, observa-se a presença de políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, como por exemplo, critérios de credenciamento e credenciamento de docentes, sendo estes mais exigentes do que os da CPG.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados ao programa.

Na gestão do presente coordenador havia a possibilidade das reuniões serem acompanhadas por qualquer docente. O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional, mas sim os pesquisadores credenciados. Eles realizam cooperação tanto nacional quanto internacional. Vários alunos têm realizado doutorado sanduíche, porém, não há convênios formais. Sobre os benefícios dessas parcerias informais, o coordenador expressou da seguinte maneira: “As parcerias são fundamentais. É a troca de informações, experiências, culturas e pontos de vistas diferentes”.

O coordenador procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP, a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas e podem ser eventualmente adotadas e adaptadas. O coordenador descreve essa prática como “Fundamental, assim como ler jornal todos os dias”.

Segundo o coordenador, não há tantas normas que devem ser observadas, sendo auxiliado pela secretária na observância das mesmas.

5.4.1 Descrição das Normas Internas

Nas normas internas do programa não consta a composição da comissão do programa de Bioquímica. Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de

Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios devem ser cumpridos dentro da área de Bioquímica da FMRP e os optativos dentro ou fora da área. Ademais, para os alunos de Doutorado sem Mestrado prévio na área de Bioquímica ou doutorado direto deverão concluir os 30 créditos exigidos no Mestrado e mais 20 créditos do Doutorado.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	18	12	30
Doutorado	6	14	20
Doutorado Direto	24	26	50

Quadro 9 - Número de Créditos do Programa de Bioquímica

Para o exame de seleção do mestrado e doutorado têm-se duas fases: 1) exame de proficiência em língua inglesa (eliminatória) e 2) exame específico realizado pelo Programa de Bioquímica, com nota de corte igual a cinco e o candidato precisará ter o aceite de um orientador.

Para o doutorado direto, o orientador, em concordância com o aluno, deverá encaminhar o pedido por meio de uma solicitação à Coordenação do Programa com os argumentos explicitados, e o Coordenador encaminhará para um relator. Caso o pedido seja negado, o aluno poderá pedir reconsideração e a decisão final sairá da reunião do conselho do programa.

O programa de Mestrado tem duração máxima de três anos, o de Doutorado de quatro anos e Doutorado Direto de cinco anos.

As bolsas provenientes do CNPq e da CAPES serão distribuídas pela coordenação do programa, de acordo com os seguintes critérios: classificação no exame de seleção, perfil sócio-econômico, dedicação integral ao curso e adequação aos critérios exigidos pelas fundações que fornecem as bolsas, devendo o aluno assinar um termo de compromisso atestando as informações no ato do recebimento da bolsa.

Para o exame de qualificação no mestrado, o aluno deverá realizar a análise de um trabalho científico, que será escolhido entre três oferecidos pela Comissão Examinadora. A análise será apresentada em seminário público, dentro do prazo de 30 minutos. Já no doutorado, o aluno será submetido a duas avaliações: 1) uma apresentação pública de um tópico sorteado entre uma lista dez pontos, dentro do prazo de quarenta e oito horas e 2) um pedido de reconhecimento de uma patente ou trabalho submetido para publicação dentro da linha de pesquisa do aluno, comprovada pelo recebimento do trabalho pela revista, o qual também será discutido no dia da aula sorteada. Em ambos os cursos, os candidatos que não obtiverem o conceito de aprovado poderão repetir o exame dentro de 90 dias.

5.5 Programa de Fisiologia

O coordenador do programa de Fisiologia é formado em Medicina com mestrado, doutorado e pós-doutorado na área de Fisiologia. Ele é credenciado no programa há aproximadamente vinte e oito anos e é coordenador desde julho de 2005 com término do seu mandato em julho de 2007.

Em 2006, o programa tinha aproximadamente sessenta e dois alunos entre doutorado e mestrado e vinte dois professores credenciados.

O programa foi criado em 1970 pelos docentes do Departamento de Fisiologia, sendo que este permanece como núcleo central, com o objetivo oferecer um sólido embasamento teórico e laboratorial para indivíduos vocacionados à carreira científica, capacitando-os através de um programa de treinamento como futuros Docentes e Pesquisadores. O programa

tem reconhecimento nacional e internacional, já que tem recebido o conceito máximo da CAPES (7) desde a avaliação de 2001.

As linhas de pesquisa do programa de Fisiologia¹⁶ não são delineadas em grandes grupos, sendo apresentadas abaixo as linhas de cada docente credenciado ao programa:

- Neurobiologia do Comportamento Defensivo: Uma Abordagem Comparada;
- Controle Neural da Circulação;
- Controle Hipotalâmico e Extra-hipotalâmico da Função Hipofisária; Controle Neuroendócrino da Reprodução e do Equilíbrio Hidro-Eletrolítico;
- Plasticidade Neuronal em Resposta à Estressores;
- Participação do Estresse Oxidativo na Regulação do Balanço Hidroeletrolítico;
- Neurobiologia da Dor Crônica;
- Regulação Cardiocirculatória e Hipertensão Arterial;
- Controle Hormonal, Nutricional e Neural do Metabolismo de Proteínas, Carboidratos e Lipídeos;
- Controle Neural da Reprodução em Fêmeas;
- Controle Neuro-endócrino do Equilíbrio Hidro-eletrolítico e Controle Neuro-endócrino da Fisiologia da Reprodução;
- Neurobiologia da Nocicepção e do Comportamento Defensivo;
- Estudo molecular do receptor do ACTH; Regulação hidroeletrolítica na deficiência da 21-hidroxilase; Interação dos hormônios neuro-hipofisários e a regulação do eixo hipofisário-adrenal;
- Controle da Ventilação e da Temperatura Corporal em Vertebrados;

¹⁶ VANZELA, C. Dados do Programa de Fisiologia. Mensagem recebida por vanzela@rfi.fmrp.usp.br em 24 de novembro de 2006.

- Aspectos Moleculares do Receptor do Glicocorticóide e do Receptor do ACTH;
- Controle da Ventilação Pulmonar; Troca de Gases no Pulmão; Transporte dos Gases no Sangue; Curva de Dissociação O₂ – Hemoglobina; Evolução dos Sistemas Respiratórios em Vertebrados;
- Neurobiologia Comportamental e Mecanismos Moleculares nas Epilepsias e Neurobiologia das Alterações do Controle Motor;
- Metabolismo Intermediário: Controle Hormonal, Nutricional e Neural;
- Motilidade Gastrointestinal;
- Neurotransmissão e Plasticidade Central;
- Controle Neural do Sistema Cardiovascular;
- Progressão da Doença Renal: Mecanismos Envolvidos, Nefrotoxicidade; Permeabilidade Glomerular à Macromoléculas;
- Biofísica de Canais Iônicos – Patch-Clamp.

O programa de Pós-Graduação em Fisiologia é administrado por duas comissões: a Comissão de Pós-Graduação do Programa e a Comissão de Bolsas. A Comissão de Pós-Graduação do programa é formada por um Coordenador e Vice-Coordenador, que são indicados pelo Conselho do Departamento de Fisiologia. E a comissão de bolsas pelos mesmos membros, acrescentando um representante discente. As reuniões da Comissão do Programa acontecem eventualmente e sempre após o período de seleção dos alunos. Por outro lado, a Comissão de Bolsas se reúne frequentemente, pois é responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros (verba CAPES).

Os assuntos que precisam da apreciação da CPG foram informados pela secretária do programa. Em relação aos orientadores e disciplinas, são elas: credenciamento e credenciamento de orientadores; credenciamento, descredenciamento e alterações em

disciplinas; alteração de oferecimento nas disciplinas e composição das bancas examinadoras de dissertação e tese. Em relação às solicitações dos alunos: desligamento de alunos do Programa, transferência de Curso de Mestrado para Doutorado, trancamento de matrícula, prorrogação de prazo para depósito, prorrogação de prazo para defesa, equivalência de Título de Mestre para contagem de créditos para o Doutorado, atribuição de créditos de disciplinas cursadas em outra instituição ou como aluno especial, atribuição de créditos especiais de acordo com o artigo 66 do Regimento de PG-USP e mudança de Orientador.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica em no máximo 10 orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos, pois segundo o coordenador, é uma forma dos orientadores se sentirem pressionados a produzir.

Os pontos fortes do programa são: Produtividade, publicações em revistas com altos índices de impacto e titulações dentro do prazo.

É um dos principais objetivos manter o conceito sete (7) por meio de publicações em revistas com bons índices de impacto e titulação.

Segundo o coordenador, não há políticas estratégicas definidas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, como por exemplo, critérios de credenciamento de docentes e disciplinas e padrões mínimos de desempenho. Entretanto, as normas do programa apresentam alguns requisitos para o credenciamento de orientadores de mestrado e doutorado, bem como credenciamento dos mesmos. Os critérios para ser orientador de Mestrado são:

Demonstrar produção científica em linhas de pesquisa definidas, com publicação de trabalhos completos em periódicos indexados (requisito mínimo: pelo menos um trabalho completo nos últimos 3 anos). Demonstrar condições (físicas, materiais e de financiamento) para o desenvolvimento dos projetos dos pós-graduandos. Demonstrar atividade didática em nível de Pós-Graduação, tendo sido professor e responsável por, pelo menos, uma disciplina (USP, 2006a, p. 68).

Já para o credenciamento de orientador no curso de doutorado, o mesmo deve atender além dos critérios mencionados acima, deverá também:

Ter orientado pelo menos um aluno em nível de Mestrado com titulação já defendida. Adicionalmente ao item 1 do Mestrado, demonstrar publicação de trabalho completo em periódicos indexados, diretamente relacionado à atividade de orientação (USP, 2006a, p. 68).

Para o credenciamento de orientadores, os requisitos são:

Ter ainda pelo menos um aluno (M ou D) em andamento no período dos últimos 3 anos. Ter publicado, nos últimos 3 anos, pelo menos um trabalho completo em periódicos indexados de circulação nacional ou internacional, diretamente relacionado à atividade de orientação. Ter sido professor e responsável por disciplina ministrada no período dos últimos 2 anos (USP, 2006a, p. 68).

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados ao programa. “Tem um caráter individual [...], não tem uma política coletiva. Agora, por outro lado, o programa tem de certa forma apoiado a participação de alunos em congressos no exterior”.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas por todos os professores credenciados no programa e está explícita nas normas, como a seguir:

- Poderão participar das reuniões do Programa de Pós-Graduação de Fisiologia todos os docentes credenciados.
- Poderá participar das reuniões do Programa de Pós-Graduação de Fisiologia um representante discente do Mestrado e um do Doutorado, o qual deverá ser indicados pelos alunos da Área, titulares e suplentes, bianualmente (USP, 2006a, p. 63).

Além disso, as normas adicionam que nas deliberações do Programa, todos os docentes do departamento terão direito a voto.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional, mas os docentes credenciados têm a realizado de maneira individual.

O coordenador não observa os casos de sucesso da FMRP ou de outras instituições a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas e podem ser eventualmente adotadas e adaptadas para manter o conceito sete (7).

Com relação à questão reguladora, o coordenador conta com a colaboração da secretária que conhece os procedimentos e como elaborar os relatórios CAPES de maneira correta.

5.5.1 Descrição das Normas Internas

Segundo as normas do programa, o coordenador de Pós-Graduação de Fisiologia e o suplente do coordenador são indicados pelo Conselho de Departamento bienalmente. Sobre a Comissão de bolsas, a sua composição está explícita no site do programa (USP, 2007j) e deverá ser composta por no mínimo três membros, sendo o coordenador do programa, um representante docente e um discente e os dois últimos escolhidos pelos seus pares.

Sobre o exame de qualificação, observa-se que este é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios devem ser cumpridos dentro da área de Fisiologia da FMRP e os optativos dentro ou fora da área.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Conexos/ Optativos	Total
Mestrado	18	12	30
Doutorado	-	20	20
Doutorado Direto	18	32	50

Quadro 10 - Número de Créditos do Programa de Fisiologia

O exame de seleção do mestrado será constituído de: 1) Prova escrita baseada no programa das disciplinas de Fisiologia ministradas aos alunos de graduação em Ciências Médicas da FMRP-USP; 2) Entrevista por banca examinadora e 3) Homologação do Programa, que será baseada nos dois primeiros critérios, levando em consideração a indicação

pela banca e a decisão final do orientador de aceitação de cada aluno. Cabe ressaltar que o candidato deverá entregar junto com toda a documentação requerida, um formulário de aceitação do orientador credenciado no programa de Fisiologia.

Para o exame de doutorado, o aluno deverá apresentar junto com a documentação no ato da inscrição, além do aceite do orientador, o projeto de pesquisa que será desenvolvido durante o curso. A seleção será composta por: 1) Entrevista pela banca examinadora; 2) Análise do projeto de Doutorado e 3) Homologação do Programa, que será fundamentada no primeiro requisito e no aceite final do orientador de cada candidato.

Para o doutorado direto, as normas não apresentam como será o processo de seleção e somente para mudança de nível. Neste caso, a solicitação deverá ser encaminhada após a conclusão de quatro disciplinas compulsórias e em até vinte quatro meses após a matrícula, mas é recomendado que a mudança de nível ocorra em até quinze meses. O processo será gerido pela Comissão de Bolsas e deverá ser apresentada a solicitação pelo Orientador em concordância com o aluno. Ainda, esta comissão analisará o desempenho nas disciplinas e os pareceres que serão emitidos por dois docentes, sendo um externo ao programa sobre o projeto e relatório de pesquisa que já deve conter resultados preliminares.

Cabe adicionar que os alunos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto deverão apresentar a aprovação no Exame de Proficiência na Língua Inglesa durante os dois primeiros semestres após a matrícula.

O programa de Mestrado tem duração máxima de três anos, o de Doutorado de quatro anos e Doutorado Direto de cinco anos.

As bolsas provenientes do CNPq e da CAPES serão geridas pela Comissão de Bolsas do Programa e serão distribuídas de acordo com o mérito acadêmico e as condições socioeconômicas dos candidatos.

Para o exame de qualificação de mestrado, o aluno poderá solicitá-lo após os créditos terem sido totalizados e antes do encaminhamento da dissertação para aceitação da CPG, e ainda deverá apresentar: 1) uma aula expositiva sobre um ponto sorteado, com entrega de um manuscrito da aula dez dias após o sorteio e 2) apresentação dos resultados do projeto de pesquisa. Os alunos que forem reprovados terão oportunidade de repeti-lo apenas uma vez. A banca de qualificação será composta pelo orientado do candidato, Coordenador do Programa e docente responsável pelo tópico sorteado.

Para o exame de qualificação de doutorado, o aluno poderá solicitá-lo após os créditos terem sido totalizados e dois meses antes do encaminhamento da dissertação para aceitação da CPG, e também deverá apresentar: 1) por escrito um programa prático de um dos setores da Fisiologia e destinado a graduação escolhido por sorteio e 2) manuscrito de um trabalho em inglês (poderá conter os resultados obtidos durante o curso de Mestrado) ou um novo projeto de pesquisa. Os alunos que forem reprovados terão oportunidade de repeti-lo apenas uma vez. A banca de qualificação será indicada pela Comissão de Bolsas dentre as indicações do orientador e composta por três docentes especialistas do Programa referente ao documento apresentado. O orientador não deverá fazer parte da banca. Ademais, o Coordenador do programa só fará parte na condição de especialista do assunto.

5.6 Programa de Imunologia Básica e Aplicada

O coordenador do programa de Imunologia Básica e Aplicada é formado em Ciências Biológicas com mestrado e doutorado na área de Bioquímica, e pós-doutorado na área de Imunologia e Imunológica Celular. Ele foi um dos fundadores do programa em 1990 e é

credenciado no mesmo desde 1992. É coordenador desde 2001 e desde então vem se alternando como coordenador ou vice-coordenador.

Em 2006, o programa possuía aproximadamente oitenta alunos entre doutorado e mestrado e vinte quatro professores permanentes, sendo três com credenciamento pontual.

O programa foi criado com o objetivo de formar jovens cientistas na área de Imunologia, capacitando-os a exercerem de forma crítica atividades de docência e pesquisa. Tem como característica básica ser departamental, já que foi constituído e se mantém como área interdisciplinar. Além disso, cabe ressaltar que o programa oferece duas áreas de concentração: Imunologia e Bioagentes Patogênicos.

As linhas de pesquisa do programa de Imunologia Básica e Aplicada são bem delineadas sendo agrupadas em nove linhas abaixo:

1. Mecanismos de controle da resposta inata e/ou adaptativa;
2. Reconhecimento imunitário e modulação da resposta imune adquirida;
3. Efetuação da resposta imunitária: anticorpos e o sistema complemento;
4. Mecanismos de intervenção na resposta imunitária e terapia gênica;
5. Patogênese e biologia molecular de infecções virais;
6. Expressão de antígenos e estudo de fatores de patogenicidade em infecções bacterianas e micóticas;
7. Biologia molecular de helmintos e protozoários;
8. Mecanismos que governam a interação parasito-hospedeiro;
9. Imunologia (alergia e doenças auto-imunes).

Fonte: CAPES (2005b)

A Comissão de Pós-Graduação do Programa e seu Coordenador são definidos por votação direta de todos os professores credenciados no programa, incluindo os alunos, sendo

que estes representam (12,5%) e os docentes (87,5%). Todos votam e elegem seis membros docentes, e forma-se a comissão. Os discentes elegem também um par para ser o representante discente. Após a formação da comissão em sua totalidade são escolhidos o coordenador e vice-coordenador, sendo que as reuniões acontecem mensalmente.

São diversos os assuntos que precisam da apreciação da CPG. Geralmente todas as mudanças de regras, bancas examinadoras, etc. são reavaliadas com certa periodicidade, já que tudo no programa é escrito. Os assuntos em que a Comissão local pode atuar é a indicação de bancas de qualificação de mestrado e doutorado. Os recursos destinados ao programa são geridos de acordo com a lista de prioridades elencada pela comissão, critério de distribuição de bolsas e seleção de pós-graduandos.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica no máximo dez orientados por orientador. Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos porque, de certo modo, segundo a visão do coordenador, é um método indireto para avaliar os docentes e a instituição. Além disso, quanto maior o conceito, mais fácil para obter recursos junto às agências de fomento e ter publicidade na comunidade científica.

Segundo o coordenador, o programa possui vários pontos fortes, como: 1) união dos docentes e tratamento igualitário para todos; 2) reuniões periódicas com todos os estudantes para tratar não somente de um assunto de Imunologia, mas também para ter conhecimento da interação entre os alunos e entre os docentes do programa; 3) churrascos de confraternização são realizados periodicamente, reunindo docentes e discentes mantendo a união e interação entre os mesmos, 4) manter-se atualizado constantemente por meio da interação com

visitantes externos especializados para realização de palestras e o apoio à ida de discentes e docentes a congressos e viagens para o exterior.

É um dos principais objetivos do programa manter o conceito sete (7). Para tanto, anualmente as regras da CAPES são divulgadas e discutidas, mostrando assim para os docentes onde eles estão colaborando ou não com o programa.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas por todos os docentes e discentes, sendo que todos podem opinar, realizar críticas e dar sugestões.

O programa realiza cooperação nacional e/ou internacional e o coordenador vislumbra benefícios mútuos, já que a troca de conhecimento entre os estudantes de áreas diferentes é muito boa. Os alunos podem conhecer várias realidades, tanto no campo, quanto no laboratório. Além disso, há um aumento na produção científica de ambas as instituições que estão cooperando.

O coordenador ressaltou que sempre procura seguir os bons exemplos, ou seja, como funciona o processo de seleção dos candidatos dos outros programas, a manutenção dos mesmos durante o período que estão dentro da instituição, como é o exame de qualificação etc.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regras a serem seguidas. No entanto, isto não é visto com um problema para o programa. Os diplomas normativos tratam tanto de questões genéricas quanto específicas, mas o coordenador ressaltou que possui um amplo conhecimento sobre as normas e, deste modo, dificilmente precisa do auxílio da secretária para consultá-las.

5.6.1 Descrição das Normas Internas

Nas normas internas do programa de Imunologia Básica e Aplicada não está explícita como a comissão do programa é formada.

Em relação ao exame de qualificação, observa-se que o mesmo é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios deverão ser cumpridos dentro da área de Imunologia Básica e Aplicada da FMRP e os optativos dentro ou fora da área.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos*	Total
Mestrado	14	-	-
Doutorado	12	8	20
Doutorado Direto	28		

Quadro 11- Número de Créditos do Programa de Imunologia Básica e Aplicada

* não estava descrito nas normas

Para o exame de seleção do mestrado têm-se duas fases: 1) exame de proficiência em língua inglesa (eliminatória) e 2) composta por uma prova de conhecimentos (nível de graduação) e uma entrevista baseada no currículo e nos aspectos abordados na prova de conhecimento.

Já para o exame de doutorado, a seleção é composta pelos seguintes itens: 1) *Curriculum vitae*, 2) Aproveitamento nos cursos de Mestrado avaliado pelo desempenho nas disciplinas e no trabalho de dissertação, 3) Recomendação do orientador de Mestrado, 4) Carta de orientador proposto para o Doutorado, explicitando as razões da aceitação, 5) Plano de pesquisa detalhado contendo introdução, objetivo, material e método, relevância do projeto e bibliografia, 6) Exposição de tema, não relacionado com o abordado na dissertação de mestrado, fundamentado em trabalhos recentes da literatura pertinente. O tema será indicado

pela comissão de seleção 48 horas antes da sua apresentação, que terá duração máxima de 60 minutos e 7) Entrevista com a Comissão Examinadora.

Já para o doutorado direto, o programa estabelece que a mudança de nível (Mestrado para Doutorado) deverá ser encaminhada pelo orientador à Comissão do Programa, sendo que o pedido deverá ser realizado antes do aluno completar 18 meses do programa de Mestrado. Os critérios para solicitação são: a) Obtenção de conceito A/B nas diversas disciplinas cursadas; b) Publicações científicas completas e c) quaisquer outros indicadores de excepcionalidade científica. O candidato que satisfizer apenas a condição (a) deverá ser avaliado pela Banca Examinadora. Já para os alunos que apresentarem as condições (b) ou (c), a Comissão do Programa poderá indicar ou não avaliação pela Banca Examinadora. Na solicitação, o candidato deverá apresentar: 1) *Curriculum vitae*; 2) Histórico Escolar; 3) Resumo escrito de no máximo cinco páginas, contendo os resultados obtidos pelo aluno; e 4) Projeto proposto por escrito a ser desenvolvido no Doutorado. De posse do parecer da banca examinadora, a comissão do programa poderá ou não fazer a solicitação.

Nas normas do programa não constam as durações dos cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Além disso, os critérios para distribuição de bolsas provenientes do CNPq e da CAPES também não são apresentados.

Para o exame de qualificação em nível de mestrado, o orientador deverá encaminhar ao coordenador da área o pedido de avaliação de qualificação, após o término dos créditos. O exame será composto de duas etapas: 1) uma aula, que será sorteada a partir de uma lista de doze pontos previamente escolhidos pelo candidato em comum acordo com o seu orientador, a partir de uma lista fixada pela Comissão do Programa, sendo que esta será ministrada na graduação, com duração de quarenta e cinco minutos; 2) apresentação da revisão bibliográfica sobre o assunto de sua dissertação de mestrado.

Para o exame de qualificação em nível de doutorado, o orientador deverá encaminhar ao coordenador da área o pedido de avaliação de qualificação após o término dos créditos. O exame neste nível também será composto de duas etapas: 1) apresentação pública em nível de pós-graduação de um tópico da área, escolhida pelo candidato com concordância da Banca Examinadora; 2) apresentação escrita de um plano de pesquisa de autoria do candidato que será avaliado quanto à qualidade pela Banca Examinadora. Nesta etapa, o candidato deverá demonstrar criatividade e a capacidade de apresentar as idéias por escrito. Nas normas do programa, é apresentado um roteiro para avaliação do aluno.

5.7 Programa de Genética

A coordenadora do programa de Genética é formada em Medicina com doutorado em Biologia Genética e pós-doutorado na área de Genética. Ela é credenciada no programa desde 1998 e coordenadora a partir de 2003, com término do seu mandato previsto em 02/05/2007. Em 2006, o programa possuía aproximadamente cento e sete alunos entre doutorado e mestrado, dezenove professores permanentes e cinco colaboradores.

O programa de Pós-Graduação em Genética é constituído pela área de Genética Geral e pelas subáreas de Genética Médica e de Bioinformática, sendo criado em 1971, com os objetivos aprimorar a formação de docentes do ensino superior, formar e preparar profissionais especializados em algumas subáreas da Genética, configuradas pelas linhas de pesquisa dos docentes permanentes do curso. Segundo a coordenadora, o programa tem destaque em âmbito nacional e internacional, tendo obtido conceito seis (6) nas avaliações trienais CAPES de 2001 e 2004.

O presente programa é voltado aos alunos com formação na área biológica (biólogos, biomédicos, agrônomos, médicos, veterinários, zootecnistas, farmacêuticos, bioquímicos etc.). Entretanto, cabe ressaltar que a graduação em outras áreas não impede o ingresso ao curso. A subárea de Genética Médica exige graduação em Medicina, além de especialização em Genética Médica; a subárea de Bioinformática exige graduação em Curso da área biológica ou de computação e áreas afins.

As linhas de pesquisa do programa de Genética¹⁷ são bem definidas sendo agrupadas em sete linhas:

- Biologia Molecular e Expressão Gênica em Plantas;
- Genética e Biologia Molecular de Microrganismos;
- Genética, Evolução e Melhoramento Animal;
- Genética Humana e Médica;
- Genética de Populações e Bioinformática;
- Mutagênese e Mecanismos de Indução do Dano Cromossômico por Agentes Físicos e Químicos;
- Oncogenética.

O programa de Pós-Graduação em Genética é administrado por três comissões: a Comissão de Pós-Graduação do Programa, a Comissão de Seleção de Candidatos ao Programa e a Comissão de Bolsas de Pesquisa.

A Comissão de Pós-Graduação é responsável pelo programa e é formada pelo Coordenador e Vice-Coordenador, que são indicados pelo Conselho de Departamento, e também por um membro docente credenciado no programa eleito pelos professores credenciados na reunião geral da área, a cada três anos. As reuniões possuem um calendário

¹⁷ Susie. Linhas de Pesquisa – Depto. Genética. Mensagem recebida por susie@rge.fmrp.usp.br em 29 de janeiro de 2007.

fixo, sendo agendadas a cada dois meses. Entretanto, de acordo com a demanda, estas podem ocorrer até semanalmente. Os assuntos de menor complexidade, como por exemplo, a designação de bancas de qualificação e mestrado, são tratados em reuniões eletrônicas entre os três membros e a secretária do programa.

A Comissão de Seleção do Programa de Genética é composta por três membros titulares e dois membros suplentes, sendo todos docentes credenciados no Programa. A Comissão de Bolsas de Pesquisa é constituída pela Comissão de Seleção, pelo Coordenador do Programa e por dois representantes discentes devido ao tamanho do programa, e os mesmos são eleitos pelos seus pares.

A coordenadora relatou que praticamente todos os assuntos precisam da apreciação da CPG, exceto a distribuição da verba PROEX, em que o programa possui certa autonomia. Os “campeões de encaminhamento” são: aprovação das bancas; credenciamento de professores, disciplinas e co-orientadores; pedidos de estágio no exterior, todas as resoluções internas do programa e os relatórios CAPES enviados anualmente.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica no máximo 10 orientados por orientador. Entretanto, há uma recomendação de 4 a 6 alunos por orientador, que segundo a coordenadora, é considerado o ideal pela CAPES. Ela também ressaltou que esta distribuição é extremamente complexa, já que implica a questão de carisma, condições do laboratório e reforma, modismo de determinado assunto, contato com os alunos em períodos diferentes na graduação.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, a coordenadora acredita que a produção científica é o quesito que classifica o programa. Ela também mencionou outros critérios que estão começando a ser valorizados, como os intercâmbios com outras instituições e multidisciplinariedade.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos, pois, de acordo com a coordenadora, as avaliações têm sido extremamente comparativas e classificatórias, mostrando para a população onde estão os grandes serviços e as áreas mais fortes.

Os pontos fortes do programa são: multidisciplinariedade, pois há um número considerável de parceiros realizando projetos em conjuntos com outros docentes de outras unidades e/ou departamentos e a internacionalização, que segundo a visão da coordenadora, proporcionou ao programa um crescimento devido à participação dos alunos em congressos, bolsas sanduíche, acordos de cooperação científica e convênios firmados, levando assim a um aprimoramento dos projetos e, conseqüentemente, aumentando a qualidade dos mesmos.

A coordenadora explicou que não é o principal objetivo do programa obter o melhor conceito, pois isto não está claramente estabelecido. A busca por melhores resultados tem acontecido de maneira natural. A coordenação tem realizado uma maior divulgação no conselho de departamento e enviado mensagens eletrônicas a fim de motivar os professores credenciados.

O programa apresenta políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES, como por exemplo, critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores, sendo que os padrões mínimos de desempenho são requisitos para o credenciamento e estão explícitos nas normas do programa. Outro trabalho realizado foi com relação às disciplinas, em que ocorreu uma redução e uma renovação nos conteúdos programáticos para ir de encontro com as necessidades do programa.

Para um docente se credenciar como orientador de mestrado, o mesmo deve:

- a) demonstrar produção científica em linha de pesquisa definida, com publicação de trabalhos completos em periódicos indexados e/ou livros (requisito mínimo: pelo menos um trabalho completo e/ou livro nos últimos 3 anos); (b) demonstrar condições físicas e de financiamento para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa dos pós-graduandos; (c) desempenhar atividade didática em nível de pós-graduação, tendo sido professor e responsável por, pelo menos, uma disciplina. (USP, 2006a p.86).

Já para o credenciamento do doutorado, inclui todos os itens mencionados acima e adiciona-se: “(a) ter orientado pelo menos um aluno em nível de Mestrado com titulação já defendida; (b) publicar trabalho completo em periódicos indexados e/ou livros, diretamente relacionado à atividade de orientação”. (USP, 2006a, p.86).

As normas internas do programa também apresentam padrões mínimos de desempenho para credenciamento de orientadores no programa. Estes são:

“(a) ter orientado, pelo menos, um aluno com titulação (Mestrado ou Doutorado) defendida no período dos últimos três anos, ou ter, pelo menos, um aluno de Mestrado ou Doutorado em andamento no período; (b) ter publicado, nos últimos três anos, pelo menos, um trabalho completo em periódicos indexados ou livros de circulação nacional ou internacional, diretamente relacionado à atividade de orientação; (c) ter sido professor em disciplina(s) ministradas(s) nos últimos três anos, com carga horária média mínima de 15 horas-aula/ano.” (FMRP, 2006a, p.86).

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. Porém, a coordenação do programa motiva os orientadores credenciados a buscarem financiamentos nas principais agências de fomento: FAPESP, CNPq e CAPES. Além disso, o departamento possui políticas de trazer projetos temáticos para o programa, alertando os prazos e agrupando os docentes.

Existe a possibilidade de que as reuniões da comissão sejam acompanhadas por todos os docentes credenciados, bem como por um membro discente que é indicado pelos seus pares bianualmente. Esta possibilidade está explícita também nas normas do programa. A coordenadora adicionou que quando há reuniões da área, todos os discentes são convocados a participar, sendo divulgada a pauta previamente, e eles participam realizando sugestões e/ou críticas.

O programa realiza cooperação nacional e/ou internacional, possuindo um grande número de convênios. Essas parcerias têm trazido vários benefícios como a troca de conhecimento e experiências, possibilidades de estágios e pós-doutorados, incremento da produção científica e visitas de pesquisadores estrangeiros a fim de ministrar cursos e palestras.

A gestora do programa procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas, como por exemplo, com o coordenador do programa de Farmacologia. Há interação também com a coordenação de um curso da UNICAMP, único programa nota sete do país da área, para verificar as práticas realizadas.

Segundo a coordenadora, existe um número razoável de regras que devem ser observadas. Além disso, a coordenadora ressaltou que as normas muitas vezes são pontuais. As regras são consultadas freqüentemente pela coordenadora e pela secretária. Ademais, a coordenadora relatou que as normas internas do programa foram escritas pelos docentes credenciados no programa e redigidas pelo coordenador e vice-coordenador e, portanto, há um conhecimento geral sobre as mesmas dentro do programa e os alunos consultam, já que está disponível na secretaria e na página do programa na internet e, esporadicamente, são realizadas consultas especiais à CPG.

5.7.1 Descrição das Normas Internas

Segundo as normas do programa, a programa de Pós Graduação em Genética é gerido por três comissões, conforme exposta acima pela coordenadora.

Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios devem ser cumpridos dentro do Programa de Genética e os optativos dentro ou em outras áreas de concentração.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	15	15	30
Doutorado	10	10	20

Doutorado Direto	25	25	50
------------------	----	----	----

Quadro 12 - Número de Créditos do Programa de Genética

Para participar do exame de seleção do mestrado e doutorado, todos os candidatos devem primeiramente entrar em contato com os professores credenciados no programa, de acordo com a linha de pesquisa de interesse e apresentar na inscrição uma declaração de aceite do orientador. Após a seleção, compreendem-se duas fases: 1) exame de proficiência em língua inglesa (eliminatória e nota mínima sete), obrigatório para os cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto e 2) exame específico realizado pelo programa e para sua aprovação deverá ter nota igual ou superior a cinco.

Já para o exame de doutorado, os candidatos deverão enviar à Coordenação, dois meses antes da data de inscrição, o histórico escolar de mestrado. Um exemplar da dissertação de Mestrado e o *Curriculum Lattes* para análise da Comissão de Seleção e após será emitido um parecer de dispensa ou não da prova escrita.

Para o doutorado direto, o orientador deverá encaminhar ao Coordenador do Programa, com anuência do aluno, uma justificativa para apreciação de um relator. Esta solicitação deve ser apresentada à CPG da FMRP até 180 dias antes da data limite de depósito da dissertação de Mestrado

As normas do programa apresentam a duração dos cursos de mestrado e doutorado, sendo dois e quatro anos, no máximo, respectivamente.

As bolsas provenientes do CNPq e da CAPES serão distribuídas pelo Programa de Genética, de acordo com a política vigente dessas agências de fomento e a classificação dos candidatos de mestrado e de doutorado. Os principais critérios para o mestrado são: (1) Nota da prova de seleção; (2) Trabalho publicado; (3) Resumo publicado; (4) Trabalho de conclusão de curso de Graduação; (5) Bolsas PIBIC, FAPESP. E para o Doutorado são: (1) Trabalhos publicados; (2) Resumos publicados; (3) Experiência profissional e didática; (4)

Vínculo empregatício; (5) Estágios em instituições; (f) Nota na prova de seleção. O programa não assegura a nenhum aluno matriculado a obtenção de bolsa das agências mencionadas acima, de acordo com as regras de concessão.

O exame de qualificação é obrigatório tanto para os alunos de mestrado quanto de doutorado do Programa. Este deverá ser realizado após a conclusão dos créditos e em fase final de coleta de dados da dissertação ou tese, e o aluno deve ser aprovado até 6 (seis) meses do prazo máximo para depósito da dissertação ou tese.

O aluno de Pós-Graduação do nível de Mestrado deverá apresentar como qualificação um Resumo em Congresso ou Trabalho Completo publicado em Anais de Congressos ou em revista indexada, como primeiro autor. Já para o nível de Doutorado, o aluno deverá apresentar cópia de artigo científico aceito para publicação ou publicado em revista considerada QUALIS-A na área de Ciências Biológicas I, sendo o primeiro autor do trabalho, incluindo o nome do orientador e o nome do Departamento de Genética da FMRP-USP. O trabalho será analisado pela banca, podendo ou não ser aprovado. A Comissão Julgadora do Exame de Qualificação será constituída por três docentes credenciados ou um especialista não docente do programa, indicados pela Coordenação e o orientador não deverá integrar a banca.

5.8 Programa de Biologia Celular e Molecular

A coordenadora do programa de Biologia Celular e Molecular é formada em Ciências Biológicas com doutorado em Genética e pós-doutorado na área de Bioquímica e Parasitologia. Ela é credenciada no programa desde 2001 e foi coordenadora pelo período de

quatro anos (2002 a 2006). Em 2006, o programa tinha em média sessenta alunos entre doutorado e mestrado, dezessete professores permanentes e quatro colaboradores.

O programa de Pós-Graduação em Biologia Molecular e Celular é multidisciplinar, sendo criado em 1970, com o objetivo de familiarizar os alunos com a literatura científica e a busca do conhecimento básico para poder sempre ampliar e atualizar seu domínio de conhecimentos e desenvolver a sua capacidade de ministrar, em curso de graduação, temas de ultra-estrutura, biologia celular e molecular e do desenvolvimento. Na última avaliação trienal CAPES, o programa obteve conceito cinco (5).

As linhas de pesquisa do programa de Biologia Celular e Molecular ¹⁸são definidas em nove linhas, como a seguir:

- Abordagens genômicas para o estudo da biologia e genética de Leishmania;
- Investigações sobre a biologia e patogênese de vírus, bactérias e fungos de importância médica;
- Investigação sobre estrutura e função de motores moleculares;
- Aspectos da biologia celular e molecular de mastócitos e da sua interação com o microambiente;
- Investigação dos mecanismos de expressão gênica no desenvolvimento de metazoários;
- Abordagens genômicas para identificação de genes em processos fisiológicos e patológicos;
- Mecanismos de proteção celular a drogas e estresse;
- Neuromorfologia e Neuropsicobiologia do Sistema de defesa;
- Biologia Estrutural.

¹⁸ MESQUITA. R. C. P. Linhas de Pesquisa. Mensagem recebido por mesquita@fmrp.usp.br em 29 de janeiro de 2007.

A Comissão de Pós-Graduação do programa de Biologia Celular e Molecular é formada pelo Coordenador e Vice-Coordenador, que são indicados pelo Conselho de Departamento, por todos os orientadores credenciados no programa e por dois representantes discentes. As reuniões desta comissão ocorrem uma vez por mês ou a cada dois meses.

A coordenadora relatou que praticamente todos os assuntos precisam da apreciação da CPG, pois são regimentais. Os assuntos que o programa possui autonomia são: critérios de seleção dos candidatos, critérios de distribuição de bolsas, sugestão de bancas e normas de credenciamento de orientadores.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica no máximo dez orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, a coordenadora acredita que o critério que mais influencia na obtenção de bons resultados é a produção científica com discente.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos, pois, segundo a coordenadora, toda conduta é mudada e dirigida em função das diretrizes dadas pela CAPES. Ela ressaltou que isto é positivo, já que tende a homogeneizar e a cobrar, principalmente as universidades públicas.

O ponto forte do programa é a multidisciplinariedade, já que este é composto por subáreas do conhecimento que se interagem.

A coordenadora explanou que o programa tem buscado obter melhores resultados nas avaliações trienais CAPES. Para tanto, o programa buscou estabelecer ao longo de sua gestão, um forma de seleção mais criteriosa e, assim, selecionar os alunos com maior capacidade intelectual e científica. Foi ressaltado que o curso de verão tem se mostrado uma fonte de captação de bons alunos, não só pela motivação, mas também pelo fato de conhecer as

aspirações dos mesmos. Dessa forma, observa-se que a produtividade e a terminalidade estão melhorando.

O programa não apresenta políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES, como por exemplo, critérios de credenciamento e credenciamento de orientadores. A coordenadora ressaltou que um problema encontrado neste sentido é o descredenciamento considerando o Sistema de Avaliação CAPES, já que a comissão não possui controle para isso e o entendimento de alguns docentes é contrário ao descredenciamento.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento, sendo esta realizada individualmente pelos docentes credenciados no programa.

Existe a possibilidade de que as reuniões da comissão sejam acompanhadas por todos os docentes credenciados, A coordenadora adicionou que a participação dos docentes ocorre recorrentemente, pois estavam habituados a opinar e circular informações, já que a comissão do programa foi criada na sua gestão. Anteriormente, o sistema era como se fosse uma assembléia.

O programa realiza cooperação nacional com outros programas de várias regiões e está iniciando o estabelecimento de parcerias internacionais. A coordenadora ressaltou que essas parcerias podem proporcionar aos alunos possibilidades de formação e renovação.

A gestora do programa procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP, bem como programas de áreas afins com o objetivo de verificar quais as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas. Foi mencionado que ocorreram reuniões entre os coordenadores dos programas de pós-graduação, a fim de trocar experiência e verificar como os problemas são resolvidos e avaliar as soluções.

Segundo a coordenadora, existe um número razoável de regras que devem ser observadas, sendo que muitas delas são para lidar com as exceções.

As regras eram consultadas freqüentemente pela coordenadora e, quando os critérios não estavam claros, a CPG era consultada.

5.8.1 Descrição das Normas Internas

Nas normas internas do Programa de Biologia Celular e Molecular não consta a formação da comissão do programa, bem como o período de mandato da mesma.

Sobre o exame de qualificação, observa-se que o mesmo é obrigatório para os cursos de Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos optativos poderão ser cumpridos dentro ou fora da área de Biologia Celular e Molecular.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	14	_*	-
Doutorado	8	-	-
Doutorado Direto	22	-	-

Quadro 13 - Número de Créditos do Programa de Biologia Celular e Molecular

* não é mencionado nas normas internas

O exame de seleção de mestrado compreende duas fases: 1) exame de proficiência em língua inglesa e 2) exame de conhecimento, composto por uma prova de conhecimentos gerais da prática laboratorial, uma prova específica, em nível de graduação, sobre o tópico selecionado da disciplina Biologia Celular e Molecular e uma entrevista que contemplará a avaliação do currículo e as suas motivações profissionais e acadêmicas.

O exame de seleção de doutorado os aluno também serão submetidos por duas fases: 1) prova específica, sendo o seu objeto um artigo relevante na área de biologia celular e molecular entregue vinte e quatro horas antes da prova para leitura e compreensão e 2)

entrega de um texto que contemple um resumo sobre o que o candidato desenvolveu anteriormente e um resumo sobre o projeto de pesquisa que desenvolverá no Doutorado. Além disso, o candidato será entrevistado acerca de suas motivações profissionais e acadêmicas. A banca examinadora será composta de cinco orientadores credenciados na área.

Para o doutorado direto, além das etapas mencionadas acima para os candidatos de doutorado, anteriormente a estas, o aluno deverá realizar uma prova de conhecimentos gerais, que é a mesma realizada pelos candidatos ao curso de mestrado. Já para mudança de nível, deverá ser encaminhada ao coordenador do programa uma solicitação, com concordância do aluno, constando a justificativa que contemple a formação acadêmica e o desempenho científico do aluno. Também deverá ser apresentado um relatório com os resultados do projeto de pesquisa em desenvolvimento e um plano futuro para a tese de doutorado. Os candidatos serão avaliados por uma banca de três orientadores pertencentes ou não a área, sem a participação do orientador, que levará em conta o desempenho dos alunos frente as questões formuladas na defesa pública de mudança de nível.

As normas do programa não apresentam a duração dos cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto.

O exame de qualificação não é exigido para os alunos de Mestrado. O exame para os alunos de Doutorado consistirá de uma apresentação pública de seminário sobre um tópico atual escolhido pelo aluno com anuência do seu orientador e apresentação e defesa do projeto de pesquisa. Este exame deverá ser realizado após o aluno ter cumprido os créditos (entre 24 – 30 meses após a matrícula no Doutorado) e, no caso do Doutorado Direto, no máximo 18 meses após matrícula no Doutorado. A banca examinadora será composta por três membros indicados pelo programa.

5.9 Programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação

O coordenador do programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação é formado em Medicina com mestrado e doutorado em Ortopedia e Traumatologia e pós-doutorado em Cirurgia da Coluna Vertebral. Ele é credenciado no programa há aproximadamente vinte anos e é coordenador desde 1999, sem previsão de término do seu mandato.

Em 2006, o programa possuía onze docentes permanentes e cinco colaboradores. O número de alunos não foi informado.

O programa foi criado em 1974 com o objetivo formar mestres e doutores, que sejam professores e pesquisadores de alto nível, com interesse nos vários campos de atuação da Ortopedia e Traumatologia, Reabilitação do Aparelho Locomotor e Anestesiologia, apresentando três opções:

1) Ortopedia e Traumatologia: destina aos médicos com formação em Ortopedia e Traumatologia e portadores do título de especialista da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), com o cumprimento prévio de três anos de residência médica em serviço ou centro de ensino e treinamento especializado, credenciado pela SBOT e pelo MEC;

2) Anestesiologia e Ciências da Reabilitação: destinada aos médicos com formação em Anestesiologia e portadores do título de especialista da Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA), com o cumprimento prévio de dois anos de residência médica em Anestesiologia em serviço ou centro de ensino e treinamento especializado, credenciado pela SBA ou pelo MEC;

3) Ciências da Reabilitação, destinada aos médicos de outras especialidades (radiologistas, cirurgiões plásticos e outros) e a profissionais não-médicos, como:

fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, biólogos, enfermeiros e educadores físicos, que desejem aperfeiçoar-se e desenvolver pesquisa em reabilitação do aparelho locomotor.

O programa obteve conceito três (3) nas avaliações trienais de 1998 e 2001, ascendendo para o conceito 4, na avaliação trienal de 2004.

As linhas de pesquisa do programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação são agrupadas nas linhas a seguir:

- Biomecânica do Aparelho Locomotor;
- Crescimento e desenvolvimento ósteo articular;
- Biopolímeros aplicados ao aparelho locomotor;
- Consolidação óssea;
- Postura e Movimento - Fisiopatologia e Recursos Terapêuticos;
- Reparação e cicatrização de tendões e outros tecidos;
- Fisiopatologia e reparação dos nervos periféricos;
- Analgesia;
- Estresse Anestésico Cirúrgico;
- Hemoterapia em Anestesia;
- Anatomia e fisiopatologia dos retalhos e enxertos teciduais do aparelho locomotor;
- Risco anestésico cirúrgico.

Fonte: USP (2007b)

A Comissão do Programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação é formada por um representante de cada área, sendo todos os membros indicados pelo conselho do Departamento de Biomecânica, Medicina e Reabilitação do Aparelho Locomotor da FMRP, bem como o coordenador. As reuniões acontecem, geralmente, a cada dois meses.

São vários os assuntos que precisam da apreciação da CPG. A autonomia do programa está na indicação de bancas de defesas de teses e dissertações, nas normas de credenciamento de disciplinas e orientadores, critérios de distribuição de bolsas e seleção de pós-graduandos.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica em no máximo dez orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos pelo fato que a nota é pré-requisito para uma série de solicitações, como por exemplo, realizar um programa de cooperação internacional.

O ponto forte do programa é a realização de pesquisa direcionada aos problemas clínicos, não sendo realizada de maneira isolada, vinculada à atividade prática e voltada para realidade.

É um dos principais objetivos melhorar o conceito, apesar de não haver uma concordância com o Sistema de Avaliação CAPES. O programa tem realizado várias ações para se “adaptar e sobreviver”.

Conforme relatado sobre as adaptações que estão ocorrendo no programa, estão sendo elaboradas políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES, relacionadas aos critérios de credenciamento e credenciamento de docentes. Entretanto, nas normas internas do programa não estão explícitos estes padrões mínimos de desempenho. O programa segue os requisitos mínimos exigidos pela CPG, como pode ser observado a seguir:

- 23) Os orientadores permanentes da Área serão credenciados e credenciados dentro dos critérios estabelecidos pela CPG da FMRP, devendo ser portadores, no mínimo, do título de Professor Doutor.
- 29) Para o credenciamento/recredenciamento dos orientadores, será levada em consideração a produção científica do docente nos cinco anos precedentes à data da aplicação para o credenciamento/recredenciamento, dentro dos critérios da CPG da FMRP (USP,2006a, p.139).

Vale adicionar que o coordenador relatou o problema de descredenciar um docente do programa já que isso não pode ser feito nem pela CPG da FMRP. Esta ação tem que ser voluntária dos docentes. São os próprios que devem solicitar o descredenciamento e, atualmente, o docente é credenciado por um período de cinco anos, havendo um descompasso com as avaliações trienais.

Com relação à busca de fomento, a coordenação do programa tem estimulado a cooperação internacional e a busca de recursos nas agências de fomento nacionais, como FAPESP, CAPES e CNPq.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas, sendo as estas abertas a todos os docentes credenciados no programa.

O programa realiza cooperação nacional e/ou internacional, e está iniciando um projeto com a Alemanha. São vários os benefícios observados nestas parcerias, como o incremento da produção científica, intercâmbio de informações, facilidade para adquirir informações e melhoria dos métodos de pesquisa que utilizam.

O coordenador procura observar os casos de sucesso e a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas para serem copiadas e, na medida do possível, adaptadas. Segundo ele, na área de Ortopedia, não há casos de sucesso para serem observados e se tivessem estes casos, seria de grande valia observá-los.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regimentos que devem ser observados. Entretanto, ele relatou que o ponto crucial não é este, e sim a maneira como o desempenho do programa é avaliado.

5.9.1 Descrição das Normas Internas

A formação da comissão do programa de Pós-Graduação do programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação não está explícita nas normas. Entretanto, está descrito sobre a coordenação do programa que será exercida por um orientador credenciado, com título mínimo de Professor Associado eleito pelo Conselho do Departamento, sendo do seu mandato de três anos, cabendo uma ou mais reconduções, a critério da apreciação da CPG.

Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os cursos de Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos devem ser cumpridos dentro ou fora da área de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação, tendo como sugestão a realização de 20% dos créditos fora da área.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	22	8	30
Doutorado*	-	-	20
Doutorado Direto	36	14	50

Quadro 14 - Número de Créditos do Programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação.

* com mestrado prévio na área

Não está explícito nas normas internas do programa como será a seleção para os cursos de mestrado e doutorado. Estão presentes somente alguns pré-requisitos: os alunos de mestrado devem comprovar a proficiência na língua inglesa e os alunos de doutorado também terão que comprovar a proficiência se não tiverem apresentado em um curso de mestrado prévio obtido na FMRP ou fora e quando se tratar de doutorado direto.

Para mudança de nível de mestrado para doutorado, a iniciativa deve partir do orientador que deverá levar em conta a maturidade científica do aluno e justificar o mérito do trabalho de pesquisa. Esta solicitação será avaliada pelo Coordenador e por outro docente credenciado e não há restrição com relação ao tempo ou créditos para que a solicitação seja realizada

A duração dos cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto também não estão presentes nas normas internas.

Sobre as bolsas provenientes da CAPES, nas normas internas relata sobre a Comissão de Bolsa que é composta pelo coordenador, um representante discente e um discente, ambos escolhidos pelos seus pares. A finalidade desta comissão é noticiar aos alunos a situação das bolsas atribuídas pela CAPESP, avaliar os pedidos de bolsas por parte dos alunos e distribuí-las de acordo com os critérios CAPES, levando em consideração as necessidades e o mérito do aluno, avaliar os relatórios semestrais dos bolsistas e emitir parecer sobre o seu desempenho e renovação da bolsa.

O exame de qualificação não é obrigatório para o curso de mestrado, devendo ser realizado pelos alunos de doutorado quando completar todos seus créditos de disciplinas e pelo menos três quartos dos créditos de pesquisa. O exame será composto de uma aula formal sobre o tema de especialidade do aluno, de livre escolha ou a publicação de um trabalho completo sobre o tema da especialidade do aluno em periódico indexado nacional ou estrangeiro, podendo ser parte da dissertação ou tese. Será avaliado por uma banca constituída de três membros, sendo um deles o orientador do aluno.

As normas do programa não apresentam os critérios para a continuidade do aluno, como por exemplo, a apresentação de relatório de pesquisa semestrais.

5.10 Programa de Ginecologia e Obstetrícia

O coordenador do programa de Ginecologia e Obstetrícia é formado em Medicina com mestrado e doutorado na área de Ginecologia e Obstetrícia. Ele é credenciado no programa

desde 1995 e coordenador desde fevereiro de 2005 com término do seu mandato em fevereiro de 2007.

Em 2006, o programa possuía aproximadamente quarenta e dois alunos entre doutorado e mestrado e dezessete professores credenciados, sendo apenas um colaborador.

O programa foi criado em 1971 com o objetivo de formar professores competentes que possam atender à expansão quantitativa e qualitativa do ensino superior e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica através da preparação adequada de pesquisadores de alto nível. O programa de Ginecologia e Obstetrícia possui duas opções: 1) Tocoginecologia destinada a médicos com residência médica em Tocoginecologia ou portadores do Título de Especialista outorgado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia e 2) Biologia da Reprodução destina a médicos de outras especialidades e não médicos. Nas avaliações trienais de 1998 e 2001, o programa obteve conceito quatro (4) e, em 2004, obteve conceito cinco (5).

As linhas de pesquisa do programa de Ginecologia e Obstetrícia¹⁹ são delineadas claramente em onze linhas, como pode ser visualizado abaixo:

1. Bases biológicas para a detecção precoce dos tumores de ovário;
2. Controle neuroendócrino da ovulação e da anovulação crônica. Estudo das interações entre os esteróides sexuais, fatores de crescimento;
3. Fenômenos envolvidos na progressão e prognósticos de tumores genitais e da mama: angiogênese, apoptose e imunidade local;
4. HPV – Aspectos biomoleculares da infecção;
5. Interações metabólicas, moleculares e imunológicas dos esteróides sexuais e SERMs;
6. Investigação das alterações morfológicas e bioquímicas envolvidas na gênese da algia pélvica feminina;

¹⁹ ABADE, T. Linhas de Pesquisa – Depto. GO. Mensagem recebida por taabade@fmrp.usp.br em 10 de janeiro de 2007.

7. Mecanismos de interação gamética, o ambiente intra-folicular e endometrial relacionados à fertilidade;
8. Métodos para a investigação do endométrio e fatores de risco associados aos pólipos endometriais;
9. O uso de métodos clínicos e eletrônicos para o estudo do assoalho pélvico em pacientes com incontinência urinária de esforço;
10. Padrões funcionais fisiológicos da circulação fetal e análise das modificações causadas por situações anormais na gravidez;
11. Transmissão vertical de infecções.

A Comissão de Pós-Graduação do Programa é formada por três professores titulares, dois professores assistentes e um representante discente. Os membros são escolhidos pelo conselho de departamento, mas a indicação do coordenador e vice, bem como de um dos membros, segue um critério: o coordenador será àquele que ocupa o cargo de coordenador da área, o vice é o chefe de departamento, um dos membros é o coordenador de ensino e o representante discente é escolhido pelos seus pares. As reuniões desta comissão acontecem quinzenalmente.

Vários assuntos precisam da apreciação da CPG. Os assuntos em que a Comissão local pode atuar é a indicação de bancas de mestrado e doutorado, normas para credenciamento de orientadores, criação de disciplinas, critérios de distribuição de bolsas, normas para seleção de pós-graduandos e destino das verbas CAPES destinadas à Pós-Graduação.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. No entanto, em média, os orientadores possuem no máximo cinco orientados. Segundo o coordenador, um orientador pode ter mais orientados. Todavia todos tentam seguir esta média, sendo a distribuição considerada homogênea.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos, já que o coordenador acredita que em um futuro próximo os candidatos aos cursos de mestrado e doutorado procurarão os cursos tendo como parâmetro de avaliação o conceito CAPES. Além disso, é a avaliação que a universidade faz dos seus docentes e na obtenção de recursos junto às agências de fomento e órgãos governamentais.

O ponto forte do programa é longa tradição de pesquisa, incluindo pesquisa básica na área de ginecologia que permite ao programa uma produção intelectual considerável.

É um dos principais objetivos do programa obter conceitos melhores nas avaliações trienais. Para tanto, o coordenador e a CPG estabelecem metas e critérios para alcançá-las. Está sendo realizado um trabalho junto aos orientadores, buscando um incremento na produção científica, e ainda, está ocorrendo uma adequação e diminuição nas disciplinas, sendo que as mesmas devem ter um caráter de pesquisa e estar ligada a uma linha de pesquisa e a seleção dos candidatos está levando em conta a maturidade científica do potencial aluno, verificando o seu relacionamento com o meio científico e as suas publicações.

Assim, como pode ser observado anteriormente, existem políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, como por exemplo, critérios de credenciamento de orientadores e padrões mínimos de desempenho para os alunos de mestrado e doutorado. Para um docente se cadastrar como orientador, o mesmo deve comprovar envolvimento em linha(s) definida(s) de pesquisa(s) por meio de no mínimo (3) publicações em nível internacional A. E os pós-graduandos, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado, devem publicar pelo menos dois trabalhos (um correspondente a sua qualificação e outro a defesa).

Até o presente momento, não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados no programa de maneira individual. De acordo com o coordenador, os resultados obtidos têm sido bastante heterogêneos, já que alguns professores captam um volume considerável de recursos e outros uma quantidade inferior.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas, mas o coordenador relatou que como são tratados assuntos administrativos geralmente nessas reuniões, os demais docentes não participam, pois acreditam que há pouco a acrescentar. Entretanto, o calendário das reuniões é divulgado para que todas saibam o quando as reuniões acontecerão.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional oficialmente. A cooperação que ocorre é pontual, ou seja, recebem alunos de outras universidades – muitos alunos vão para o exterior para bolsas sanduíche que geram trabalhos de cooperação e recebem professores visitantes do exterior.

O coordenador do programa procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP, a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas, na medida do possível, devido às especificidades de cada área, como por exemplo, o programa de Farmacologia e Imunologia Básica e Aplicada.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regras que devem ser observadas, tanto genéricas quanto específicas. Entretanto, o coordenador ressaltou a questão cultural do país, já que não se dá para trabalhar com senso comum, há a necessidade de regras para todos os assuntos.

As regras são consultadas pelo coordenador e pela secretária. O coordenador relatou que não tem problemas para consultar as normas, já que possuía um conhecimento prévio das

mesmas. A secretária é instruída e o treinamento é realizado no dia-a-dia. Quando é necessário, é consultada a CPG da FMRP.

5.10.1 Descrição das Normas Internas

Não está explícito nas normas internas do programa como a comissão gestora é constituída.

Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios devem ser cumpridos dentro da área de Ginecologia e Obstetrícia, entretanto as normas não trazem detalhes sobre os créditos optativos, somente que as demais disciplinas deverão ser escolhidas de comum acordo com o orientador.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos*	Total
Mestrado	Opção Tocoginecologia: 15 Opção Biologia da Reprodução: 12	-	-
Doutorado	Sem exigência para os alunos com Mestrado prévio na área	-	-
Doutorado Direto	Idêntico ao Mestrado	-	-

Quadro 15 - Número de Créditos do Programa de Ginecologia e Obstetrícia

* Não está explícito nas normas internas do programa

Para a inscrição do curso de mestrado ou doutorado, o candidato deve apresentar além de toda a documentação, o projeto de pesquisa, carta de aceitação do orientador e, para o doutorado, acrescenta-se a Carta de envio/aceitação do trabalho de Mestrado para publicação.

Tanto o exame de seleção do mestrado quanto o de doutorado compreende duas fases:

1) Entrevista e apresentação do plano de pesquisa e 2) Análise do currículo.

Para o doutorado direto, deverá ser encaminhada ao coordenador do Programa uma solicitação de mudança de nível pelo orientador com ciência do aluno, constando uma justificativa que contemple a formação acadêmica e o desempenho científico o aluno. Ademais também deverá ser apresentado um relatório com os resultados do projeto de pesquisa em desenvolvimento e um plano futuro de desenvolvimento do projeto, visando o doutorado. Para se candidatar à mudança de nível, o aluno deverá ter cumprido pelo menos 50% dos créditos exigidos para o mestrado, ter demonstrado proficiência em inglês e que tenha no mínimo de doze a dezessete meses de matrícula. A pesquisa deve ter caráter inédito, maturidade científica espelhada em publicações de qualidade e experiência mínima de dois anos em pesquisa e atividades didáticas. A avaliação será realizada por uma banca composta de três orientadores pertencentes ou não ao Programa, sem a participação do orientador. O aluno defenderá publicamente a sua defesa de mudança de nível. Somente os pareceres favoráveis serão encaminhados à CPG para homologação e providências necessárias.

Nas normas internas não são divulgados os prazos para o curso de mestrado, doutorado e doutorado direto.

Os alunos do curso de mestrado e doutorado deverão entregar relatórios semestrais de pesquisa à Coordenadoria da Pós-Graduação. Além disso, as normas também apresentam que os alunos devem participar das reuniões Científicas do departamento de Ginecologia e Obstetrícia e a participação em outras reuniões deverá ser com a anuência do orientador. A presença nestas reuniões será computada e é um dos pré-requisitos para qualificação.

Segundo (USP, 2007c), os critérios para distribuição de bolsa são: dedicação exclusiva, assiduidade (frequência às reuniões), desempenho acadêmico e não ter empregatício de qualquer natureza.

De acordo com a USP (2006a, p.98), os pré-requisitos para o exame de qualificação de mestrado são:

1) Relação de frequência em reuniões científicas – segundas-feiras – 07h30min (20 reuniões/ano); 2) Relação de frequência em reuniões setoriais conforme decisão individual do orientador; 3) Relação de frequência em dissertações/teses – total de 05; 4) Número de créditos concluídos; 5) Relatório de pesquisa fase IV – devidamente aprovado pelo assessor; 6) Trabalho de livre escolha - podendo ser inclusive relacionado a tese ou mesmo parte dela. Tal trabalho poderá ser de casuística, atualização ou revisão e deverá ter sido previamente submetido à publicação (4 cópias). Comprovar carta de envio para revista ou, se já publicado, obviamente após sua matrícula na PG. 7) Currículo – referente ao período de pós-graduação (3 cópias); 8) Apresentar aula a nível de graduação de ponto sorteado com 48 horas de antecedência; 9) Escolher três nomes (incluindo o orientador) para composição da banca (de acordo com o orientador e coordenador Programa); 10) Entregar todo material na Secretaria com antecedência de 10 dias (no mínimo) da data marcada da qualificação.

O exame de qualificação constituirá em uma aula de nível de graduação de um ponto sorteado e apresentação do trabalho submetido previamente a publicação.

Os pré-requisitos para aluno se submeter ao exame de qualificação de doutorado são:

1) Presença em pelo menos 10 reuniões por ano, às segundas-feiras – 07h30 min (reuniões conjuntas do DGO); 2) Presença nas reuniões setoriais conforme decisão individual do orientador; 3) Publicação ou submissão e aceitação comprovada de pelo menos um trabalho em revista de nível no mínimo Qualis "A" nacional (as publicações referidas acima podem ser todo ou parte do Mestrado, desde que não seja a mesma referida na qualificação de Mestrado) (USP, 2006a, p. 99).

O exame de qualificação de doutorado será a apresentação de resultados da tese na fase IV que serão avaliados pela comissão julgadora.

5.11 Programa de Saúde da Criança e do Adolescente

A coordenadora do programa de Saúde da Criança e do Adolescente é formada em Medicina com mestrado, doutorado e pós-doutorado na área de Pediatria. Ela é coordenadora do programa desde fevereiro de 2005, com término do seu mandato previsto em 17/02/07.

Em 2006, o programa tinha aproximadamente sessenta alunos entre doutorado e mestrado, treze 13 professores permanentes e quatro colaboradores.

O programa foi criado em 1971 com o objetivo de formar docentes e/ou investigadores em nível de Mestrado e Doutorado na área de saúde da criança e Adolescente. O programa tem tido uma ascensão nas avaliações trienais CAPES, sendo que na avaliação trienal de 1998 recebeu o conceito quatro (4) e, na avaliação de 2004, o conceito seis (6). Até julho de 2005 o programa era intitulado como “Programa de Pediatria”. A partir desta data, o programa passou a ser denominado “Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente”, com Área de Concentração denominada Saúde da Criança e do Adolescente e 2 opções: 1) Investigação em Pediatria: destinada a médicos pediatras que tenham desenvolvido programa de Residência Médica em Pediatria em programa reconhecido pelo MEC ou pela Sociedade Brasileira de Pediatria, por período mínimo de 2 anos, ou equivalente e 2) Investigação em Saúde da Criança e do Adolescente: destinada a médicos não-pediatras e profissionais não médicos, devendo estes demonstrar atividades equivalentes na área em que se candidatam ou áreas afins, por período mínimo de um ano, após o término do seu curso de graduação.

As linhas de pesquisa do programa de Saúde da Criança e do Adolescente são agrupadas e definidas de acordo com a apresentação a seguir:

- Estudos clínicos e laboratoriais da função e alterações hormonais na criança e na gestante;
- Doenças do tecido conjuntivo na infância e adolescência;
- Estudos citogenéticos, moleculares e clinico-epidemiológicos em neoplasias malignas na infância;

- Gastroenteropatias e dissacaridases intestinais;
- Doenças alérgicas na infância e adolescência;
- Resposta Imunológica à Imunização Natural ou Ativa em Crianças e em Gestantes;
- Infecções de transmissão vertical no período neonatal e na infância;
- Infecção na criança;
- Alimentação, Nutrição e Desenvolvimento na Infância;
- Educação médica e formação continuada em saúde da criança e do adolescente;
- Estudos Epidemiológicos, Clínicos e Laboratoriais da Saúde Perinatal, da Criança, do Adolescente e do Adulto Jovem;
- Estudos clínico-epidemiológicos das doenças neonatais.

Fonte: USP (2007d)

A Comissão de Pós-Graduação do Programa é formada por seis membros (coordenador, vice, três membros docentes e um membro discente) e é constituída por membros do Departamento de Puericultura e Pediatria, exceto o membro discente. Os docentes permanentes credenciados no programa que possuem interesse em participar da comissão se manifestam e a Comissão anterior opina e submete ao conselho bianualmente. Entretanto, cabe ressaltar que a maioria das decisões é independente do conselho de departamento. “A área funciona de uma maneira independente”. O representante discente é eleito pelos seus pares. Em geral, as reuniões acontecem mensalmente.

Os assuntos que precisam da apreciação da CPG são vários, como por exemplo: a indicação de bancas de defesas e dissertações, credenciamento e recredenciamento de disciplinas e orientadores, número de bolsas, programação da seleção etc. A autonomia do programa está na atribuição das bolsas, a indicação das bancas que passam pela CPG, mas geralmente são respeitadas, assim como os pareceres emitidos devido aos pedidos de

revalidação de créditos por parte dos discentes, seleção dos pós-graduandos e alocação das verbas de pesquisa.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O programa segue a norma da USP, que implica em no máximo dez orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, a coordenadora acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica em revistas internacionais, QUALIS A e B.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos, devido primeiramente à quantidade de bolsas, já que para qualquer tipo de pedido dentro da universidade, o fato do programa ter conceito seis (6), tem um peso considerável. Além disso, há o reconhecimento dos pares de outras universidades, prestígio e maior facilidade na obtenção de recursos junto às agências de fomento.

Os pontos fortes do programa são: os orientadores permanentes são docentes do programa e estão em período integral no departamento, sendo muito experientes e os mais novos são bem produtivos e as linhas de pesquisa bem definidas.

É um dos principais objetivos do programa obter o melhor conceito nas avaliações trienais CAPES. A coordenadora relatou que ao longo do tempo, o programa foi sendo adequado de acordo com os critérios das avaliações. Entretanto, sempre houve a preocupação com a qualidade dos alunos que eles estão formando. Há uma preocupação com a formação do pesquisador. Para tanto, em 2004, a coordenação do programa realizou um fórum de pós-graduação com todos os orientadores, no qual foram discutido os objetivos do programa, mostrando os critérios de avaliação CAPES, a evolução do programa nas avaliações e a preocupação da manutenção da nota. Ocorreu também uma mudança dos números de orientadores, pois existe um padrão mínimo de desempenho.

Segundo a coordenadora, existem políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa com relação aos critérios de credenciamento e credenciamento de docentes, que estão explícitos no manual do programa. Entretanto, esses padrões mínimos de desempenho não foram encontrados no site do programa, nem no manual, conforme orientações da coordenadora.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados ao programa de forma individual e atualmente há dois projetos temáticos. Entretanto, não há uma estratégia definida para busca de fomento de maneira sistematizada.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas pelos professores credenciados no programa. A coordenadora relatou que é realizada uma reunião geral com todos os docentes eventualmente e com certa frequência com os discentes a fim de expor as informações mais importantes do programa, o que o programa espera deles e as normas presentes no manual.

O programa realiza cooperação nacional e/ou internacional. Há várias parcerias no âmbito nacional e internacional. Segundo a coordenadora, os benefícios são financeiros, troca de informações, identificação de universidades no exterior para realizar pós-doutorado e bolsas sanduíche, bem como a possibilidade de receber alunos de outras instituições do exterior para desenvolver projetos na FMRP. O programa já possui este procedimento com outras instituições nacionais.

A coordenadora procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP, a fim de verificar as ações e práticas que estão sendo realizadas, principalmente em relação à captação de recursos financeiros e humanos dentro e fora da universidade.

Segundo a coordenadora, há muitas regras que devem ser observadas. Ademais, a comissão do programa também realiza um acompanhamento com os discentes. Os discentes devem entregar relatórios semestrais de pesquisa e, caso o desempenho não esteja satisfatório, a bolsa pode ser retirada. As normas são vistas, pela coordenadora, como mais genéricas e amplas.

As regras são consultadas pela coordenadora e pela secretária. Ela também ressaltou que tem auxílio da coordenadora anterior que possui muita experiência.

5.11.1 Descrição das Normas Internas

Nas normas do programa, a formação da comissão do programa de pós-graduação não está explícita. O exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos optativos poderão ser cumpridos dentro ou fora da área de Pediatria.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	20	10	30
Doutorado com Mestrado Prévio	Sem exigência para os alunos com Mestrado prévio na área	20	20
Doutorado Direto	Idêntico ao Mestrado	30	50

Quadro 16 - Número de Créditos do Programa de Saúde da Criança e do Adolescente

Os candidatos ao curso de mestrado e doutorado devem demonstrar proficiência em língua inglesa – TEAP – ou por outras instituições reconhecidas pela comissão de pós-graduação.

O exame de seleção do mestrado será composto por três fases: 1) uma prova escrita sobre tema de Saúde da Criança e do Adolescente (nota mínima 5 para aprovação), 2) Análise do *Curriculum vitae* e 3) Entrevista com uma Comissão Examinadora composta por 3 membros da Área e pelo Coordenador ou Vice-Coordenador do programa (nota mínima 5 para aprovação).

Já para o exame de doutorado, tanto o candidato inscrito para o doutorado direto quanto o candidato com mestrado realizado na FMRP ou em outra instituição, será deverá seguir três etapas: 1) uma prova escrita sobre temas gerais de Saúde da Criança e do Adolescente, especificados pela Área (nota mínima cinco para aprovação), 2) Apresentação e análise do projeto de pesquisa, que será realizada por uma Comissão Examinadora, composta de 3 membros orientadores da Área e pelo menos um membro da Comissão coordenadora do programa e 3) Entrevista que inclui a análise do *Curriculum vitae* pela Comissão Examinadora (nota mínima 5 para aprovação).

Para o doutorado direto, o candidato deve ser aprovado no processo seletivo descrito acima e apresentar as seguintes características:

- Comprovar que desenvolveu investigação científica sob orientação de um docente com título igual ou superior a Doutor, por período de pelo menos um ano;
- Haver publicado, como autor ou co-autor, pelo menos um trabalho científico, em revista que conta com seletiva política editorial e indexada em bancos de dados de reconhecido valor. Os trabalhos devem tratar de um tema original e inédito, não se admitindo para esta finalidade trabalhos de revisão, ensaios, atualização ou resumos de apresentações em congressos ou outros certames científicos, ou, ainda, capítulos de livros;
- Ser aprovado em sessão de apresentação de sua produção científica. Para esta finalidade o candidato deverá fazer uma exposição oral, com duração máxima 30 minutos, de um ou de um conjunto de seus trabalhos, sendo, em seguida, argüido pelos membros da CPG;
- Apresentação do projeto de pesquisa a ser desenvolvido, com argüição, perante Comissão Examinadora designada pela CPG (USP, 2006a, p.162).

Já o candidato que optar pela mudança de nível, deverá ser realizada uma solicitação por escrito, expondo os motivos e encaminhá-la a comissão do programa. Além disso, deverá apresentar: *Curriculum vitae*, relatório circunstanciado do trabalho científico ou a pró-forma da dissertação de Mestrado, histórico escolar nas disciplinas dos cursos de pós-graduação já

realizados e projeto para o Doutorado. A comissão realizará uma entrevista com o candidato com o objetivo de verificar o grau de maturidade científica. Após isto, será emitido um parecer e encaminhado a CPG da FMRP.

O programa de Mestrado tem duração máxima de três anos, o de Doutorado de quatro anos e Doutorado Direto de cinco anos.

As bolsas provenientes do CNPq e da CAPES serão distribuídas pela coordenação do programa, devendo o aluno se dedicar integralmente ao curso, não acumular bolsas de diferentes agências de fomento, não ser funcionário da FMRP, seja na qualidade de docente, pesquisador ou técnico e não ser aluno de residência médica.

O exame de qualificação, tanto para o mestrado quanto para o doutorado, deverá ser realizado no máximo seis meses antes da data final de expiração do prazo legal para entrega junto a Seção de Pós da FMRP. A banca examinadora para ambos os cursos será composta por três membros credenciados no programa, sendo que o orientador fará parte desta banca. No mestrado, o aluno deverá apresentar uma aula relacionada à sua dissertação de mestrado e que tenha aplicação na área de Saúde da Criança e do Adolescente (serão avaliados o conteúdo e também se as informações são atuais, bem como a didática) e apresentar o projeto e pesquisa (serão avaliados o conteúdo, forma de apresentação oral e escrita e do domínio sobre o tema).

No doutorado, o aluno deverá apresentar uma aula sobre um tema escolhido em conjunto pelo aluno e orientador na pós-graduação (serão avaliados o conteúdo, se as informações são atuais e a didática) e apresentar um trabalho de sua autoria, originário da pesquisa de doutorado na forma de manuscrito a ser encaminhado para publicação em revista com seletiva política editoria e indexada (serão avaliados o conteúdo, forma de apresentação oral e escrita e do domínio sobre o tema).

As normas do programa também apresentam os critérios para a continuidade do aluno, como por exemplo, a apresentação de relatórios de pesquisa semestrais. Os alunos que não tiverem os seus relatórios aprovados por dois semestres consecutivos serão desligados do programa.

5.12 Programa de Neurologia

O coordenador do programa de Neurologia é formado em Medicina com mestrado, doutorado e pós-doutorado na área de Neurologia. Ele é credenciado no programa há aproximadamente doze anos e é coordenador há aproximadamente cinco anos, com término do seu mandato previsto para 14/08/07.

Em 2006, o programa tinha aproximadamente cento e quinze alunos entre doutorado e mestrado, dezesseis docentes permanentes e um colaborador.

O programa foi criado em 1971 com o intuito de formar mestres e doutores no campo da Neurologia Clínica e das Neurociências. A partir de 2001, o programa passou a oferecer duas opções: 1) Neurologia destinada aos médicos neurologistas que tenham já, no mínimo, 2 anos de residência médica em Neurologia e 2) Neurociências, destinada aos médicos não especializados em Neurologia e profissionais não médico, como: enfermeiros, psicólogos, físicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, profissionais formados em educação física, biólogos, matemáticos, engenheiros especializados, profissionais da área de informática., ou outros profissionais que desenvolvam atividades de pesquisa relacionadas a neurociências. O programa teve uma ascensão considerável nas avaliações trienais CAPES, sendo que em 1998, obteve conceito cinco (5);

em 2001, conceito seis (6) e, em 2004, conceito sete (7), demonstrando assim a sua excelência e reconhecimento nacional e internacional

As linhas de pesquisa do programa de Neurologia são agrupadas nas seguintes áreas, como pode se observar abaixo:

- Desordens neurodegenerativas;
- Distúrbios do sono;
- Doenças Desmielinizantes;
- Doenças Neuromusculares;
- Dor;
- Epilepsia clínica e experimental;
- Infecção e Sistema nervoso;
- Líquido Cefalorraquiano;
- Manifestações neurológicas de doenças sistêmicas;
- Neurobiologia;
- Neuroimagem estrutural e funcional;
- Neurologia do desenvolvimento;
- Vasculopatia.

Fonte: CAPES (2005c).

A Comissão de Pós-Graduação do Programa de Neurologia é composta por 3 titulares e 3 suplentes que são indicados pela área de Neurologia, e após para apreciação e aprovação do Conselho do Departamento de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia, sendo pelo menos 2 titulares e 2 suplentes do setor de Neurologia, e o coordenador será indicado pela área de Neurologia. O mandato da Comissão, bem como do coordenador, deverá terminar preferencialmente um ano após o triênio da avaliação CAPES, sendo que cada membro da

comissão poderá cumprir apenas dois mandatos sequenciais na condição de titular ou suplente e, ainda, pelo menos 1/3 dos titulares e suplentes deverão ser renovados a cada três anos. As reuniões da comissão acontecem mensalmente, variando de acordo com a necessidade.

O coordenador destacou que os assuntos que precisam da apreciação da CPG são diversos. A autonomia do programa está no gerenciamento dos recursos destinados a ele, nas normas para credenciamento de orientadores e disciplinas, concessão de bolsas e indicação de bancas.

Não há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. Segundo o coordenador, esta norma interna está sendo discutida e a recomendação é de sete orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica.

O ponto forte do programa é produção científica, que se deu em grande parte devido ao processo de internacionalização, pois grande parte dos docentes realizou estágio, especialização, doutorado ou pós-doutorado no exterior. Além disso, possuem contatos internacionais contínuos, já que os docentes do programa pelo menos uma vez por ano participam de eventos no exterior e, deste modo, a internacionalização gerou a capacidade de produzir muito, ter conhecimento sobre o que está sendo questionado e desenvolvido no mundo, facilitando a atuação dos docentes. Entretanto, o coordenador destacou que esse processo está ocorrendo há muito tempo, mesmo antes do Sistema de Avaliação CAPES, e então essa política vem sendo mantida.

O programa possui políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, no que concerne ao credenciamento do docente. Essas normas foram criadas para manter o conceito sete (7). Segundo a USP (2006a, p. 122):

20) Poderão ser orientadores quaisquer docentes da FMRP ou outra, desde que tenham currículos suficientes e sejam aprovados pela Comissão de Pós-Graduação de Neurologia e pela Comissão de Pós-Graduação da FMRP.

Docentes com nível mínimo de Doutorado, com *curriculum* julgado insuficiente para orientador, poderão ministrar disciplina até obter qualificação de orientador.

21) Serão orientadores preferencialmente os docentes de Neurologia Clínica. O credenciamento de professores de outras áreas e de outros profissionais deverá levar em conta:

- a produção na área de Neurociências ou a aplicação de métodos desenvolvidos pelo professor para estudo de tema relacionado às Neurociências e/ou
- ter projeto(s) aprovado(s) por agência financiadora.

22) Critério mínimo para aceitação da proposta de credenciamento para orientação: produção nos últimos 3 anos > 1 publicação/ano em jornal indexado com fator de impacto maior ou igual a 1.

Não há políticas próprias do programa em relação à busca de fomento. O programa é muito grande e geralmente é dividido em grupos relacionados às linhas de pesquisa. Assim, a busca de recursos é realizada pelos grupos do programa, sendo que cada um faz a sua política.

Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas. Segundo o coordenador tudo é realizado de maneira transparente, sendo as reuniões abertas a todos os docentes credenciados no programa, bem como a destinação das verbas e os critérios para distribuição de bolsas, sendo estes considerados objetivos e transparentes.

O programa realiza cooperação nacional e/ou internacional. Essas parcerias têm trazido vários benefícios, como: o intercâmbio de idéias e material de pesquisa e o fato dos docentes estarem sempre atualizados, participando de todo o processo e produzindo cientificamente em conjunto. E nas parcerias nacionais, geralmente, ocorre a racionalização dos trabalhos por conhecimento e técnicas.

Quando o coordenador foi questionado se o programa para chegar ao conceito máximo (sete) da avaliação CAPES observou outros casos bem sucedidos para adotar as práticas e adapta-las para a realidade do programa, ele relatou que o conceito sete se deu naturalmente e grande parte foi devido a um dos fundadores do programa que possuía uma visão muito ampla de pesquisa e, desde aquela época, já vislumbrava o processo de internacionalização. Com isto, foi fomentando entre os docentes do programa o intercâmbio de idéias e participação em

congressos internacionais. Assim, os docentes foram treinados e preparados para atingir este nível de atividade.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regras que devem ser observadas. Porém, foi ressaltado que a coordenação passa as diretrizes para as secretárias, que gerenciam estas questões burocráticas. O coordenador adicionou que o programa não possui problemas com relação a esta questão.

5.12.1 Descrição das Normas Internas

A formação da Comissão do Programa de Pós-Graduação está explicitada nas normas de acordo com o que foi relatado pelo coordenador e descrição realizada acima.

Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os cursos de Doutorado e Doutorado Direto, não sendo exigido para o curso de mestrado. Os créditos optativos podem ser cursados dentro ou fora da área de Neurologia.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	Opção Neurologista: 10 Opção Neurociências: 8	Opção Neurologista: 20 Opção Neurociências: 22	30
Doutorado	Sem exigência para os alunos com Mestrado prévio na área	20	20
Doutorado Direto	Opção Neurologista: 14 Opção Neurociências: 8	Opção Neurologista: 36 Opção Neurociências: 42	50

Quadro 17 - Número de Créditos do Programa de Neurologia

Segundo USP (2007a), as exigências para a inscrição do processo seletivo para o curso de mestrado e doutorado no Programa de Neurologia são: 1) contato prévio e manifestação do provável orientador e 2) entrega de plano de pesquisa. O exame de seleção será composto pelos seguintes itens: prova escrita, entrevista, discussão do projeto de pesquisa e análise de currículo.

A mudança de nível do Mestrado para o Doutorado ou Doutorado Direto somente será aceita se for demonstrada a maturidade científica do candidato e a originalidade do projeto. A Comissão de Pós-Graduação do Programa de Neurologia analisará: a experiência do candidato na iniciação científica (preferencialmente bolsista), o *Curriculum vitae*, histórico escolar, cópia de trabalhos publicados ou aceitos em periódicos de circulação internacional, relatório de atividades já cumpridas e o projeto de pesquisa a ser desenvolvido no doutorado. Para a mudança de nível do Mestrado para o Doutorado, as normas relatam que:

- é necessário, através da análise da pró-forma da tese por membro da Comissão de Pós-Graduação da área ou de fora dela, que o trabalho proposto seja original.
- é necessário que pelo menos parte do trabalho da tese tenha sido publicada ou aceita em periódico indexado de circulação internacional (A ou B da CAPES).
- é necessário que o candidato seja aprovado na arguição de seu trabalho por uma banca de três professores, indicada pela Comissão de Pós-Graduação da área. (USP, 2006a, p. 125)

As normas internas do programa não apresentam a duração dos três cursos Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto.

A coordenação do programa conta com a contribuição de uma comissão de bolsas que é composta por quatro docentes e um aluno, incluindo o coordenador e, pelo menos um docente de outro Departamento. O seu mandato deverá coincidir com o da Comissão de Pós-Graduação. Segundo a USP (2006a), as bolsas poderão ser recebidas pelos alunos que trabalham, desde que os seguintes pré-requisitos sejam cumpridos: a) Máximo 08 (oito) horas de trabalho por dia (1dia/semana); b) Trabalho vinculado à pesquisa ou ensino; c) Relatório do orientador informando a atividade a ser executada, incluindo a compatibilidade com o

projeto e d) Não será permitida atividade liberal. Além disso, há um questionário no site do programa de Neurologia que servirá de base para a distribuição de bolsas entre os alunos do programa, sendo levado em conta se o aluno teve iniciação científica, bolsas, publicações, tempo de titulação, notas no mestrado, renda familiar, se possui dependentes etc.

O exame de qualificação formal para o Mestrado não é exigido, sendo que o aluno será qualificado pelo desempenho acadêmico e/ou em pesquisa ao longo do curso. Já o exame de qualificação para o Doutorado será constituído de uma publicação, aceite ou comprovação de submissão de trabalho completo em revista indexada, nacional ou estrangeira, podendo ser parte da tese ou revisão atualizada sobre tema diferente do tema da tese de Doutorado ou do Mestrado, a serem escolhidos de uma lista definida pela Comissão de Pós-Graduação do Curso de Neurologia, que será apresentada oralmente para banca composta por três docentes, no prazo máximo de um mês antes do término do Doutorado.

As normas do programa não apresentam os critérios para a continuidade do aluno, como por exemplo, a apresentação de relatório de pesquisa semestrais.

5.13 Programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia da Cabeça e do Pescoço

O coordenador do programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia da Cabeça e do Pescoço é formado em Medicina com mestrado, doutorado e pós-doutorado na área de Oftalmologia. Ele é credenciado no programa há aproximadamente dezenove anos e é coordenador desde 1994 com término do seu mandato em 30/03/07.

Em 2006, o programa possuía aproximadamente setenta e quatro alunos entre doutorado e mestrado e dezesseis docentes credenciados.

O programa foi criado em 1971, ocorrendo uma modificação em 2004, sendo processado como um novo programa, abrangendo três áreas: Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço. O objetivo geral do programa é promover a integração na produção de conhecimento das três disciplinas que constituem o núcleo central do programa (Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço) conforme mencionado acima, e incorporar atividades de pesquisa por profissionais não-médicos e médicos de outras especialidades que tenham interesse em atuar nas áreas de concentração do programa. Em 2004, o programa obteve conceito quatro (4) na avaliação do triênio de 2001-2003.

As linhas de pesquisa do programa Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia da Cabeça e do Pescoço²⁰ são delineadas de acordo com a lista abaixo. Cabe ressaltar a dificuldade de delinear as linhas de pesquisa na área clínica, relatada pelo coordenador, já que na Medicina 3, não são aceitas linhas de pesquisa genéricas.

- 1- Processos Centrais e Periféricos do Controle Vestibulo-oculomotor;
- 2- Mecanismos Físicos e Biológicos de Alterações dos Segmentos Anterior e Posterior do Olho;
- 3- Ototoxicidade, otoproteção e plasticidade auditiva;
- 4- Aspectos epidemiológicos dos fatores condicionantes da cegueira;
- 5- Fisiopatologia da interação célula-matriz extracelular no glaucoma;
- 6- Mecanismos celulares e moleculares na regulação da superfície ocular e glândula lacrimal;
- 7- Anatomo-fisiologia do sistema auditivo central e suas conexões;

²⁰ Maria Cecília. Objetivos e linhas de pesquisa Prog. OFT, ORL e CCP. Mensagem recebida por mcecilia@hcrp.fmrp.usp.br em 19 de janeiro de 2007

- 8- Sistemas ópticos de quantificação de variáveis anatomo-funcionais do globo ocular;
- 9- Estudo antropométrico e funcional das modificações da face humana;
- 10- Determinação da agressividade tumoral em cabeça e pescoço;
- 11- Modelo experimental de reabilitação morfológica na lesão laringo-traqueal;
- 12- Alterações histológicas e de biologia molecular da mucosa rinossinusal;
- 13- Sistema estomatognático: Métodos e critérios de avaliação;
- 14- Relações entre comportamentos orofaciais e outras variáveis.

A Comissão de Pós-Graduação do Programa e seu Coordenador são indicados por todos os docentes credenciados e adiciona-se um discente que é indicado anualmente pelos seus pares. As reuniões acontecem sempre quando há um assunto a deliberar, como por exemplo, a seleção dos candidatos, não havendo um calendário fixo.

São diversos os assuntos que precisam da apreciação da CPG, sendo regido pelo regimento da USP e normas da CPG da FMRP. Os assuntos que passam pela CPG vão desde a nomeação de bancas, criação de disciplinas, projetos isolados de cursos de extensão que são vinculados aos programas, credenciamento e credenciamento de orientadores.

Há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados, sendo recomendado de cinco a seis alunos por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica vinculada às linhas de pesquisa e projetos.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos, pois, segundo o coordenador, a avaliação trienal CAPES é um indicador de qualidade de produção de conhecimento e tem expressão dentro da mídia brasileira. Além disso, certos recursos são

específicos para os programas seis e sete, sendo que o gerenciamento da verba CAPES é diferente para os programas com notas superiores.

De acordo com o coordenador, o ponto forte do programa é o fato dele ser um programa novo e ter sido criado com proposta de um mini-guarda-chuva temático com três áreas de atuação e pontos de contato. Além disso, pelo fato de ser um programa novo, tentou-se desvincular de alguns vícios que outros programas possuem, como: docentes improdutivos, regras mal-definidas etc.

É um dos principais objetivos do programa obter melhores conceitos nas avaliações trienais CAPES e, para tanto, o programa tem procurado “fazer o dever de casa”, ou seja, estimular os docentes e compreender o que a CAPES quer da área de Medicina III.

Com relação às políticas estratégicas para as avaliações trienais CAPES, o coordenador relatou que o programa está tentando seguir um plano interno, delineando o Núcleo Permanente, estimulando os docentes a captar recursos e ter publicação científica de boa qualidade. Segundo a USP (2006a, p. 129), os critérios para o credenciamento de docentes no programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia da Cabeça e do Pescoço são:

a) capacidade de pesquisa demonstrada por atividades laboratoriais ou clínicas que possibilitem a realização de um trabalho de pós-graduação; b) comprovação de produção científica: publicação nos últimos três anos de, pelo menos, 3 trabalhos em revistas consideradas pela CAPES como Qualis nacional A e 1 trabalho em revista internacional indexada, com índice de impacto medido (Qualis A ou B).

O programa possui políticas estratégicas em relação à busca de fomento nacional. A coordenação procura alertar os docentes credenciados quando das chamadas universais do CNPq e projetos de pesquisa para FAPESP.

Não existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas. As reuniões são restritas aos membros da comissão. Porém, o coordenador ressaltou que em algumas situações todos os docentes credenciados são convocados para reunião, como por exemplo, neste ano,

quando os docentes se reuniram para comentar o relatório de acompanhamento da avaliação CAPES.

O programa realiza cooperação nacional com outros programas e no exterior. Essas parcerias são mais pontuais, conforme relatado pelo coordenador. Segundo ele, essas parcerias tendem a ser multidisciplinares, originando publicações em conjunto.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regras que devem ser observadas. Porém, o coordenador ressaltou que as estas já estão internalizadas pelo tempo de convívio e experiência com as mesmas. As normas são vistas como fixas e pouco flexíveis.

As regras são consultadas pelo coordenador e pela secretária. O coordenador ressaltou que o papel da secretária é de extrema importância, já que auxilia na observância das normas, prazos, alocação das verbas PROAP, pagamento dos professores visitantes, contato com a CPG e relatório CAPES.

5.13.1 Descrição das Normas Internas

Nas normas internas do programa está explícita como a comissão do programa será composta, ou seja, por três orientadores credenciados no programa, representantes das três áreas médicas, sendo eleitos pelos docentes credenciados. O coordenador será eleito pela Comissão do programa. Tanto o mandato da comissão como o do Coordenador será de três anos, podendo ser reconduzidos, caso os mesmos sejam eleitos pelos orientadores do programa. Assim, observam-se alguns detalhes que não foram relatados anteriormente pelo coordenador do programa.

Segundo a USP (2006a, p. 132), cabe ao coordenador:

- representar o Programa em todas as atividades de pós-graduação, seja junto à CPG da FMRP, seja em qualquer outro foro em que se fizer necessária a representação; zelar pelo bom funcionamento do Programa e pela aplicação criteriosa das presentes normas;
- elaborar o calendário semestral das disciplinas do Programa;
- receber, despachar e assinar os documentos oficiais relacionados às atividades do Programa, bem como toda e qualquer ação necessária a seu funcionamento, incluindo encaminhamento de bancas e pró-formas de dissertações e teses;
- dar conhecimento imediato aos demais orientadores dos problemas que eventualmente surjam e das ações tomadas para a sua solução, bem como consultá-los em casos graves e de dúvidas;
- prestar contas dos recursos financeiros destinados anualmente à Área, disponibilizando-os e zelando pela sua boa aplicação.

Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto e os créditos optativos poderão ser cursados dentro ou fora da área.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos*	Total
Mestrado	17	-	-
Doutorado	Sem exigência para os alunos com Mestrado prévio na área	-	-
Doutorado Direto	Idêntico ao Mestrado	-	-

Quadro 18 - Número de Créditos do Programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço.

* não está descrito nas normas internas do programa

Para o exame de seleção de mestrado e doutorado, o aluno deverá apresentar um plano de pesquisa elaborado em conjunto pelo candidato e com um dos orientadores credenciados no programa, e a assinatura do orientador demonstrará a aceitação tanto do candidato quanto do seu plano de pesquisa. A comissão do programa entrevistará o candidato, avaliando o seu currículo, a viabilidade do projeto de pesquisa, de acordo com a área de atuação do orientador e a realização dentro do prazo ótimo sugerido pela CAPES.

Tanto para mudança de nível de mestrado para doutorado quanto para o ingresso direto, o orientador deverá encaminhar à Coordenação do Programa a solicitação onde conste a justificativa da transferência, evidenciando o mérito científico do trabalho e acompanhado

de uma cópia escrita do mesmo, contendo os seguintes itens: Introdução, Material e Métodos, Resultados e Discussão. O pedido será avaliado por três docentes externos ao programa.

Além da Comissão de Pós-Graduação do Programa, há a Comissão de Bolsas que é constituída pela Comissão, um membro discente eleito pelos pares e um membro externo ao programa, eleito pelos orientadores. A finalidade desta comissão é noticiar os alunos da situação das bolsas atribuídas pela CAPES e avaliar os pedidos de bolsa, distribuindo-as de acordo com os critérios da CAPES, levando em consideração o mérito e a necessidade do aluno.

Tanto para o exame de qualificação quanto para o mestrado e doutorado, o aluno deverá apresentar um trabalho completo com o comprovante do envio do manuscrito a uma revista classificada, no mínimo QUALIS A Nacional, sendo o aluno como autor ou co-autor e pode ser relacionado ou não à tese ou dissertação. A Comissão do Programa verificará o trabalho e o envio do mesmo para publicação.

A duração dos cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto não estão presentes nas normas internas, bem como critérios para a continuidade do aluno, como por exemplo, a apresentação de relatório de pesquisa semestral.

5.14 Programa de Saúde Mental

A coordenadora do programa de Saúde Mental é formada em Medicina com mestrado e doutorado em Saúde Mental e pós-doutorado em Psiquiatria. Ela é coordenadora do programa desde março de 2004 com término do seu mandato previsto em fevereiro de 2007. Em 2006, o programa possuía aproximadamente quarenta e quatro alunos entre doutorado e mestrado, dez professores permanentes e quatro colaboradores.

O programa de Pós-Graduação em Saúde Mental foi instituído em 1991 com o objetivo de formar pesquisadores capacitados a conduzir projetos e treinar novos pesquisadores em linhas de investigação voltadas para a identificação e o controle de fatores de risco e condições de vulnerabilidade biológica, e também psicossocial para transtornos psiquiátricos. Vale ressaltar que o programa tem característica multidisciplinar, já que o corpo docente é formado por médicos e psicólogos, bem como de docentes provenientes de outras unidades da USP-RP. O presente programa é voltado aos alunos de diversas áreas que atuam em Saúde Mental, como Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Serviço Social e outras.

Nas últimas avaliações trienais, o programa teve uma ascensão considerável, já que saiu do conceito dois (2), em 1998, passando por várias reformulações em 1999, visando a adequação aos critérios de avaliação CAPES. Em 2001, o programa obteve conceito quatro (4) e, em 2004, conceito (5).

As linhas de pesquisa do programa de Saúde Mental são bem definidas sendo agrupadas em quatro grandes linhas, como a seguir:

- Neurobiologia da Esquizofrenia e outras Psicoses;
- Neurobiologia dos Transtornos de Ansiedade;
- Fatores de risco, Mecanismos de proteção dos Transtornos do desenvolvimento;
- Instrumentos de avaliação e indicadores em Saúde Mental.

Fonte: USP (2007h)

O programa de Pós-Graduação em Saúde Mental é administrado pela Comissão de Pós-Graduação do Programa, que é composta por docentes permanentes do programa, sendo três titulares, um suplente e um representante discente. O coordenador e o vice-coordenador

são eleitos pela totalidade dos orientadores credenciados no programa, bem como os demais membros da comissão a cada três anos, podendo haver recondução, com renovação de pelo menos 1/3 dos membros docentes. Entretanto, o coordenador e o vice devem pertencer ao Departamento de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia Médica da FMRP. Já o membro discente é eleito pelos seus pares com mandato de um ano. As reuniões da comissão acontecem quinzenalmente.

Ademais, a coordenação também conta com a colaboração da comissão de bolsas, que é formada pelo coordenador da comissão do programa, um representante docente e um discente. Cabe a esta comissão estabelecer os critérios de distribuição de bolsas entre os alunos, levando em consideração os requisitos estabelecidos pelas agências de fomento e avaliar os pedidos encaminhados pelos alunos.

A coordenadora ressaltou que a maioria dos assuntos precisa da apreciação da CPG. Os assuntos que o programa possui autonomia são: banca de qualificação, indicação de bancas de defesa de mestrado e doutorado, normas para o credenciamento dos docentes, gerenciamento dos recursos financeiros e a distribuição das bolsas.

O programa apresenta normas internas em relação à distribuição dos orientados. Cada docente credenciado no programa poderá ter no máximo cinco orientados por período, incluindo mestrado e doutorado e são permitidas três co-orientações.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, a coordenadora acredita que a produção científica com discente e vinculada às linhas de pesquisa do programa é o quesito que classifica o programa.

É muito importante que o programa obtenha sempre bons conceitos. Segundo a coordenadora, quanto maior for a nota do programa, maiores as possibilidades de financiamento e, conseqüentemente, há mais condições para o desenvolvimento de melhores pesquisas e, portanto, maior projeção do programa e da universidade.

Segundo a coordenadora, o ponto forte do programa é a multidisciplinariedade, já que congrega várias áreas que atuam em Saúde Mental.

A coordenadora relatou que é um dos principais objetivos do programa conquistar melhores conceitos. O programa passou por uma reformulação, em 1999, depois da nota obtida na avaliação trienal de 1998 (conceito 2), em que foi revisto uma série de aspectos e isso fomentou uma discussão entre os docentes credenciados no programa, culminando em várias de ações e reformulações nas normas do programa, visando a obtenção de um conceito melhor.

O programa apresenta políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa. Na reformulação mencionada acima, foram criados uma série de mecanismos para manter no programa professores produtivos, ou seja, o docente só poderá receber alunos novos e se credenciar novamente se cumprir os critérios estipulados pelo programa, como se pode observar abaixo:

CREDENCIAMENTO:

Mestrado

1) demonstrar produção científica em linhas de pesquisa definidas, com publicação de trabalhos completos em periódicos indexados* e/ou livros (publicado no triênio, pelo menos 3 artigos nacional A ou superior, sendo que pelo menos 1 deve ser internacional A ou B). Demonstrar condições (físicas, materiais e de financiamento) para o desenvolvimento dos projetos dos pós-graduandos.

2) demonstrar atividade didática em nível de pós-graduação, tendo sido professor e responsável por, pelo menos, uma disciplina.

Doutorado

Além do atendimento dos itens 1 e 2, anteriormente estabelecidos para o nível de mestrado, deverá também demonstrar:

3) ter orientado pelo menos um aluno em nível de mestrado com titulação já defendida.

4) adicionalmente ao item 1 do Mestrado, demonstrar publicação de trabalho completo em periódicos indexados* e/ou livros, diretamente relacionado à atividade de orientação.

RECREDENCIAMENTO:

1) ter orientado, pelo menos, um aluno com titulação (Mestrado ou Doutorado) defendida no período dos últimos três anos, ou ter, pelo menos, um aluno (Mestrado ou Doutorado) em andamento no período;

2) ter publicado, nos últimos três anos, pelo menos, um trabalho completo em periódicos indexados* ou livros de circulação nacional ou internacional, diretamente relacionado à atividade de orientação (pelo menos 80% dos docentes permanentes*, devem ter publicado no triênio, pelo menos 3 artigos nacional A ou superior, sendo

que pelo menos 1 deve ser internacional A ou B.); 3) ter sido professor em disciplina(s) ministradas(s) no período dos últimos três anos, com carga horária média mínima de 15 horas-aula/ano.

Artigo 4º - Poderão ser credenciados como orientadores do programa os docentes que, no triênio que antecede o pedido de credenciamento, tenham publicado pelo menos três artigos completos em periódicos classificados pelo Sistema Qualis da CAPES como internacional C ou de nível superior, sendo que pelo menos um deve ser em periódico classificado como internacional A ou B.

Artigo 5º – A abertura de vagas e o recebimento de alunos novos pelos orientadores credenciados no programa estarão condicionados à produção científica do orientador. Poderão receber alunos novos, os orientadores que, no triênio que antecede o processo seletivo em questão, tenham publicado pelo menos 3 artigos completos em periódico classificado como internacional C ou superior, sendo pelo menos 1 internacional A ou B (USP, 2007a, p.290).

Além disso, as disciplinas oferecidas passaram por reformulações. O processo seletivo está mais rigoroso, já que os alunos devem apresentar o projeto de pesquisa e um aceite de um orientador, tendo que ter a capacidade de defender o seu projeto perante uma banca. Desse modo, o programa pode avaliar a qualidade do projeto escrito e a maturidade científica do candidato.

Não há diretrizes políticas claramente definidas em relação à busca de fomento. Esta tem sido realizado de forma individual pelos docentes credenciados no programa.

Existe a possibilidade de que as reuniões da comissão sejam acompanhadas por todos os docentes credenciados, não havendo nenhum impedimento. A coordenadora adicionou que há situações em que todos os docentes são convocados a participar das reuniões.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional com outros programas de pós-graduação, mas sim os docentes credenciados. Essas parcerias têm trazido vários benefícios, como troca de conhecimento e facilidade na coleta de dados, proporcionando um intercâmbio de informações.

A gestora do programa procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores dos programas da FMRP, a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas. Por exemplo, na elaboração das normas internas do programa de Saúde Mental, vários programas foram observados.

Segundo a coordenadora, existe um número razoável de regras que devem ser observadas, como: o Regimento Geral da USP, o Regimento da Pós-Graduação da USP, o Regulamento dos Programas de Pós-Graduação da FMRP e as normas internas do programa. A coordenadora ressaltou que nesses regimentos, geralmente, são tratadas questões mais específicas. Ela possui o hábito de verificar sempre as normas, consultando-as com muita frequência e, quando necessário, recebe o apoio da secretária e da CPG.

5.14.1 Descrição das Normas Internas

A Comissão de Pós-Graduação do Programa de Saúde Mental tem a sua formação e as suas responsabilidades explícitas nas normas internas do programa, conforme descrito acima.

Observa-se que o exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto e os créditos optativos poderão ser cursados dentro ou fora da área de Saúde Mental.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos*	Total
Mestrado	16	-	-
Doutorado com Mestrado Prévio	16	-	-
Doutorado Direto	16	-	-

Quadro 19 - Número de Créditos do Programa de Saúde Mental

* Não é descrito nas normas internas do programas

Para participar do exame de seleção do mestrado e doutorado, os candidatos deverão apresentar o projeto de pesquisa, o Currículo Lattes, uma carta de aceitação do orientador e a aprovação do comitê de ética em pesquisa, sendo que se no momento da seleção o projeto

ainda se encontre em tramitação no comitê de ética e pesquisa, o prazo limite para depósito na secretaria do programa é a data prevista para o depósito do primeiro relatório semestral de atividades. O processo seletivo constará da avaliação do projeto e do currículo e apresentação oral do mesmo para uma banca examinadora, sendo constituída pelo coordenador do programa, dois membros titulares e um suplente.

Para mudança de nível, mestrado para o doutorado, o candidato deverá demonstrar maturidade científica; desempenho satisfatório no período em que foi aluno de mestrado, avaliado pelos relatórios semestrais; originalidade do seu projeto; comprovar experiência prévia na atividade de pesquisa, bem como uma publicação ou aceitação para publicação, em periódicos de circulação internacional (Internacional C ou superior, segundo os critérios da CAPES). O orientador deverá encaminhar ao Coordenador do Programa, com anuência do aluno, uma justificativa contendo a formação acadêmica e o desempenho científico do candidato, em conjunto com um relatório que contenha os resultados do projeto de pesquisa em desenvolvimento e um plano de desenvolvimento futuro, visando a tese de doutorado. A solicitação será avaliada baseada em um parecer emitido por um assessor, não-vinculado ao projeto e determinado pela comissão do programa.

As normas do programa não apresentam a duração do curso de mestrado, doutorado e doutorado direto.

As bolsas serão distribuídas pela Comissão de Bolsas do Programa de Saúde Mental, de acordo com a política vigente das agências de fomento e os critérios estabelecidos por esta comissão.

O exame de qualificação é obrigatório tanto para os alunos de mestrado quanto de doutorado. Este deverá ser realizado após a conclusão dos créditos e o prazo máximo para o mestrado é de vinte quatro meses após a matrícula inicial no programa e trinta seis meses para o doutorado.

O aluno de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado consistirá na apresentação por escrito e na defesa pública da pró-forma da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado. A banca julgadora será composta de três membros titulares, incluindo o orientador do candidato e dois suplentes, com titulação mínima de doutor. Caso o aluno seja reprovado, poderá repetir uma única vez o exame de qualificação, com a mesma banca examinadora, no prazo máximo de 30 meses para o mestrado e 42 meses para o doutorado.

O aluno tem como opção substituir o exame de qualificação pela apresentação de um artigo já publicado ou o comprovante de aceitação, em revista classificada como internacional C ou superior pelo Sistema QUALIS da CAPES, desde que atenda os seguintes requisitos: artigo deve ser vinculado ao projeto de dissertação ou tese, o aluno e o orientador figuram como autores e a publicação/aceitação ter ocorrido após a matrícula no nível em que o aluno se encontra no programa. Se o aluno apresentar o artigo, a aprovação será automática, já que o trabalho foi julgado e aprovado por pares.

Além disso, nas normas internas do programa, consta que os alunos de mestrado e doutorado devem apresentar relatórios semestrais com descrição detalhada das atividades no período, que serão avaliados por assessores vinculados ou não ao programa e indicados pela comissão coordenadora.

5. 15 Programa de Patologia

O coordenador do programa de Patologia é formado em Medicina com doutorado em Patologia Experimental e Comparada e pós-doutorado na área de Patologia Experimental. Ele

é credenciado no programa há aproximadamente cinco anos e é coordenador desde novembro de 2005, com término previsto do seu mandato em 17/11/08.

Em 2006, o programa possuía aproximadamente quarenta alunos entre doutorado e mestrado e quinze professores permanentes.

O programa foi criado em 1977 com o objetivo de formar de docentes-pesquisadores, capazes de atender à demanda nas áreas gerais ou especializadas, que requeiram atuação exclusiva de médico com formação especializada em Patologia Humana. O Programa de Pós-Graduação em Patologia possui duas áreas: Patologia Humana e Patologia Experimental. Segundo o coordenador do programa, o mesmo ocupa uma posição de destaque entre os Programas de Pós-Graduação em Patologia no Brasil, tendo obtido conceito 5 nas avaliações trienais CAPES, desde 1998 até 2004.

As linhas de pesquisa do programa de Patologia são pulverizadas, sendo um programa baseado na autonomia do pesquisador, ou seja, cada pesquisador possui a sua linha de pesquisa. As linhas apontadas no site do programa (2007) são: Patologia Mamária, Patologia Ginecológica, Patologia Oncológica, Patologia Cirúrgica, Patologia Geral, Patologia Pediátrica, Patologia Tropical, Patologia do Câncer, Patologia Pulmonar, Patologia do Sistema de condução e nervoso do coração, Patologia do desenvolvimento e da placenta Anomalias congênitas, Desnutrição, Citopatologia, Biologia molecular de neoplasias, Neuropatologia, Citogenética, Hipoplasia do esmalte dental experimental, Defeito de Fechamento do Tubo Neural experimental, Bioética Médica, Cardiomiopatias, Moléstia de Chagas, Microscopia eletrônica aplicada à patologia, Hipertensão arterial, Matriz extracelular, Nefropatias experimentais e aplicadas, Envenenamento experimental com peçonha de abelha africanizada, Proliferação celular - intestinal e hepática, Carcinogênese do tubo digestivo e Bioética Médica (USP, 2007e).

A Comissão de Pós-Graduação do Programa e seu Coordenador são indicados pelo Conselho do Departamento de Patologia, sendo composta por três membros (coordenador, vice-coordenador e um membro docente) e um discente, que é indicado anualmente pelos seus pares. As reuniões da comissão ocorrem de acordo com a demanda dos assuntos que devem ser solucionados pela mesma.

O coordenador relatou que os assuntos que precisam da apreciação da CPG estão relacionados às normas da USP, como por exemplo: anuência das bancas e atualização das normas do programa. A eleição do coordenador também deve ser referendada pela CPG, bem como a criação de novas disciplinas.

Há normas internas dentro do programa em relação à distribuição dos orientados. O limite máximo é de cinco orientados por orientador, sendo o número preconizado pela CAPES. A norma da USP indica no máximo dez orientados por orientador.

Com relação aos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES, o coordenador acredita que o quesito que possui maior relevância é a produção científica, já que os docentes são avaliados pelo número artigos publicados em revistas com fator de impacto alto. Entretanto, o coordenador destacou que o programa tem dado prioridade na formação dos pós-graduandos, estimulando, por exemplo, a participação em atividades de extensão e em bancas de qualificação e defesas dentro e fora da FMRP de colegas da área, sendo que estas atividades trazem maturidade ao pós-graduando.

É muito importante que o programa obtenha sempre melhores conceitos nas avaliações trienais CAPES. Segundo o coordenador, a Pós-Graduação é um setor da vida acadêmica onde existe muita cobrança, já que há um sistema de avaliação objetivo e rígido. Assim, o departamento precisa desempenhar bem este papel junto à universidade. Outro aspecto levantado é o papel dos pós-graduandos – quanto maior a qualidade do programa, maior a produção científica e estes possuem papel fundamental neste processo.

O ponto forte do programa é a experiência na atividade de pesquisa da maioria dos docentes credenciados, gerando um ambiente de alta produção científica. Entretanto, o coordenador ressaltou que esta produção não é homogênea, sendo o fator principal pelo qual o programa não obteve um conceito maior nas avaliações trienais CAPES, já que na média de publicações haveria condições do programa ter conceito seis (6).

É um dos principais objetivos do programa obter melhores conceitos nas avaliações trienais CAPES. Entretanto, o coordenador observou que a sua ação é limitada pelas características individuais dos orientadores credenciados, ou seja, alguns publicam muito e outros com menor intensidade. O departamento tem procurado oferecer condições de infraestrutura necessárias para que os docentes produzam. Além disso, a comissão tem informado para cada docente o que se espera dele no programa de pós-graduação. O coordenador observou que muitos nem davam importância às metas estipuladas, pois as consideravam inatingíveis. Portanto, realizaram um trabalho de conscientização e mostraram que os docentes não precisavam competir entre si e ter uma produção científica no mesmo patamar dos veteranos, mas poderiam atingir as metas CAPES se ajustassem alguns pontos do seu trabalho.

O programa apresenta políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES no programa, como por exemplo, padrões mínimos de desempenho. O coordenador ressaltou que a grande mudança da gestão anterior é que a presente comissão deixou claro que não era necessário que todos os docentes atingissem os valores máximos de produção científica. Cada professor credenciado foi orientado a realizar uma “autocrítica” e verificar como poderia auxiliar o programa. Com esta medida, alguns professores até se descredenciaram do mesmo, já que verificaram que naquele momento havia outras prioridades dentro das suas carreiras. Assim, a comissão optou por continuar estimulando aqueles que desejam ser os melhores,

mas também apoiar os demais, não incentivando a competição, mas sim uma participação adequada dentro do programa.

Não há políticas próprias do programa definidas em relação à busca de fomento. A busca de recursos é realizada pelos orientadores credenciados ao programa de maneira autônoma, sendo que cada orientador se mobiliza na busca destes.

Com relação à questão de que as reuniões sejam acompanhadas por membros externos da comissão, o coordenador declarou que em algumas situações, como por exemplo, na definição de assuntos estratégicos ou na resolução de casos graves, todo corpo docente do programa é convidado. Entretanto, como a comissão não possui um calendário fixo para a realização de reuniões, o coordenador ressaltou que se torna complicado convidar todos os docentes para participar das reuniões.

O programa não realiza cooperação nacional e/ou internacional, mas sim os professores credenciados. Eles realizam cooperação tanto nacional quanto internacional, porém essas parcerias são informais. É muito freqüente que os alunos realizem atividades em outros locais. Essas parcerias têm sido consideradas excelentes pelo coordenador, pois há um aumento na produção científica e intercâmbio de informações.

O coordenador procura observar os casos de sucesso e conversar com os outros coordenadores de programas da FMRP, a fim de verificar quais são as melhores práticas e ações que estão sendo realizadas, procurando se manter sempre atento. Entretanto, o coordenador ressaltou que, de um modo geral, há pouca diferença entre o programa de Patologia e os demais, sendo a heterogeneidade na produção científica um grande obstáculo.

Segundo o coordenador, existe um número razoável de regras que devem ser observadas, porém não é um número excessivo. Além disso, o coordenador deixou claro que esse aspecto nunca foi um problema para o programa. As normas são vistas como mais genéricas e coerentes, sendo consultadas pelo coordenador e pela secretária. O coordenador

relatou que não tem problemas para consultar as normas e tem tido certa facilidade, mas a secretária o ajuda bastante, já que possui bastante experiência. Ela também realiza um trabalho “preventivo” e de orientação para o programa.

5.15.1 Descrição das Normas Internas

O programa de Pós-Graduação em Patologia terá duas opções: Patologia Humana e Experimental. A opção Patologia Humana destina-se aos médicos com residência em Patologia e a outra opção aos médicos em geral e graduados em área biológica.

A Comissão de Pós-Graduação do programa de Patologia é composta por quatro membros titulares, sendo três docentes e um representante discente. Os membros docentes são indicados pelo Conselho de departamento. É papel do coordenador:

Assinatura dos documentos relativos ao Programa; Elaboração do calendário semestral de disciplinas; Elaboração de um calendário semestral de reuniões ordinária da CPG-P a ser amplamente divulgado, com periodicidade mínima mensal relativa ao ano letivo; Representação do Programa no concernente às atividades de Pós-Graduação no Departamento, na Unidade e fora dela; Elaboração dos relatórios do Programa em todos os níveis; Organização anual do Ciclo de Análises dos projetos do Programa; Zelar pelo bom funcionamento do Programa e cumprimento das normas em conjunto com os demais membros da CPG-P; ao Coordenador devem ser encaminhados, inicialmente, todos os documentos oficiais relacionados ao Programa (USP, 2006a, p. 151).

O exame de qualificação é obrigatório para os três cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto. Os créditos obrigatórios devem ser cumpridos dentro da área de Patologia da FMRP e os optativos dentro ou fora da área. Entretanto, disciplinas consideradas de domínio conexo em cursos de Pós-Graduação externo ao Campus só serão válidas desde que haja uma justificativa do orientador e respeitadas as normas do Curso de Pós-Graduação da FMRP-USP.

Curso	Créditos Obrigatórios	Créditos Optativos	Total
Mestrado	Opção Patologia Humana: 15 Opção Patologia Experimental: 10	Opção Patologia Humana: 15 Opção Patologia Experimental: 20	30
Doutorado com Mestrado Prévio	Opção Patologia Humana: 10 Opção Patologia Experimental: 08	Opção Patologia Humana: 10 Opção Patologia Experimental: 12	20
Doutorado Direto	Opção Patologia Humana: 25 Opção Patologia Experimental: 20	Opção Patologia Humana: 25 Opção Patologia Experimental: 30	50

Quadro 20 - Número de Créditos do Programa de Patologia

Para o exame de seleção de mestrado e doutorado, os candidatos serão submetidos: 1) a uma prova de seleção escrita, com nota de aprovação mínima de seis, 2) deverão apresentar a aprovação no “Exame de Proficiência de Inglês”, de acordo com as normas da CPG da FMRP/USP, 3) apresentar por escrito um projeto de pesquisa dentro das exigências gerais das agências de fomento, como FAPESP e CNPq e 4) apresentar um aceite formal por parte de um orientador do Programa, que terá autonomia para definir os critérios de escolha dos seus orientados.

Para o doutorado direto, os candidatos deverão apresentar formação profissional diferenciada e passarão pela aprovação da comissão do programa, considerando a realização prévia pelo candidato de pelos dois anos de residência médica, bem como a experiência com atividade científica por meio da realização de Iniciação Científica na graduação, estágios em laboratórios de pesquisa, autoria de trabalhos científicos publicados em revistas internacionais indexadas e participações em congressos na sua área de conhecimento.

Os candidatos que tiverem vínculo empregatício deverão comprovar para comissão do programa que possui disponibilidade para realizar as atividades referentes à Pós-Graduação e apresentar uma autorização por escrito do seu chefe imediato.

No exame de qualificação de mestrado e doutorado, o aluno deverá apresentar um artigo proveniente do plano de pesquisa desenvolvido no programa e elaborado de acordo com as normas de uma revista de circulação internacional de qualidade escolhida pelo orientador/orientado e carta de recebimento do artigo por parte da revista. O artigo deverá ser escrito em inglês e o candidato ainda deve apresentar uma cópia de um artigo completo para comparação. Ademais, o aluno só será considerado qualificado quando tiver assistido no mínimo a duas defesas completas no programa durante o Mestrado e outras duas durante o Doutorado.

As regras do programa de Patologia não apresentam a duração do Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto.

As bolsas institucionais serão distribuídas de acordo com critérios de mérito dos pós-graduandos, estabelecidos pela coordenação do programa e divulgados semestralmente. A manutenção da bolsa está condicionada ao andamento do projeto de pesquisa satisfatório que será avaliado semestralmente pela comissão do programa por meio de relatórios e apresentação dos projetos de pesquisa no ciclo de análises do programa.

6 DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise das informações coletadas e sistematizadas teve como intuito responder à pergunta de pesquisa do presente estudo e verificar os pontos convergentes e divergentes entre os programas de Pós-Graduação da FMRP/USP.

A seguir será apresentado um quadro onde estão resumidas as características dos programas: as respectivas áreas de avaliação que os programas pertencem, o número de alunos (mestrado e doutorado) e o número de docentes credenciados no programa.

Áreas de Avaliação	Programas	Número de Docentes Credenciados*	Número Aproximado de Alunos*
Medicina I	Clínica Médica	-	-
Medicina II	Saúde da Criança e do Adolescente	17	60
	Saúde Mental	14	44
	Neurologia	17	115
	Patologia	15	40
Medicina III	Clínica Cirúrgica	27	99
	Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço	16	74
	Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação	16	-
	Ginecologia e Obstetrícia	17	42
Ciências Biológicas I	Genética	24	107
Ciências Biológicas II	Biologia Celular e Molecular	21	60
	Farmacologia	15	60
	Fisiologia	22	62
	Bioquímica	18	54
Ciências Biológicas III Saúde Coletiva	Imunologia Básica e Aplicada Genética	27	80
	Saúde na Comunidade	17	60

Quadro 21- Dados da Amostra

* Dados fornecidos pelo Coordenador e/ou Secretária do Programa

De acordo com Meyer e Scott (1999) e DiMaggio e Powell (1999a), as organizações estão inseridas em um conjunto de relações de troca com outros atores sociais que podem configurar ou restringir as possibilidades de ação. Assim, torna-se relevante identificar o

“campo organizacional” ou “setor organizacional” que os programas da FMRP/USP estão inseridos. Alguns atores que estão presentes no ambiente institucional, no âmbito desta pesquisa dos programas da FMRP/USP são: CAPES, agências de fomento (FAPESP, CNPq, etc.), Conselhos Regionais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, CoPGr, CPG da FMRP/USP, e outras fontes de influência normativa e cognitiva.

Esses agentes ambientais fazem parte do dia-a-dia dos programas de pós-graduação da FMRP/USP e são capazes de impor as formas estruturais dos programas. Observa-se que a maioria dos programas está passando por mudanças estruturais devido aos pareceres emitidos pelos comitês de avaliação da CAPES quando das Avaliações Trienais. Eles trazem algumas críticas e/ou sugestões e os programas têm procurado se adaptar. Assim, observa-se que alguns programas que possuem conceitos inferiores ou em ascensão procuram verificar como os programas com conceitos superiores se estruturam. Deste modo, nota-se que como a incerteza é uma fonte que encoraja a imitação, o isomorfismo mimético está presente e vários programas procuram observar quais são as ações são praticadas, principalmente aquelas relacionadas às normas internas dos programas, ou seja, como é o processo de seleção, exame de qualificação, tempo de titulação etc., pois são aspectos que a coordenação dos programas, seguindo as regras dos regimentos, pode atuar.

O isomorfismo mimético foi verificado nos seguintes programas: Imunologia Básica e Aplicada; Biologia Celular e Molecular; Bioquímica; Clínica Cirúrgica; Genética; Ginecologia; Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação; Patologia; Saúde da Criança e do Adolescente e Saúde da Comunidade. Vale ressaltar que o isomorfismo mimético mostrou-se uma fonte de renovação para vários programas, respeitando as particularidades de cada área. Alguns coordenadores observaram que a troca de experiências entre os mesmos acontece constantemente e tem sido de extrema importância para evolução dos programas. Entretanto,

alguns gostariam de observar programas com conceitos maiores nas suas respectivas áreas de avaliação, como por exemplo, na Medicina III, em que não há programas com conceitos 6 e 7.

Com relação à comissão do programa, responsável pela gestão do mesmo, observa-se algumas peculiaridades. Alguns programas, como o de Genética, são administrados por três comissões: Comissão do Programa, Comissão de Bolsas e Comissão de Seleção. Outro ponto observado é a participação do representante discente, já que sobre a comissão do programa, a CPG da FMRP-USP homologa somente a indicação do coordenador e vice-coordenador, e a sua representação discente é uma exigência somente na Comissão de Bolsas, de acordo com as normas CAPES. Observa-se a presença de um representante discente nas seguintes comissões: Farmacologia, Bioquímica, Imunologia Básica e Aplicada, Ginecologia e Obstetrícia, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde Mental e Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia da Cabeça e Pescoço.

Além disso, observa-se também que na maioria dos programas os seus coordenadores e vice-coordenadores são indicados e aprovados pelo Conselho de Departamento, exceto no programa de Imunologia Básica e Aplicada, já que é um programa “departamental” e a sua comissão é extremamente democrática, pois os seis membros são escolhidos por votação direta entre todos os professores credenciados e juntamente com o membro discente é, então, escolhido o coordenador e vice-coordenador. Vale ressaltar que o membro discente tem direito a voto. Na Neurologia, o coordenador e vice-coordenador é escolhido pela área e depois é aprovado pelo Conselho de Departamento; Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço, o coordenador, bem como os demais membros são escolhidos por todos os docentes credenciados; Saúde da Criança e do Adolescente, os docentes credenciados no programa que possuem interesse em participar da comissão se manifestam e a Comissão anterior opina e submete ao conselho bianualmente de

Saúde Mental, o coordenador e a comissão é eleita pela totalidade dos orientadores credenciados no programa.

Com relação ao aspecto dos assuntos que precisam da apreciação da CPG, verificou-se que os programas devem observar o Regimento Geral da Universidade, Regimento da Pós-Graduação da USP e o Regimento Interno da CPG da FMRP/USP. As normas internas dos programas são elaboradas observando todos esses regimentos mencionados acima. Assim, praticamente todos os assuntos precisam da apreciação da CPG. Os programas com nota 6 e 7 possuem autonomia na distribuição da verba CAPES.

Observa-se que, na maioria dos programas o objetivo dos mesmos está claro e de acordo com o objetivo da Pós-Graduação da USP. No programa de Biologia Celular e Molecular não foi possível realizar esta análise, já que a informação não foi passada pelo programa. Na apresentação dos dados deste programa foi utilizado um objetivo identificado no site do mesmo, que não foi indicado pela coordenadora.

Já sobre as linhas de pesquisa, alguns programas as agruparam em grandes áreas e estas se encontram bem delineadas, como por exemplo, nos seguintes programas: Neurologia, Farmacologia, Genética, Imunologia Básica e Aplicada, Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde Mental e Saúde na Comunidade. Outros programas possuem as linhas de pesquisa definidas, porém não estão agrupadas em grandes temas e, em outros, as linhas de pesquisa são aquelas pertencentes aos docentes credenciados no programa.

Todos os coordenadores ressaltaram que a produção científica é o quesito que mais influencia na obtenção de bons resultados da Avaliação CAPES.

Com relação à concordância com meios de mensuração do Sistema de Avaliação CAPES foram verificados três grupos: aqueles coordenadores que concordam totalmente, aqueles que concordam parcialmente e aqueles que não concordam, refletindo quais são as crenças compartilhadas no programa, como pode ser observado a seguir:

“Na verdade a CAPES quer que o indivíduo produza intelectualmente no mercado... não é formar somente um professor para dar aula... é um indivíduo inserido no mercado que faça publicação científica... e as regras da CAPES, exceto agora inserção social, mede exatamente isso...se o indivíduo é capaz de produzir cientificamente.. então eu concordo plenamente com as regras da CAPES”.

O coordenador da área de avaliação é bastante democrático. Todos os meios de mensuração da área são discutidos anteriormente. Todos os anos há fóruns de discussões com os coordenadores de todos os programas que compõem a área, onde o coordenador da área reúne todos para discutir os pontos fortes e fracos de cada programa. A coisa é feita de um modo que a gente não tem nem como criticar a CAPES, porque é feito como se nós participássemos de todo processo. Então toda essa democracia que existe dentro da nossa área faz com que a gente se sinta bem a vontade com os critérios pelos quais seremos avaliados. O coordenador da área mantém uma lista de discussão por e-mail, tendo um canal aberto de comunicação para sanar as diversas dúvidas que surgirem.

“Eu acho que dos critérios imparciais, levando a possibilidade de aferição e sendo público os dados, é justo”.

“O aspecto talvez mais importante é a qualidade dos pós-graduandos, onde os pós-graduandos estão inseridos. Existe uma preocupação da CAPES, agora, com o destino dos egressos do programa”.

“É um sistema mensurável, mas poderia ter mudanças, ser aprimorado, entretanto, a produção científica do país melhorou muito”.

“Concordo, porque não tem outro melhor. Acho que poderia ser feito uma avaliação um pouco mais criteriosa dos índices de impacto... Na realidade os índices de impacto é uma coisa que tem um peso muito grande na avaliação.. é questionável... todos nos sabemos. Mas ele tem sido.. digamos o último a indicar os programas produtivos e não produtivos... mas poderia ter uma avaliação melhor... a solução, eu não sei”.

“É difícil concordar com todos os quesitos de avaliação. Os programas e as instituições são muito heterogêneos... Quando você participa das reuniões da CAPES, você nota que o que é óbvio para um determinado tipo de universidade, é extremamente difícil para outros atingirem devido a estrutura administrativa [...] Alguns quesitos , eu concordo. Melhorou muito, há uma maior transparência, anteriormente não sabíamos os pesos de avaliação, sabíamos os itens de avaliação.... dificilmente você conhecia os pares que estavam avaliando ...mas olhando para composição dos comitês, ainda há uma tendenciosidade”.

“As publicações fornecem um meio objetivo de avaliação. O que eu discordo é essa valorização excessiva da questão do fator de impacto de revistas como critério de qualidade. É muito discutido isso na literatura.. inclusive internacional. Para formação de pós-graduando é questionável. Na própria área, têm poucas revistas com alto fator de impacto”.

“O enfoque é muito grande na produção do programa e não na qualidade dos egressos... Não tem um critério objetivo para os egressos. A gente sabe onde eles estão, mas não se sabe qual é a importância na avaliação. Pelas informações que a gente tem acesso, é pequena... eles valorizam a participação de discente na publicação ... O critério produção científica é mais fácil de ser obtido”

“Algumas coisas são extremamente ortodoxas, formais, rígidas e pouco flexíveis. E o mais complicado é que não são critérios uniformes dentro dos diferentes comitês

de avaliação da CAPES. O comitê da nossa área de avaliação sofre de um complexo freudiano de identidade, pois as áreas cirúrgicas publicam menos que as áreas ditas de clínica médica e de especialidade, estou achando que eles estão querendo ser um pouquinho mais rígidos do que o necessário.”

“O programa de pós-graduação iniciou para formar docentes universitários. O Sistema CAPES está voltado para pesquisa básica e não aplicada. Mas quem vai ser o docente? Quem publica o *paper* ou quem faz a cirurgia? ... As áreas cirúrgicas serão difíceis de sobreviver! Toda especialização não vale de nada. É isso que o mercado está precisando: projeto, publicação em Revista de alto impacto, mas o pós-graduando nunca viu um paciente. E a parte didática é esquecida. O que você quer formar: um pesquisador ou um professor? Será que a qualidade do docente melhorou? Não quer dizer que o docente não deve publicar... Mas quem será o docente daqui a 100 anos? A CAPES tem razão: a tese saiu da prateleira.... Mas os programas são heterogêneos e a universidade de maneira homogênea. O programa tem mais alunos não médicos do que médicos. É uma questão de mercado. A universidade pública está titulando pessoas para trabalhar nas universidades privadas....Dentro da CAPES, a área de cirurgia é discriminada. Está um desajuste e vários programas foram fechados. A CAPES deu uma organização, porém está ocorrendo uma distorção. Não é por aí, você está artificializando a produção para atender a CAPES. Será que este é o caminho que a gente deve seguir? Dentro de uma Faculdade de Medicina tratar pessoas não tem tanto valor como quem fica produzindo *paper*. A atividade clínica é considerada de segunda categoria. Estão colocando tudo no mesmo balcão... ou seja, adaptar para sobreviver”. O critério está claro: buscar recursos e publicar em revista com alto fator de impacto. O sistema é bom para áreas básicas. E o paciente, a sociedade, do que eles precisam?”

Como as avaliações trienais CAPES são vistas como um indicador de qualidade, a maioria dos coordenadores acredita que a obtenção de melhores resultados traz prestígio para instituição, auxilia na obtenção de recursos financeiros, é um fator motivador para os docentes produzirem cada vez mais e é um fator indicador de qualidade na escolha dos programas pelos candidatos aos cursos de pós-graduação.

Já com relação aos pontos fortes de cada programa, observa-se que programas como Genética, Saúde na Comunidade, Saúde Mental, Biologia Celular e Molecular consideram a multidisciplinariedade o diferencial. Já o programa de Farmacologia, Fisiologia, Patologia, Neurologia, Saúde da Criança e do Adolescente e Ginecologia acreditam que o diferencial é a produção científica. Os coordenadores do programa de Neurologia e Genética citaram também a questão da internacionalização. O programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação consideram que o seu diferencial é a pesquisa aplicada, voltada às necessidades da sociedade; o programa de Imunologia Básica e Aplicada é a cultura de consórcio e o

programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço ressaltou a sua reformulação recente do programa, sendo considerado um programa moderno pelo seu coordenador.

Outro aspecto levantado foi a formulação de políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES. Foi observado que vários programas elaboraram padrões mínimos de desempenho para credenciamento e credenciamento de orientadores de mestrado e doutorado a fim de atingir os índices preconizados pela avaliação CAPES. Estes são: Clínica Cirúrgica; Bioquímica; Neurologia; Saúde Mental; Saúde da Criança e do Adolescente; Patologia; Oftalmologia; Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Ginecologia e Obstetrícia; Genética; Fisiologia e Farmacologia. Já com relação à existência de uma política estratégica, consolidada relacionada à busca de fomento nacional e internacional, foi detectado que nenhum programa possui uma política integrada. Essa busca é realizada individualmente pelos docentes credenciados nos programas. Entretanto, a maioria dos coordenadores declarou que é um ponto a ser melhorado. Outros mencionaram que o programa tem incentivado os docentes a buscarem recursos, porém é em nível individual e outros acreditam que os docentes possuem facilidade de obter recursos e não vêem a necessidade de uma política integrada. Somente dois programas mencionaram que têm realizado um trabalho no sentido de alertar os docentes dos prazos de chamadas universais do CNPq e FAPESP. São eles: Oftalmologia; Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Genética.

Outro ponto destacado foi a cultura de consórcio. A maioria dos coordenadores acredita que as parcerias trazem vários benefícios, como o incremento da produção científica, troca de informações e experiências, uma fonte de atualização quando a parceria é realizada com grupos do exterior etc. No entanto, foi observado que grande parte dos programas possui

parcerias informais. A cultura de consórcio está muito presente nos seguintes programas: Genética, Neurologia, Imunologia Básica e Aplicada e Saúde da Criança e do Adolescente.

E, por fim, sobre as questões relacionadas ao padrão regulativo, foram observados dois grupos: aqueles que não vêem essa questão como uma dificuldade e relataram que as normas já estão internalizadas e não necessitam tanto da ajuda da secretária, como por exemplo: Programas de Patologia, Ginecologia, Imunologia Básica e Aplicada, Saúde Mental, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Ginecologia e aqueles que acham que há uma burocratização excessiva, mas há a necessidade das normas, porém estas tratam de questões muito específicas. Geralmente, neste grupo, tais como: programas de Clínica Cirúrgica, Bioquímica, Saúde na Comunidade, Patologia, Farmacologia, Neurologia e Genética as secretárias e a CPG local têm um papel fundamental.

Com relação às normas internas dos Programas, conforme mencionado acima, os aspectos verificados foram número de créditos, tempo de titulação, exame de seleção e qualificação. Observou-se que em todos os programas são exigidos trinta créditos em disciplinas, no Mestrado, e cinquenta no Doutorado. Assim, todos os programas seguem o mínimo preconizado pelas Normas da CPG da FMRP-USP. Sobre os prazos, a mesma norma prevê a terminalidade máxima de três anos para o Mestrado, quatro anos para o Doutorado e cinco anos para o Doutorado Direto. A maioria dos programas segue estes prazos, exceto o programa de Saúde na Comunidade e Genética, em que a terminalidade é de dois anos para o Mestrado.

Já o exame de seleção, praticamente em todos os programas, contempla a comprovação de proficiência na língua inglesa e uma avaliação referente às habilidades específicas requeridas por cada um deles, seguindo as normas da CPG da FMRP-USP. Em alguns programas, principalmente na seleção do Doutorado, os candidatos devem também apresentar o projeto de pesquisa, como por exemplo, o programa de Farmacologia e Saúde na

Comunidade. Em outros programas, na seleção o aluno deve apresentar o aceite de um dos orientadores credenciados no programa: Programa de Ginecologia, Saúde Mental, Patologia, Genética, Clínica Cirúrgica e Fisiologia.

O exame de qualificação é obrigatório para todos os programas nos cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto, exceto para Programa de Neurologia; Biologia Celular e Molecular e Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação; em que o exame de qualificação não é exigido para o Mestrado. Este exame consta da análise do projeto, sendo que alguns programas trazem algumas diferenciações, como a apresentação de uma aula, como por exemplo, o programa de Farmacologia, Clínica Cirúrgica, Bioquímica, Fisiologia, Imunologia Básica e Aplicada, Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação; Biologia Celular e Molecular e Saúde da Criança e do Adolescente. Assim, observa-se que estes programas procuraram avaliar a qualificação do aluno do ponto de vista didático.

E em alguns programas o exame de qualificação consistirá na publicação de um trabalho completo ou apresentação de envio do manuscrito a uma revista, dando ênfase a produção científica, como por exemplo: o programa de Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Bioquímica; Fisiologia para o Doutorado; Genética; Ginecologia e Obstetrícia; Neurologia; Saúde Mental. Há a opção de substituição da banca pela situação mencionada acima; bem como no programa de Ortopedia, Traumatologia e Reabilitação; Patologia e Saúde da Criança e do Adolescente para os alunos de Doutorado.

E, a última diferenciação presente, foi a participação como ouvinte de pelo menos duas defesas de doutorado ou quatro de mestrado realizadas no programa de Clínica Cirúrgica e no Programa de Ginecologia e Obstetrícia, em que para o exame de qualificação, o aluno deverá apresentar a relação de frequência em reuniões científicas e em reuniões setoriais, de acordo com a escolha do orientador.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar como os padrões institucionais (legais, normativos e cultural-cognitivos) influenciam nos conceitos obtidos pelos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto na avaliação trienal CAPES.

Segundo Scott (2001), o padrão normativo enfatiza os valores que introduzem uma dimensão avaliativa e obrigatória na vida social, incluindo os valores e normas. Além disso, o autor ressalta que o padrão normativo define metas e objetivos, bem como designa caminhos apropriados para atingir tais objetivos em conformidade com os critérios morais. Já o pilar regulativo/legal refere-se à capacidade de estabelecer regras, manipular sanções ou recompensas. O padrão cultural-cognitivo considera que a escolha dos atores sociais é limitada pelos modelos de como o conhecimento é socialmente construído, identificado e compartilhado nas instituições. Estes três padrões estão ligados ao conceito de legitimidade, ou seja, para as organizações sobreviverem, elas precisam de aceitabilidade e credibilidade social. Assim, com base na teoria institucional e nos conceitos apresentados previamente, buscou-se analisar os programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da FMRP/USP.

Como pôde ser observada na discussão dos dados, a Pós-Graduação da FMRP/USP é formada por diversas áreas, com programas de diversos tamanhos, coordenadores de diversas formações e gerações, bem como pontos de vista diferentes. Essas características são relevantes na análise institucional, pois interferem tanto no padrão normativo, bem como no cultural-cognitivo.

Verificou-se, com base nos dados apresentados, que a Pós-Graduação da FMRP é influenciada pelo poder coercitivo imposto pelos Regimentos e Normas da USP, bem como

da CAPES e dos demais atores sociais que constituem o campo organizacional em que os programas da FMRP/USP estão inseridos. Assim, de acordo com Scott (1999), pode-se dizer que a estrutura dos programas é imposta por estes agentes ambientais. Este ponto é crucial na análise, já que as normas internas de funcionamento dos programas estão relacionadas com as normas e regras da USP e da CAPES, principalmente. Nos programas estudados, observou-se que os mesmos podem elaborar as normas internas, de acordo com os regimentos e normas da USP, considerando aspectos que influenciam no resultado da Avaliação CAPES, como por exemplo: tempo de titulação, critérios de seleção, exame de qualificação, credenciamento e credenciamento de orientadores etc. Todos os coordenadores foram unânimes quando foram questionados sobre qual quesito do Sistema de Avaliação CAPES que mais influencia na obtenção de um bom resultado nas avaliações trienais e este é a produção científica. Assim, todas estas normas estão buscando um aumento neste item, ou seja, critérios de seleção mais rígidos buscam selecionar um aluno com maior maturidade científica a fim de obter um tempo de titulação menor e publicações. Nas normas internas de alguns programas, o exame de qualificação solicita a submissão de um artigo em congresso e/ou revista, visando à questão da produtividade do programa; a definição de critérios mínimos de desempenho para o credenciamento e credenciamento de orientadores de mestrado e doutorado, que possui o intuito de manter somente aqueles que são produtivos, mais uma vez visando uma produção científica significativa.

Esta questão está correlacionada com a institucionalização destes padrões pelos programas. Observou-se que aqueles que já possuíam esta visão legitimada entre o grupo de docentes credenciados no programa possuem uma nota superior na avaliação trienal CAPES, como por exemplo, o programa de Farmacologia, Neurologia, Fisiologia, Imunologia Básica e Aplicada, Genética e Saúde da Criança e do Adolescente. Pode-se adicionar também que os programas que estão trabalhando no sentido de difundir esses aspectos para todo o grupo,

mostrando como os docentes e discentes podem contribuir para atingir o objetivo de um melhor conceito, quais são os seus papéis e a importância de cada um para o programa estão obtendo uma progressão nas avaliações trienais.

Outro ponto destacado é a cultura de participação e consórcio. Este aspecto cultural-cognitivo também influencia na obtenção de melhores resultados, já que há troca de informações entre instituições e, conseqüentemente, a produção científica aumenta, sendo também uma forma dos docentes se manterem atualizados. Neste sentido, a internacionalização é um processo importante, sendo uma maneira de inserção internacional das pesquisas dos programas, levando a uma publicação de maior relevância em termos de qualidade e quantidade.

Apesar do peso relativo da variável internacionalização não ser consensual entre os programas avaliados, isto é, alguns programas sugerirem que o excessivo peso relativo deste desempenho específico pode descaracterizar ou desvirtuar os objetivos finais do esforço social de formação de quadros e pesquisa médica, para o sistema de avaliação vigente há a criação de uma espiral virtuosa de desenvolvimento dos programas. Maior internacionalização produz melhor avaliação que, por sua vez, premia os programas melhor avaliados com recursos e, estes, por fim, alimentam a ascensão de qualidade dentro dos critérios de avaliação, desta forma produzindo a recursividade espiral de evolução na pesquisa e formação de quadros. Internacionalização é, destarte, um fator fundamental para a totalidade dos programas.

Portanto, devido ao ambiente que os programas estão inseridos, o isomorfismo mimético está presente em vários programas com o intuito de ter uma fonte de informação e renovação de práticas para serem adotadas e/ou eventualmente adaptadas, visando a manutenção do conceito e/ou ascensão do mesmo.

Outro aspecto ressaltado é a questão da adequação dos meios de mensuração do Sistema de Avaliação CAPES. As críticas mais severas foram realizadas por alguns dos

programas que pertencem à área de avaliação de Medicina III. Foi mencionado que o Sistema privilegia as áreas básicas, enquanto as áreas de aplicação ficam prejudicadas, já que são áreas em que os docentes não se dedicam integralmente à pesquisa, ou seja, atendem pacientes, realizam cirurgias etc. Assim, o documento da área de Medicina III da última avaliação trienal (CAPES, 2004b) foi consultado a fim de verificar se haviam programas com notas superiores e observou-se que a nota maior desta área é cinco. Portanto, a questão levantada por estes coordenadores deve ser levada em conta e um estudo futuro poderia ser realizado para verificar se os critérios estão ou não adequados para área.

Esta situação sugeriu uma nova metodologia de avaliação que poderia ser avaliada pela CAPES. A avaliação trienal é realizada pelos Comitês de Avaliação e estes verificam se os programas se encaixam em determinados padrões e são classificados por meio dos conceitos 3, 4, 5, 6 e 7. Apesar de haver uma convergência sobre a necessidade de existência e um sistema de avaliação e do reconhecimento dos méritos do atual sistema CAPES, algumas informações coletadas na pesquisa sugerem, todavia, melhorias. Dentre as sugestões, a que aparece com frequência notável diz respeito a um critério de avaliação transversal, ou seja, a possibilidade de se verificar dentre os programas qual é o melhor da área e, a partir deste, classificar os demais.

Soma-se a estas circunstâncias a relativa fragilidade institucional verificada na formação e na ação dos comitês de avaliação. Não foram encontrados, após exaustiva pesquisa, quaisquer diplomas normativos de aderência às atividades de avaliação da CAPES, que definissem de forma clara os sistemas de seleção, o papel dos membros, os mandatos etc. Enfim, não há regulamentação explícita sobre os fundamentos institucionais destes comitês, exceto a Portaria Capes nº. 084, de 26 de outubro de 2004, que define as atribuições dos representantes de área e normas correspondentes à sua escolha e designação, bem como dos representantes adjuntos.

Há que se destacar, por fim, que existe uma subutilização de alguns aparatos institucionais próprios do sistema, especialmente o seu organismo maior de articulação, que é a Comissão de Pós-graduação. Se o isomorfismo mimético apresenta vantagens identificadas no estudo, nada mais aconselhável do que aproveitar tal instância superior de articulação entre os programas para a disseminação compartilhada e adoção generalizada de práticas virtuosas, comuns a todos os participantes. Algumas experiências já apontam para isto, como por exemplo, a confecção das normas internas dos programas. Mas ainda é pouco diante do potencial de consolidação de cultura de comunidade e socialização de práticas de resultados com benefícios coletivos, especialmente em se falando de desenvolvimento das ciências médicas. Assim, uma política de participação colegiada mais efetiva, gerida pela CPG, poderia produzir ganhos efetivos e mais homogêneos entre os programas pertencentes à pós-graduação da FMRP.

Observando os padrões ambientais nos quais os programas de Pós-Graduação da FMRP estão inseridos, no momento em que a pesquisa foi realizada, pôde-se verificar a pertinência e a aderência da Teoria Institucional para o estudo do objeto aqui delimitado. Sem o poder explicativo que as lentes do arcabouço teórico proporcionaram, muito se perderia em riqueza analítica em questões de destacada importância para o estudo das organizações. Tal esforço aqui consubstanciado busca não só contribuir para o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em tela, como também orientar a melhor reflexão sobre a pós-graduação no país.

Deve-se considerar ainda, e talvez como seu aspecto subsidiário mais relevante, a contribuição deste trabalho para adensar os esforços da infante produção acadêmica no país, que se utiliza da Teoria Institucional como plataforma conceitual de análise teórica.

7.1 Desenvolvimentos Futuros

Como sugestão de pesquisa futura, recomenda-se a realização de estudos e comparações com outros programas de pós-graduação da mesma natureza, já que contribuiria muito para a análise das influências dos padrões institucionais. Além disso, adiciona-se a realização de estudos dos programas de pós-graduação da FMRP, considerando uma perspectiva histórica a fim de se verificar as principais mudanças ocorridas no ambiente, as respostas dadas e a evolução dos programas.

É possível também realizar estudos comparados verticais, em profundidade, comparando dois ou poucos programas da pós-graduação de uma mesma unidade, ou mesmo de programas inter-unidades, ampliando a quantidade de entrevistas e utilizando metodologias com maior capacidade exploratória, como, por exemplo, o uso de “*focus group*” com alunos, docentes, ou todos os membros participantes de comissão gestora do programa.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, H.; FIOL, C. M. Fools rush in? The institutional context of industry creation. **Academy of Management Review**, Ada, v. 19, n. 4, p. 645-670, 1994

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 226 p.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1999. 248 p.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 068, de 03 de agosto de 2004**. Define, para efeitos da avaliação da pós-graduação realizada pela Capes, as categorias de docentes dos programas desse nível de ensino. Brasília, 2004. p. 1-3.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 084, de 26 de outubro de 2004**. Define os procedimentos de escolha dos representantes de área e de grande área. Brasília, 2004. p. 1-3.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Indicadores nacionais de ciência e tecnologia – 2002**. Brasília: MCT, 2004. 141p.

BRONZO, M.; GARCIA, F. C. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: CUNHA, M. P.; RODRIGUES, S. B. (Org.). **Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas**. Uma coletânea Luso Brasileira. São Paulo: Iglu, 2000. p. 65-89.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Avaliação trienal 2004**. 2005a. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 08 abr. 2005.

_____. **Linhas de pesquisa – Programa de Imunologia Básica e Aplicada**. 2005b. Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/cadernosavaliacao/jsp/FiltraArquivos.jsp?&Area=9&IES=USP&Ano=2005>. Acesso em: 27 mar. 2007.

_____. **Linhas de pesquisa – Medicina (Neurologia)**. 2005c. Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/cadernosavaliacao/jsp/FiltraArquivos.jsp?&Area=16&IES=USP&Ano=2005>. Acesso em: 27 mar. 2007.

_____. **Critérios de avaliação (Triênio 2001-2003) – Administração/Turismo**. 2004a. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. Documentos de área: Medicina III – triênio 2001-2003. 2004b. Disponível em: http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos/trienio_2001_2003.html. Acesso em: 08 abr. 2007.

_____. **Critérios de avaliação (Triênio 1998-2000) – Ciências Biológicas I**. 2001a. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. **Critérios de avaliação (Triênio 1998-2000) – Ciências Biológicas II.** 2001b. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. **Critérios de Avaliação (Triênio 1998-2000) – Ciências Biológicas III.** 2001c. Disponível em: www.capes.gov.br. 2001. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. **Critérios de avaliação (Triênio 1998-2000) – Medicina I.** 2001d. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. **Critérios de avaliação (Triênio 1998-2000) – Medicina II.** 2001e. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 maio 2006.

_____. **Critérios de avaliação (Triênio 1998-2000) – Medicina III.** 2001f. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 maio 2006.

CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 1999. p. 1-15.

CARVALHO, C. A.; GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. A inflexão conservadora na trajetória histórica da teoria institucional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. p. 1-16.

COCHIA, C. B. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Ambiente, interpretação e estratégia em organizações paraenses dos setores de vestuário e alimentos. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 11-35, jul. 2004. Edição Especial.

CRUBELLATE, J. M. **Parâmetros de qualidade de ensino superior:** análise institucional em IES privadas do Estado de São Paulo. 2004. 359 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

CRUBELLATE, J. M.; GRAVE, P. S.; MENDES, A. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 37-60, jul. 2004. Edição Especial.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo Institucional e Racionalidade Coletiva nos Campos Organizacionais. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr./jun. 2005.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. Introducción. In: POWELL, W.; DIMAGGIO, P. (Eds.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999a. p. 33-75.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. Retorno a la Jaula de Hierro: El isomorfismo institucional y la Racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: POWELL, W.; DIMAGGIO, P. (Eds.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999b. p. 104-125.

DUARTE JUNIOR, J. F. **O que é realidade**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 103 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GREENWOOD, R.; HININGS, C. R. Understanding radical organizational change: bringing together the old and the new institutionalism. **Academy of Management Review**, Ada, v.21, n. 4, p. 1022-1054, 1996.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Unlocking the institutionalization process: insights for institutionalizing approach. **BAR – Brazilian Administration Review**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/bar>>. Acesso em: 30 set. 2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 220-226.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. La organización de los sectores sociales: proposiciones y primeras evidencias. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Org.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 154-190.

MISOCZKY, M. C. O isomorfismo normativo e a análise de organizações de saúde. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005. Disponível em: <www.rae.com.br/eletronica/index.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.

MOTOYAMA, S. (Org.) **Construindo o futuro: 35 anos de pós-graduação**. São Paulo: Ed. Parma, 2004. 228 p.

MOTTA, P. R. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 256 p.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 428 p.

OLIVER, C. The influence of institutional and task environment relationships on organizational performance: the Canadian construction industry. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 34, n. 1, p. 99-124, Jan. 1997.

PACHECO, F. L. O ambiente institucional como agente de mudança organizacional: o caso do Teatro Apolo-Hermilo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001. Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. p. 1-12.

PASCUCCI, L. M. **Ambiente institucional, recursos e comportamento estratégico: o estudo da verticalização de negócios da Unimed regional Maringá – Cooperativa de Trabalho Médico**. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

PEREIRA, G. G. **Avaliação da CAPES:** abordagem quantitativa multivariada dos programas de administração. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2005.

PRATES, A. P. P. Organização e instituição no velho e novo institucionalismo. In: CUNHA, M. P.; RODRIGUES, S. B. (Org.). **Estudos organizacionais:** novas perspectivas na administração de empresas. Uma coletânea luso brasileira. São Paulo: Iglu, 2000. p. 90-106.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 61-98.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETTO, A. M. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE eletrônica.** São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005. Disponível em: <www.rae.com.br/eletronica/index.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.

SCOTT, W. R. Retomando los argumentos institucionales. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Org.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional.** México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 216-236.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations.** London: Sage, 2001. 255 p.

SCOTT, W. R. et al. **Institutional change and healthcare organizations:** from professional dominance to managed care. Chicago: The University of Chicago Press, 2000. 427p.

SELLTIZ, C. et al. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Heder, 1965. 715 p.

SELZNICK, P. Institutionalism “old” and “new”. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 41, p. 270-277, 1996.

SILVA, T. D. **Inovações gerenciais em organizações hospitalares privadas de Salvador.** 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SPAGNOLLO, F.; SOUZA, V. C. O que mudar na Avaliação Capes? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 8-34, nov. 2004.

STONER, J. A.; FRIEEMAN, R. E. **Administração.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 433 p.

THERET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 225-254, 2003.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, M.L.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 196-219.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciência sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Programas de Pós-Graduação**. Ribeirão Preto: Secretária Geral da Pós-Graduação/Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 2006a. 184 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Leis, regulamentos e normas**: Pós-Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Secretária Geral da Pós-Graduação/Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 2006b. 92 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Leis, regulamentos e normas**: Pós-Graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Secretária Geral da Pós-Graduação/Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 2007a. 320 p. Disponível em: <www.fmrp.usp.br/cpg>. Acesso em: 28 abr. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Ortopedia, traumatologia e reabilitação**. 2007b. Disponível em: <<http://www.fmrp.usp.br/cpg/ortopedia.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Pós-Graduação em ginecologia e obstetrícia**. 2007c. Disponível em: <http://www.fmrp.usp.br/rgo/pos_graduacao/bolsas.htm>. Acesso em : 30 mar. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Saúde da criança e do adolescente**. 2007d. Disponível em: <<http://www.fmrp.usp.br/cpg/pediatrica.htm>>. Acesso em: 01 maio 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. **Patologia**. 2007e. Disponível em: < <http://www.fmrp.usp.br/cpg/patologia.htm>>. Acesso em: 01 maio 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Programa de Bioquímica. **Linhas de pesquisa**. 2007f. Disponível em: <http://rbi.fmrp.usp.br/rbi/page6.html>. Acesso em: 26 mar. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Programa de Clínica Cirúrgica. **Linhas de pesquisa**. 2007g. Disponível em <<http://www.rca.fmrp.usp.br/~pgcirurgia>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Programa de Pós-graduação em Saúde Mental. **Linhas de pesquisa**. 2007h. Disponível em: <http://rnp.fmrp.usp.br/~posgradsm/Linhas%20de%20Pesquisa.htm>. Acesso em: 31 mar. 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Programa de Pós-graduação em Fisiologia. **Linhas de pesquisa**. 2007j. Disponível em: <http://rnp.fmrp.usp.br/~posgradsm/Linhas%20de%20Pesquisa.htm>. Acesso em: 31 mar. 2007.

VASCONCELOS, F. C.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Fórum - a teoria institucional em um contexto brasileiro: dinâmicas de inovação e imitação. **RAE eletrônica**. São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005. Disponível em: <www.rae.com.br/eletronica/index.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.

VELLOSO, J.; VELHO, L. M. L. S. **Mestrandos e doutorandos no país. Trajetórias de formação.** Brasília: CAPES, 2001. 153 p.

VELLOSO, J. (Coord.). **A pós-graduação no Brasil:** formação e trabalho de mestres e doutores no país. Brasília: CAPES, 2002. v. 1, 451 p.

VELLOSO, J. (Coord.). **A pós-graduação no Brasil:** formação e trabalho de mestres e doutores no país. Brasília: CAPES, 2003. v. 2, 290 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICE A – CARTA CONVITE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto, ____ de 2005.

Ao Senhor _____

Coordenador do Programa de Pós-Graduação X da FMRP

Venho, por meio desta, convidá-lo para participar de um estudo exploratório da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

A aluna de mestrado da nossa faculdade, Flávia Oliveira do Prado, está conduzindo um estudo junto aos programas de Pós-Graduação da FMRP. O objetivo deste estudo é analisar a influência dos padrões institucionais (legais, normativos e cultural-cognitivos) nos conceitos obtidos pelos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto na avaliação CAPES. Os resultados serão a base para a elaboração da dissertação de mestrado da aluna e divulgação de futuros trabalhos científicos.

A entrevista terá duração estimada de 30 minutos, seguindo um roteiro semi-estruturado. Os resultados sistematizados no relatório final de pesquisa serão disponibilizados para Comissão de Pós-Graduação da FMRP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. João Luiz Passador

Professor do Departamento de Administração

Faculdade de Economia, Administração de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo

APÊNDICE B - PROTOCOLO INICIAL DE PESQUISA

1. Visão Geral do Projeto de Estudo de Casos Múltiplos

1.1 Título do Projeto

Análise das Características Institucionais dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto / USP

1.2 Objetivo do Estudo

Analisar a influência dos padrões institucionais (legais, normativos e cultural-cognitivos) nos conceitos obtidos pelos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto na avaliação CAPES.

2. Procedimento de Campo

2.1 Aspectos Metodológicos

Pesquisa exploratória com o uso de estudos de caso múltiplos

2.2 Instituição

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/USP

2.3 Unidades de Análise

Programas de Pós-Graduação da FMRP

2.4 Instrumento de Coleta de Dados

Roteiro de Entrevista Semi-Estruturado

2.5 Executor da Entrevista

Pesquisadora: Flávia Oliveira do Prado

3. Roteiro de Entrevista Semi-Estruturado

3.1 Caracterização dos Respondentes

1. Titulação e área de formação acadêmica

- () Graduação. Curso:
- () Especialização. Área:
- () Mestrado. Área:
- () Doutorado. Área:
- () Pós- Doutorado. Área

2. Há quanto tempo o Sr. é credenciado no programa X?

3. Há quanto tempo o Sr. é Coordenador do programa X?

4. Número (aproximado) de alunos atualmente matriculados nos cursos de pós-graduação do programa X.

5. Número de professores credenciados nos cursos de pós-graduação do programa X.

3.2 Questões sobre Análise Institucional

Padrão Normativo: Serão avaliados os aspectos relacionados com os objetivos dos programas.

1. Quais são os objetivos deste programa?
2. Quais são as linhas de pesquisa? Estão delineadas claramente?
3. Como é formada a comissão do programa?
4. Qual é a periodicidade das reuniões? (Distribuição e quantidade de reuniões por ano)
5. Quais assuntos precisam da apreciação da CPG?
6. Há normas internas dentro do programa em relação à distribuição de orientados?
7. Quais dos quesitos do Sistema de Avaliação CAPES o Sr. acredita que mais influencia na obtenção de bons resultados na avaliação trienal CAPES?
8. Concorde com os meios de mensuração do Sistema de Avaliação CAPES?
9. É importante para a instituição que o programa obtenha bons conceitos nas avaliações trienais CAPES? Por quê?

10. Quais pontos fortes o Sr. acredita ser o diferencial deste programa?
11. É um dos principais objetivos deste programa obter o melhor conceito no sistema CAPES de Avaliação? O que tem sido feito para tanto?
12. Há políticas estratégicas em relação às avaliações trienais CAPES, como por exemplo, credenciamento de disciplinas e professores e padrões mínimos de desempenho?
13. Quais são as políticas estratégicas em relação à busca de fomento no Brasil e Exterior para o programa X?

Padrão Cultural-Cognitivo: Serão avaliados os aspectos relacionados à participação, diversidade, cultura de consórcio.

1. Existe a possibilidade de que as reuniões sejam acompanhadas, presencialmente, por indivíduos não pertencentes ao colegiado? Senão, por quê? (Se solicitada, pode ser concedida a palavra aos não membros do colegiado? Isto ocorre com que frequência?).
2. O programa realiza cooperação nacional/Internacional com outros programas da mesma instituição ou com outras instituições de ensino e pesquisa e/ou aplicação? Se sim, quais são os benefícios desta parceria?
3. Os exemplos bem sucedidos de outros cursos / programas dentro do sistema de Pós da FMRP são observados e eventualmente adotados e adaptados? E fora da própria FMRP? Como e por que isto ocorre? Ou não?

Padrão Regulativo/Legal:

1. São muitos os diplomas normativos que devem ser observados? Quais?
2. Estes diplomas são exaustivos na regulação ou tratam de questões mais genéricas?
3. Com que frequência são consultados e por quem?

A coleta de dados será realizada por meio das normas, leis e regulamentos da FMRP. Neste elemento serão verificados os seguintes pontos: seleção, créditos obrigatórios, prazos, exame de qualificação, distribuição de orientações e linhas de pesquisa. As duas últimas diretrizes serão contempladas nas perguntas propostas acima

APÊNDICE C – DADOS QUANTITATIVOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FMRP/USP

PROGRAMAS NOTA 3 E 4

	Variáveis	Saúde na Comunidade		Clínica Cirúrgica		Oftalmologia		Ortopedia e Traumatologia	
		2001	2004	2001*	2004**	2001	2004	2001	2004
1	Total de docentes	13	13	22	22	11	8	6	9
2	Atuação no programa (dedicação) - %	0	54	77	59	9	50	83	100
3	% NRD6	85	100	77	64	55	50	67	100
4	Número de Linhas de Pesquisa (média)	18	7	53	10	11	5	15	18
5	Atividades de Pesquisa – Projetos de Pesquisa (média)	103	82	134	151	52	67	51	49
6	Atividades de Pesquisa – Projetos com financiadores/ Projetos de Pesquisa - %	19	26	21	19	60	46	7	9
7	Atividades de Formação – Orientados de Mestrado Acadêmico (média)	9	38	23	20	15	12	10	16
8	Atividades de Formação – Orientados de Doutorado (média)	4	0	27	41	14	23	3	11
9	Corpo Discente – N° Titulados (Mestrado) - média	3	10	6	10	7	6	2	3
10	Corpo Discente – N° Titulados (Doutorado) - média	3	0	5	11	5	8	3	3
11	Média de Meses para Titulação - Mestrado	31	23	48	18	46	34	45	48
12	Média de Meses para Titulação - Doutorado	44	0	57	53	45	50	49	31
13	Exogenia Banca - mestrado	33	50	47	56	43	53	44	33
14	Exogenia Banca - doutorado	53	0	73	69	50	56	44	63
15	Titulados mestres acadêmicos por docente (média)	0	1	0	0	1	1	0	0
16	Titulados mestres doutores por docente (média)	0	0	0	0	0	1	0	0
17	Produção Bibliográfica – A Internacional (soma)	19	20	25	22	3	9	2	11
18	Produção Bibliográfica – B Internacional	2	2	1	20	1	16	0	10
19	Produção Bibliográfica – C Internacional	2	9	0	17	1	30	1	7
20	Produção Bibliográfica – A Nacional	1	2	63	70	18	0	24	10
21	Produção Bibliográfica – B Nacional	8	6	2	18	0	8	0	17
22	Produção Bibliográfica – C Nacional	7	2	3	8	1	4	0	22
23	Publicação por docente NRD6 (média)	3	5	4	8	5	7	6	12
24	Número de Discente Autores	40	53	73	49	49	26	31	35

* Avaliação Trienal 2001 (corresponde ao período de 1998 a 2000)

** Avaliação Trienal 2004 (corresponde ao período de 2001 a 2003)

PROGRAMAS NOTA 5

	Variáveis	Biologia Celular e Molecular		Bioquímica		Ginecologia e Obstetrícia		Patologia		Saúde Mental	
		2001*	2004**	2001	2004	2001	2004	2001	2004	2001	2004
1	Total de docentes	17	22	25	22	12	14	13	12	15	10
2	Atuação no programa (dedicação) - %	88	55	44	64	0	93	8	0	53	90
3	% NRD6	82	91	49	100	92	86	85	100	53	80
4	Número de Linhas de Pesquisa (média)	17	16	25	26	29	13	18	19	3	2
5	Atividades de Pesquisa – Projetos de Pesquisa (média)	44	104	47	50	118	48	45	40	34	17
6	Atividades de Pesquisa – Projetos com financiadores/ Projetos de Pesquisa - %	84	89	69	75	24	53	71	51	52	67
7	Atividades de Formação – Orientados de Mestrado Acadêmico (média)	11	24	11	7	21	22	11	18	16	10
8	Atividades de Formação – Orientados de Doutorado (média)	15	28	21	19	8	10	6	11	9	8
9	Corpo Discente – Nº Titulados (Mestrado) - média	3	7	7	4	11	12	25	25	6	5
10	Corpo Discente – Nº Titulados (Doutorado) - média	2	3	8	4	3	6	15	22	2	3
11	Média de Meses para Titulação - Mestrado	34	33	34	31	43	28	39	34	41	40
12	Média de Meses para Titulação - Doutorado	60	53	55	58	26	33	48	25	56	32
13	Exogenia Banca - mestrado	33	45	44	44	39	40	67	44	33	50
14	Exogenia Banca - doutorado	0	63	51	47	36	49	80	0	50	0
15	Titulados mestres acadêmicos por docente (média)	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1
16	Titulados mestres doutores por docente (média)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17	Produção Bibliográfica – A Internacional (soma)	40	96	77	105	4	15	9	41	6	25
18	Produção Bibliográfica – B Internacional	5	5	18	13	1	11	13	32	2	11
19	Produção Bibliográfica – C Internacional	1	0	6	17	0	22	0	9	0	4
20	Produção Bibliográfica – A Nacional	2	0	0	0	13	21	7	4	7	15
21	Produção Bibliográfica – B Nacional	0	0	1	0	14	22	1	8	1	13
22	Produção Bibliográfica – C Nacional	1	5	2	5	22	8	5	1	8	4
23	Publicação por docente NRD6 (média)	7	8	8	6	13	9	5	6	13	6
24	Número de Discente Autores	57	78	55	37	47	48	33	17	57	28

* Avaliação Trienal 2001 (corresponde ao período de 1998 a 2000)

** Avaliação Trienal 2004 (corresponde ao período de 2001 a 2003)

PROGRAMAS NOTA 6

	Variáveis	Clínica Médica		Genética		Pediatria	
		2001*	2004**	2001	2004	2001	2004
1	Total de docentes	39	54	24	20	18	11
2	Atuação no programa (dedicação) - %	39	93	100	95	0	9
3	% NRD6	85	85	54	100	89	100
4	Número de Linhas de Pesquisa (média)	103	13	23	13	28	16
5	Atividades de Pesquisa – Projetos de Pesquisa (média)	176	132	79	73	69	52
6	Atividades de Pesquisa – Projetos com financiadores/ Projetos de Pesquisa - %	37	68	81	96	60	69
7	Atividades de Formação – Orientados de Mestrado Acadêmico (média)	33	62	16	22	30	18
8	Atividades de Formação – Orientados de Doutorado (média)	28	55	47	48	21	13
9	Corpo Discente – Nº Titulados (Mestrado) – média	7	19	7	10	8	7
10	Corpo Discente – Nº Titulados (Doutorado) – média	9	10	14	18	6	5
11	Média de Meses para Titulação - Mestrado	39	11	35	35	46	43
12	Média de Meses para Titulação - Doutorado	58	49	60	53	61	48
13	Exogenia Banca – mestrado	75	50	60	50	46	67
14	Exogenia Banca – doutorado	79	62	72	63	59	60
15	Titulados mestres acadêmicos por docente (média)	0	0	0	1	1	1
16	Titulados mestres doutores por docente (média)	0	0	1	1	0	0
17	Produção Bibliográfica – A Internacional (soma)	102	36	130	98	17	39
18	Produção Bibliográfica – B Internacional	26	30	0	30	2	17
19	Produção Bibliográfica – C Internacional	6	25	0	13	1	13
20	Produção Bibliográfica – A Nacional	33	14	14	5	18	15
21	Produção Bibliográfica – B Nacional	28	29	17	12	3	9
22	Produção Bibliográfica – C Nacional	17	6	0	12	0	2
23	Publicação por docente NRD6 (média)	10	6	14	13	7	8
24	Número de Discente Autores	95	43	91	91	56	29

* Avaliação Trienal 2001 (corresponde ao período de 1998 a 2000)

** Avaliação Trienal 2004 (corresponde ao período de 2001 a 2003)

PROGRAMAS NOTA 7

	Variáveis	Farmacologia		Fisiologia		Imunologia Básica e Aplicada		Neurologia	
		2001*	2004**	2001	2004	2001	2004	2001	2004
1	Total de docentes	12	14	20	22	17	22	10	15
2	Atuação no programa (dedicação) - %	0	36	10	50	41	73	100	93
3	% NRD6	100	100	80	91	100	91	100	87
4	Número de Linhas de Pesquisa (média)	40	31	41	33	27	9	19	16
5	Atividades de Pesquisa – Projetos de Pesquisa (média)	86	74	140	163	93	106	64	83
6	Atividades de Pesquisa – Projetos com financiadores/ Projetos de Pesquisa - %	85	97	97	93	98	98	54	60
7	Atividades de Formação – Orientados de Mestrado Acadêmico (média)	16	22	23	26	41	26	24	44
8	Atividades de Formação – Orientados de Doutorado (média)	29	30	35	38	37	30	8	18
9	Corpo Discente – Nº Titulados (Mestrado) –média	7	8	7	11	9	11	6	10
10	Corpo Discente – Nº Titulados (Doutorado) – média	3	7	6	9	6	6	3	4
11	Média de Meses para Titulação - Mestrado	34	26	30	28	35	29	47	40
12	Média de Meses para Titulação – Doutorado	53	50	53	50	54	50	61	49
13	Exogenia Banca – mestrado	48	40	56	57	42	44	52	44
14	Exogenia Banca – doutorado	60	68	60	63	57	56	60	68
15	Titulados mestres acadêmicos por docente (média)	1	1	0	1	1	1	1	1
16	Titulados mestres doutores por docente (média)	0	1	0	0	0	0	0	0
17	Produção Bibliográfica – A Internacional (soma)	79	127	99	134	5	34	12	83
18	Produção Bibliográfica – B Internacional	8	10	18	15	0	135	2	34
19	Produção Bibliográfica – C Internacional	13	3	24	1	0	21	1	11
20	Produção Bibliográfica – A Nacional	0	0	0	0	1	0	3	4
21	Produção Bibliográfica – B Nacional	0	0	0	0	1	0	1	13
22	Produção Bibliográfica – C Nacional	2	5	5	19	1	0	0	6
23	Publicação por docente NRD6 (média)	12	14	12	12	12	16	10	9
24	Número de Discente Autores	57	107	133	87	65	75	42	33

* Avaliação Trienal 2001 (corresponde ao período de 1998 a 2000)

** Avaliação Trienal 2004 (corresponde ao período de 2001 a 2003)

APÊNDICE D: TABELA PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Programa _____ Entrevista nº _____

Tema	Exemplos	Direção	Intensidade	Avaliação teórica
Objetivo				
Linha de Pesquisa				
Comissão do Programa				
CPG				
Distribuição de Orientados				
Sistema de Avaliação CAPES				
Ponto Forte				
Políticas Estratégicas				
Fomento				
Cooperação				
Isomorfismo Mimético				
Regulação Interna				

DIREÇÃO – Favorável / Neutra / Desfavorável

INTENSIDADE – Alta / Média / Baixa

ANEXO A – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: MEDICINA III

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Avaliação da Pós-Graduação

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO

Período de Avaliação: 1998/2000

Área de Avaliação: 17 - MEDICINA III

Perfil de Excelência

PERFIL DE EXCELÊNCIA

Proposta do Programa.

A proposta de um Programa de alta qualificação deve evidenciar, claramente, coerência e consistência entre a área básica, as áreas de concentração e as linhas de pesquisa. Deve também guardar uma proporção adequada entre a quantidade e a abrangência das áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa. Tal proposta deve evidenciar compatibilidade, coerência e equilíbrio entre os componentes fundamentais do Programa - o NRD (Núcleo de Referência Docente), a estrutura acadêmica e a infra-estrutura física - para viabilizar um programa de alta qualidade. Deve ainda apresentar uma base epistemológica clara e objetivamente explicitada.

Corpo Docente.

O corpo docente deve ser constituído, em sua totalidade, por doutores, sendo mais de 80% deles em NRD6 e mais de 90% com envolvimento em atividades de ensino, pesquisa e orientação. Este envolvimento deve ser regular, com uma distribuição equilibrada das atividades entre todos os docentes.

A formação e a vida acadêmica (currículo) dos docentes que compõem o NRD devem atender à especificidade e abrangência das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas do Programa.

Os docentes devem apresentar produção científica regular, com pelo menos 2 publicações por biênio em forma de livros, capítulos de livros ou artigos em periódicos arbitrados e indexados, nacionais ou internacionais pertinentes à área, de níveis A e B. Além disso, devem apresentar, em média, 6 trabalhos por biênio em forma de posters ou temas livres apresentados em reuniões científicas nacionais ou internacionais de níveis A e B, e publicados em seus anais.

O corpo docente deve ser de reconhecida projeção, exemplificada pela sua participação em comitês, comissões e assessoramentos em órgãos de pesquisa e ensino (particularmente a nível nacional ou internacional), participação em corpo editorial de periódicos científicos internacionais e comitês científicos de congressos e associações também internacionais.

Corpo discente.

O corpo discente deve ter dimensão compatível com o tamanho e qualificação do NRD (média máxima de 5+ ou -1 discente por docente). O número médio de titulados por ingressantes/ano deverá ser superior a 80%.

Deve haver um envolvimento, de mais de 80% do corpo discente, em eventos científicos da área no biênio. Os discentes devem ser fortemente estimulados a apresentar trabalhos e produzir artigos, individualmente ou em parceria com os docentes do Programa.

Teses e dissertações.

A produção de teses e dissertações deve evidenciar clara vinculação com a proposta do Programa, ter tempo para titulação adequado e equilíbrio na distribuição entre orientadores e linhas de pesquisa.

Teses e dissertações deverão ter sido submetidos a uma banca examinadora, composta por, pelo menos, 30% de membros externos à IES. O tempo médio de titulação de bolsistas não deverá ser superior a 30 e 48 meses, para o Mestrado e o Doutorado, respectivamente. O número de titulados no Programa deve ser de no mínimo 1 por NRD por biênio, sendo que 60% de docentes NRD6 deverão ter, pelo menos, um aluno titulado no mesmo período. No mínimo, 80% dos orientadores deverão pertencer a NRD6 e ter alunos sob sua orientação.

Produção intelectual.

A produção intelectual deve apresentar coerência com a proposta do Programa em qualidade e quantidade e deve refletir o envolvimento regular discente e docente em projetos de pesquisa.

Os docentes NRD6 deverão publicar, obrigatoriamente, ao menos dois trabalhos completos por biênio, relacionados com a área de concentração, em periódicos indexados e arbitrados de níveis A e B.

Atividades de pesquisa.

As linhas e projetos de pesquisa devem estar estreitamente vinculados às áreas de concentração e devem evidenciar, em termos de abrangência e quantidade, uma relação adequada para com a dimensão e a qualificação do NRD. Os projetos de pesquisa devem envolver participação efetiva e regular do corpo discente e receber, preferencialmente, apoio dos órgãos de fomento à pesquisa.

Atividades de formação.

A estrutura curricular deve ser constituída de disciplinas claramente vinculadas às áreas de concentração, sem redundância com a formação Lato Sensu, e apresentar uma perspectiva pedagógica clara e coerente com as suas especificidades. Deve, ainda, proporcionar uma sólida formação acadêmico-científica e ser constantemente atualizada e aperfeiçoada de forma a refletir os avanços na área de conhecimento.

O oferecimento de disciplinas deve ocorrer em número e regularidade suficiente para assegurar o cumprimento dos planos de estudos dentro dos prazos preconizados pela CAPES. Esta oferta deve ser coerente com a dimensão do NRD e ser distribuída de forma harmônica entre todos esses docentes.

Ponderação dos Quesitos

Quesitos	Pesos
I Proposta do Programa	xxx
II Corpo Docente	20.00

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO

Ponderação dos Quesitos

Quesitos	Pesos
III Atividade de Pesquisa	10,00
IV Atividade de Formação	15,00
V Corpo Discente	10,00
VI Teses e Dissertações	15,00
VII Produção Intelectual	30,00
Soma dos Pesos	100

Ponderação dos Itens

I - Proposta do Programa

Itens	Pesos
1 Coerência e consistência da Proposta do Programa.	xxx
2 Adequação e abrangência das Áreas de Concentração.	xxx
3 Adequação e abrangência das Linhas de Pesquisa.	xxx
4 Proporção de docentes, pesquisadores, discentes-autores e outros participantes.	xxx
Soma dos Pesos	xxx

II - Corpo Docente

Itens	Pesos
1 Composição e atuação do corpo docente; vínculo institucional e dedicação.	20,00
2 Dimensão do NRD6 relativamente ao corpo docente. Atuação do NRD6 no Programa.	30,00
3 Abrangência, especialização do NRD6 relativamente às Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Qualificação do NRD6.	40,00
4 Intercâmbio ou renovação do corpo docente. Participação de outros docentes.	10,00
Soma dos Pesos	100

III - Atividade de Pesquisa

Itens	Pesos
1 Adequação e abrangência dos Projetos e Linhas de Pesquisa em relação às Áreas de Concentração.	30,00
2 Vínculo entre Linhas e Projetos de Pesquisa.	30,00
3 Adequação da quantidade de Linhas e Projetos de Pesquisa em andamento em relação à dimensão e à qualificação do NRD6.	15,00
4 Participação do corpo discente nos Projetos de Pesquisa.	5,00
5 Captação de recursos	10,00
6 Vínculo interinstitucional de pesquisa	10,00
Soma dos Pesos	100

IV - Atividade de Formação

Itens	Pesos
1 Adequação e abrangência da Estrutura Curricular relativamente à Proposta do Programa e às suas Áreas de Concentração. Adequação e abrangência das disciplinas ministradas em relação às Linhas e Projetos de Pesquisa.	40,00
2 Distribuição da carga letiva e carga horária média. Participação de outros docentes.	15,00
3 Quantidade de orientadores do NRD6 relativamente à dimensão do corpo docente. Distribuição da orientação entre os docentes e número médio de orientandos por docente.	15,00
4 Atividades letivas e de orientação nos cursos de graduação.	15,00
5 Atividades de ensino na pós-graduação "latu sensu" e extensão	15,00
Soma dos Pesos	100

V - Corpo Discente

Itens	Pesos
1 Dimensão do corpo discente em relação à dimensão do NRD6.	20,00
2 Número de orientandos em relação à dimensão do corpo discente.	5,00
3 Número de titulados e proporção de desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo discente.	40,00
4 Número de discentes-autores da pós-graduação em relação à dimensão do corpo discente [e participação de discentes-autores da graduação].	10,00
5 Idem em publicação	15,00
6 Proporção de desistências e abandono em relação à dimensão do corpo discente	10,00
Soma dos Pesos	100

VI - Teses e Dissertações

Itens	Pesos
1 Vínculo das teses e dissertações com Áreas de Concentração e com Linhas e Projetos de Pesquisa; adequação ao nível dos cursos.	35,00

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO

Ponderação dos Itens

VI - Teses e Dissertações

Itens	Pesos
2 Tempo médio de titulação de bolsistas; tempo médio de bolsa. Relação entre os tempos médios de titulação de bolsistas e de não bolsistas.	35.00
3 Número de titulados em relação à dimensão do NRD6. Participação de outros docentes.	10.00
4 Qualificação das Bancas Examinadoras. Participação de membros externos.	10.00
5 Relação entre dissertações/teses defendidas no período e publicações decorrentes	10.00
Soma dos Pesos	100

VII - Produção Intelectual

Itens	Pesos
1 Adequação dos tipos de produção à Proposta do Programa e vínculo com as Áreas de Concentração, Linhas e Projetos de Pesquisa ou Teses e Dissertações.	40.00
2 Qualidade dos veículos ou meios de divulgação.	30.00
3 Quantidade e regularidade em relação à dimensão do NRD6; distribuição da autoria entre os docentes.	10.00
4 Autoria ou co-autoria de docentes.	10.00
5 Quantidade e regularidade da produção técnica em relação à dimensão do NRD6 (média da pontuação da produção intelectual/técnica)	10.00
Soma dos Pesos	100

ANEXO B – AVALIAÇÃO CAPES: LOCALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Programa

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Ano Base

2000

Área de Avaliação

MEDICINA II

Área Básica

NEUROLOGIA 4.01.01.07-0

Instituição

USP/RP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ RIBEIRÃO PRETO (SP)

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) 33002029012P-3

Núcleo de Referência Docente

NRD6

P-PG-01		
Cursos	Nível	Início
33002029012M3 - MEDICINA (NEUROLOGIA)	Mestrado Acadêmico	1971
33002029012D4 - MEDICINA (NEUROLOGIA)	Doutorado	1971

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Áreas de Concentração / Linhas de Pesquisa (P-PG-02a/b)		
	Nível	Início
NEUROLOGIA		
	Doutorado	1971
	Mestrado Acadêmico	1971
Avaliação evolutiva multidisciplinar de crianças com Meningoencefalite Bacteriana		1996
Cefaléia		1990
Distúrbios do movimento		1998
Doenças desmielinizantes do sistema nervoso central		1997
Doenças Neuromusculares		1996
Epilepsia/Modelos Experimentais		1971
Estrutura molecular e plasticidade do sistema nervoso central		1998
Líquido Cefalorraquiano		1989
Manifestações neurológicas de doenças sistêmicas		1990
Miopatias: nosologia e terapêutica.		1993
NeuroAids		1989
Neurobiologia das epilepsias da análise comportamental à biologia molecular		1993
Neuroimagem estrutural e funcional		1996
Neuroinfecção e neuroinfestação		1989
Neurologia do desenvolvimento		1987
Neuropatias periféricas humanas e experimentais		1987
Paraparesia espástica tropical (TSP)		1989
Vasculopatias do sistema nervoso.		1992

Proposta do Programa - Recursos Humanos (P-PG-04)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Docentes	10,0	17,9 %
2	Pesquisadores	2,0	3,6 %
6	Outros Participantes	159,0	74,0 %

Proposta do Programa - Requisitos para Titulação (P-PG-05)					
Nível	Créditos			Equivalência horas / crédito	Carga horária exigida
	Disciplinas	Tese / Dissertação	Outros		
Mestrado Acadêmico	30	30		15	450
Doutorado	20	20		12	240

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Visão geral, evolução e tendências (P-PG-06)

VISÃO GERAL

1- O programa se desenvolve com base na alta especialização de sub-áreas da Neurologia e na Neurologia Experimental. São áreas altamente especializadas e na ponta da aplicação do conhecimentos e que, na fronteira do conhecimento desenvolvem pesquisas originais: Epileptologia e Eletrencefalografia, Neuropatias Periféricas, Miopatias, Cefalologia, Neurologia Tropical (Neuroinfecção e Neuroinfestação), Neuroimagem e Neurogenética e Neurologia. Os projetos desenvolvidos em Neurologia Experimental têm visado o desenvolvimento de modelos experimentais de doenças neurológicas ou nas quais pode haver influência do sistema nervoso, com vistas ao estudo de suas patogênese e fisiopatologia.

2 - Levando em conta a proposta do item 1 a área tende a incorporar docentes com formação em áreas superespecializadas da Neurologia e das Neurociências, preferencialmente em tempo integral. A atividade de investigação de tais docentes deve estar conectada à de formação de iniciandos científicos, mestrands e doutorandos e, mais recentemente, de pós-doutorandos, no sentido de haver maior produtividade científica, associada à formação e diferenciação de novos pesquisadores.

3 - Desenvolver projetos de pesquisa conjuntos com grupos de pesquisa e pesquisadores de outras instituições, nacionais e internacionais, que se interessem ou dêem suporte a projetos nas linhas de pesquisa do curso. Incentiva-se a participação de alunos em tal tipo de intercâmbio. Por essas razões, nos últimos anos a participação de docentes e alunos em congressos internacionais e publicações em periódicos de circulação internacional de impacto tem aumentado e se consolidado. A produtividade do programa aumentou sobremaneira nos últimos 2 anos, havendo perspectivas de manutenção da tendência (verificar auto-avaliação).

4 - Com base nos princípios delineados nos 3 itens anteriores, o programa pretende: formar e aprimorar investigadores que possam ser reconhecidos pelos seus pares no Brasil e no exterior, na condição de profissionais aptos: a criar novos conhecimentos; implantar e criar novos métodos de investigação científica; dirimir, quando possível, dúvidas sobre questões científicas não esclarecidas. Esses profissionais devem divulgar os seus resultados em foros científicos internacionalmente reconhecidos como de excelência. Tais profissionais, ao final do seu doutorado, devem, também estar aptos a formar novos investigadores.

5 - Embora o curso de Pedagogia e Didática seja da responsabilidade da Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, tanto a Faculdade como o Programa disponibilizam, na medida do possível, equipamentos e instrumental necessários para os alunos se exercitarem, aplicando e aprimorando os conhecimentos adquiridos no referido curso quando ministram aulas, palestras e colaboram com o curso de graduação.

- Evolução e tendências

Confirmam-se as observações dos parágrafos anteriores no presente ano, com manutenção da produtividade do curso. O reconhecimento da qualidade do desempenho dos docentes no triênio implicou em publicação de maior número de capítulos de livros a convite.

Haverá tendência à ampliação do número de alunos de pós-graduação e do corpo docente, uma vez após aprovada a reestruturação e reorganização do Programa, com a criação da sub-área de Neurociências e possibilidade de não médicos e médicos não neurologistas nela se inscreverem (ou, de acordo com a nomenclatura CAPES, na nova área de concentração). O novo Programa já foi aprovado em todas as instâncias da USP e está vigente a partir de 18 de dezembro de 2001. Com tal proposta o programa está buscando renovar-se e se oxigenar com a participação de graduados com perfil diferente do médico. A mudança do perfil do programa inibiu algumas ofertas de disciplinas no triênio, tendo em conta as novas disciplinas que o docente responsável passará a oferecer no novo Programa.

Para uma apreciação mais aprofundada da parte do Relator/Comitê CAPES seguem-se as normas e tabela contendo as disciplinas a serem oferecidas no programa já reestruturado e reorganizado e aprovado pela USP.

NORMAS PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROLOGIA E NEUROCIÊNCIAS

CAPÍTULO I - DO PROGRAMA

1 - Trata-se de programa de pós-graduação sensu strictu, portanto com a finalidade de formar mestres e doutores no campo de Neurociências.

2 - A Coordenação e Supervisão do programa serão da responsabilidade de um Coordenador e uma Comissão de pós-graduação, indicados pelo Conselho do Departamento de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia Médica, ouvidos os docentes do setor.

3- O conteúdo do programa, clientela-alvo e outras informações constam do documento anexo sob o título "Programa de Pós-graduação em Neurologia e Neurociências".

4 - Ao final do 2.º ano de vigência as normas do programa serão revistas e, no máximo a cada 5 anos, deverá ser feita nova revisão.

5 - O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROLOGIA E NEUROCIÊNCIAS (CPGNN) será constituído por duas áreas de concentração: Neurologia e Neurociências.

6 - O Programa de Pós-graduação em Neurologia e Neurociências (CPGNN) é da responsabilidade do setor de Neurologia do Departamento de Neurologia, Psiquiatria e Psicologia Médica, devendo ser coordenado e supervisionado por docentes do setor de Neurologia.

7 - A área de concentração de Neurologia dará formação pós-graduada a médicos com especialização em Neurologia.

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

8 - Na área de Neurociências a referida formação será dada a médicos não especialistas em Neurologia, psicólogos, físicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, profissionais formados em educação física, biólogos, matemáticos, engenheiros especializados, profissionais da área de informática. Outros profissionais que desenvolvam atividades docentes ou de pesquisa ou pretendentes a desenvolvê-las no campo das neurociências poderão ser selecionados para a área de concentração de Neurociências.

CAPÍTULO II - DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE NEUROLOGIA

9 - Para o mestrado ou doutorado direto ou doutorado por egresso de outros cursos ou programas nos quais não sejam exigidas as mesmas disciplinas obrigatórias da Área de Concentração Neurologia, serão obrigatórios as seguintes disciplinas: "Bioestatística", "Metodologia Epidemiológica" - ambas junto ao curso de pós-graduação em Medicina Social; "Neurobiologia das doenças do encéfalo" e "Neurobiologia das doenças da medula espinhal, dos nervos e músculos". Nas disciplinas de Neurobiologia ênfase será dada à topografia das lesões, incluindo o estudo da fisiologia e da morfologia das doenças do sistema nervoso.

10 Quando o pós-graduando tiver feito ano adicional de residência médica em área específica, poderá ser dispensada a obrigatoriedade da disciplina de Neurobiologia, cujo programa contiver conteúdos semelhantes ao do ano adicional. Por exemplo: o neurologista que fez o 4.º ano na área epileptologia poderá ser dispensado da disciplina "Neurobiologia do encéfalo", o que fez o 4.º ano na área de doenças neuromusculares poderá ser dispensado da disciplina "Neurobiologia das doenças da medula espinhal, da medula espinhal, dos nervos e músculos".

11 Para o doutorado será exigida a disciplina: "Exame quantitativo das funções neurológicas no homem".

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE NEUROCIÊNCIAS

12 Para a seleção de mestrado ou doutorado direto será obrigatória, na condição de pré-requisito, a realização de nivelamento em Neurociências ou equivalente. Tal pré-requisito não será obrigatório para médicos.

13 Para o mestrado ou doutorado direto ou doutorado por egressos de outros cursos ou programas nos quais não sejam exigidas as mesmas disciplinas obrigatórias da Área de Concentração de Neurociências, serão obrigatórios as seguintes disciplinas: "Bioestatística", "Metodologia epidemiológica" - ambas junto ao curso de pós-graduação em Medicina Social; "Neurobiologia das doenças do encéfalo" e "Neurobiologia das doenças da medula espinhal, dos nervos e músculos". Nas disciplinas de Neurobiologia, ênfase será dada à topografia das lesões, incluindo o estudo da fisiologia e da morfologia das doenças do sistema nervoso.

14 Para o doutorado será exigida a disciplina: "Exame quantitativo das funções neurológicas e quantificação microscópica no tecido nervoso normal e alterado".

DISCIPLINAS DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

15 A área de concentração de Neurologia, além das obrigatórias, deverá ter o seu elenco de disciplina(s) constituído temas da nosologia humana relacionados a seguir. A área de concentração de Neurociências deverá ter o seu elenco de disciplina(s) constituído pelos mesmos temas, mas visando, essencialmente, o estudo de modelos experimentais.

- Vasculopatias do sistema nervoso
- Eventos paroxísticos do sistema nervoso
- Infecções do sistema nervoso
- Neuroimunologia
- Neurogenética
- Degenerações do sistema nervoso
- Metabolopatias e sistema nervoso
- Interferência das doenças no desenvolvimento neuropsicomotor
- Traumatismos do sistema nervoso
- Neurologia e idade
- Comprometimento do sistema nervoso associado a doenças sistêmicas
- Algas

16 - Ambas as áreas de concentração deverão ter no seu elenco de disciplinas, abordagem dos métodos diagnósticos ou de documentação científica relacionados a seguir.

- Neurofisiológicos (registro de sinais) (eletroencefalografia, poligrafia, polissonografia, potenciais evocados, eletroneuromiografia e outros).
- Reconstrução de imagens macroscópicas: radiologia convencional do crânio e da coluna vertebral, angiografia encefálica e medular, tomografia computadorizada do sistema nervoso e dos seus envoltórios, ressonância magnética nuclear do sistema nervoso e dos seus envoltórios e vasos, tomografia por emissão de positrons.
- Biologia molecular e sistema nervoso
- Imunologia e sistema nervoso
- Mediadores - Neuroquímica
- Bioquímica e sistema nervoso
- Farmacologia e sistema nervoso.
- Cultura de células do sistema nervoso e músculos

DISCIPLINAS DE DOMÍNIO CONEXO - NEUROLOGIA

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

17 - Qualquer disciplina de cursos ou programas de pós-graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto é considerada de domínio conexo para a área de concentração de Neurologia. Tal ocorre também com as disciplinas elencadas exclusivamente em uma das áreas de concentração do Programa.

DISCIPLINAS DE DOMÍNIO CONEXO - NEUROCIÊNCIAS

18 - Todas as disciplinas dos cursos ou programas de pós-graduação do Campus de Ribeirão Preto, cujo tema básico vise o estudo do sistema nervoso ou suas interações serão consideradas de domínio conexo para a área de Neurociências.

CAPÍTULO II - DOS CRÉDITOS (*)

19 - Serão necessários um mínimo de 30 unidades de créditos de disciplinas, incluídas as obrigatórias, para o mestrado e 20 para o doutorado. Para o doutorado direto serão necessárias, no mínimo, 50 unidades de créditos.

20 - As unidades de crédito de cada disciplina obrigatória são as seguintes: Bioestatística - 4, Metodologia epidemiológica - 4 - ambos junto ao Departamento de Medicina Social; "Neurobiologia das doenças do encéfalo" - 3; Neurobiologia básica e clínica da medula espinhal, nervos periféricos e anômalos - 3.

21 - Residência médica em outras disciplinas que não a Neurologia não valerá créditos e médicos não neurologistas deverão fazer disciplinas adicionais para completarem o número mínimo de créditos para o mestrado e doutorado.

22 - Tanto para o mestrado, quanto para o doutorado, é obrigatório um mínimo de 8 créditos adicionais de disciplinas cursadas na área de concentração, além das obrigatórias.

23 - A fixação do número de créditos a ser cumprido para cada pós-graduando será feita pelo orientador, ouvido o aluno e deve ser comunicada à Comissão de Pós-graduação no início de cada semestre.

* Quadro resumo dos créditos para as áreas de concentração

	Residência	Disciplinas Obrigatórias (DOb)	Disciplinas Optativas (DOp)	Nivelamento
	Mestre	Doutor	Mestre	Doutor
Neurologista	6	4	4+4+3+3	Não
Não-Neurol.	Não	Não	4+4+3+3	Não
Outros	Não	Não	4+4+3+3	Não

Total de créditos para:

Mestrado para neurologista: 6 (R) 14 (DOb) 10(DOp) = 30

Mestrado para médico: 0 (R) 14 (DOb) 16(DOp) = 30

Mestrado para não médico: 0 (R) 14 (DOb) 16(DOp) = 30 + nivelamento

Doutorado para neurologista: Acrescentar 4 créditos da residência e 16 créditos em DOp

Doutorado para médico: Acrescentar 30 créditos em DOp.

Doutorado para não médico: Acrescentar 20 créditos em DOp.

CAPÍTULO III - DOS ORIENTADORES

24 - Poderão ser orientadores quaisquer docente da FMRP ou outra, desde que tenham currículos suficientes e sejam aprovados pela Comissão de Pós Graduação de Neurologia e pela Comissão de Pós-Graduação da FMRP.

Docentes com nível mínimo de doutorado, com curriculum julgado insuficiente para orientador, poderá ministrar disciplina até obter qualificação de orientador.

25- O credenciamento de professores não docentes do setor de Neurologia deverá levar em conta a produção na área de Neurociências ou a aplicação de métodos desenvolvidos pelo professor para estudo de tema relacionado às Neurociências.

26 - O número de orientadores não docentes do setor de Neurologia não poderá ultrapassar o de orientadores do setor.

27 - O credenciamento inicial de professores não docentes do setor de Neurologia deverá ser feito através do sistema de orientação exclusiva.

CAPÍTULO IV - DAS DISCIPLINAS

28 - O número de unidades de crédito das disciplinas não obrigatórias não deve ultrapassar o total de 4.

29 - Em cada semestre deverá ser ministrada pelo menos uma disciplina obrigatória.

30 - O intervalo máximo entre os oferecimentos de cada disciplina obrigatória será de 2 anos.

As disciplinas não obrigatórias da área de concentração deverão ser oferecidas a intervalos máximos de 3 anos, findos os quais serão automaticamente descredenciadas.

31 - Todos os docentes do Programa deverão colaborar em pelo menos uma das disciplinas obrigatórias .

CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

32 - A Comissão de Pós-graduação será composta por 3 docentes titulares e 3 suplentes, sendo pelo menos 2 titulares e 2

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

32 - A Comissão de Pós-graduação será composta por 3 docentes titulares e 3 suplentes, sendo pelo menos 2 titulares e 2 suplentes do setor de Neurologia. Os suplentes são vinculados aos respectivos titulares.

33 - A Comissão será indicada pelo setor de Neurologia para apreciação e aprovação do Conselho Departamental e terá o mandato de 3 anos.

§ 1 O mandato da comissão deverá coincidir com o triênio da avaliação CAPES.

34 - Cada membro da Comissão poderá cumprir apenas 2 mandatos sequenciais na condição de titular e/ou de suplente. Pelo menos 1/3 dos titulares e suplentes da Comissão deve ser renovado a cada 3 anos.

35 - A Comissão será a responsável pelas disciplinas obrigatórias, devendo fixar as datas de oferecimento e coordenar as atividades docentes relacionadas às referidas disciplinas.

36 - A Comissão deverá fixar, anualmente, as diretrizes gerais para aplicação das verbas do Programa pelo Coordenador.

37 - A Comissão deverá se reunir periodicamente para apreciação do andamento das atividades do Programa, para tomar conhecimento de normas superiores e, quando for o caso adaptá-las ao Programa.

38 - A Comissão é responsável pela resolução ou indicação de assessores para avaliação de mudanças de nível de mestrado para doutorado.

39 - À Comissão cabem decisões a respeito de situações omissas no presente conjunto de normas.

40 - A Comissão de Pós Graduação será responsável pela destinação dos recursos financeiros do Programa. Obrigatoriamente, deverá haver divulgação da destinação dada a estes recursos à Comissão, pelo menos uma vez a cada semestre.

CAPÍTULO VI - DA COORDENAÇÃO

41 - O Coordenador e seu Suplente serão indicados pelo Setor de Neurologia, devendo ser membros titulares da Comissão de Pós-Graduação. Aplica-se ao Coordenador os itens 33 e 34 das presentes normas.

42 - O Coordenador é responsável: pela assinatura dos documentos relacionados ao Programa; elaboração do calendário semestral, à exceção das disciplinas obrigatórias; representação da área no concernente às atividades de pós-graduação na disciplina, no Departamento, na Unidade e fora dela.

43 - O Coordenador, preferentemente, deve ser escolhido dentre os docentes mais titulados do setor de Neurologia.

44 - Ao Coordenador, inicialmente, devem ser encaminhados todos os documentos oficiais relacionados ao Programa.

45 - O mandato do coordenador deverá ter a duração de 3 anos, coincidindo com o ano inicial e o final

46 - (Proposta do Coordenador, em substituição ao proposto no item 40 pelo relator). O Coordenador deverá prestar contas à Comissão de Pós-graduação sobre a aplicação dos recursos destinados ao programa semestralmente.

CAPÍTULO VII - DA COMISSÃO DE BOLSAS

47 - A Comissão de Bolsa deverá ser constituída por 4 docentes e 1 aluno, incluindo o coordenador e, pelo menos 1 docente de outro Departamento.

48 - O mandato da Comissão de Bolsas deverá coincidir com o da Comissão de Pós-Graduação.

CAPÍTULO VIII - DA QUALIFICAÇÃO

49 - O exame de qualificação para o mestrado está abolido na área de Neurologia

50 - O exame de qualificação para o doutorado deve ser constituído por:

51 - publicação em revista indexada, nacional ou estrangeira ou aceite de publicação de revisão atualizada sobre tema diferente do tema da tese de doutorado ou do mestrado, ou de trabalho original desenvolvido durante o doutorado ou da tese ou de parte da tese de doutorado.

52 - Caso a revisão citada no item 31.1 não tenha sido publicada, deverá ser apresentada oralmente para banca composta por 3 docentes.

CAPÍTULO IX - DA MUDANÇA DE NÍVEL DO MESTRADO PARA O DOUTORADO

53 - A área pretende que o conjunto de seus estudantes cumpra o nível de mestrado, entendendo ser esta uma etapa essencial para a formação pós-graduada.

54 - Casos para os quais as razões de alteração de nível sejam clara e consistentemente explicitadas pelo orientadores, serão examinadas pela Comissão de Pós-Graduação da área, mediante apresentação de Curriculum Vitae, histórico escolar, cópia de trabalhos publicados ou aceitos em periódicos de circulação internacional, relatório de atividades já cumprida e do projeto de pesquisa a ser desenvolvido no doutorado.

55 - A área desencoraja qualquer solicitação de alteração de nível de mestrado para doutorado referente a alunos que não demonstrem qualidade científica, maturidade profissional e comprovada produção em pesquisa. Os avaliadores das solicitações de mudança de nível devem levar em conta, além dos itens explicitados no caput, que: o candidato a doutorado

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

possibilidades de mudança de nível de formação em curso, além dos requisitos exigidos no edital, que o candidato a doutorado deve estar preparado para a reprodução do sistema de pós-graduação ou seja, para formar doutores, para tanto tendo pleno conhecimento de metodologia e de como elaborar projetos de pesquisa; as qualificações científicas a serem levadas em conta são as inerentes ao candidato e não apenas às qualidades da tese ou seja, quem se candidata ao doutorado é o aluno e não a tese.

56 - Quando o orientador pertencer à Comissão de Pós-Graduação, não participará da avaliação do pedido de mudança de nível, havendo a possibilidade de indicação de substituto pela Comissão.

CAPÍTULO X - DOS DIPLOMAS

57 - Os mestres e doutores com residência completa em Neurologia receberão os diplomas de Mestre e/ou Doutor Medicina.

58 - Mestres e doutores sem residência completa em Neurologia receberão diplomas de Mestre e/ou Doutor em Neurociências.

RESUMO DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROLOGIA - SUBÁREAS DE NEUROLOGIA E NEUROCIÊNCIAS

SIGLA DISCIPLINA NO. DE CRÉDITOS SUB-ÁREA DE NEUROLOGIA SUB-ÁREA DE NEUROCIÊNCIAS OBRIGATÓRIO OBSERVAÇÕES

RNP-5721 Manifestações neurológicas de doenças sistêmicas 04 SIM NÃO NÃO *

RNP-5725 Moléstias metabólicas do sistema nervoso 04 SIM NÃO NÃO **

RNP-5726 Neonatologia - aspectos neurológicos 04 SIM EM TERMOS NÃO * e **

RNP-5732 Cefaléias crônicas primárias 04 SIM SIM NÃO * e **

RNP-5733 Cefaléias 04 SIM SIM NÃO *

RNP-5734 Mecanismos básicos e validade para a clínica de modelos experimentais de epilepsia 06 SIM SIM NÃO *

RNP-5735 Tópicos avançados em epileptologia 05 SIM SIM NÃO *

RNP-5736 Distúrbios do sono: aspectos clínicos e laboratoriais 04 SIM NÃO *

RNP-5737 Métodos diagnósticos em epilepsia 04 SIM NÃO NÃO *

RNP-5738 Eletroencefalografia 04 SIM NÃO NÃO * e **

RNP-5739 Neuropatias hereditárias, ataxias espinocerebelares hereditárias e paraparesias hereditárias 04 SIM EM TERMOS NÃO * e **

RNP-5740 Neuroimagem 04 SIM NÃO NÃO *

RNP-5741 Doenças infecciosas emergentes e sistema nervoso 04 SIM NÃO NÃO *

RNP-5742 Envolvimento neurológico na síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA) 04 SIM NÃO NÃO *

RNP-5743 Neurodesenvolvimento 04 SIM SIM NÃO *

RNP-5744 Neurobiologia do encéfalo 03 SIM SIM SIM Obrigatória

RNP-5745 Neurobiologia básica e clínica da medula espinhal, nervos periféricos e músculos 03 SIM SIM SIM Obrigatória

RNP-5746 Bases moleculares das doenças musculares 04 SIM SIM NÃO *

RNP-5747 Migrêneas: impacto e moléstias associadas 04 SIM SIM NÃO *

RNP-5748 Demências 04 SIM EM TERMOS NÃO * e **

RNP-5749 Compreensão da morfologia e fisiologia das doenças dos nervos periféricos e seus efeitos sobre os animais e o homem 06 SIM SIM NÃO *

* PODERÁ SER CURSADA POR MÉDICOS NÃO NEUROLOGISTAS COM ANUÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA

**RECOMENDÁVEL PARA ALUNOS DA SUB-ÁREA DE NEUROCIÊNCIAS COM GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Proposta do Programa - Integração com a Graduação (P-PG-07)

Em 2000 havia 7 alunos de iniciação científica com bolsa. Alguns dos ex-alunos de iniciação científica têm feito residência médica em Neurologia e pós-graduação na área. No triênio desenvolveram projetos de iniciação científica, não necessariamente com bolsa, 12 alunos de graduação, ficando claro que a política de incentivo à participação dos alunos de graduação está tendo resultados. Os docentes de pós-graduação, à exceção dos professores de outros departamentos ou transitórios no triênio, são os mesmos que oferecem os cursos de graduação de Neurologia na Faculdade: Semiologia Neurológica, Neurologia e o Internato em Neurologia (este para alunos do sexto ano). Alunos de graduação, embora tendo cargas horárias extensas, pela natureza do Curso Médico, têm frequentado visitas e reuniões das diferentes superespecialidades, nas quais são discutidos aspectos da aplicação de conhecimentos e investigações científicas em andamento.

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Infraestrutura - Laboratórios (P-PG-08)

Os laboratórios do Programa têm implantados ou em implantação os seguintes métodos: 1) histologia convencional com inclusão em parafina; 2) histologia especial com inclusão em resinas plásticas para cortes semifinos (0,5mm) e finos (microscopia eletrônica); 3) dissociação de fibras nervosas ("teasing"); 4) preparações para imuno-histoquímica através de imunoperoxidase e imunofluorescência; 5) estudo de traçadores em tecidos nervosos fixados; 6) detecção e quantificação de anticorpos através de ELISA; 97) cultura de mioblastos; 8) "southern blott"; 9) extração de DNA e amplificação através de PCR; 10) sequenciamento genômico; 11) identificação de seqüências específicas de vírus com tropismo para o sistema nervoso através de biologia molecular; 11) eletroforese por focalização isoelétrica; 13) neuroetológicos e para quantificação de alterações do exame neurológico de animais de pequeno porte; 12) registro contínuo de sinais neurofisiológicos a partir de eletrodos implantados ou não no sistema nervoso de animais de pequeno porte; 13) registro de sinais no homem com métodos especificados no item 4 NC 14) análise de imagens através de aplicativos para reconstrução de imagens microscópicas e macroscópicas para imagens de ressonância magnética nuclear (volumetria).

Cada laboratório, tanto para atividades experimentais quanto aplicadas (incluindo as de investigação científica) e área estão especificados a seguir.

- 1 - O Laboratório de Neurologia aplicada e experimental (LNAE) (Professores Amilton Antunes Barreira e Wilson Marques Júnior), instalado em área de 355m² tem a seguinte infra-estrutura: biotério climatizado, bancadas e capelas, rede de gases, rede de computadores ligada à Internet e Intranet.
O LNAE reúne hoje cerca de US\$ 500.000 em equipamentos, obtidos de diferentes fontes. Os principais de tais equipamentos são os seguintes: micrômetros convencionais, micrômetro criostato, ultramicrômetro, lupas convencionais, lupas cirúrgicas, 3 microscópios, estufas, sistema computadorizado de reconstrução e medidas de imagens microscópicas, sequenciador de DNA genômico, peagâmetro, geladeiras convencionais, "freezers" a -20°C, "freezers" a -70°C, sistemas para eletroforese em gel de acrilamida, conjunto de equipamentos para amplificação de DNA, centrífuga de alta rotação. Está funcionalmente dividido em seções de Morfologia, Neuroimunologia e Neurogenética (esta sob a responsabilidade do Prof. Wilson Marques Júnior), havendo área específica para experimentação com animais.
- 2 - O Laboratório de líquido céfalo-raquidiano (LLCR) (Prof. Dr. Oswaldo Massaiti Takayanagui) está adequadamente instalado, para o momento, embora em área de cerca de 40m². Tem os seguintes equipamentos: microscópio, centrífugas, banho-Maria, equipamentos para eletroforese através de focalização isoelétrica e "freezers". Está conectado com outros laboratórios institucionais para a realização diagnósticas, com vistas à investigação científica, por exemplo, para HTLV, herpes vírus e outros em nível molecular.
- 3 - O "Laboratório de investigação em epilepsia"(LIE), sob a coordenação do Professor João Pereira Leite, em área de 35m² do Hospital das Clínicas. Tal laboratório é responsável pela monitorização de drogas antiepilépticas, podendo dosar no soro de pacientes ou de animais de experimentação, as principais drogas antiepilépticas comercializadas no país. Em tal laboratório estão instalados equipamentos no valor de cerca de US\$ 250.000,00, dentre os quais os principais são: microscópios ópticos, aplicativos para medidas de imagens microscópicas, micrômetro-criostato, micrômetro convencional, estufas. Aplicaram-se, através de projetos FAPESP cerca de US\$ 300 000,00 em infra-estrutura e material de consumo.
- 5 - O Laboratório de Neurofisiologia (LN), cerca de 180 m² sob a responsabilidade do Professor Norberto Garcia Cairasco estuda modelos experimentais de epilepsia e conta com cerca de US\$ 500 000 em equipamentos oriundos de diversos projetos de pesquisa, particularmente da FAPESP.
- 4 - O Setor de Neurofisiologia Clínica (NC) sob a responsabilidade dos Professores Regina Maria França Fernandes e Wilson Marques Júnior está instalado em área de 300m² do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Estão implantando as seguintes metodologias de registros de sinais biológicos: eletroencefalografia, poligrafia néo-natal, polissonografia, potenciais evocados somato-sensitivos, auditivos e visuais e motores e eletroneuromiografia.
- 5 - O Centro de Cirurgia de Epilepsia (CIREP), sob a responsabilidade do Professor Américo Ceiki Sakamoto, permite a video-monitorização-eletroencefalográfica de pacientes epiléticos em processo de seleção para cirurgia de epilepsia. Tais registros são documentos úteis para a aplicação de conhecimentos e ao mesmo tempo de caráter científico em pesquisa sistemática. O banco de dados do centro armazena dados de protocolos de atendimento de rotina continuamente. Tais dados são, posteriormente, utilizados para a realização de pesquisas.
- 6 - Recursos humanos de apoio às atividades de investigação lotados no Departamento e prestando serviços ao Programa: na condição de técnicos, os seguintes profissionais estão lotados na área de Neurologia para apoio às investigações científicas:
 - um engenheiro eletrônico;
 - uma bióloga com doutorado em bioquímica;
 - 3 biólogos;
 - um estatístico;
 - duas psicólogas (trabalhando com neuropsicologia);
 - 7 técnicos de nível médio, sendo 3 operadores de registros gráficos
 - e uma técnica de laboratório.

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Infraestrutura - Biblioteca (P-PG-09)

A Biblioteca Central do Campus de Ribeirão Preto serve a todo o campus e ao programa: tem todos os títulos de periódicos ranqueados pelo Journal of Citation Reports, com fator de impacto maior que 1, na área de Neurologia. Tem os principais títulos de neurociências e de Medicina e Biologia. Os docentes podem acessar, através do "site" da biblioteca, em conjunção com a FAPESP, os sistemas de armazenamento de bibliografia Medline, Lilax, Citation Index e outros, além de, mais recentemente, periódicos importantes, para os quais se fez assinatura eletrônica, com acesso ao texto completo do trabalho, antes do periódico ser distribuído impresso, tais como os "Proceedings of the New York Academy of Sciences". Rápido acesso a textos não contidos na biblioteca pode ser feito através do intercâmbio que a biblioteca tem com a BIREME e com as outras bibliotecas das universidades de São Paulo e outras do país e do exterior. Na medida do possível, através da verba CAPES, têm sido adquiridos livros e periódicos. Cada docente detém os principais livros e tratados relacionados com sua linha de pesquisa em sua área física de trabalho, dada a alta especialização e à necessidade de manuseio rápido pelo pós-graduando ou docente.

Proposta do Programa - Infraestrutura - Recursos de Informática (P-PG-10)

- 1 - O programa tem ao seu dispor 30 microcomputadores, sendo dois 386, onze 486 e 17 pentiums, quatro "scanners", 3 "Zip drives", uma "palette" para obtenção de diapositivos. Quatro dos 17 pentiums têm "drives" para gravação em "CD", opção que tem sido adotado preferencialmente para armazenamento de dados paralela à do disco rígido.
- 2 - As salas dos docentes estão ligadas à rede da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e à rede-USP, com imediata disponibilidade de acesso à Internet.
- 3 - O departamento dispõe de um servidor de rede próprio. Todos os docentes e alunos de pós-graduação têm contas de correio eletrônico emitidas per esse servidor.
- 4 - Em 1998/1999 foi instalada a rede do Laboratório de Neurologia Aplicada e Experimental, através de projeto Redes de Informática FAPESP.
- 5 - Há duas salas de computadores para os pós-graduandos, comportando 10 computadores, com impressoras em rede e ligados à Internet, além de disponibilização de computadores dos setores específicos dos orientadores.
- 6 - Bancos de dados para estoques contínuos de informações existem no setor de Neurofisiologia Clínica, sub-setores de Polissonografia, Eletroencefalografia, Potenciais Evocados e Eletroencefalografia e no Centro de Cirurgia de Epilepsias. Além de tais bancos, a maioria dos pós-graduandos criam os seus para armazenagem dos dados de seus trabalhos de mestrado ou doutorado, sob orientação do estatístico do Departamento. Foi instalado um servidor específico para o Departamento.
- 7 - Do ponto de vista de aplicativos, o programa dispõe do MS-OFFICE (Word 7, Excel, Access e Power Point) e Windows 95, 98 ou 2000 em todos os computadores 486 e pentiums. Estão disponíveis ainda os seguintes aplicativos: Dicionário-Aurélio, Omni-page, Corel Draw, Norton anti-virus, Corel print-house. Atualização dos aplicativos da Microsoft foi realizada em 1998. Outros aplicativos específicos para estatística e técnicos estão disponíveis nas áreas de uso (CIREP e outros laboratórios), assim como macros específicas para bancos de dados.

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Intercâmbios Institucionais (P-PG-11)

O programa mantém intercâmbio institucional com os centros universitários relacionados a seguir. Os frutos de tal intercâmbio estão discriminados através de tabelas no item OUTRAS INFORMAÇÕES.

1-Universidade de Columbia, em Nova York na área de miopatias.

2 - Instituto de Neurologia de Londres (Queen Square), a partir do retorno do seu pós-doutorado, mantém colaboração com o referido Instituto o Professor Wilson Marques júnior. Tal intercâmbio tem se concretizado através de trabalhos publicados em 1999.

3 -Epilepsie-Zentrum Bethel - Alemanha e Cleveland Clinic nos Estados Unidos da América do Norte na pessoa do Professor Américo Ceiki Sakamoto. Através de tal intercâmbio o aluno de doutorado Wagner Afonso Teixeira elaborou parte do seu doutorado na Alemanha . Trabalhos publicados atestam o resultado de tal intercâmbio.

4 - Universidade da Califórnia - EUA (UCLA) nas pessoas do Prof. Dr. Gary W. Mathern (UCLA) e João Pereira Leite (Programa). Há 5 anos são feitas visitas de trabalho mútuas. Ambos apresentam palestras nos dois centros. A consolidação do intercâmbio é demonstrada através de trabalhos publicados

5 - Universidade de Iowa, através de doutorado sanduíche da aluna Valéria Paula Sassoli Fazan. Os frutos de tal intercâmbio estão se fazendo manifestos através de publicações e de palestras do Prof. Amilton Antunes Barreira naquele centro e do Prof. Mark Chapleau no Programa (em Ribeirão Preto).

6 -Trabalho conjunto, a partir da monografia de mestrado da aluna Paula Carvalho Viana com com Centro Universitário de Amsterdam, Holanda está em preparo para publicação.

7 - SIAPEM, Sistema de Avaliação de Protocolos de Esclerose Múltipla, com sede no Rio de Janeiro, alimentando o banco de dados do sistema e participando das investigações com os dados do referido banco. Resumos com resultados de investigação, no País e no exterior atestam os resultados de tal participação.

Das bancas de mestrado e doutorado têm participado, sistematicamente, docentes dos programas congêneres do país: Departamento de Neurologia da Escola de Medicina da Universidade Federal Paulista; Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Departamento de Clínica Médica, área de concentração Neurologia, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná.

Docentes do programa têm participado, sistematicamente de banca dos Programas citados no item 6 e de outros.

Proposta do Programa - Auto-Avaliação (P-PG-12)

1 - Necessidade de encurtamento do tempo de formação, através de melhor triagem na seleção dos candidatos. Como critério de seleção para pós-graduandos que não terão disponibilidade para fazer tempo integral e dedicação exclusiva, passaram-se a exigir resultados parciais do trabalho de mestrado ou doutorado. Maior exigência, da parte dos orientadores, em relação ao desenvolvimento dos projetos. Os orientadores não solicitarão prorrogação do período de tempo para conclusão da tese ou dissertação, preferindo-se que o aluno seja jubilado e readmitido para o término do trabalho e para refazer os créditos.

2 - Maior velocidade na publicação dos resultados dos trabalhos de mestrado e doutorado. Empenho para publicações em periódicos de circulação internacional.

3 - Empenho para publicação e apresentação de trabalhos em congressos internacionais.

4 - Empenho para uma reestruturação completa do programa.

5 - Incorporação de pesquisadores associados e recém-doutores, na condição de orientadores e professores do curso.

6 - Menor concentração de muitos pós-graduandos sob orientação de poucos orientadores.

7 - Intensificação dos intercâmbios já existentes com centros universitários do exterior.

8 - Maior ousadia na solicitação de auxílios aos projetos.

9 - Incentivo ao corpo discente para comunicação de resultados parciais de suas teses e dissertações em eventos científicos, preferentemente internacionais e para publicarem trabalhos completos com resultados definitivos, mesmo antes das defesas públicas.

Os resultados iniciais das atitudes tomadas em decorrência da auto-avaliação começam a se fazer sentir.

O tempo médio global de titulação em 1998 foi de 57 meses e, em 2000, caiu para 46 .

O tempo médio de titulação do mestrado em 1998 foi de 52 meses e em 2000 de 36 .

O tempo médio de titulação do doutorado em 1998 foi de 63 meses, caindo para 57 em 2000.

O programa foi completamente reestruturado e reorganizado (item 6) como documentado no item "Evolução e tendências".

Atitudes para implementar a melhoria dos 9 itens da auto-avaliação estão sendo tomadas.

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Outras Informações (P-PG-13)

O Professor Norberto Garcia Cairasco pertence ao departamento de Fisiologia, setor de Neurofisiologia e trabalha com Neurologia experimental e interage estreitamente com o setor de Epilepsia, uma vez que trabalha com modelos experimentais de epilepsia. Retornou em 2000 ao programa, na condição de orientador, uma vez seria, como foi, aprovado durante o ano a reestruturação do Programa, incluindo a sub-área de neurociências.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

No relatório do ano de 1998 foi informado, por um lapso, que a matrícula dos pós-graduandos que concluíram suas teses ocorreu em dezembro, janeiro, fevereiro ou junho. Os meses corretos são: março e agosto.

Nota importante: Por alguma razão não identificada pelo coordenador, quando foi feita conferência de digitação o NRD6 de 2000 está indicado como sendo composto por 7 docentes: em verdade, em 2000 todos os 10 docentes do programa são NRD6.

INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PROGRAMA

Os itens discriminados a seguir atestam a inserção internacional do programa.

1 - Periódicos de circulação internacional nos quais foram publicados trabalhos do programa no triênio

A tabela a seguir lista os periódicos (JCR correspondente aos trabalhos publicados em 1999) e respectivos fatores de impacto e classificação CAPES nos quais os docentes do Programa publicaram seus trabalhos no triênio.

Nome do periódico de circulação internacional	Fator de Impacto	Classificação
Acta Neurologica Scandinavica	1.325	A
American Journal of Medical Genetics	2.479	A
American Journal of Tropical Medicine and Hygiene	1.932	A
Annals of the New York Academy of Science	0.964	B
Annals of Neurology	8.321	A
Arquivos de Neuropsiquiatria	0,173	C
Braz J Med Res	0.517	B
Brain Research Bulletin	1,471	A
Cephalalgia	2.759	A
Chirality	1.327	A
Clinical Neurophysiology (Electroencephalography and clinical neurophysiology)	2,861	A
Epilepsia	3,218	A
Epilepsy Research	2,193	A
Headache	2,250	A
International Journal of Pediatric Otorhinolaryngology	0,516	B
Journal of the Autonomic Nervous System	1.206	A
Journal of Neurology	2.846	A
Journal of Neurology Neurosurgery and Psychiatry	2.735	A
Journal of Neuropathology and Experimental Neurology	5.590	A
Journal of Neurosciences Methods	1.362	A
Nervenarzt	0.684	B
Neurobiology of Disease	4,22	A
Neurology	5,32	A
Neurosciences letters	2.085	A

2 - Periódicos de circulação internacional nos quais foram publicados resumos de comunicações a congressos e eventos científicos do programa no triênio

Nome do periódico de circulação internacional	Fator de Impacto	Classificação
Annals of the New York Academy of Science	0.964	B
Arquivos de Neuropsiquiatria	0,173	C
Cephalalgia	2.759	A
Epilepsia	3,218	A
Faseb Journal	11.880	A
Hypertension	4.913	A
Journal of Hypertension	3.039	A
Journal of Psychopharmacology	2.827	A
Journal of Neurological Sciences	1.685	A
Movement Disorders	2.515	A
Neurology	5,32	A
Neuropathology and Applied Biology	2.575	A

3 - Relação entre o número de trabalhos completos de todos os docentes do programa publicados em periódicos de circulação internacional e nacional no triênio

Ano Internacional

A Internacional

B Internacional

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

7 - Capítulos de livro e resumos publicados

Ano	Capítulos de livro publicados no exterior	Capítulos de livro publicados no Brasil	Total	Resumos publicados Periódicos de circulação internacional	Resumos publicados em livros de resumos	Total
1998	2	6	8	45	23	68
1999	2	8	10	46	18	64
2000	0	14	14	32	26	58
Total	4	28	32	123	67	190

A análise dos resultados evidencia 4 capítulos publicados no exterior no período contra 28 no país e 123 resumos publicados em periódicos de circulação internacional contra 67 no Brasil. Os dados evidenciam que os docentes do programa, preferentemente, freqüentam eventos que publicam seus resumos em periódicos de circulação internacional, na proporção de cerca de 3 para 1.

Dentre os 67 resumos publicados em livros de resumo, quantidade apreciável foi apresentada em eventos internacionais no exterior (não catalogamos o dado específico).

8 - Outras informações que caracterizam a inserção internacional do Programa no triênio

8.1 - Resultados dos intercâmbios internacionais

Intercâmbio Trabalhos completos Capítulos de livros Resumos em eventos científicos Visitas com ou sem apresentação de palestras em ambos os centros

Universidade de Colúmbia	2	0	1	uma unilateral
Instituto de Neurologia de Londres Queens Square	6	0	7	Uma unilateral
Cleveland Clinic	3	1	3	bilaterais
Universidade de Iowa	0	0	5	2 bilaterais
UCLA	6	1	1	3 bilaterais
Total	17	1	13	10

8.2 - Prêmios internacionais e bolsas sanduíches no triênio

2 prêmios do tipo "Young Investigator Award"

1 prêmio "Brazilian most cited classics" ao Professor Oswaldo Massaiti Takayanagui por um de seus trabalhos estar entre os mais citados produzidos exclusivamente no país na década, convênio ISI/FAPESP.

Uma bolsa-sanduíche fruída pela aluna Valéria Sassoli Fazan na Universidade de Iowa.

8.3 - Palestras e conferências

No triênio foram proferidas 11 palestras/conferências de docentes ou alunos no exterior em eventos científicos ou universidades, a convite, excetuadas as consequentes aos intercâmbios. Um docente foi comentador de mesa em evento internacional no exterior.

8.4 - Visitas a centros de pesquisa ou de aplicação no exterior

Cinco (5) visitas a centros de pesquisa/aplicação no exterior foram realizadas por docentes/alunos, excetuadas as dos intercâmbios.

8.5 - Congressos internacionais no exterior

Os 123 de resumos de trabalhos apresentados em eventos e publicados em periódicos de circulação internacional atestam a contínua e maciça presença de docentes e alunos do programa em eventos internacionais. Adicionalmente, dentre os 67 resumos publicados em livros de resumo, quantidade apreciável foi apresentada em eventos internacionais no exterior (item 7) (não catalogamos o dado específico).

8.6 - Assessoria consultoria de periódicos científicos

Todos os NRD6 fazem parte do corpo de assessores dos Arquivos de Neuropsiquiatria (periódico Internacional de nível C) e, no período, 4 dos 10 docentes do NRD6 foram consultores de trabalhos encaminhados para publicação no periódico Brazilian Journal of Medical and Biological Research (internacional nível B). O Professor Norberto Garcia Cairasco foi consultor de trabalhos encaminhados para periódicos de circulação internacional A.

Proposta do Programa - Ensino a Distância (P-PG-14)

Não.

Proposta do Programa - Trabalhos em Preparação (P-PG-15)

Um número correspondente a 2/3 dos resumos apresentados em eventos científicos, publicados periódicos e livros de resumos, deverão ser publicados na íntegra em periódicos de circulação internacional, como ocorreu no triênio que agora termina.

Confirma-se a tendência de publicação de parte dos trabalhos apresentados em Congressos no ano anterior (1998) serem publicados no ano seguinte. No momento (fevereiro de 2001) já foram aceitos, para publicação 6 trabalhos em periódicos de circulação internacional, 4 capítulos de livro no Brasil e 3 em livros de circulação internacional.

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Proposta do Programa - Atividades Complementares (P-PG-16)

As principais atividades dos docentes fora do âmbito do programa estão discriminadas no item Cadastro. Destaques: o Professor Américo Ceiki Sakamoto, uma vez por semana presta serviços, através de docência concomitante, no setor de Neurologia da Escola Paulista de Medicina onde está instalando o Centro de Cirurgia de Epilepsia do Hospital São Paulo/Faculdade de Medicina da UNIFESP. O Professor Oswaldo Massaiti Takayanagui orienta alunos do Programa de Medicina Interna/Neurologia da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. O Professor João Pereira Leite pertence ao comitê CAPES da área de Medicina II.

Recursos Humanos

Corpo Docente

Corpo Docente - Vínculo Institucional e Atuação no Programa (P-CD-04)

		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
Ref.		Qtd.		m	cv	m	cv
Vínculo com IES - maior período							
1	SP/CLT	10	100,0 %	76,0 %	35,5 %	87,1 %	0,0 %
2	Professor Visitante	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	2,4 %	0,0 %
3	Bolsista Recém-Doutor	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,2 %	0,0 %
4	Outro	0	0,0 %	11,6 %	143,0 %	4,1 %	0,0 %
11	Colaborador	0	0,0 %	12,4 %	87,7 %	6,3 %	0,0 %
Atuação no Programa							
6	até 30%	0	0,0 %	14,0 %	202,1 %	19,2 %	0,0 %
7	30% a 60%	10	100,0 %	58,0 %	69,4 %	44,2 %	0,0 %
8	mais de 60%	0	0,0 %	28,1 %	118,1 %	36,4 %	0,0 %
10	TOTAL de docentes	10	100,0 %	100,0 %		100,0 %	

Corpo Docente - Núcleo de Referência Docente (NRD) - (P-CD-05)

Ref.		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
		Qtd.			cv		cv
0	TOTAL de docentes	10	100,0 %	100,0 %		100,0 %	
1	NRD1	10	100,0 %	98,6 %	3,2 %	97,3 %	0,0 %
2	NRD2	10	100,0 %	75,2 %	45,3 %	85,5 %	0,0 %
3	NRD3	7	70,0 %	65,3 %	51,1 %	70,3 %	0,0 %
4	NRD4	10	100,0 %	76,0 %	35,5 %	85,1 %	0,0 %
5	NRD5	10	100,0 %	61,9 %	53,4 %	78,1 %	0,0 %
6	NRD6	7	70,0 %	54,5 %	52,2 %	65,8 %	0,0 %

Corpo Docente - Nível da Titulação (P-CD-07)

Ref.		Total		Total (NRD6)	
		Qtd.		Qtd.	
1	Graduação	0	0,0 %	0	0,0 %
2	Mestrado	0	0,0 %	0	0,0 %
3	Doutorado	10	100,0 %	7	100,0 %
4	Notório Saber	0	0,0 %	0	0,0 %
5	TOTAL de docentes do NRD	10	100,0 %	7	100,0 %

Corpo Docente - Complementos (P-CD-08)

Ref.		Total		Total (NRD6)	
		Qtd.		Qtd.	
1	Professor Titular	0	0,0 %	0	0,0 %
2	Livre Docente	2	20,0 %	2	28,6 %
3	Pós-Doutorado	7	70,0 %	4	57,1 %
4	Em Treinamento	0	0,0 %	0	0,0 %
5	TOTAL de docentes do NRD	10	100,0 %	7	100,0 %

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Corpo Docente - Tempo de Titulação (P-CD-09)		Programa		Total (NRD6)	
Ref.		Qtd.		Qtd.	
1	Titulação: anos <= 2	1	10,0 %	1	14,3 %
2	Titulação: anos < 2 anos <= 5	1	10,0 %	0	0,0 %
3	Titulação: 5 < anos <= 10	3	30,0 %	1	14,3 %
4	Titulação: anos > 10	5	50,0 %	5	71,4 %
5	TOTAL de docentes do NRD	10	100,0 %	7	100,0 %

Corpo Docente - Treinamento (P-CD-10)		Total		Total (NRD6)	
Ref.		Qtd.		Qtd.	
1	Extensão	0	0,0 %	0	0,0 %
2	Aperfeiçoamento	0	0,0 %	0	0,0 %
3	Especialização	0	0,0 %	0	0,0 %
4	Mestrado Acadêmico	0	0,0 %	0	0,0 %
5	Doutorado	0	0,0 %	0	0,0 %
6	Pós-Doutorado	0	0,0 %	0	0,0 %
7	Mestrado Profissionalizante	0	0,0 %	0	0,0 %
8	TOTAL de docentes do NRD em treinamento	0	0,0 %	0	0,0 %
9	TOTAL de docentes do NRD	10	100,0 %	7	100,0 %

Corpo Docente - Tipos de Participação (P-CD-12)		Total		Total (NRD6)	
Ref.		Qtd.		Qtd.	
1	Docência na Pós-Graduação	5	50,0 %	3	42,9 %
2	Docência na Graduação	10	100,0 %	7	100,0 %
3	Orientação na Pós-Graduação	9	90,0 %	6	85,7 %
4	Orientação na Graduação	4	40,0 %	2	28,6 %
5	Orientação concluída	7	70,0 %	5	71,4 %
6	Orientação vinculada	7	70,0 %	5	71,4 %
7	Autoria e co-autoria	10	100,0 %	7	100,0 %
8	Banca Examinadora	8	80,0 %	6	85,7 %
9	Equipe de Projeto	10	100,0 %	7	100,0 %
12	Nenhuma	0	0,0 %	0	0,0 %
13	TOTAL de docentes do NRD	10	100,0 %	7	100,0 %

Corpo Docente - Outras Participações (P-CD-14)		Total		Total (NRD6)	
Ref.		Qtd.		Qtd.	
1	No Programa	2	20,0 %	2	28,6 %
2	Na própria IES, externas ao Programa	9	90,0 %	6	85,7 %
3	Em outras IESs	0	0,0 %	0	0,0 %
4	Em outras Entidades	9	90,0 %	6	85,7 %
5	Sem Outra Atuação	0	0,0 %	0	0,0 %
6	TOTAL de docentes no NRD	10	100,0 %	7	100,0 %

Pesquisadores

Pesquisadores - Nível da Titulação (P-PQ-02)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Graduação	0	0,0 %
2	Mestrado	0	0,0 %
3	Doutorado	2	100,0 %
4	Notório Saber	0	0,0 %
5	TOTAL de Pesquisadores	2	100,0 %

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Pesquisadores - Tempo de Titulação (P-PQ-03)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Titulação: anos <= 2	1	50,0 %
2	Titulação: 2 < anos <= 5	1	50,0 %
3	Titulação: 5 < anos <= 10	0	0,0 %
4	Titulação: anos > 10	0	0,0 %
5	TOTAL de Pesquisadores	2	100,0 %

Pesquisadores - Tipos de Participação (P-PQ-04)		Programa	
Ref.	Tipos de Participação	Qtd.	
1	Docência na Pós-Graduação	0	0,0 %
2	Orientação concluída	0	0,0 %
3	Orientação vinculada	0	0,0 %
4	Autoria e co-autoria	1	50,0 %
5	Banca Examinadora	0	0,0 %
6	Equipe de Projeto	2	100,0 %
8	Nenhuma	0	0,0 %
9	TOTAL de Pesquisadores	2	100,0 %

Outros Participantes

Outros Participantes - Nível da Titulação (P-OP-02)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Graduação	1	0,6 %
2	Mestrado	0	0,0 %
3	Doutorado	5	3,1 %
4	Notório Saber	0	0,0 %
5	Não informado	153	96,2 %
6	TOTAL de Outros Participantes	159	100,0 %

Outros Participantes - Tempo de Titulação (P-OP-03)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Titulação: anos <= 2	0	0,0 %
2	Titulação: 2 < anos <= 5	1	0,6 %
3	Titulação: 5 < anos <= 10	0	0,0 %
4	Titulação: anos > 10	4	2,5 %
5	TOTAL de Outros Participantes	159	100,0 %

Atividades de Pesquisa

Atividades de Pesquisa (P-AP-02)		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
Ref.		Qtd.		m	cv	m	cv
1	Linhas de Pesquisa	18	100,0 %	100,0 %		100,0 %	
2	Em andamento	18	100,0 %	100,0 %	0,0 %	96,7 %	0,0 %
3	Desativadas	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	1,5 %	0,0 %
4	Projetos de Pesquisa	76	100,0 %	100,0 %		100,0 %	
5	Em andamento	75	98,7 %	89,2 %	11,1 %	79,7 %	0,0 %
6	Desativados	0	0,0 %	3,7 %	137,0 %	2,8 %	0,0 %
7	Concluídos	1	1,3 %	7,2 %	85,1 %	17,6 %	0,0 %
8	Projetos Isolados	0	0,0 %	1,0 %	223,8 %	3,6 %	0,0 %
9	Projetos Vinculados	76	100,0 %	99,0 %	2,2 %	96,4 %	0,0 %

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Atividades de Pesquisa

Atividades de Pesquisa (P-AP-02)		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
Ref.		Qtd.		m	cv	m	cv
10	Projetos com financiadores	39	51,3 %	29,2 %	111,3 %	52,0 %	0,0 %
11	Projetos sem financiadores	37	48,7 %	70,8 %	45,8 %	48,0 %	0,0 %
12	Financiamento de Bolsas	18	23,7 %	14,3 %	113,1 %	33,7 %	0,0 %
19	Alunos envolvidos	71	100,0 %	100,0 %		100,0 %	
20	Alunos de graduação	2	2,8 %	16,3 %	80,6 %	21,5 %	0,0 %
21	Alunos de especialização	12	16,9 %	13,4 %	96,2 %	11,5 %	0,0 %
22	Alunos de Mestrado Acadêmico	35	49,3 %	37,3 %	30,8 %	38,9 %	0,0 %
23	Alunos de Doutorado	22	31,0 %	32,8 %	52,6 %	28,0 %	0,0 %
24	Alunos de Mestrado Profissionalizante	0	0,0 %	0,2 %	227,6 %	0,1 %	0,0 %

Atividades de Formação

Atividades de Formação - Disciplinas (P-AF-03)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Estrutura Curricular		
2	Disciplinas de Mestrado Acadêmico	0,0	0,0 %
3	Disciplinas de Doutorado	21,0	100,0 %
4	Disciplinas de Mestrado Profissionalizante	0,0	0,0 %
5	TOTAL de disciplinas	21,0	100,0 %
6	Oferta no Ano Base		
7	Disciplinas de Mestrado Acadêmico	0,0	0,0 %
8	Disciplinas de Doutorado	5,0	100,0 %
9	Disciplinas de Mestrado Profissionalizante	0,0	0,0 %
10	TOTAL de disciplinas	5,0	100,0 %

Atividades de Formação - Disciplinas Ministradas na Pós-Graduação (P-AF-04)		Mestrado Acadêmico		Doutorado		Mestrado Profissionalizante		Total	
Ref.		Qtd.		Qtd.		Qtd.		Qtd.	
1	Disciplinas ministradas por docentes	0,0	0,0 %	5,0	100,0 %	0,0	0,0 %	5,0	100,0 %
2	Disciplinas ministradas por não docentes	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
3	Disciplinas ministradas por ambos	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
4	TOTAL de disciplinas	0,0	0,0 %	5,0	100,0 %	0,0	0,0 %	5,0	100,0 %
5	Carga horária ministrada por docentes	0,0	0,0 %	240,0	100,0 %	0,0	0,0 %	240,0	100,0 %
6	Carga horária ministrada por não docentes	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
7	TOTAL da carga horária	0,0	0,0 %	240,0	100,0 %	0,0	0,0 %	240,0	100,0 %

Atividades de Formação - Total de Carga Letiva do Corpo Docente (P-AF-06)

		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
Ref.		Qtd.			cv	m	cv
1	Disciplinas na Pós-Graduação	5,0	14,3 %	42,1 %	0,0 %	38,6 %	0,0 %
2	Disciplinas na Graduação	30,0	85,7 %	57,9 %	0,0 %	60,0 %	0,0 %
3	TOTAL de participações em disciplinas	35,0	100,0 %	100,0 %		98,6 %	
4	Carga horária na Pós-Graduação	240,0	10,7 %	23,8 %	0,0 %	29,8 %	0,0 %
5	Carga horária na Graduação	2.009,0	89,3 %	76,2 %	0,0 %	68,8 %	0,0 %
6	TOTAL da carga horária	2.249,0	100,0 %	100,0 %		98,6 %	

Atividade de Formação - Indicadores de Carga Docente (P-AF-07)		Programa	
Ref.		Docentes	NRD6
1	Disciplinas de Graduação por docente	3,0	3,0
2	Disciplinas de Pós-Graduação por docente	0,5	0,4

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Atividade de Formação - Indicadores de Carga Docente (P-AF-07)		Programa	
Ref.		Docentes	NRD6
3	Disciplinas por docente	3,5	3,4
6	Carga horária na Graduação por docente	200,0	184,0
7	Carga horária na Pós-Graduação por docente	24,0	20,6
8	Carga horária por docente	224,9	204,7

Atividades de Formação - Orientandos de Pós-Graduação e Graduação (P-AF-09)				
Ref.		Docentes - Orientadores		
		NRD6	Demais Docentes	Total
Pós-Graduação				
1	de Mestrado Acadêmico	19,0	13,0	32,0
2	de Doutorado	0,0	0,0	0,0
3	de Mestrado Profissionalizante	12,0	0,0	12,0
4	TOTAL na Pós-Graduação	31,0	13,0	44,0
5	Orientandos da Pós-Graduação por orientador	70,5 %	29,5 %	100,0 %
Graduação				
6	de Projeto Final	0,0	0,0	0,0
7	de Iniciação Científica	3,0	3,0	6,0
8	de Tutoria	0,0	0,0	0,0
9	Outros	0,0	0,0	0,0
10	TOTAL na Graduação	3,0	3,0	6,0
11	Orientandos de Graduação por orientador	50,0 %	50,0 %	100,0 %
12	TOTAL (Geral)	34,0	16,0	50,0
13	Orientandos por orientador (Geral)	68,0 %	32,0 %	100,0 %

Corpo Discente

Corpo Discente - Fluxo de Alunos (P-FA-01)		Mestrado Acadêmico		Doutorado		Mestrado Profissionalizante		Total	
Ref.		Qtd.		Qtd.		Qtd.		Qtd.	
1	No início do Ano Base	22	68,8 %	11	84,6 %	0	0,0 %	33	73,3 %
2	Novos	10	31,3 %	2	15,4 %	0	0,0 %	12	26,7 %
3	Com Mudança de Nível	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
4	Titulados	9	28,1 %	2	15,4 %	0	0,0 %	11	24,4 %
5	Com abandono	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
6	No final do Ano Base	23	71,9 %	11	84,6 %	0	0,0 %	34	75,6 %
7	Desligados	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %

Corpo Discente - Indicadores do Corpo Discente (P-FA-03)										
		Programa			Área Básica			Área Avaliação		
Ref.		M	D	F	M	D	F	M	D	F
1	Alunos por docente	3,2	1,3		1,7	1,3	0,0	1,8	1,3	0,0
2	Alunos por docente no NRD	4,6	1,9		3,9	3,1	0,0	2,8	2,0	0,0

Discentes-Autores

Discentes-Autores - Nível (P-DA-02)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Graduação	0	0,0 %
2	Mestrado Acadêmico	33	75,0 %
3	Doutorado	11	25,0 %
4	Mestrado Profissionalizante	0	0,0 %
5	TOTAL de Discentes-Autores	44	100,0 %

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Discentes-Autores - Bolsa (P-DA-03)		Programa	
Ref.		Qtd.	
1	Iniciação Científica	0	0,0 %
2	Tutoria	0	0,0 %
3	Outra	0	0,0 %
4	Não Informado	0	0,0 %
5	TOTAL de Discentes-Autores de Graduação	0	0,0 %

Teses e Dissertações

Teses e Dissertações - Titulações (P-TD-02)		Mestrado Acadêmico		Doutorado		Mestrado Profissionalizante	
Ref.		Qtd.		Qtd.		Qtd.	
1	Titulados	9	81,8 %	2	18,2 %	0	0,0 %
5	Orientador Principal: Docente	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
6	Orientador Principal: Pesquisador	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
8	Orientador Principal: Outro Participante	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
9	Orientadores Docentes	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
10	Outros Orientadores	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
11	TOTAL de Orientadores	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
12	Banca Examinadora: Docentes	12	44,4 %	4	40,0 %	0	0,0 %
13	Banca Examinadora: Pesquisadores	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
15	Banca Examinadora: Outros Participantes	14	51,9 %	6	60,0 %	0	0,0 %
16	Banca Examinadora: Graduados	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
17	Banca Examinadora: Mestres	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
18	Banca Examinadora: Doutores	14	51,9 %	5	50,0 %	0	0,0 %
19	Banca Examinadora: Notório saber	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
20	TOTAL de membros de Banca Examinadora	27	100,0 %	10	100,0 %	0	0,0 %
21	Membros da Banca Examinadora / Titulação	3	0,0 %	5	0,0 %	0	0,0 %

Teses e Dissertações - Vínculo à Pesquisa e Financiamento (P-TD-03)		Mestrado Acadêmico		Doutorado		Mestrado Profissionalizante	
Ref.		Qtd.		Qtd.		Qtd.	
Teses e dissertações vinculadas a:							
1	Linha de Pesquisa	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
2	Projetos de Pesquisa	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
3	Área de Concentração	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
Financiamento:							
4	Bolsa	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
5	(Outro) Auxílio Financeiro	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
6	Nenhum	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %
Financiadores:							
7	Órgãos Federais	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
8	Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
9	Instituição de Ensino e Pesquisa	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
10	Empresas Estatais Nacionais	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
11	Empresas Privadas Nacionais	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
12	Empresas Estrangeiras	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
13	Entidades Internacionais	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
14	Outras Entidades	0	0,0 %	0	0,0 %	0	0,0 %
Titulados:							
15	Número de Titulados	9	100,0 %	2	100,0 %	0	0,0 %

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Teses e Dissertações - Tempos de Titulação e de Bolsa - (P-TD-04)							
		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
Ref.		m	cv	m	cv	m	cv
Mestrado Acadêmico							
1	Média de meses para titulação	36,9	59,6 %	33,6	13,7 %	39,3	17,8 %
3	Mediana de meses para titulação	39,0					
4	Média de meses de bolsa		0,0 %	19,2	33,1 %	23,4	21,9 %
6	Mediana de meses de bolsa						
7	Média de meses para titulação de não bolsista:	36,9	59,6 %	33,1	21,0 %	30,4	50,9 %
8	Média de meses para titulação de bols. plenos	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	12,0	97,7 %
9	Média de meses para titulação :						
10	de bolsistas por <= 12 meses	0,0		28,5		19,6	
11	de bolsistas por 12 < meses <= 24	0,0		35,1		29,4	
12	de bolsistas por > 24 meses	0,0		0,0		31,4	
15	Titulados bolsistas por titulados	0,0		0,5		0,7	
Mestrado Profissionalizante							
1	Média de meses para titulação		0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
3	Mediana de meses para titulação						
4	Média de meses de bolsa		0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
6	Mediana de meses de bolsa						
7	Média de meses para titulação de não bolsista:	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
8	Média de meses para titulação de bols. plenos	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %
9	Média de meses para titulação :						
10	de bolsistas por <= 12 meses	0,0		0,0		0,0	
11	de bolsistas por 12 < meses <= 24	0,0		0,0		0,0	
12	de bolsistas por > 24 meses	0,0		0,0		0,0	
15	Titulados bolsistas por titulados	0,0		0,0		0,0	
Doutorado							
1	Média de meses para titulação	62,5	32,8 %	55,5	11,2 %	40,7	50,9 %
3	Mediana de meses para titulação	62,5					
4	Média de meses de bolsa		0,0 %	48,0	0,0 %	26,7	57,5 %
6	Mediana de meses de bolsa						
7	Média de meses para titulação de não bolsista:	62,5	32,8 %	53,6	16,6 %	39,6	51,0 %
8	Média de meses para titulação de bols. plenos	0,0	0,0 %	0,0	0,0 %	13,5	141,6 %
9	Média de meses para titulação :						
10	de bolsistas por <= 24 meses	0,0		0,0		34,3	
11	de bolsistas por 24 < meses <= 48	0,0		53,1		43,7	
12	de bolsistas por > 48 meses	0,0		0,0		0,0	
15	Titulados bolsistas por titulados	0,0		0,7		0,5	

Teses e Dissertações - Indicadores de Titulação por Docente e Orientadores (P-TD-05)							
Ref.		Programa		Área Básica		Área Avaliação	
		Docentes	NRD6	Docentes	NRD6	Docentes	NRD6
1	Titulados-mestres acadêmicos por docente	0,9	0,9	0,4	0,6	0,4	0,5
2	Titulados-doutores por docente	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
3	Titulados-mestres profissionalizantes por docente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Titulados por docente	1,1	1,1	0,6	0,8	0,6	0,6
6	Orientadores de titulados-mestres acadêmicos por docente	0,7	0,7	0,3	0,5	0,3	0,3
7	Orientadores de titulados-doutores por docente	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
8	Orientadores de titulados-mestres prof. por docente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Orientadores de titulados por docente	0,7	0,7	0,4	0,5	0,4	0,4
11	Titulados-mestres acadêmicos por orientador	1,0	1,0	0,6	0,7	0,5	0,5
12	Titulados-doutores por orientador	0,2	0,3	0,2	0,3	0,3	0,3
13	Titulados-mestres profissionalizantes por orientador	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Titulados por orientador	1,2	1,3	0,8	0,9	0,7	0,7
16	Orientações por orientadores de titulados	1,6	1,6	1,4	1,4	1,5	1,6

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Produção Bibliográfica

Produção Bibliográfica - Publicações (P-PB-01a)		De todas as categorias				Com autores Corpo Docente			
		Programa		AB	AV	Programa		AB	AV
Ref.		Qtd.				Qtd.			
1	Artigos em Periódicos:	75	74,3 %	48,9 %	47,2 %	70	72,9 %	49,6 %	48,6 %
2	Trabalhos completos	26	34,7 %	60,9 %	67,0 %	21	30,0 %	59,7 %	68,2 %
3	Resumos	49	65,3 %	39,1 %	32,3 %	49	70,0 %	40,3 %	31,1 %
4	Trabalhos em Anais:	11	10,9 %	37,5 %	35,6 %	11	11,5 %	37,2 %	35,6 %
5	Trabalhos completos	0	0,0 %	0,4 %	5,4 %	0	0,0 %	0,5 %	5,9 %
6	Resumos	11	100,0 %	99,6 %	93,4 %	11	100,0 %	99,5 %	92,2 %
7	Livros:	15	14,9 %	10,2 %	12,2 %	15	15,6 %	10,7 %	10,6 %
8	Textos Integrais	0	0,0 %	0,0 %	6,8 %	0	0,0 %	0,0 %	7,4 %
9	Capítulos	15	100,0 %	99,6 %	83,9 %	15	100,0 %	99,6 %	82,2 %
10	Coletâneas	0	0,0 %	0,4 %	3,1 %	0	0,0 %	0,4 %	3,4 %
11	Verbetes e Outros	0	0,0 %	0,0 %	0,7 %	0	0,0 %	0,0 %	0,8 %
12	Traduções de:	0	0,0 %	0,0 %	0,2 %	0	0,0 %	0,0 %	0,2 %
13	Livros	0	0,0 %	0,0 %	14,3 %	0	0,0 %	0,0 %	12,9 %
14	Artigos	0	0,0 %	0,0 %	1,8 %	0	0,0 %	0,0 %	1,8 %
15	Outras	0	0,0 %	0,0 %	0,7 %	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
16	Artigos em Jornais e Revistas	0	0,0 %	3,3 %	3,8 %	0	0,0 %	2,5 %	4,0 %
17	Partituras Musicais	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
18	Outras	0	0,0 %	0,0 %	1,0 %	0	0,0 %	0,0 %	0,9 %
19	TOTAL de Publicações	101	100,0 %	100,0 %	100,0 %	96	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Produção Bibliográfica - Publicações do NRD6 (P-PB-01b)		Com autores do NRD6			
		Programa		Área Básica	Área Avaliação
Ref.		Qtd.			
1	Artigos em Periódicos:	61	73,5 %	44,8 %	47,7 %
2	Trabalhos completos	20	32,8 %	59,1 %	67,1 %
3	Resumos	41	67,2 %	40,9 %	32,2 %
4	Trabalhos em Anais:	11	13,3 %	41,0 %	37,2 %
5	Trabalhos completos	0	0,0 %	0,6 %	4,7 %
6	Resumos	11	100,0 %	99,4 %	93,4 %
7	Livros:	11	13,3 %	12,1 %	9,8 %
8	Textos Integrais	0	0,0 %	0,0 %	7,0 %
9	Capítulos	11	100,0 %	99,0 %	83,1 %
10	Coletâneas	0	0,0 %	1,0 %	3,2 %
11	Verbetes e Outros	0	0,0 %	0,0 %	0,4 %
12	Traduções:	0	0,0 %	0,0 %	0,2 %
13	Livros	0	0,0 %	0,0 %	12,2 %
14	Artigos	0	0,0 %	0,0 %	1,8 %
15	Outras	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
16	Artigos em Jornais e Revistas	0	0,0 %	2,2 %	4,5 %
17	Partituras Musicais	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
18	Outras	0	0,0 %	0,0 %	0,6 %
19	TOTAL de Publicações	83	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Produção Bibliográfica - Publicações em Co-autoria (P-PB-02b)		Co-autoria Docentes e Discentes			
		Programa		Área Básica	Área Avaliação
Ref.		Qtd.			
1	Artigos em Periódicos:	36	90,0 %	49,9 %	54,5 %
2	Trabalhos completos	12	33,3 %	54,7 %	54,8 %
3	Resumos	24	66,7 %	45,3 %	40,6 %
4	Trabalhos em Anais:	4	10,0 %	49,9 %	39,6 %

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Produção Bibliográfica - Publicações em Co-autoria (P-PB-02b)		Co-autoria Docentes e Discentes			
Ref.		Programa		Área Básica	
		Qtd.			
5	Trabalhos completos	0	0,0 %	0,0 %	2,4 %
6	Resumos	4	100,0 %	100,0 %	86,4 %
7	Livros:	0	0,0 %	0,3 %	2,4 %
8	Textos Integrais	0	0,0 %	0,0 %	1,6 %
9	Capítulos	0	0,0 %	20,0 %	30,6 %
10	Coletâneas	0	0,0 %	0,0 %	1,0 %
11	Verbetes e Outros	0	0,0 %	0,0 %	0,3 %
12	Traduções:	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
13	Livros	0	0,0 %	0,0 %	1,8 %
14	Artigos	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
15	Outras	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
16	Artigos em Jornais e Revistas	0	0,0 %	0,0 %	0,6 %
17	Partituras Musicais	0	0,0 %	0,0 %	0,0 %
18	Outras	0	0,0 %	0,0 %	0,3 %
19	TOTAL de Publicações	40	100,0 %	100,0 %	97,4 %

Produção Bibliográfica - Número de Autores com Publicações (P-PB-03/P-PB-04)					
Ref.		Todas categorias	Corpo Docente	NRD6	Corpo Discente
		Programa	Programa	Programa	Programa
		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Artigos em Periódicos:	128	10	10	24
2	Trabalhos completos	55	10	7	8
3	Resumos	94	9	6	16
4	Trabalhos em Anais:	27	3	3	2
5	Trabalhos completos	0	0	0	0
6	Resumos	27	3	3	2
7	Livros:	12	7	7	0
8	Textos Integrais	0	0	0	0
9	Capítulos	12	7	4	0
10	Coletâneas	0	0	0	0
11	Verbetes e Outros	0	0	0	0
12	Traduções:	0	0	0	0
13	Livros	0	0	0	0
14	Artigos	0	0	0	0
15	Outras	0	0	0	0
16	Artigos em Jornais e Revistas	0	0	0	0
17	Partituras Musicais	0	0	0	0
18	Outras	0	0	0	0
19	TOTAL de Autores	147	10	7	20

Produção Bibliográfica - Qualificação das Publicações (P-PB-05a)												
Ref.		Programa						Área Básica			Área Avaliação	
		Internac.		Nacional		Local		Int.	Nac.	Local	Int.	Nac.
		Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	%	%	%	%	%
1	Artigos em Periódicos	9	100,0	16	100,0	0	0,0	100,0	100,0	20,0	96,0	98,6
2	Completo	2	22,2	2	12,5	0	0,0	70,8	44,6	20,0	67,0	59,2
3	A	2	100,0	2	100,0	0	0,0	86,0	61,7	0,0	64,7	37,7

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Produção Bibliográfica - Qualificação das Publicações (P-PB-05a)

Ref.		Programa						Área Básica			Área Avaliação		
		Internac.		Nacional		Local		Int.	Nac.	Local	Int.	Nac.	Local
		Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	%	%	%	%	%	%
4	B	0	0,0	0	0,0	0	0,0	14,0	20,0	0,0	19,6	45,6	17,2
5	C	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	18,3	20,0	5,2	8,9	18,6
6	Não classificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	Resumos	7	77,8	14	87,5	0	0,0	29,2	55,4	0,0	29,0	39,4	1,0
8	A	7	100,0	14	100,0	0	0,0	40,0	60,0	0,0	47,0	21,9	0,0
9	B	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	20,0	0,0	4,5	37,3	0,7
10	C	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	2,5	1,4
11	Não classificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
12	Trabalhos em Anais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	A	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	B	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16	C	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Não classificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Resumos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	A	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20	B	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
21	C	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Não classificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Jornais e Revistas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,8
24	A	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	B	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	C	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,9
27	Não classificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	TOTAL	9	100,0	16	100,0	0	0,0	100,0	100,0	20,0	96,0	98,6	42,3
29	Retipificados	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	1,5
30	Impróprios	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Produção Bibliográfica - Vínculo das Publicações com a Atividade de Pesquisa (P-PB-06)

Ref.		Programa	
		Qtd.	%
1	Publicações com vínculo	96	95,0 %
2	Vínculo com Linha de Pesquisa	94	93,1 %
3	Vínculo com Projeto de Pesquisa	92	91,1 %
4	Vínculo com Área de Concentração	95	94,1 %
6	Vínculo com Teses e Dissertações do próprio Programa	22	88,0 %
7	Vínculo com Teses e Dissertações de outro Programa	0	0,0 %
8	Autor ou co-autor é orientador	18	72,0 %
9	Autor ou co-autor não é orientador	7	28,0 %
10	Vínculo com Teses ainda não concluídas	5	20,0 %
14	TOTAL de Publicações	101	100,0 %

Produção Bibliográfica - Indicadores de Publicações (P-PB-07a)

Ref.		Docentes			NRD6		
		Programa	AB	AV	Programa	AB	AV
		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Docentes-autores por docente	1,0	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9
3	Publicações por docente	9,6	8,0	6,5	11,9	10,4	7,9
5	Publicações por docente-autor	9,6	8,9	7,3	11,9	10,9	8,4
7	Autorias de docentes por docente-autor	12,8	11,7	9,3	13,1	13,0	10,1

Programa

MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação

Sistema de Avaliação

Síntese e Indicadores

Produção Bibliográfica - Indicadores de Publicações (P-PB-07a)		Docentes			NRD6		
		Programa	AB	AV	Programa	AB	AV
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
10	Publicações internacionais por docente :	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3
12	Artigos completos em periódicos	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2
13	Trabalhos completos em anais de congresso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Capítulos de livros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Artigos em jornais e revistas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16	Traduções de artigos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Resumos (não calculado)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Publicações nacionais por docente :	1,7	1,2	1,0	1,7	1,4	1,1
20	Artigos completos em periódicos	0,2	0,3	0,4	0,1	0,2	0,4
21	Trabalhos completos em anais de congresso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Capítulos de livros	1,5	1,0	0,6	1,6	1,3	0,7
23	Artigos em jornais e revistas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24	Traduções de artigos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	Resumos (não calculado)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Produção Bibliográfica - Indicadores de Publicações (P-PB-07b)		Docentes			NRD6		
		Programa	AB	AV	Programa	AB	AV
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Livros editados no país	1,5	1,0	0,7	1,6	1,3	0,8
2	Livros editados no exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Tradução de livros editados no país	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Tradução de livros editados no exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Partituras musicais editadas no país	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Partituras musicais editadas no exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Produção Técnica

Produção Técnica (P-PT-01)		De Todas as categorias	Com autores do Corpo Docente	Com autores do NRD6	Co-autoria Docente e Discente
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Serviço técnico	0	0	0	0
2	Apresentação de trabalho	34	33	16	0
3	Carta, mapa ou similar	0	0	0	0
4	Curso de curta duração	0	0	0	0
5	Desenv. de material didático e instrucional	0	0	0	0
6	Desenvolvimento de aplicativo	0	0	0	0
7	Desenvolvimento de produto	0	0	0	0
8	Desenvolvimento de técnica	0	0	0	0
9	Editoria	0	0	0	0
10	Manutenção de obra artística	0	0	0	0
11	Maquete	0	0	0	0
12	Organização de evento	0	0	0	0
13	Programa de rádio e televisão	0	0	0	0
14	Relatório de pesquisa	0	0	0	0
15	Outra	17	15	15	1

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Produção Técnica - Número de Autores com Produção Técnica (P-PT-03/04)		De todas as categorias	Do Corpo Docente	Do NRD6	Do Corpo Discente
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Serviço técnico	0	0	0	0
2	Apresentação de trabalho	7	6	4	1
3	Carta, mapa ou similar	0	0	0	0
4	Curso de curta duração	0	0	0	0
5	Desenv. de material didático e instrucional	0	0	0	0
6	Desenvolvimento de aplicativo	0	0	0	0
7	Desenvolvimento de produto	0	0	0	0
8	Desenvolvimento de técnica	0	0	0	0
9	Editoria	0	0	0	0
10	Manutenção de obra artística	0	0	0	0
11	Maquete	0	0	0	0
12	Organização de evento	0	0	0	0
13	Programa de rádio e televisão	0	0	0	0
14	Relatório de pesquisa	0	0	0	0
15	Outra	9	5	4	2
16	TOTAL de Autores	10	6	4	2

Produção Técnica - Vínculo da Produção Técnica com a Atividade de Pesquisa (P-PT-05)		Programa
Ref.		Qtd.
1	Produções Técnicas com vínculo	2
2	Vínculo com Linha de Pesquisa	0
3	Vínculo com Projeto de Pesquisa	0
4	Vínculo com Área de Concentração	0
6	Vínculo com Teses e Dissertações do próprio Programa	1
7	Vínculo com Teses e Dissertações de outro Programa	0
8	Autor ou co-autor é orientador	1
9	Autor ou co-autor não é orientador	1
10	Vínculo com Teses ainda não concluídas	1
14	TOTAL de Produções Técnicas	51

Produção Técnica - Indicadores (P-PT-06)		Docentes			NRD6		
Ref.		Programa	AB	AV	Programa	AB	AV
		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Docentes-autores por docente	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
3	Produções Técnicas por docente	4,8	5,0	3,6	4,4	7,4	4,4
5	Produções Técnicas por docente-autor	8,0	7,9	5,2	7,8	9,8	5,6
7	Autorias de docentes por docente-autor	8,2	0,6	1,7	7,8	0,8	1,9

Produção Artística

Produção Artística (P-PA-01)		De todas as categorias	Com autores do Corpo Docente	Com autores do NRD6	Co-autoria Docente e Discente
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Apresentação de obra artística	0	0	0	0
2	Arranjo musical	0	0	0	0
3	Composição musical	0	0	0	0
4	Curso de curta duração	0	0	0	0

Programa
MEDICINA (NEUROLOGIA) / USP/RP (NRD6) - 2000

Memória da Pós-Graduação
Sistema de Avaliação
Síntese e Indicadores

Produção Artística

Produção Artística (P-PA-01)		De todas as categorias	Com autores do Corpo Docente	Com autores do NRD6	Co-autoria Docente e Discente
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
5	Programa de rádio e televisão	0	0	0	0
6	Obra de artes visuais	3	3	3	0
7	Sonoplastia	0	0	0	0
8	Outra	1	1	1	0

Produção Artística - Número de Autores com Produção Artística (P-PA-03)		De todas as categorias	Do Corpo Docente	Do NRD6	Do Corpo Discente
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Apresentação de obra artística	0	0	0	0
2	Arranjo musical	0	0	0	0
3	Composição musical	0	0	0	0
4	Curso de curta duração	0	0	0	0
5	Programa de rádio e televisão	0	0	0	0
6	Obra de artes visuais	1	1	1	0
7	Sonoplastia	0	0	0	0
8	Outra	1	1	1	0
9	TOTAL de Autores	1	1	1	2

Produção Artística - Vínculo da Produção Artística com a Atividade de Pesquisa (P-PA-05)

		Programa
Ref.		Qtd.
1	Produções Artísticas com vínculo	0
2	Vínculo com Linha de Pesquisa	0
3	Vínculo com Projeto de Pesquisa	0
4	Vínculo com Área de Concentração	0
6	Vínculo com Teses e Dissertações do próprio Programa	0
7	Vínculo com Teses e Dissertações de outro Programa	0
8	Autor ou co-autor é orientador	0
9	Autor ou co-autor não é orientador	0
10	Vínculo com Teses ainda não concluídas	0
11	Conclusão em até 2 anos	0
12	Conclusão entre 2 e 5 anos	0
13	Conclusão há mais de 5 anos	0
14	TOTAL de Produções Artísticas	4

Produção Artística - Indicadores		Docentes			NRD6		
		Programa	AB	AV	Programa	AB	AV
Ref.		Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Qtd.
1	Docentes-autores por docente	0,10	0,0	0,0	0,14	0,0	0,0
3	Produções Artísticas por docente	0,40	0,1	0,0	0,57	0,1	0,0
5	Produções Artísticas por docente-autor	4,00	0,8	0,1	4,00	0,8	0,1
7	Autorias de docentes por docente-autor	0,40	0,1	0,0	0,57	0,1	0,0